

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Marlon Clovis Medeiros

***A Geografia Econômica do
Setor Agroalimentar Brasileiro:
Investimentos, Recursos Ociosos
e Dinâmica Cíclica (1990-2007)***

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

***A Geografia Econômica do
Setor Agroalimentar Brasileiro:
Investimentos, Recursos Ociosos
e Dinâmica Cíclica (1990-2007)***

Marlon Clovis Medeiros

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Armen Mamigonian

São Paulo
2009

Ao Seu Venceslau e Dona Lúcia, meus pais, principais responsáveis por minha chegada até aqui. Duas vidas dedicadas aos cinco filhos, que nem sempre reconhecem o seu esforço e atenção incansáveis.

Ao grande amigo Marcos Broietti, brilhante geógrafo e incentivador, que a morte prematura nos impediu o convívio, mas que permanecerá para sempre entre nós.

A Orlando Valverde, grande mestre, inspiração constante e exemplo de luta pela construção do Brasil.

“A premissa de Lênin - que hoje, em nossa era de relativismo pós-moderno, é mais pertinente do que nunca – é que a verdade universal e o partidarismo, o gesto de defender um lado, não apenas não são mutuamente excludentes, como condicionam uma à outra: a verdade **universal** de uma situação concreta pode ser articulada apenas a partir de uma posição completamente **partidária**; a verdade é por definição unilateral.

Isso claro, vai contra a *doxa* de compromisso que prevalece hoje, de encontrar um caminho do meio em uma grande quantidade de interesses conflitantes. Se não especificarmos o critério da narrativização diferentes, alternativa, então essa busca corre o risco de endossar, na atmosfera politicamente correta, “narrativas” ridículas, como aquelas sobre a supremacia de alguma sabedoria aborígene holística, e de desprezar a ciência como apenas mais uma narrativa entre as superstições pré-modernas.”

Slavoj Žižek

AGRADECIMENTOS

Ao professor Armen Mamigonian, grande mestre e inspirador, pela orientação, pelo apoio irrestrito e em especial, por valorizar a liberdade de pensamento, permitindo que o trabalho de pesquisa também possa ser criativo e não seja mero cumprimento de formalidades acadêmicas

Ao grande amigo Fernando Sampaio, companheiro de todos os momentos, pelo apoio, pelas constantes e frutíferas trocas de idéias, pela leitura de todo o trabalho. Realizamos juntos quase todas as entrevistas e trabalhos de campo da tese.

Aos grandes amigos Carlos Espíndola e Elias Jabbour, duas figuras ímpares e politicamente incorretas, pelo constante apoio, pelas provocações e trocas de idéias, pelos ensinamentos intermináveis. Vocês dois foram fundamentais nesta pesquisa.

Ao grande amigo Fernando Vedovate “o Chefe”, companheiro de muitas conversas e de moradia em São Paulo.

A grande amiga e mestra Graciana Vieira, pelo apoio e pelas lições valiosas.

Aos meus pais Seu Venceslau e Dona Lúcia e aos meus irmãos, Jader, Stela, Filipe e Carolina, pelo apoio ao longo desses anos, e por entenderem minhas longas ausências.

À Jana Umbelino, pelo apoio fundamental e por tudo que vivemos juntos.

Aos amigos e colegas professores da Unioeste- Campus de Francisco Beltrão, Ricardo Leme, Marga Pontelli, Júlio Paisani, José Luiz Zanella, Gilmar Fiorese, Sueli Martins, Marinês da Silva, Waldiney Aguiar, Marcos Pelegrina e Rosana Biral, que contribuíram das mais diversas maneiras.

Aos amigos que contribuíram lendo partes da tese, fazendo correções e dando valiosas contribuições: Loiva Kurtz, Sílvia Limberger, minha irmã Helena Carolina Medeiros, o amigo alucinado Pablo Camilo “o leiteiro ganancioso”.

E aos amigos que contribuíram com inúmeras discussões sobre o tema da pesquisa, Fernando Farias, Eliane Patrícia do Santos e Marcelo Buttner.

À Bárbara Machado pelo apoio, pela presença carinhosa nos momentos mais difíceis desta etapa final do doutorado e por viabilizar os contatos e a viagem para Mato Grosso.

Aos colegas do Laboplan pelas inúmeras e frutíferas discussões, em especial Antônio Poso “o Gordo”, Daniel Huertas, Marina Henriques, Priscila Lee e Ana Pereira.

Ao colegiado do Curso de Geografia e ao Centro de Ciências Humanas da UNIOESTE-Campus de Francisco Beltrão, que me proporcionaram o afastamento integral durante os dois primeiros anos do doutorado.

Aos alunos do quarto ano de Geografia -2009 (matutino e noturno) da Unioeste- campus de Francisco Beltrão, por serem cúmplices da minha ausência no último mês, para terminar a tese.

Aos professores das disciplinas do doutorado, Gilberto Tadeu Lima, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Wilson do Nascimento Barboza e Milton Campanário.

À Ênio Britske, Bernadete Machado e sua Família, que generosamente me receberam em sua residência e me guiaram na viagem ao Mato Grosso, além de terem sido valiosa fonte de informação.

Aos membros da banca de qualificação e de defesa, José Sidnei Gonçalves, Carlos José Espíndola, Ariovaldo Umbelino e Oliveira, Wilson do Nascimento Barboza e André Roberto Martin.

Ao Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP.

Aos pesquisadores e técnicos de órgãos públicos que colaboraram na pesquisa, como CONAB, IPEA e EMBRAPA, em especial Sílvio Crestana, Eliseu Alves, Júnia Conceição, Guilherme Delgado, Fernando Geiger da Silveira, Gotardo Souza, dentre outros.

Aos funcionários de empresas que nos receberam e prestaram informações.

SUMÁRIO

Agradecimentos	v
Lista de Tabelas	ix
Lista de Gráficos	xi
Lista de Mapas	xiii
Lista de Siglas	xiv
Resumo	xv
Abstract	
INTRODUÇÃO	01
CAPITULO I- DESENVOLVIMENTO CÍCLICO E O SETOR AGROALIMENTAR NA ECONOMIA BRASILEIRA	23
1.1 - O Setor Agroalimentar e a Crise Brasileira na Década de 1980	26
1.2 - Os Investimentos e a Dinâmica Cíclica da Economia	32
1.3 - Abertura de Mercado e Crise na Economia Brasileira Pós- 1990	41
1.4 - Retomada das Exportações e o Setor Agroalimentar no Período 1999-2007	53
1.5 - As Interpretações da Política Agrícola na década de 1990	65
Conclusões do capítulo 1	74
CAPÍTULO II – O BRASIL E A DINÂMICA DO MERCADO MUNDIAL DE PRODUTOS AGROALIMENTARES	76
2.1 - A Evolução Recente das Exportações Agrícolas Brasileiras	77
2.2 - O Mercado Mundial de Produtos Agroalimentares e o Movimento das Bolsas de Mercadorias e Futuros	82
2.3 - As Novas Formas de Financiamento: O Papel das Grandes Tradings Agrícolas e o Mercado de Futuros Agropecuários	100
Conclusões do Capítulo 2	111
CAPÍTULO III- INVESTIMENTOS, ESTRUTURA PRODUTIVA E DINÂMICA REGIONAL NO SETOR AGROALIMENTAR BRASILEIRO	113
3.1 - Financiamento à Agroindústria e Agricultura no Período 1990-2005	114
3.2 - A Produtividade Agrícola e os Recursos Ociosos	130

3.3 - As Mudanças na Área Plantada e na Produção de Grãos por Estados	138
3.4 - A Dinâmica Territorial da Ociosidade no Setor Agroalimentar	152
3.5 – Os Investimentos e o Mercado de Terras no Estado do Mato Grosso	161
3.6 - Os Institutos de Pesquisa Agropecuária	166
Conclusões do Capítulo 3	171
CAPÍTULO IV– AS MUDANÇAS NO MERCADO CONSUMIDOR DE ALIMENTOS E A DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA NO SETOR AGROALIMENTAR BRASILEIRO	173
4.1- O Consumo de Alimentos no Brasil: Um Novo Padrão?	176
4.2- O Quadro de Suprimentos e a Demanda por Alimentos	190
4.3- A Diferenciação da Oferta e a Estrutura da Demanda	200
4.4- A Geografia do Consumo de Alimentos	212
Conclusões do Capítulo 4	221
CONCLUSÕES GERAIS	234
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1- Taxas de Crescimento %- PIB Total e Setores	27
Tabela nº 2- Comércio Exterior Brasileiro (1980-89)	28
Tabela nº 3 – Importações Brasileiras por Setores - Participação % no total (1980-2007)	51
Tabela nº 4- Exportações, Importações e Saldo na Balança Comercial- Brasil (1990- 2007)	52
Tabela nº 5 - Taxas de Crescimento- PIB Total e Setores- 1990 a 2008	63
Tabela nº 6 - Evolução das Exportações e Importações Agrícolas Brasileiras (1990-2007)	78
Tabela nº 7 - Variação das Exportações Mundiais- Total e Agropecuária (1990-2007)	83
Tabela nº 8 - Número de Contratos Futuros- TOTAL MUNDIAL (milhões de unidades)	91
Tabela nº 9 - Variação Anual do Número de Contratos Futuros- Total Mundial (%)	91
Tabela nº 10 – Ranking das Maiores Bolsas de Mercadorias e Futuros do Mundo	92
Tabela nº 11 - Exportações de Produtos Agrícolas por Países Selecionados	95
Tabela nº 12 - Importações de Produtos Agrícolas por Países (US\$ milhões)	96
Tabela nº 13 - Maiores Grupos do Agronegócio no Brasil por Receita Líquida- 2007	103
Tabela nº 14 - Número de Contratos Futuros de Soja e Milho na BM&F	109
Tabela nº 15 - Valores dos Contratos Futuros de Soja e Milho na BM&F (US\$ 1.000)	110
Tabela nº 16 - Evolução dos Recursos de Crédito Rural (1985- 2007)	115
Tabela nº 17 - Crédito Rural para Custeio e Comercialização por Culturas como parcela do Crédito Rural Total (%)	116
Tabela nº 18- Participação dos Estados nos Valores Totais do Crédito Rural- Acumulado por Períodos (%)	119
Tabela nº 19- Desembolsos e Número de Operações do BNDES para as Principais Cadeias – 1990/99	120
Tabela nº 20- Desembolsos do BNDES para a Cadeia de Grãos, segundo a Finalidade das Atividades – 1990/99	121
Tabela nº 21- Desembolso do Sistema BNDES Total, Finame e Agrícola (R\$ milhões)	122
Tabela nº 22- Investimentos Anunciados pela Indústria de Alimentos em 1995 (subsetores e empresas selecionadas)	125

Tabela nº 23 - Consumo Médio de Calcário por Hectare das Lavouras Temporárias- Estados Selecionados	135
Tabela nº 24 - Evolução Acumulada da Área Plantada com Culturas Temporárias por Unidades da Federação- base 1990 (%)	141
Tabela nº 25 - Evolução Acumulada da Área Plantada com Culturas Temporárias por Unidades da Federação- base 1990 (%)	141
Tabela nº 26 - Diferença em Hectares do Avanço ou Recuo da Área dos Estabelecimentos Agropecuários entre 1996 e 2006 por Utilização das Terras	145
Tabela nº 27- Capacidade Instalada Industrial de Processamento de Soja e Produção de Soja em Grão - Brasil e Unidades da Federação (2000-2005)- Toneladas	153
Tabela nº 28- Quantidade de Soja em Grão Embarcada por Portos de 1994 a 2005 (Mil Toneladas)	155
Tabela nº 29 – Estabelecimentos Agropecuários- Número, área ocupada e utilização das terras - Brasil - 1970/2006	163
Tabela nº 30 – Estabelecimentos Agropecuários- Número, área ocupada e utilização das terras - Centro-Oeste - 1970/2006	163
Tabela nº 31- Elasticidade-renda da despesa com alimentos selecionados	183
Tabela nº 32- Consumo de Alimentos Domiciliar <i>Per capita</i> por Grupos e Subgrupos de Produtos	185
Tabela nº 33-Faturamento da Indústria de Alimentos com Produtos Prontos e Congelados (US\$ milhões)	187
Tabela nº 34- Evolução anual do Consumo dos Principais Alimentos (%)	192
Tabela nº 35-Crescimento do Consumo Total de Alimentos no Brasil (var. %)	200
Tabela nº 36- Alimentos Industrializados- Concentração das Marcas e Participação dos Supermercados nas Vendas (2003)	209

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico n° 1- Media Trimestral da Utilização da Capacidade Instalada da Indústria Brasileira (1970-2005)	25
Gráfico n. 2 - FBCF Total, de Construções e de Máquinas e Equipamentos como Parcela do PIB e Taxa de Crescimento do PIB (1970-89)	34
Gráfico n. 3 - FBCF Total, de Construções e de Máquinas e Equipamentos como Parcela do PIB e Taxa de Crescimento do PIB (1990-2007)	36
Gráfico n° 4- FBCF em Máquinas e Equipamentos (Valores em R\$ de 2005)	38
Gráfico n° 5- Utilização (%) da Capacidade Instalada por Categorias de Uso Final	58
Gráfico n° 6- Utilização (%) da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Consumo Leves	59
Gráfico n° 7- Utilização (%) da Capacidade Instalada da Indústria de Alimentos, Bebidas e Fumo	59
Gráfico n° 8- Evolução dos Recursos de Crédito Rural (1985- 2005)	79
Gráfico n. 9 - Preços Internacionais Mensais de Commodities Seleccionadas (US\$/ton)	89
Gráfico n. 10 - Preços Internacionais Mensais de Soja e Derivados (US\$/Ton)	90
Gráfico n° 11- Evolução do Crédito de Investimento como Parcela do Crédito Rural Total (%)- 1969 1 2007	117
Gráfico n° 12- Faturamento, Investimentos, Importações e Exportações do Setor de Máquinas Agrícolas (US\$ milhões)	129
Gráfico n° 13- Produção, Vendas Internas e Exportações de Máquinas Agrícolas (unidades)	129
Gráfico n° 14 - Área Plantada com Culturas Temporárias no Brasil e Regiões (1990-2005) – mil há	140
Gráfico n° 15- Área Plantada com Culturas Temporárias por Estados- Norte (1990-2005) - mil há	142
Gráfico n° 16- Área Plantada com Culturas Temporárias por Estados- Nordeste (1990-2005)	142
Gráfico n° 17- Área Plantada com Culturas Temporárias por Estados- Sudeste (1990-2005)	143
Gráfico n° 18- Área Plantada com Culturas Temporárias por Estados- Sul (1990-2005)	143
Gráfico n° 19- Área Plantada com Culturas Temporárias por Estados- Centro-Oeste (1990-2005)	144
Gráfico n° 20- Área Plantada Total com Grãos no Brasil (1990-2005)- mil ha.	146
Gráfico n° 21- Produção de Grãos no Brasil (1990-2005)- mil toneladas	146

Gráfico n° 22 – Orçamento da Embrapa em Mil R\$ de 2005	169
Gráfico n° 23- Consumo Domiciliar <i>percapita</i> de Alimentos por Faixas de Renda (alimentos básicos e semi-industrializados)	178
Gráfico n° 24- Consumo Domiciliar <i>percapita</i> de Alimentos por Faixas de Renda (alimentos industrializados)	180
Gráfico n° 25- Consumo Domiciliar <i>percapita</i> de Alimentos por Faixas de Renda (Carnes)	181
Gráfico n° 26- Consumo Interno dos Principais Produtos Agrícolas	191
Gráfico n° 27- Quadro de Suprimentos de Produtos Agrícolas: Arroz	193
Gráfico n° 28- Quadro de Suprimentos de Produtos Agrícolas: Feijão	195
Gráfico n° 29- Quadro de Suprimentos de Produtos Agrícolas: Milho	196
Gráfico n° 30- Quadro de Suprimentos de Produtos Agrícolas: Trigo	196
Gráfico n° 31- Quadro de Suprimentos de Produtos Agrícolas: Soja	197

LISTA DE MAPAS

Mapa nº 1- Solos- Potencialidade Agrícolas	137
Mapa nº 2 - Produção de Milho por Estados (1970-2005)	148
Mapa nº 3- Produção de Soja por Estados (1970-2005)	149
Mapa nº 4 - Produção de Arroz por Estados (1970- 2005)	150
Mapa nº 5- Produção de Feijão por Estados (1970- 2005)	151
Mapa nº 6 – Localização das Unidades de Processamento de Soja e dos Portos de Exportação de Soja	157
Mapa nº 7 - Rotas de escoamento de Soja- Norte do Mato Grosso	158
Mapa nº 8 - Rotas de escoamento de Soja- Oeste da Bahia	159
Mapa nº 9 - Rotas de escoamento de Soja- Sudeste de Goiás	160
MAPA nº 10- Consumo Anual Domiciliar Percapita de Farinhas Unidades da Federação- 2003	214
MAPA nº 11- Consumo Anual Domiciliar Percapita de Massas e Biscoitos Unidades da Federação- 2003	215
MAPA nº 12- Consumo Anual Domiciliar Percapita de Carne de Frango Unidades da Federação- 2003	216
Mapa nº 13- Consumo Domiciliar Percapita de Carne Bovina de Primeira- 2003	217
Mapa nº 14- Consumo Domiciliar Percapita de Carne Bovina de Segunda- 2003	218
Mapa nº 15- Consumo Domiciliar Percapita de Embutidos de Suínos- 2003	219

LISTA DE SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio

ABEF- Associação Brasileira de Exportadores de Frango

ABIA - Associação Brasileira da Indústria da Alimentação

ABIOVE - Associação Brasileira da Indústria da Indústria de Óleos Vegetais

ANEC - Associação Nacional de Exportadores de Cereais

ANFAVEA – Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CPR – Cédula do Produto Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IED - Investimento Estrangeiro Direto

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FAO – Food and Agriculture Organization (Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas)

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

JICA – Agência Japonesa de Cooperação Internacional

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior

NPK – Nitrogênio, Fósforo e Potássio

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil

OMC – Organização Mundial do Comércio

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

UDR – União Democrática Ruralista

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento

RESUMO

A presente tese analisa o desenvolvimento do setor agroalimentar brasileiro, no período pós-1990, e suas relações com as oscilações da economia brasileira, com sua inserção internacional e com a política agrícola. O papel dos investimentos, da demanda e dos recursos ociosos ocupa espaço central na análise.

A hipótese central é que a dinâmica do setor agroalimentar brasileiro, na década de 1990 e seguinte, foi marcada mais pelo amadurecimento dos investimentos realizados nas décadas de 1970 e 80, do que pela dinâmica da abertura e desmonte da ação do Estado da década de 1990. Baseado na teoria da dinâmica cíclica com formação de recursos ociosos de Ignácio Rangel e com apoio de ampla análise de dados argumentou-se que:

1- o crescimento do setor agroalimentar na década de 1990, e das exportações agrícolas após 1999, foram possíveis pelos investimentos e pela política de desenvolvimento do setor das décadas de 1970 e 80. Os investimentos no setor agroalimentar possuem uma dinâmica cíclica que respondeu a partir da década de 1990 reativamente ao crescimento, e que retornam após 1999 com recursos oficiais e a partir de 2003 com a elevação dos preços internacionais de commodities agrícolas.

2- a trajetória dos sub-setores do setor agroalimentar foi heterogênea, em consequência da mesma política macroeconômica. Logo, a diferença dos impactos causados relacionou-se diretamente a trajetória de cada sub-setor no período anterior à abertura em termos de investimentos, de nível tecnológico e em especial quanto as perspectivas de crescimento ou estagnação da demanda.

3- As oscilações da conjuntura, da política macroeconômica e das políticas setoriais são fundamentais. O setor é sensível a distribuição de renda, às taxas de crescimento do PIB e ao aumento do desemprego. Além disso, o setor agroalimentar apresentou um papel político central: na década de 1980, como elemento para o controle da inflação, recebeu incentivos e proteção; na década de 1990, as exportações são liberadas mas recorre-se às importações para baixar os preços internos. Após 1999, o setor passa a ocupar novamente o lugar de auxiliar na obtenção de divisas, de redução do déficit comercial e retomada do crescimento do PIB (como no início da década de 1980). Com isso, os interesses do setor se reforçam (incluindo seus representantes no legislativo e no executivo) e novas políticas setoriais de incentivo começam a surgir.

4- A dinâmica regional da agricultura é outro elemento central para se compreender os movimentos mais amplos do setor. A ociosidade de terras e de instalações industriais (devido as grandes distâncias entre as áreas produtoras de matérias-primas e a indústria e também devido aos impostos interestaduais) possui um componente territorial que influencia em toda a dinâmica do setor agroalimentar. As diferentes condições de solo, relevo e clima influenciam na produtividade e na escolha das técnicas utilizadas, o que gera grande diferenciação regional no Brasil.

Palavras- Chave: 1. Geografia Econômica; 2. Setor Agroalimentar; 3. Política Econômica; 4. Política Agrícola; 5. Recursos Ociosos e Investimentos; 6. Dinâmica Cíclica da Economia; 7. Dinâmica Regional da Agricultura; 8. Mercado Consumidor de Alimentos

ABSTRACT

This thesis analyzes the development of the Brazilian food sector in the post-1990, and its relations with the fluctuations of the Brazilian economy, with its international integration and agricultural policy. The investments, demand and idle resources has an important role.

The central hypothesis is that the dynamics of the Brazilian food industry in the 1990s and after, was led by maturity of the investments in the 1970s and 80s. Based on the theory of cyclical dynamics with formation of idle resources by Ignacio Rangel and with broad support from data analysis, it was argued that:

1- the growth of food industry in the 1990s, and agricultural exports after 1999 were made possible by the investments and the development policy of the industry of the 1970s and 80s. Investment in food sector have a cyclical dynamic that responded from the 1990s reactively growth, and after returning in 1999 with governmental resources from 2003 to the rising international prices of agricultural commodities.

2- the trajectory of the sub-sectors of the food industry was heterogeneous, as a result of the macroeconomic policy. The difference of the impact caused is related directly to the trajectory of each sub-sector in the period before the opening, in terms of investments, technological level and specially on the prospects for growth or stagnation of demand.

3- Fluctuations in the economy, the macroeconomic policy and sectoral policies are crucial. The food sector is sensitive to distribution of income, the growth rates of GDP and increased unemployment. Moreover, the food sector had a central political role: in the 1980s, as an element for controlling inflation, its received subsidies and protection, in the 1990s, exports are released but it relies on imports to reduce domestic prices. After 1999, the food sector will again occupy the place of help in obtaining foreign currency, reducing the trade deficit and leading to growth of GDP (as in the early 1980's). With this, the interests of the sector is strengthening (including their representatives in the legislative and the executive) and new policies to encourage food sector begin to emerge.

4- The regional dynamics of agriculture is another key element to understanding the movements of the food sector. The idleness of land and industrial plants (due to the large distances between the areas producing raw materials and industry and also due to tax interstate) has a territorial component that influences the dynamic in the food sector. The different soil conditions, topography and climate influence the productivity and the choice of techniques, which generates large regional differences in Brazil.

Keywords: 1. Economic Geography, 2. Food Industry, 3. Economic Policy, 4. Agricultural Policy, 5. Idle resources and investments; 6. Cyclical dynamics of the Economy, 7. Regional dynamics of Agriculture; 8. Consumer Market of Food

Introdução

Ao economista, o autor talvez pareça um peregrino fora do seu setor, e ao historiador pareça um amador intruso. Desse perigo e de seu próprio preparo imperfeito, o autor tem ciência, mas ainda assim foi levado a perseverar, pela crença obstinada de que a análise econômica só faz sentido e pode dar frutos quando ligada a um estudo do desenvolvimento histórico, e que o economista assoberbado pelos problemas atuais tem algumas perguntas próprias a fazer aos dados históricos. (...) a pertinência das perguntas às quais uma determinada teoria tenta responder só pode ser julgada à luz do conhecimento da forma de desenvolvimento e da seqüência dos acontecimentos no passado. Em outras palavras, não é apenas questão de verificar determinadas suposições, mas de examinar as relações dentro de um conjunto complexo de suposições e entre esse conjunto em seu todo e a realidade em transformação (Dobb, 1987, p. 07 e 08).

O objetivo da presente tese é analisar o desenvolvimento do setor agroalimentar brasileiro, no período pós-1990, e suas relações com as oscilações da economia brasileira, com sua inserção internacional e com a política agrícola. O papel dos investimentos, da demanda e dos recursos ociosos ocupa espaço central na análise.

A hipótese central da tese é que a dinâmica do setor agroalimentar brasileiro na década de 1990 e seguinte, foi marcada mais pelo amadurecimento dos investimentos realizados nas décadas de 1970 e 80, do que pela dinâmica da abertura e desmonte da ação do Estado da década de 1990. No período 1990-98, o crescimento médio do PIB agropecuário foi de apenas 1,7% ao ano, inferior ao crescimento do PIB total, de 1,9%. No entanto, no período após a desvalorização cambial de 1999 até 2004, do “boom” do agronegócio, o crescimento médio anual do PIB agropecuário foi de 5,3% ao ano contra 2,3% do PIB total¹.

Com a desvalorização cambial de 1999, os preços relativos chegaram a um nível que favorecia aos produtos internos, demonstrando que o principal problema do agro brasileiro estava no lado da demanda – o câmbio - e não na tão propalada ineficiência dos produtores brasileiros, como se alegou durante boa parte da década de 1990, para se justificar a abertura e as importações agrícolas. No período 1980-89 as importações agrícolas somaram US\$ 19,7 bilhões, subindo para US\$ 52,1 bilhões no período 1990-99 (apenas nos primeiros quatro anos do governo FHC, estes valores somaram US\$ 29,5 bilhões)². Nos anos seguintes, a expansão das exportações agrícolas, combinadas às altas taxas de crescimento do setor e ao baixo crescimento dos setores industriais, repõe o otimismo dos defensores do agronegócio e este passa a ser apresentado como

¹ Cálculos próprios a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais.

² Dados da OMC-International Statistics Database, disponíveis em www.wto.org.

exemplo de “eficiência e sucesso”³. Por um lado isto reforçou as críticas à política macroeconômica do governo FHC, de arrocho fiscal e monetário, juros elevados e câmbio sobrevalorizado, enfatizando seus efeitos perversos sobre os setores produtivos. Por outro, os defensores da política econômica passaram a atribuir o sucesso das exportações e as mudanças no setor (crescimento da produtividade na década de 1990, ganhos de escala, retomada dos investimentos, safras recordes de grãos) à abertura de mercado e à política econômica pós-Plano Real.

Parte significativa dos analistas do agro brasileiro, desde economistas dos órgãos do governo (IPEA, CONAB entre outros) até acadêmicos, difundiu acriticamente esta idéia. Entre os inúmeros trabalhos realizados no período, alguns autores tornaram-se mais influentes, e dentre estes, merecem destaque os trabalhos de Dias e Amaral (1999), Rezende e Helfand (2001), Coelho (1997), Gasques, Rezende et al (2004) entre outros.

A proposta da presente Tese é buscar outra explicação para a dinâmica do setor agroalimentar no período 1990-2007. O foco do trabalho se direciona para a produção de grãos, pois nesta cadeia encontram-se produtos mais dinâmicos, como a soja e o milho; e produtos menos dinâmicos, como o arroz e o feijão. Na análise da demanda, o foco se direciona sobre a indústria de alimentos como um todo, buscando analisar as mudanças nos padrões de consumo e a diversificação da oferta de alimentos.

Nas análises realizadas comumente por economistas prioriza-se o estabelecimento de uma macro-dinâmica do setor, que mascara as profundas diferenças intra-setoriais. Observe-se que não se refere aqui à diferenças entre empresas específicas, mas às diferenças entre grupos de empresas e entre a agricultura voltada a determinados produtos. Tendo isto em vista, a análise aqui proposta busca explicitar a heterogeneidade

³ É característica desta mudança, a atitude do então novo ministro da agricultura, Pratini de Moraes (empossado em 19 de julho de 1999), o qual passou a apontar a manutenção de subsídios à agricultura pelos países da União Européia e pelos EUA como uma questão central que afetava a agricultura brasileira.

do setor quanto a sua dinâmica, estrutura, mercados consumidores, integração, concentração de capital e dinâmica regional.

Na virada da década de 1980 para 1990 assistiu-se a inúmeras mudanças na economia e na política nacionais. A crise da dívida na América Latina, na seqüência da crise do petróleo levou a economia brasileira à recessão e ao aumento do endividamento externo. Neste contexto, o fim do governo militar e o recrudescimento da inflação levam à mudanças na política econômica, afetando diretamente o setor agroalimentar. A primeira mudança de impacto ocorre na metade da década de 1980, com o fim do crédito subsidiado, e inserção das taxas de juros de mercado. Na segunda metade da década de 1980, inicia-se o desmonte das políticas de incentivo à produção e de proteção contra importações agrícolas. Na década de 1990 esse processo se amplia, com o desmonte do serviço federal de extensão rural, com a redução dos recursos para pesquisa agropecuária, com a liberação das importações e cortes significativos dos recursos de crédito rural e da política de garantia de preços mínimos (PGPM) entre outras.

Se por um lado a política macroeconômica passou a ser o carro-chefe da economia nacional no período pós-1990, obrigando à análise de conjunto (inclusive dos movimentos da economia mundial), por outro, há diferentes estruturas produtivas regionais que aprofundaram suas diferenças com o desenvolvimento de novos centros de produção e com a reestruturação das regiões produtoras já consolidadas.

O abandono, pelo governo federal, de políticas ativas de desenvolvimento dos setores produtivos fez com que alguns governos estaduais tomassem a atração de investimentos a seu cargo, oferecendo, via de regra, vantagens fiscais e algumas vezes patrimoniais (doação de terrenos, construção de instalações e infra-estruturas etc.). Esta guerra fiscal, combinada com a política macroeconômica, a abertura de mercado e as facilidades para

atração do investimento estrangeiro direto (IED) levaram à reestruturação produtiva e patrimonial do setor agroalimentar, aprofundando as diferenças regionais. Com este processo os grupos nacionais partiram para estratégias mais agressivas visando manter-se e expandir-se com o acirramento da concorrência no âmbito da abertura de mercado.

Desta maneira, a compreensão do setor agroalimentar e de sua dinâmica envolve algumas questões que são fundamentais no presente trabalho:

1) *A dinâmica da economia nacional e da política econômica* ocupa papel central, pois o setor é sensível à variações na renda, aos incentivos à exportações, às importações, aos preços dos insumos e ao acesso ao crédito. A agricultura, em especial a partir de 1930, perde progressivamente para o setor industrial a liderança econômica do país, passando a ocupar um lugar “auxiliar” da expansão industrial, via geração de divisas e de alimentação barata para a classe trabalhadora.

2) *As oscilações positivas e negativas do setor agroalimentar* são mais curtas no tempo e bem menos impactantes em termos de intensidade (no sentido de que a manifestação da crise em um produto ou cadeia, não afeta necessariamente o setor como um todo). A convivência de distintos níveis tecnológicos com seus respectivos mercados faz com que os impactos de novas tecnologias e formas de produção não sejam tão completos (e imediatos) quanto em outros setores intensivos em tecnologia. Num país como o Brasil, as generosas condições naturais possibilitam a geração de renda diferencial que retarda e mesmo desestimula a adoção de novas tecnologias. Por exemplo, a crescente exportação de carne oriunda da pecuária extensiva, ao lado da moderna avicultura industrial, demonstra isto com clareza. Outro exemplo significativo é a permanência de pequenos produtores de soja no Sul do Brasil com menos de 100 hectares, ao lado dos grandes produtores com milhares de hectares do centro-oeste. Esta

permanência deve-se, em grande parte, à fertilidade natural do solo em áreas do Paraná, o que reduz, em muito, os custos de produção.

3) *A estrutura da demanda* é o principal fator de estímulo ou não à realização de investimentos na ampliação da capacidade, na busca de novos mercados e na introdução de inovações. A baixa elasticidade-renda da demanda⁴ por alimentos leva à concentração de mercado e diversificação da oferta para as camadas mais elevadas de renda (de alimentos mais sofisticados) e estagnação ou lento crescimento da oferta para as camadas mais baixas de renda (de alimentos mais básicos).

5) *As relações entre as condições naturais e técnicas de produção* e transporte são fundamentais no crescimento ou estagnação de determinadas regiões ou produtos. Condições naturais favoráveis podem retardar o avanço técnico e vice-versa. Foi necessário o desenvolvimento de técnicas adequadas de adubação e preservação do solo, como o plantio direto, para que fosse possível produzir nos solos ácidos e arenosos do Centro-Oeste brasileiro e aproveitar as condições geomorfológicas da região, propícias à mecanização de larga escala.

6) *A amplitude dos mercados* é fundamental para a compreensão das condições de expansão da oferta, de geração de demanda, de estrutura da concorrência, do papel e do peso do capital comercial, da agroindústria, das bolsas de mercadorias, dos acordos internacionais, das barreiras ao comércio, da amplitude e frequência das crises e oscilações de preços.

⁴ Elasticidade-renda da demanda é um conceito que relaciona a capacidade de crescimento da demanda de um determinado produto conforme as diferentes faixas de renda. Um produto com baixa elasticidade-renda da demanda significa que as camadas mais baixas de renda consomem em maior quantidade e, à medida que avançam as faixas de renda (ou que ocorrem mudanças na renda das famílias), o consumo diminui de forma absoluta. Uma alta elasticidade-renda significa que o produto encontra espaço crescente conforme avançam as faixas de renda. Na primeira categoria encontram-se, em geral, produtos mais populares e de baixo preço, enquanto na segunda encontram-se produtos mais sofisticados, ou raros, de preços mais elevados.

**

A presente tese se insere numa geografia econômica que põe a análise da acumulação de capital e o desenvolvimento dos setores econômicos em primeiro plano⁵. Como afirmou Monbeig (1957), o capital é um dos agentes geográficos mais eficientes, sendo o estudo dos investimentos tão central quanto o estudo das técnicas de produção e das condições naturais, na análise das atividades agrícolas. Esta escolha nos leva à uma combinação da geografia econômica com a teoria econômica e a história econômica. Como propôs Dobb (1987) um estudo histórico, e portanto geográfico, do desenvolvimento econômico.

Como referência central para a compreensão dos movimentos da formação social brasileira, trabalhamos com as teorias de Ignácio Rangel. Do referencial de Rangel derivam as principais questões que analisamos nesta pesquisa, em especial as relações entre *crescimento cíclico, investimentos e capacidade ociosa*.

Os pactos de poder que ocupam o Estado, as *Dualidades*, estão entre os pilares da análise rangeliana da economia e da sociedade brasileira. Como afirma Rangel (1986a), o poder do Estado, desde a independência, sempre foi exercido por uma coalizão de *duas* classes que refletem o amadurecimento das forças produtivas nacionais. A mudança de classes não ocorre simultaneamente, mas com meias-rupturas no momento de crise da economia mundial. Estas “meias-rupturas” levam a que as mudanças sejam lentas e graduais.

⁵ A análise dos processos regionais e setoriais de acumulação do capital e suas relações com a dinâmica cíclica do desenvolvimento brasileiro vem sendo realizada por um grupo de geógrafos sob a orientação do professor Armen Mamigonian. Os trabalhos vêm abrangendo diversas temáticas, da acumulação de capital em âmbito regional e mundial (Mamigonian, 1966, 1985, 1999, 2000 entre outros); ao comércio (Bastos, 2002); grupos industriais (Silva, 1997 e 2005, Rocha, 2004, Napoleão, 2005, Luedemann, 2003); agroindústria e agricultura (Espíndola 2002, Sampaio 2003, Benites, 2000); infra-estruturas e crescimento econômico (Jabbour, 2006); teoria e métodos da Geografia (Pereira, 1989 e 1997, Vieira, 1992, Mamigonian, 1991); entre outros. Estes aproximam-se por um lado, da visão ampla dos geógrafos clássicos e por outro, da economia política marxista.

A primeira dualidade composta pelo latifúndio escravista e pelo nascente capital comercial (ligado ao capital comercial português), mantém a hegemonia da independência até a abolição/república. Com esta mudança o capital comercial já amadurecido (ligado ao capital industrial inglês), passa à posição hegemônica associado ao latifúndio semi-feudal.

A segunda dualidade mantém-se até a crise de 1929, quando é confrontada com nova situação econômica, a qual é incapaz de contornar. O latifúndio voltado ao mercado interno, amadurecido politicamente, associa-se ao nascente capital industrial nacional (ligado ao capital financeiro norte-americano), marcando o período da efetiva industrialização brasileira. Após o fim do governo militar, a terceira dualidade é abalada, com a perda de força do capital industrial e reforço do capital financeiro nacional (ligado ao capital financeiro internacional). Esta mudança representa o primeiro passo no redirecionamento da política econômica, que refletindo os interesses das classes no poder, prioriza a internacionalização, desmontando as políticas de reforço do mercado interno. Este é o período que toca à nossa análise.

A análise do tema da dinâmica cíclica e dos recursos ociosos nos remete a estudiosos que trataram do tema nas economias industrializadas. Desde Marx o tema das crises ocupa posição de destaque entre estudiosos do desenvolvimento econômico. Seguindo-se a Marx há diversos estudiosos que analisaram o *problema da realização*, como Lênin, Rosa Luxemburgo, Tugan-Baranovski, Nicolai Kondratieff, Paul Sweezy, Paul Baran entre outros⁶. Embora com abordagens e respostas diversas para a problemática, estes tinham em comum a busca de explicações para as crises que periodicamente assolam o

⁶ Uma análise de como estes pesquisadores trataram da teoria da realização e a problemática das crises, pode ser encontrada em Sweezy (1983) e Miglioli (1982).

capitalismo e suas relações com a acumulação (taxa de lucro), a oferta e demanda e as condições políticas decorrentes

Em Keynes (1983) e Kalecki (1983) esta é uma das preocupações centrais na consideração do desenvolvimento e das crises. Em ambos autores o problema da realização é sistematizado como a questão da *demanda efetiva*. Para Kalecki a questão da efetiva utilização da estrutura produtiva instalada e a ocupação da mão de obra disponível é o principal problema das economias capitalistas avançadas:

O principal problema de uma economia capitalista desenvolvida é a adequação da demanda efetiva. Tal economia possui um equipamento de capital que mais ou menos se equipara à força de trabalho existente e, portanto, poderia gerar uma bem mais elevada renda per capita se seus recursos fossem plenamente utilizados. Isso todavia não é necessariamente o caso. Acreditava-se no passado que isso ocorresse automaticamente, isto é, que tal economia tendesse para a manutenção do pleno emprego e que, assim, o desemprego pudesse ser considerado meramente acidental e pouco durável desvio da plena utilização de recursos, uma fricção sem importância que poderia ser desprezada (Kalecki, 1983, p. 133 grifo nosso).

Kalecki argumenta que os analistas dedicaram-se aos problemas do *crescimento*, deixando de lado a demanda efetiva. Acreditava-se que no longo prazo esta se ajustaria de dois modos :

- a) o crescimento se daria a uma taxa de equilíbrio, de modo que o aumento do investimento geraria demanda efetiva para a capacidade produtiva adicional;
- b) Qualquer que fosse a taxa de crescimento, os recursos produtivos seriam plenamente utilizados devido à flexibilidade dos preços no longo prazo.

Estas condições não se verificam, pois “qualquer pequeno declínio fortuito da taxa de crescimento envolve uma redução do investimento e, conseqüentemente, da renda nacional, em relação ao estoque de equipamento, que afeta o investimento adversamente e gera uma queda maior da taxa de crescimento” (Kalecki, 1983, p. 124).

Kalecki observa que há uma confusão entre as potencialidades de produção e a efetivação destas possibilidades: “o mero fato de que a acumulação de capital criadora de novas potencialidades de produção seja *viável* não prova ainda que esse investimento efetivamente se realizará e que as novas potencialidades de produção serão adequadamente usadas” (Kalecki, 1983, p.125).

De Kalecki pode-se extrair algumas lições importantes sobre o desenvolvimento econômico, que mais adiante estarão presentes na análise do Brasil atual:

- 1) Há um descompasso entre o ritmo de crescimento da produção e o da renda, que leva à ociosidade da estrutura produtiva, à queda da taxa de acumulação, à queda dos investimentos e conseqüentemente da renda e do emprego.
- 2) O processo de desaceleração do crescimento, de procura por novas oportunidades de investimento e aumento da utilização da estrutura produtiva é o próprio mecanismo do ciclo econômico – inerente ao capitalismo.
- 3) Mais problemático do que a construção da estrutura produtiva é a manutenção de sua taxa de utilização com pleno emprego e a resolução dos pontos de estrangulamento da economia como um todo;
- 4) O papel dos grupos monopolistas ou oligopolistas pode ser fundamental tanto no processo de retomada de crescimento quanto no de aprofundamento da crise, uma vez que estes podem manter seus preços rígidos para diminuir as perdas.
- 5) O Estado ocupa papel central na manutenção da demanda efetiva e na realização dos investimentos.

Contemporaneamente à Kalecki (mas muito mais conhecido), Keynes desenvolveu estudos com conclusões e conseqüências teóricas semelhantes. Keynes criticou os fundamentos dos economistas neoclássicos (nos quais ele havia sido formado) por perceber que o capitalismo, deixado a seu próprio impulso, conduzia a crises cada vez mais violentas, ao desemprego e à subutilização dos recursos. Para Keynes, a lei de Say⁷ (base de todo pensamento neoclássico) é uma grosseira simplificação da realidade econômica, e a economia neoclássica apoiada em seus pressupostos, torna-se inaplicável, mesmo à questões básicas do dia-a-dia.

Numa passagem de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Keynes se exprime acerca do vago tratamento que a *questão da efetiva utilização dos recursos produtivos* recebe dos economistas clássicos:

Naturalmente seria absurdo dizer que nunca foi examinada, pois todas as discussões relativas às flutuações do emprego, que tem sido muitas, ocuparam-se dela. Não quero dizer que o assunto tenha sido descuidado, mas que **a teoria fundamental subjacente foi julgada tão simples e óbvia que foi, quando muito, objeto de menção superficial** (Keynes, 1983, p. 17 grifo nosso).

A analogia com o caso brasileiro é obrigatória. A existência de capacidade ociosa é admitida, mas tratada pela quase unanimidade dos analistas como algo circunstancial e de uma obviedade tal que não merece maiores considerações teóricas.

Enquanto a maioria dos analistas, incluindo os cepalinos, insistiu na análise da disponibilidade de recursos e no financiamento da expansão da capacidade produtiva, Rangel observou que os recursos já disponíveis não eram plenamente utilizados,

⁷ A Lei de Say tornou-se um fundamento do pensamento neoclássico. Segundo ela, cada novo aumento da oferta cria sua própria demanda e portanto, a produção e a renda crescem juntas. As conseqüências centrais dessa lei são que, por um lado a existência de recursos ociosos é vista como mero fenômeno passageiro e por outro que as crises são acidentes, problemas externos ao desenvolvimento econômico.

constituindo uma poupança interna e que isto imprimia acentuado caráter espasmódico à industrialização brasileira, com profundas desigualdades setoriais e regionais⁸.

A especificidade do caso brasileiro reside no que Rangel denominou de **dialética da capacidade ociosa** (Rangel, 1980, 1982 e 1986a). O processo de desenvolvimento brasileiro levou à formação simultânea, no período 1930-80, de setores carregados de ociosidade (que impelem a economia para a crise) e setores carentes de investimento (mas fundamentais para possibilitar o crescimento nos setores com ociosidade).

Para Rangel, a idéia altamente difundida de que a renda obtida era idêntica à capacidade produtiva, esconde os estrangulamentos em outras áreas e põe a formação de novo capital como única forma de aumento da produção:

A adoção de hipóteses simplificadoras – por exemplo a que supõe a plena utilização da capacidade produtiva – torna-se muitas vezes abusiva, até porque o cumprimento de tal hipótese ordinariamente denuncia considerável grau de saúde econômica do sistema, a menos que, por um abuso ainda maior, arbitrariamente suponhamos idênticas a capacidade produtiva e a renda obtida, ignorando o potencial não utilizado, resultante de pontos de estrangulamento ou outras causas, e até de desemprego (Rangel, 2005, p. 486).

Um dos problemas principais para a análise está em se identificar a diferença entre o produto nacional e o valor pelo qual se deve medir a capacidade produtiva⁹:

⁸ Celso Furtado insistia na debilidade do equipamento de capital nacional que pudesse gerar o aumento de produtividade necessário à expansão do produto interno. Considerava que choques externos, em especial via câmbio, poderiam prover o capital necessário, via importações de bens de equipamento para a indústria nacional. No entanto, não conseguiu deixar de reconhecer o papel que a estrutura produtiva já existente antes da crise da década de 1930 (e portanto da crise do café), jogou na recuperação e crescimento na década seguinte: “Mantinha-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (conseqüência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação de renda” (Furtado, 1981, p 202).

⁹ Rangel define a capacidade produtiva como o valor dos bens e serviços que podem ser produzidos com a utilização de toda a mão-de-obra disponível e combinada com as melhores técnicas, com os recursos naturais e de capital existentes. Há uma diferença fundamental entre o produto potencial e o produto efetivamente

Numa economia que vem se desenvolvendo sem plano ou com base em planos rudimentares, sem nítida visão de conjunto, é de se esperar que tal diferença seja enorme, e essa expectativa confirma-se logo ao primeiro exame, no Brasil de hoje [o texto data do início da década de 1960. Observação nossa]. O sistema brasileiro está cheio de reservas não utilizadas por diferentes motivos, não obstante a violenta inflação e mesmo por causa dela (Rangel, 2005, p. 486).

A programação econômica aplicada no Brasil enfatizou a formação de capital para a ampliação do produto, levando a que a compressão do consumo e a obtenção de divisas externas se tornassem as principais fontes de poupança para financiar o crescimento. Justificava-se com isso, a compressão do consumo e outras medidas impopulares como arrocho salarial, aumento dos juros, aumento da carga tributária, entre outras. Não se considerava relevante a existência de poupança interna.

Na visão ortodoxa não se contempla a possibilidade de que as classes poupadoras e o Estado aumentem o investimento à custa das reservas de capacidade, aumentando a utilização da estrutura produtiva, gerando mais consumo, mais renda e mais recursos a serem investidos. Na análise de Rangel, a poupança é formada no processo ativo de crescimento do produto e do investimento¹⁰.

obtido, o qual, mesmo nos melhores anos, é inferior ao potencial. Há sempre possibilidade de melhores combinações de fatores do que as utilizadas, que permitam aumento do valor global e utilização mais intensa dos recursos disponíveis. Para Rangel há diversas maneiras de ampliar a capacidade produtiva, inclusive como decorrência da ampliação do consumo e da melhoria das condições de educação do trabalhador, o que o leva a melhor utilizar os recursos disponíveis. Independentemente do novo investimento em capital, pode-se aumentar a produtividade do trabalho, e conseqüentemente a capacidade produtiva da economia nacional com a racionalização da produção, a introdução de melhores esquemas de divisão do trabalho e com melhor utilização dos recursos produtivos existentes.

¹⁰ “A fonte desses vícios está, em parte, na adoção de uma visão *ex post* do processo de formação de capital. A poupança, com efeito, é conceituada como resíduo deixado pelo consumo, *dada a renda*. Esta, arbitrariamente identificada com a capacidade produtiva, seria parcialmente consumida, mas de tal forma que restaria uma diferença que vai alimentar o fundo social de inversão, o que importa dizer que, para intensificar a formação de capital bastaria comprimir o consumo” (Rangel, 2005, p. 492). Sinteticamente, a prioridade à formação de capital e à entrada de capital estrangeiro para se financiar o crescimento, apresenta os seguintes problemas: a) Não há meio exato de medir as entradas e saídas de recursos; b) As entradas podem escapar de diversas maneiras para o consumo; c) É arbitrária a relação entre entrada líquida de recursos e formação de capital; d) O investimento bruto real é bem superior ao contabilizado, pois na própria reposição do valor dos equipamentos investe-se em tecnologias mais produtivas que aumentam a capacidade instalada. Há uma correlação arbitrária entre aumento do valor dos bens de produção e expansão da estrutura produtiva.

O resultado do esforço da economia para converter o produto potencial em produto efetivo, pode assumir uma dinâmica em que o aumento do produto efetivo é superior ao aumento do investimento. Assim, na realidade, o montante do investimento determina-se independentemente da renda e seu limite é a capacidade produtiva prontamente utilizável.

A origem da **propensão à formação de capacidade ociosa** nos setores produtivos liga-se diretamente ao início de nosso processo de industrialização. Nas palavras de Rangel:

Com efeito, o pacto fundamental do poder estabelecido em consequência da revolução de 1930 consagrava a aliança entre o latifúndio saído da Abolição da Escravatura e da I República, com o capital industrial nascente, surgido por efeito de um processo de diferenciação do antigo capital comercial. Essa coalizão de classes, que preside aos nossos destinos, desde então, tinha sua justificativa histórica e econômica no fato de que a criação do capital industrial, nos quadros de um esforço de substituição de importações, oferecia condições propícias para uma *ampla formação de capital, relativamente independente da expansão do consumo global e do preço da mão de obra*" (Rangel, 1986, p. 41 grifo nosso).

Esta situação compatibilizava-se com a conjuntura internacional das décadas de 1930 e 40, que ao mesmo tempo em que diminuía a demanda pelos produtos brasileiros, contraía nossa capacidade para importar bens essenciais à sociedade de então (inclusive bens de consumo não-duráveis).

Como a renda se mostrou extremamente concentrada durante o processo de industrialização, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho, a economia brasileira desenvolveu baixa propensão a consumir¹¹. Assim, o **investimento** adquiriu o

¹¹ A propensão a consumir é um conceito keynesiano que relaciona o consumo com a renda. Quanto maior a renda, menor a fatia relativa utilizada com consumo corrente e maior a capacidade de poupança. Inversamente, quanto menor a renda, maior a fatia destinada ao consumo e menor a de poupança. Assim, quanto maior a renda, menor a propensão a consumir e vice versa.

papel ativo de criar nova capacidade produtiva e, ao mesmo tempo, criar nova demanda pelo aumento do emprego de mão de obra e pelo aumento do consumo produtivo¹².

Este processo iniciou-se pelas indústrias de bens de consumo simples, enquanto os bens de consumo duráveis e os bens de produção eram supridos via importação. Nos ciclos seguintes, os investimentos direcionam-se paulatinamente no sentido do desenvolvimento da indústria nacional de bens de consumo duráveis (a partir do governo JK) e bens de produção, até o ponto, em que ao final da década de 1970 (em virtude especialmente dos investimentos do II PND) estes também se encontram com larga capacidade ociosa (Rangel, 1986).

Assim, ciclo após ciclo, os recursos ociosos a serem postos em movimento passam dos mais básicos, ou “naturais” (mão de obra e terra), à capacidade industrial instalada subutilizada.

O volume de **imobilizações produtivas**, isto é, dos investimentos destinados a suscitar capacidade produtiva nova, por sua vez, é mantido em nível consideravelmente superior ao **normal**, levando, em períodos cada vez mais curtos- à medida que com a produtividade do trabalho, não compensada pela elevação do nível salarial, elevam-se a taxa de exploração do sistema e o volume de mais- valia em poder dos investidores- à saturação da demanda de inversão. A tendência crescente à acumulação de capacidade ociosa, tanto no que concerne às instalações, como aos estoques (capital fixo e de giro, ou circulante), firmou-se, assim, como um traço marcante da operação do sistema econômico brasileiro (Rangel, 1986, p. 56 grifo do autor).

¹² Rangel pontua os recursos ociosos utilizados no início da industrialização brasileira: “Como estávamos importando alguns produtos que, com os necessários estímulos, já podiam ser produzidos internamente, pelo emprego de capacidade ociosa existente sob várias formas, inclusive pela aplicação de *parte da mão de obra sobrando da agricultura exportadora*, na produção artesanal interna desses produtos tradicionalmente importados, o resultado final foi que parte da capacidade ociosa nacional foi efetivamente usada e o aumento do investimento tomou a forma não de uma simples redistribuição da renda, como pretendem nossos ortodoxos, mas de um aumento efetivo da renda real” (Rangel, 1986, p. 44, grifo nosso).

Em outras palavras, a alta taxa de exploração (via baixos salários, em paralelo à elevação da produtividade), a qual ocasiona uma baixa propensão a consumir da economia nacional, gera volumoso capital a ser reinvestido, mas encerra rapidamente as oportunidades de investimento, levando à necessidade de procura constante por novas áreas, e uma *propensão à ociosidade*, de considerável fatia da capacidade produtiva.

Neste contexto descrito, a inflação atuou por décadas, como um “estimulante” do investimento. Nas condições de inflação elevada e de um sistema financeiro pouco eficiente (até a década de 1990), as empresas e as famílias eram levadas a adiantar imobilizações que poderiam esperar, para se proteger da desvalorização da moeda. Logo, o que poderia parecer a um primeiro exame apenas como consumo, convertia-se em investimento e possibilitava maior taxa de utilização da capacidade instalada.

O investimento tornava-se uma maneira de acumular capital na forma de patrimônio físico, em defesa contra a desvalorização da moeda. A contínua busca por novas oportunidades de investimento possibilitou a continuidade do crescimento econômico e da acumulação de capital, sem alterar-se a distribuição de renda.

A inflação exerceu assim, um papel funcional na economia brasileira e, quando esta foi subitamente suprimida com o Plano Real, não foi substituída por nenhum mecanismo igualmente eficiente de estímulo à imobilização. Pelo contrário, a inflação baixa, combinada com elevada taxa de juros, estimulou o investimento em ativos puramente financeiros (tanto pelo capital nacional quanto pelo estrangeiro), causando uma forte contração do investimento produtivo.

O quadro político-institucional interpretou, seguidamente, a elevação de preços e a diminuição do crescimento- oriundas da formação de capacidade ociosa- como inflação e depressão oriundas de insuficiência de capacidade produtiva com excesso de demanda.

Entenderam a inflação como causa dos desequilíbrios e não como consequência (o que ela de fato é). Assim recorreu-se em diversos períodos à choques de demanda e a crescente procura por recursos externos.

Como analisou Rangel (1982), enquanto nos países centrais a saída da crise ocorre pela gestação e propagação do novo padrão tecnológico, o nosso ciclo médio, em condições tecnológicas dadas exogenamente, depende em maior grau de **inovações institucionais**, que “**sensibilizam certos grupos de atividades** suscitando, afinal, investimentos que elevam a conjuntura e permitem melhor utilização da capacidade excedente, deixada pelos ciclos anteriores” (Rangel, 1982, p. 39 grifo do autor).

Cria-se uma dinâmica viciosa de ociosidade- crescimento- investimento- ociosidade- crescimento e assim sucessivamente, a formação de imensas reservas de recursos ociosos é causa tanto da depressão econômica quanto da retomada acelerada do crescimento. O elemento que une os dois processos é o grande volume de **investimentos**.

Da perspectiva adotada neste trabalho, a noção de setor agroalimentar não corresponde a um macrocomplexo no estilo de Geraldo Muller (1989), mas a delimitação de um setor a partir da destinação final de seus produtos: a produção de alimentos. O complexo agroindustrial de Muller constituía-se em um recorte analítico que trazia uma noção de homogeneidade entre os diversos subsetores quanto a integração agricultura- indústria- finanças e quanto aos padrões técnicos de produção. Em nosso recorte, pelo contrário, buscamos explicitar a heterogeneidade interna do setor quanto a dinâmica, estrutura, mercados consumidores, integração, concentração de capital e dinâmica regional.

O recorte proposto em nosso trabalho objetiva mais a delimitação do objeto de pesquisa e da obtenção de dados, do que o estabelecimento de um recorte analítico baseado em critérios de agrupamento por homogeneidade de características.

Procurou-se desagregar os dados o máximo possível dentro do escopo do trabalho, ressaltando as diferentes dinâmicas intra-setoriais (em subsetores e produtos) e regionais, buscando fugir do “reino da média”. A análise unicamente agregada dos dados de produção, produtividade, área plantada, crédito rural, preços, faturamento entre outras, conduz a simplificações e equívocos significativos na análise, mascarando as mudanças e diferenciações internas pelas quais passou o setor. A inspiração básica para este procedimento é a análise de Lênin (1982) da formação do mercado interno da Rússia, o qual demonstrou que a análise da “média” escondia as profundas diferenças internas, em especial no setor agrícola¹³.

Utilizamos a abstração combinada com a pesquisa empírica (de fontes diversas, desde estatísticas, às observações de campo e entrevistas), embasando-nos no método da economia política de Marx e em seu aprofundamento por alguns marxistas, em especial Lênin.

As atividades de pesquisa concentraram-se no levantamento e análise de materiais bibliográficos, estatísticos e entrevistas diversas em três frentes principais:

- 1) Levantamento e análise de teses, livros, artigos e demais materiais bibliográficos referentes ao setor agroalimentar e aos referenciais de análise;

¹³ Além de seu clássico estudo sobre a Rússia, outra obra de Lênin exemplar no estudo da dinâmica interna da agricultura é “Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos”, originalmente de 1910.

- 2) Entrevistas e contato para levantamento de material com técnicos e administradores de indústrias, de associações empresariais, de órgãos do governo, técnicos agrícolas, pesquisadores entre outros;
- 3) Levantamento amplo de material estatístico referente ao setor agroalimentar (dados de produção, produtividade, pessoal ocupado, faturamento, utilização da capacidade produtiva, área plantada e colhida de culturas diversas, máquinas agrícolas, exportações, preços etc); à conjuntura econômica e ao panorama macroeconômico, às contas nacionais entre outros.

Obtivemos materiais e realizamos entrevistas junto à Associação Brasileira da Indústria da Alimentação (ABIA) e junto à Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), em São Paulo, nas sedes de diversas instituições em Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em Brasília, na Organização das Cooperativas do Brasil, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câmara dos Deputados.

Realizamos entrevistas e levantamento de material na Embrapa Soja em Londrina, no Show Rural de Palma Sola (SC) e no Show Rural Coopavel (Cascavel-PR), que estão entre as maiores feiras de tecnologia agrícola do Brasil. Nestas entrevistamos técnicos de inúmeras empresas fabricantes de equipamentos agrícolas, tratores, implementos, insumos químicos e sementes.

Realizamos entrevistas com técnicos agrícolas, corretores de terras, empresários entre outros e realizamos visitas a unidades produtivas nos estados do Mato Grosso e Paraná.

Realizamos levantamento de material nas bibliotecas das unidades da Universidade de São Paulo (FEA, FFLCH, FSP e ESALQ), na Universidade de Brasília, Na Universidade Federal de Santa Catarina, bem como nas bibliotecas digitais de diversas universidades e do Banco Digital de Teses e Dissertações do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Levantamos inúmeros materiais estatísticos em bancos de dados digitais online, em especial SIDRA-IBGE, IPEADATA, Banco Central do Brasil, Ministério da Agricultura, FEE, PRONAF, EMBRAPA, FAO, UNCTAD e OMC. Além dos bancos de dados, nos foram úteis inúmeros sites de periódicos (Associação dos Geógrafos Brasileiros, Revista de Economia Política, Revista de Economia Contemporânea, Sociedade Brasileira de Economia Política entre outros), sites de associações empresariais (ABIOVE, ABIA, ABAG, ANEC) e sites de empresas (Sadia, Grupo André Maggi, Josapar, Cargill, Monsanto, Perdigão, Nestlé entre outros).

Diversos periódicos ligados ao setor agroalimentar nos forneceram informações importantes, como Gazeta Mercantil, Dinheiro Rural, Anuário Brasileiro do Arroz, Anuário Brasileiro da Soja, Anuário do Agronegócio Globo Rural, Anuário do Agronegócio Exame, Panorama Rural, Super Varejo, Super Hiper entre outros.

A tese encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo se analisa o desenvolvimento da economia brasileira após 1980, destacando a dinâmica cíclica da economia, as mudanças no setor agroalimentar, a abertura econômica e a crise na década de 1990, bem como discute-se alguns dos principais analistas da política agrícola no período recente.

No segundo capítulo é abordada a importância das exportações agrícolas na economia brasileira, a dinâmica do mercado mundial de produtos agroalimentares e a influência deste no agronegócio brasileiro. Analisam-se também as novas formas de financiamento surgidas no Brasil e o papel dos grandes tradings internacionais e das bolsas de mercadorias e futuros.

No terceiro capítulo se analisa a evolução dos investimentos agrícolas e agroindustriais após 1990, destacando o crédito rural e os financiamentos do BNDES. Analisa-se também os fatores da produtividade agrícola e sua distribuição regional a partir das lavouras dos principais grãos, o papel da pesquisa agropecuária. Discute-se ainda alguns processos exemplificando o estado do Mato Grosso e a dinâmica territorial da ociosidade no setor agroalimentar.

No quarto capítulo analisa-se o mercado consumidor de alimentos, discutindo-se as principais mudanças nas últimas décadas, ressaltando-se como a demanda relaciona-se com a indústria de alimentos e a importância da geografia do consumo de alimentos.

CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTO CÍCLICO E O SETOR AGROALIMENTAR NA ECONOMIA BRASILEIRA

Não é fácil e pacífica a caracterização do processo de desenvolvimento econômico. Trata-se, como em todo fato histórico, de processo extremamente complexo ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica de produção. Paralelamente **muda** também a cultura, isto é, a idéia que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive (Rangel, 1990, p. 15).

No presente capítulo se analisa como o desenvolvimento recente da economia brasileira esteve marcado pela formação de capacidade ociosa em amplos setores em decorrência das sucessivas crises e choques desde a década de 1980. No entanto, os recursos ociosos podem se converter em poupança interna prontamente utilizável em períodos posteriores. Esta é a situação do setor agroalimentar que se destaca no presente trabalho.

O setor agroalimentar recebeu da metade da década de 1960 a metade da década de 1980 volumosos investimentos que possibilitaram a retomada do crescimento posterior e o grande surto de exportações após 1999. A abertura de terras no Centro-Oeste, a montagem dos sistemas de pesquisa agropecuária e de extensão rural, os investimentos em máquinas agrícolas, em armazenagem e em agroindustrialização formaram ampla estrutura produtiva.

O setor agroalimentar passa de pólo de investimento a pólo de poupança, com quedas nas taxas de crescimento durante a década de 1990, mas rápida retomada após 1999, antes da retomada dos investimentos em 2002 e 2003.

A análise dos recursos ociosos é fundamental na compreensão da economia brasileira, esta problemática no entanto é pouco conhecida, pouco trabalhada e negada por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento. Mesmo um analista atento da economia brasileira, como Reinaldo Gonçalves (2002) simplesmente decreta, sem acrescentar mais dados a esse respeito, que não existe mais capacidade ociosa na economia brasileira em virtude da não realização de novos investimentos em expansão da estrutura produtiva.

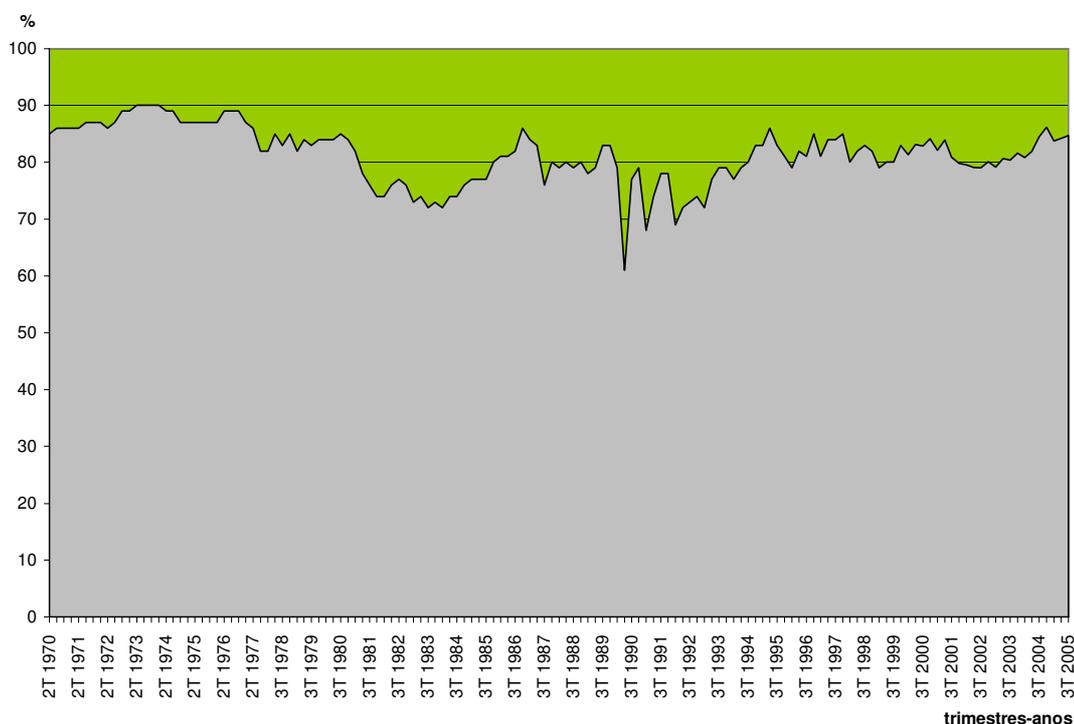
Pode-se observar o desacerto de afirmações como essa, pois a existência, ou não, de capacidade ociosa não depende em primeiro lugar da realização de novos investimentos em expansão da capacidade produtiva, mas da plena utilização (ou não)

da capacidade *já* instalada. Isto nos leva ao papel da *demand*a, que é dinâmica e variável, na economia nacional.

Uma simples observação do gráfico n° 1, com a evolução da utilização da capacidade instalada da indústria nas últimas décadas, é suficiente para demonstrar didaticamente o primeiro argumento acerca dos recursos ociosos (até aqui estamos abstraindo as diferenças setoriais): a elevação ou queda da utilização da capacidade produtiva relaciona-se à conjuntura econômica e à demanda efetiva.

A área verde do gráfico demonstra o percentual de ociosidade das instalações industriais, o qual oscila em elevados valores de 1970 a 2005.

Gráfico n° 1- Média Trimestral da Utilização da Capacidade Instalada da Indústria Brasileira (1970-2005)



Fonte: FGV

Observa-se no gráfico acima que os anos iniciais das décadas de 1980 e 90 marcaram elevação da capacidade ociosa da indústria em geral, mas ao mesmo tempo foram marcados pela redução dos investimentos. Isto demonstra que a existência de recursos ociosos não se liga necessariamente à realização de novos investimentos. No período do II PND, no qual houve grande volume de investimentos na ampliação da capacidade produtiva da indústria, havia mínimo percentual de ociosidade devido às altas taxas de crescimento que garantiam elevação da demanda efetiva e elevação da taxa de utilização.

1.1- O Setor Agroalimentar e a Crise Brasileira na Década de 1980

A década de 1980 marca uma mudança significativa na economia brasileira. Chega ao fim a trajetória de crescimento elevado que vinha desde as décadas de 1930-40. No setor agroalimentar, por outro lado, tem-se uma trajetória de crescimento da produção impulsionada pelos investimentos em modernização e tecnologia iniciados na década de 1960.

Com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965 e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ligada às empresas de pesquisa estaduais, completa-se a base do sistema de modernização da agricultura brasileira. Como apontou Delgado (1985) inicia-se uma estratégia mais ampla de desenvolvimento agrícola não mais restrita a determinados produtos como o café ou cacau. A política de financiamento foi o centro da estratégia, pois possibilitou recursos subsidiados para a compra de insumos modernos, de maquinários, de estruturas de armazenagem e a abertura de terras nas novas regiões.

Durante a década de 1970 a taxa média ao ano de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,3%, bem inferior aos 8,6% do PIB total e 9,4% do PIB industrial como se observa na tabela nº 1. Na década de 1980, mesmo com a queda dos investimentos o

PIB agropecuário mantém a mesma taxa média da década anterior, enquanto a taxa média de crescimento do PIB total cai para 3%, a do PIB industrial para 2,2% e de serviços 3,8%.

Tabela nº 1- Taxas de Crescimento %- PIB Total e Setores				
Período	PIB total	PIB agrop.	PIB ind.	PIB serv
Cresc. médio a.a. 1970-79	8,6	4,3	9,4	9,5
1980	9,2	9,6	9,3	9,2
1981	-4,3	8,0	-8,8	-2,5
1982	0,8	-0,2	0,0	2,1
1983	-2,9	-0,5	-5,9	-0,5
1984	5,4	2,6	6,3	5,3
1985	7,8	9,6	8,3	6,9
1986	7,5	-8,0	11,7	8,1
1987	3,5	15,0	1,0	3,1
1988	-0,1	0,8	-2,6	2,3
1989	3,2	2,8	2,9	3,5
Cresc. médio a.a. 1980-84	1,7	3,9	0,2	2,7
Cresc. médio a.a. 1985-89	4,0	6,3	2,3	5,4
Cresc. médio a.a. 1980-89	3,0	4,0	2,2	3,8
Fonte: Ipeadata				

Como apontaram Castro e Souza (1985, p. 19): “O Brasil como muitos outros países- com ou sem petróleo, alguns mesmo da órbita socialista- para assimilar a sucessão de choques externos que culminou com a ruptura financeira de setembro de 1982, teve de adotar um programa convencional de ajustamento”. O programa consistia em redução dos gastos governamentais com custeio, investimento e transferência, aumento da carga tributária, restrição ao crédito interno, acompanhada de elevação da taxa de juros, arrocho salarial e valorização da taxa de câmbio real.

Com a elevação do serviço da dívida buscou-se por um lado, aumentar as exportações para se obter divisas externas e por outro, diminuir as importações. O saldo da balança comercial brasileira passa de um déficit de US\$ 2,8 bilhões em 1980, para sucessivos superávits de até US\$ 13 bilhões em 1984. Este resultado foi obtido

mais pela diminuição das importações do que pelo aumento das exportações como se observa na tabela nº 2.

Em especial na primeira metade da década de 1980, quando os efeitos da crise da dívida são mais evidentes, o crescimento do PIB agropecuário amenizou os efeitos recessivos e possibilitou o controle da inflação pelo rebaixamento do preço dos alimentos. Entre 1980-84 o crescimento médio ao ano da economia brasileira foi de 1,7%, enquanto o PIB industrial cresceu 0,2% e o agropecuário 3,9%.

Tabela nº 2 - Comércio Exterior Brasileiro (1980-89)									
Período	Exports Total BR (US\$ milhões)	var. acum 1980 =100	Imports Total BR (US\$ milhões)	var. acum 1980 =100	Saldo Comercial (US\$ milhões)	Exports Agro BR (US\$ milhões)	var. acum. 1980= 100	Imports Agro BR (US\$ milhões)	Var. acum. 1980 =100
1980	20.132	100,0	22.954	100	-2.822	10.110	100,0	2.729	100,0
1981	23.293	115,7	22.091	96,2	1.202	11.494	113,6	2.382	87,3
1982	20.175	100,2	19.395	84,5	780	8.718	86,2	1.412	51,8
1983	21.899	108,8	15.429	67,2	6.470	9.710	96,0	1.578	57,8
1984	27.005	134,1	13.916	60,6	13.089	11.301	111,7	1.654	60,6
1985	25.639	127,4	13.153	57,3	12.486	10.098	99,8	1.530	56,1
1986	22.349	111,0	14.045	61,2	8.304	8.332	82,4	2.751	100,8
1987	26.224	130,3	15.051	65,6	11.173	9.395	92,9	1.721	63,1
1988	33.789	167,8	14.604	63,6	19.185	10.956	108,3	1.300	47,6
1989	34.383	170,8	18.265	79,6	16.118	10.581	104,6	2.643	96,9
var. média a.a. 1980-84	6,8	-	-7,9	-	-	2,4	-	-7,9	-
var. média a.a. 1985-89	6,0	-	6,1	-	-	-0,4	-	22,7	-

Fonte: IPEADATA e OMC

Embora as exportações agrícolas tenham crescido no fim da década de 1970 até 1981, durante o restante da década estas retornam aos níveis anteriores. Neste período inicia-se uma mudança na composição das exportações, como apontou Delgado (1985):

No início do período, de 1967 até 1979, a exportação agrícola comanda praticamente a pauta de exportações globais, com participação em torno dos 80%. (...) O avanço do processo de modernização agropecuária que o Brasil experimenta com toda evidência na década dos 70 é refletido claramente na evolução

do comércio do setor agrícola. Observa-se diversificação das exportações em várias direções. A própria pauta de exportações passa a refletir também a diversificação industrial porque passa o país neste período. As exportações agrícolas passam a apresentar novo perfil, com introdução de novos e importantes produtos agrícolas e principalmente, produtos *agrícolas elaborados* pelo setor industrial a jusante da agricultura. Por sua vez, a elevação e diversificação dos meios de produção importados para a agricultura reflete muito claramente as mudanças que estão ocorrendo na base técnica da produção rural (Delgado, 1985, p. 27).

No entanto, mais onerosa do que a importação de insumos, que logo diminuiria, com o amadurecimento dos investimentos do II PND, a importação de alimentos crescia aceleradamente:

Mas há também uma importante pressão pela importação de produtos agrícolas para abastecimento interno, movimento esse que em geral revela-se ainda mais oneroso no consumo de divisas que a pressão específica da modernização. Ao lado das importações de insumos industriais – expressiva para os itens defensivos, combustíveis e fertilizantes, incluindo matérias-primas para a indústria de fertilizantes- temos ainda a grande expressão dos grupos de produtos agrícolas de consumo de massa (trigo, arroz, carnes, leite, milho e feijão) principalmente (Delgado, 1985, p. 30).

Com o objetivo de diminuir a dependência da importação de fertilizantes, vigorou de 1974 a 1980, como parte do II PND o Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA) como demonstram Dias e Fernandes (2006). O plano priorizou investimentos em exploração de rocha fosfática (um dos principais estrangulamentos na produção nacional) e o financiamento de fábricas de matérias-primas para fertilizantes e de fertilizantes básicos¹⁴. No entanto, somente a partir da metade da

¹⁴ Os principais fertilizantes consumidos são nitrogênio, fósforo e potássio, compondo a tradicional formulação NPK. Estes respondem a maior parte das exigências de crescimento e nutrição das plantas. Como matérias-primas para produção destes, são utilizados diversos elementos como amônia, ácido sulfúrico, rocha fosfática, rocha potássica, entre outras. As matérias-primas originam os fertilizantes básicos, e estes por sua vez misturados, compõe os fertilizantes complexos. Além destes, o calcário é muito utilizado no Brasil para a correção da acidez dos solos.

década de 1980 estes investimentos começam efetivamente a refletir em maior produção e diminuição das importações, como demonstrou Barros de Castro (1985).

Embora o Brasil nunca tenha alcançado auto-suficiência em nenhum dos macronutrientes para a produção de fertilizantes, os dados de Gonçalves, Ferreira e Souza (2008) demonstram que a produção nacional de NPK no total consumido passou de pouco mais de 20% no início da década de 1970 para mais de 60% na metade da década de 1980. Tomando os componentes em separado, este percentual sobe para mais de 80% no nitrogênio e 100% no fósforo. Na década de 1990, com a paralisação dos investimentos produtivos, ocorre estagnação da produção nacional e contínuo aumento das importações de fertilizantes¹⁵.

Nos anos de 1980 e 81, as exportações agrícolas foram fundamentais para diminuir o déficit comercial. No restante da década, no entanto, o mercado interno foi o principal responsável pelo crescimento do setor agroalimentar a taxas superiores aos demais setores e ao PIB total. Somente a partir de fins da década de 1990 é que as exportações agrícolas entram em trajetória crescente, como se verá mais adiante.

As exportações agrícolas oscilam entre US\$ 8 e 11 bilhões, representando mais de 40% das exportações totais na década de 1980. Isto demonstra a importância que o setor passa a ter na obtenção de divisas externas.

Ao lado do pequeno crescimento das exportações na década de 1980, fica clara a pressão do mercado interno pela importação de alimentos. A contribuição do setor agroalimentar para a geração de divisas e alívio da situação cambial viria mais pela diminuição das importações de alimentos do que pelas exportações. As importações

¹⁵ As importações de fertilizantes aumentam sobremaneira no período pós 1990 e acentuam-se inclusive após a desvalorização cambial de 1999. As importações avançam continuamente de 2,9 milhões de toneladas em 1990, para 10,3 milhões em 2000, chegando a 15,4 milhões em 2004 e caindo para 11 milhões em 2005. No mesmo período a produção brasileira de fertilizantes passa de 5,3 milhões de toneladas para 9,7 milhões (dados do Ministério da Agricultura).

de produtos agrícolas caem de US\$ 2,7 bilhões em 1980 para US\$ 1,4 bilhões em 1982, permanecendo neste patamar até 1985.

A garantia do abastecimento interno, ao lado do rebaixamento dos preços dos alimentos básicos era fundamental para a manutenção da ordem política, em especial no momento em que a crise econômica coloca em dúvida a continuidade do governo militar. O preço dos alimentos influi diretamente no custo de vida do trabalhador, podendo tanto aliviar quanto agravar as pressões salariais. Manter os salários e a inflação sob controle era fundamental ao pacto de poder então vigente, sob a liderança do capital industrial.

A transição do governo Geisel para o governo Figueiredo em meio à crise econômica internacional e no início da crise da dívida criou pressões que se tornaram fatais ao governo militar e mesmo ao pacto de poder como um todo.

A partir da metade da década de 1980, ocorre o corte nos subsídios ao crédito rural e redução da oferta de recursos oficiais, o que leva a queda das aplicações, em especial de investimento. A política de garantia de preços mínimos-PGPM ganha importância para os produtores, na manutenção dos preços e mesmo na garantia das vendas.

A partir do plano Cruzado, os alimentos passam a ser alvo central das políticas de combate à inflação. Junto ao tabelamento do preço dos produtos básicos (que já havia desde a década de 1940), tem-se o congelamento dos preços.

A consolidação e expansão dos complexos agroindustriais, a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste, o avanço das exportações agrícolas, e a crescente importância do capital financeiro marcam a nova dinâmica do setor agroalimentar¹⁶. A área total dos estabelecimentos agropecuários no Centro-Oeste ampliou-se de 81,7

¹⁶ As exportações de carnes, por exemplo, iniciam-se na década de 1970, chegando ao montante de US\$ 300 milhões em 1979. No quinquênio seguinte crescem expressivamente ultrapassando US\$ 800 milhões anuais entre 1980 e 1985 (dados IPEADATA).

milhões de hectares em 1970, para 113,4 milhões em 1980. Isto representa metade da expansão total da área nacional no período.

1.2- Os Investimentos e a Dinâmica Cíclica da Economia

O período apresentou uma queda geral dos investimentos na economia brasileira. Os dados do departamento de contas nacionais do IBGE, no gráfico n° 2, demonstram as taxas anuais de crescimento do PIB e a Formação Bruta de Capital Fixo¹⁷ como parcela do PIB brasileiro, de 1950 a 2000. Durante toda a década de 1990 não houve mudanças significativas na FBCF como parcela do PIB, oscilando entre 18% e 20%. Analisando-se estes dados num período mais longo, observa-se que este percentual é igual ao do período do milagre econômico brasileiro de 1967-73, mas inferior ao período do II PND de 1974 a 1978, em que a FBCF varia entre 22 e 23% do PIB até 1981, quando chega a 24,3%. Nos três últimos anos do governo Sarney (1987 a 1989), este valor varia entre 23,2% e 26,9%.

Estes dados permitem concluir que os anos imediatamente posteriores à elevação dos investimentos em FBCF obtiveram baixo crescimento do PIB e foram anos de crises internas e crises internacionais que aqui refletiram com força. No início da década de 1980 ocorre a segunda crise do petróleo com elevação dos juros internacionais, levando a crise da dívida na América Latina.

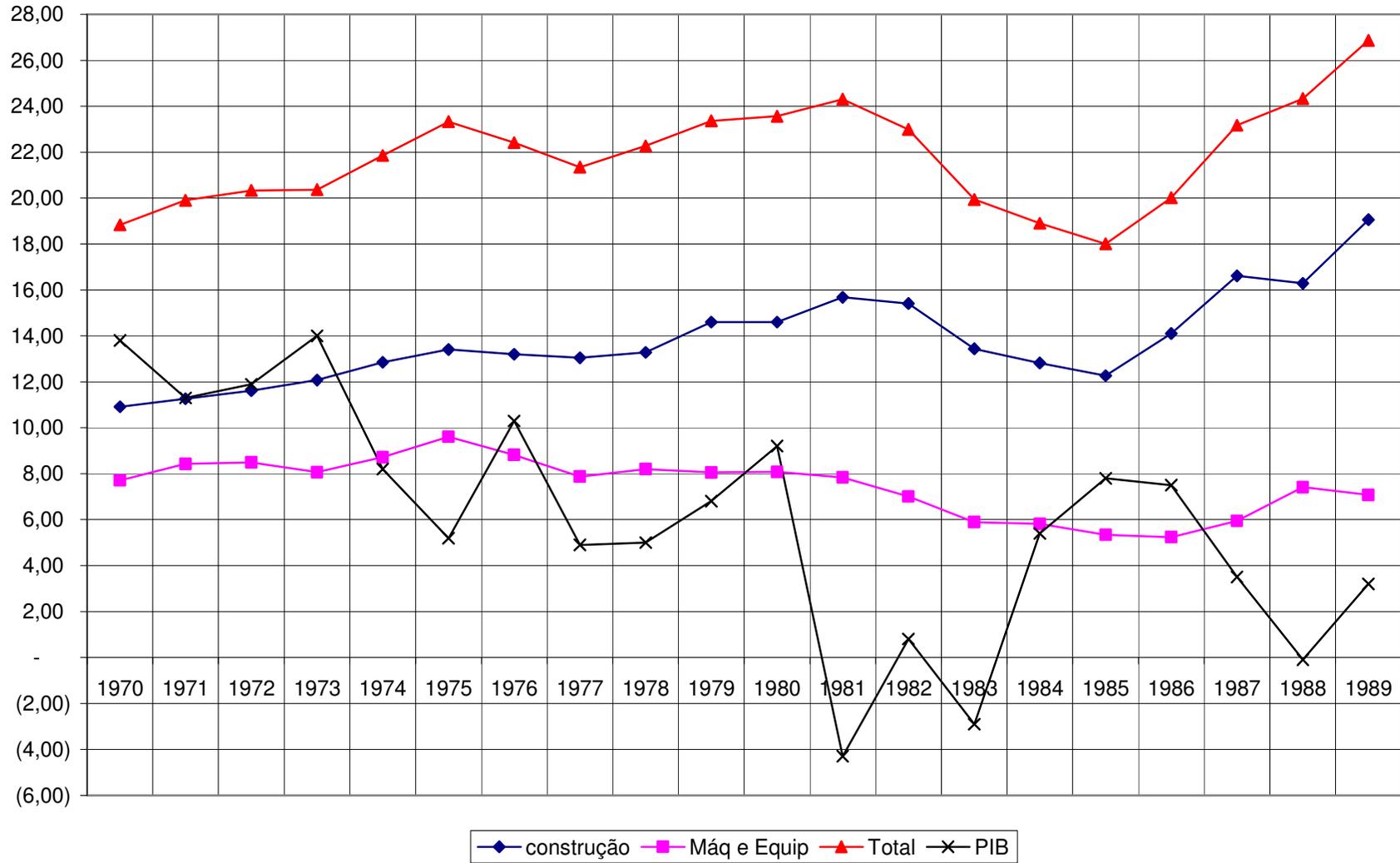
A oscilação dos investimentos é um dos elementos que demonstra a dinâmica cíclica da economia brasileira com ciclos médios (juglarianos) com duração de 5 a 7 anos de crescimento seguidos de igual período de crise como apontava Rangel desde a década de 1970. Assim, fica claro que, na trajetória da economia brasileira da segunda metade do século XX, e com mais intensidade a partir da década de 1980, o

¹⁷ A Formação Bruta de Capital Fixo- FBCF é o principal indicador de investimento da economia, constante do Sistema de Contas Nacionais- SCN do IBGE.

investimento é atraído pelo crescimento e, um aumento da formação bruta de capital fixo não gera imediatamente, crescimento do PIB. Esta constatação nos leva ao centro da problemática dos recursos ociosos.

Os dados dos gráficos nº 2 e 3, demonstram que a FBCF em máquinas e equipamentos como parcela do PIB, embora se mantenha oscilante em todo o período, entra em trajetória descendente a partir do II PND (1974-78), e acentua a queda na década de 1990. Convém ressaltar que se trata de uma participação declinante num PIB com fraco crescimento, ao contrário das décadas anteriores, mesmo da década de 1980, que apresentou alguns anos de elevado crescimento.

Gráfico n. 2 - FBCF Total, de Construções e de Máquinas e Equipamentos como Parcela do PIB e Taxa de Crescimento do PIB (1970-89)



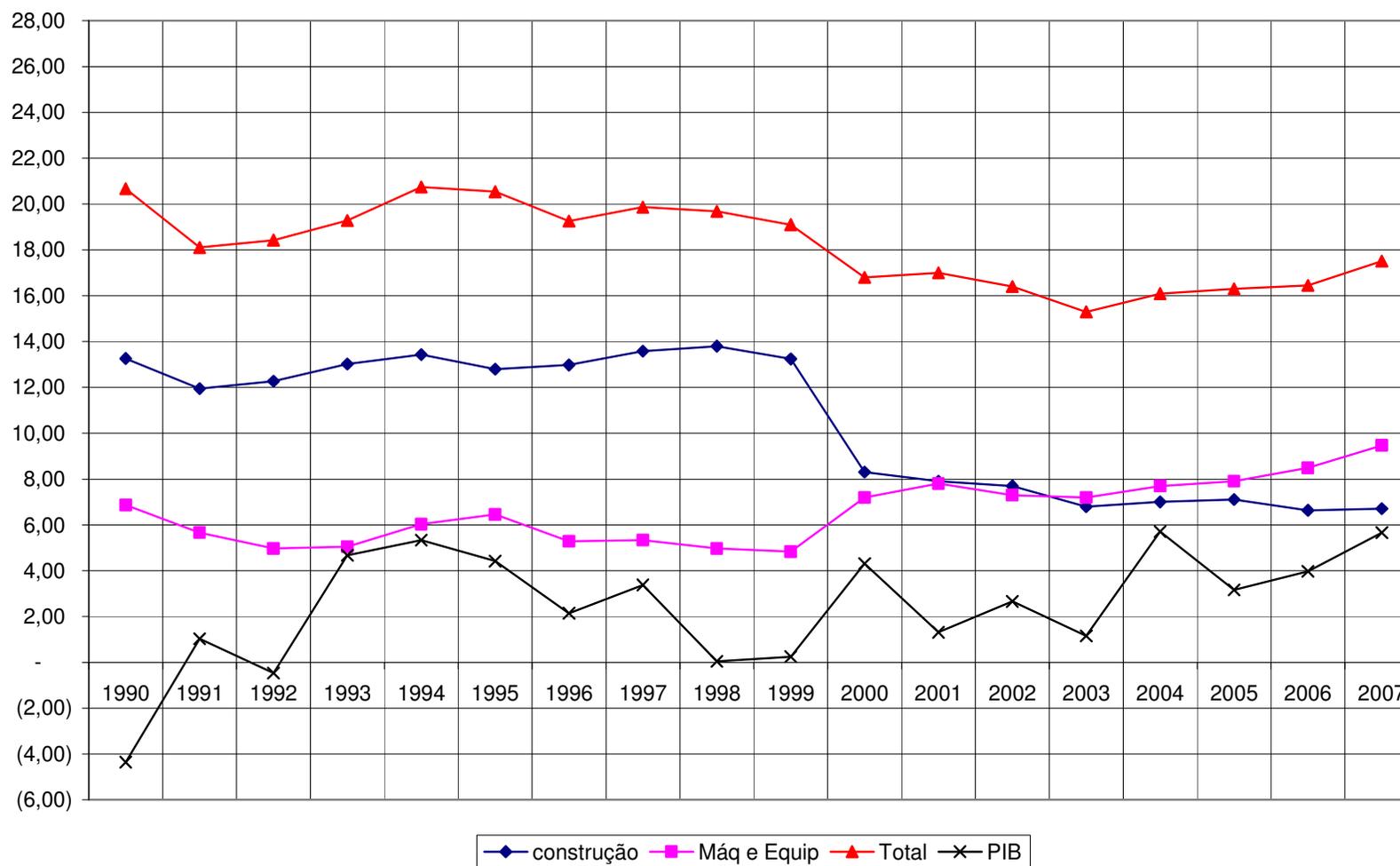
Esta dinâmica aparentemente invertida, entre crescimento-investimento demonstra que a economia dispõe de razoáveis reservas de recursos, prontos a serem utilizados em momentos favoráveis. A política macroeconômica adotada, em especial após o plano Real, com restrição monetária, altas taxas de juros e câmbio super-valorizado frustrou as expectativas do setor produtivo. A expectativa de curto e médio prazo é um dos principais determinantes do investimento segundo Keynes (1983). A formação de expectativas é um elemento aparentemente subjetivo, mas só aparentemente. Esta se baseia no exame dos dados passados de crescimento, retorno dos investimentos, aumento de preços, crescimento da demanda, variações da renda entre outros.

Como definiu Keynes (1983), a formação o nível de investimentos e a expectativa são definidos por: a) a taxa de juros vigente; b) a propensão a consumir e; c) a eficiência marginal do capital (leia-se taxa de lucros sobre o capital investido). Dentre estes elementos, apenas a taxa de juros pode ser diretamente arbitrada pela política macroeconômica.

A propensão a consumir é uma função da renda e, como já afirmamos, da expectativa, pois em condições de incerteza elevada quanto ao futuro, tanto as famílias quanto as empresas postergam seus gastos que não sejam imediatamente necessários. Este é o princípio keynesiano da preferência pela liquidez, que se exacerba no período em questão pela valorização dos ativos financeiros e queda das taxas de lucro dos setores produtivos como um todo.

A conjunção destes fatores levou ao decréscimo do investimento e acentuação de seu papel *reativo* ao crescimento. Assim, a FBCF como parcela do PIB não se elevou acentuadamente mesmo no período de 1995-98 no qual o Real valorizado barateou a importação de equipamentos para a indústria.

Gráfico n. 3 - FBCF Total, de Construções e de Máquinas e Equipamentos como Parcela do PIB e Taxa de Crescimento do PIB (1990-2007)



Fonte: Sistema de Contas Nacionais-IBGE

A estabilização da FBCF não quer dizer que não houve o reequipamento via importações, mas que estas foram muito menores do que o alardeado no período e que, ainda assim, fez-se em boa medida as custas de altas taxas de ociosidade da indústria brasileira de bens de capital. Houve decréscimo acentuado do investimento em equipamentos nacionais e crescimento acelerado de importados como se observa no gráfico nº 4, mas que não modificaram grandemente o cômputo geral de FBCF em máquinas e equipamentos.

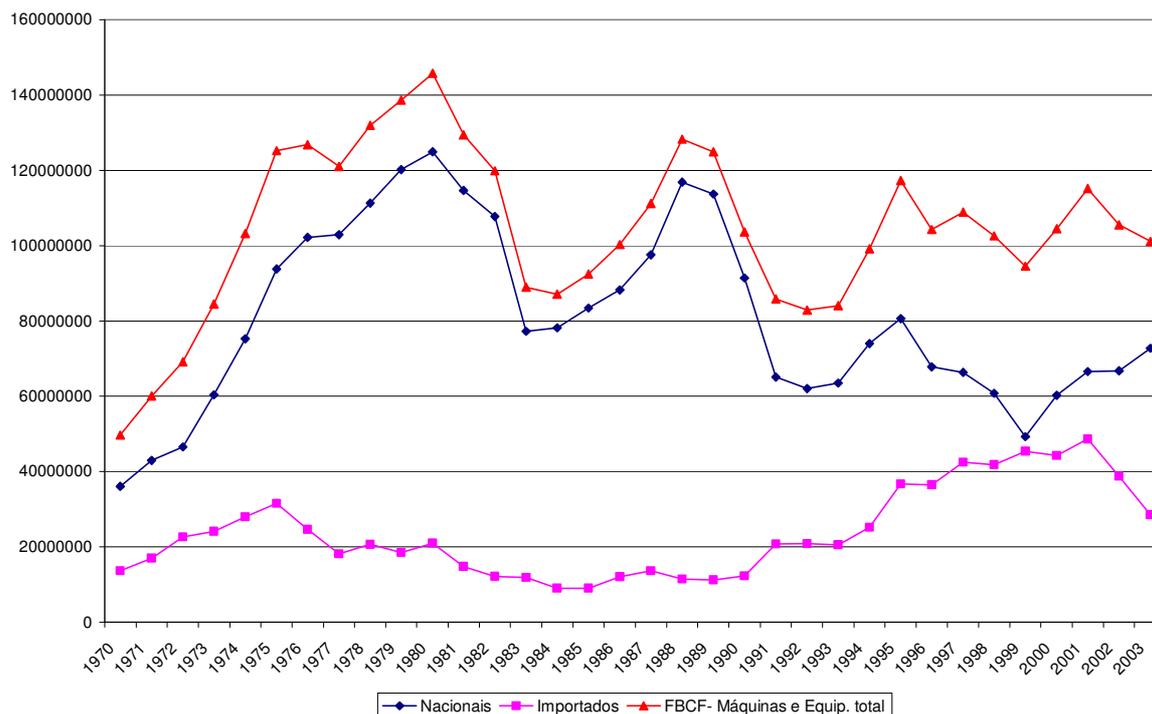
Pode-se afirmar que a prioridade dos investimentos foi em redução de custos, ou seja, uma trajetória mais de *ajustamento* do que de expansão.

Os dados demonstram que os anos de recuperação do crescimento foram precedidos de queda nos investimentos, em especial em máquinas e equipamentos. À medida que as condições conjunturais para a plena utilização da capacidade instalada não se manifestaram no momento da realização do investimento – condições de infra-estrutura, demanda, planos econômicos, entre outros- a estrutura e os recursos tornaram-se ociosos. Isto leva a redução dos investimentos nos anos seguintes.

No fim da década de 1980, inicia-se a abertura econômica no governo Sarney, seguindo-se o plano Collor e a abertura indiscriminada e desregulamentada no governo FHC, que somaram-se à crise mexicana em 1994 e à crise asiática em 1997. Estas conjunturas levaram a que o investimento em FBCF se transformasse em capacidade instalada ociosa, mas que, quando as condições conjunturais se alteraram, possibilitaram a retomada imediata do crescimento e dos investimentos.

No momento em que a conjuntura se torna favorável, permitindo a elevação da taxa de utilização e aumento da lucratividade, os investimentos são retomados, marcando a dinâmica em que o crescimento atrai o investimento, e não o contrário.

Gráfico n° 4- FBCF em Máquinas e Equipamentos (Valores em R\$ de 2005)



Fonte: Sistema de Contas Nacionais-IBGE

A FBCF em máquinas e equipamentos mantém-se estável durante toda a década de 1990 (como parcela do PIB) entre 5% e 6,5%, chegando de 1998 a 1999, a ser inferior a 5%. Isto demonstra que não houve uma robusta retomada dos investimentos com o plano Real. Desmembrando os dados observamos três processos:

1) O Decréscimo mais acentuado da FBCF em máquinas e equipamentos ocorreu na administração pública (reflexo do desmonte do Estado e das privatizações);

2) Os dados agregados da FBCF em máquinas e equipamentos (em valores absolutos), embora se estabilizem de 1993 a 2002, com picos de alta em 1995 e 2001 (seguidos de queda nos anos seguintes), apresentaram acréscimo acentuado da importação de máquinas e equipamentos e redução brutal da compra de nacionais. De 1995 a 1999 o investimento em máquinas e equipamentos nacionais reduz-se em 39%, enquanto a de importados aumentou continuamente de 1995 a 2001 em 33%.

A imediata retomada das compras de equipamentos nacionais após a desvalorização cambial de 1999 demonstra que a expansão das importações deu-se muito mais pela *distorção dos preços relativos* ocasionada pelo Real valorizado do que por qualidade inferior do equipamento nacional ou por incapacidade de expandir a oferta interna (a indústria nacional de bens de capital apresentou alta taxa de ociosidade das instalações durante toda a década de 1990).

3) O crescimento dos investimentos foi mais acentuado em fusões e aquisições, em especial com acréscimo significativo de investimento estrangeiro direto, o que significa prioridade na mudança de comando do capital, e não em modernização ou expansão da estrutura produtiva.

No período em análise, a relação entre a formação de amplos recursos ociosos e a emergência da restrição externa (sob suas formas comercial e financeira) é fundamental. Não se trata de um processo linear e unidimensional, no sentido de que a ocorrência de períodos de crise da economia mundial leva necessariamente à crise nacional e ociosidade dos recursos e inversamente. A relação entre a capacidade ociosa e as restrições externas ao crescimento brasileiro é contraditória e complementar, alternando-se de acordo com as condições próprias a cada período.

A partir do governo Collor e mais intensamente a partir do governo FHC, a *busca por divisas externas não mais vem no sentido de aliviar a ociosidade nos setores mais desenvolvidos e de financiar novas atividades, mas no sentido de aliviar o serviço da dívida externa, os déficits internos e de financiar as importações para controlar os preços internos. A restrição externa assume uma face francamente financeira.*

Com os altos juros e o crescimento dos influxos de capital externo, o capital financeiro aproveita-se das oportunidades de ganhos especulativos e viabiliza espaço significativo no pacto de poder, conseguindo transformar seus interesses, no direcionamento da política econômica. Os investimentos diretos estrangeiros que representaram apenas 0,6% do PIB em 1995, aumentam continuamente nos anos seguintes, chegando a 5,4% do PIB em 2000.

Este novo período levou, não somente a ociosidade dos setores produtivos, como a desindustrialização, aumentando perigosamente o desemprego, a desmobilização da atividade produtiva, a venda de diversas empresas nacionais a grupos estrangeiros e o aumento da dependência quanto aos produtos importados (onerando significativamente o balanço de pagamentos que manteve déficit por seis anos consecutivos). Esta situação levou inevitavelmente à crise que obrigou a desvalorização cambial para permitir a retomada das atividades exportadoras e diminuir a ociosidade nos setores que haviam se mantido. Tornou-se claro que o esquema adotado até então não podia ser sustentado no longo prazo sem levar a economia a grave estrangulamento.

Num primeiro momento logo após o plano Real, a economia nacional desenvolveu-se aproveitando os estímulos externos, em especial as divisas, num segundo momento emergiu a restrição externa que levou a economia à crise em 1997-98; num terceiro, a ociosidade forçada funcionou como poupança interna que permitiu a retomada do

crescimento, das exportações e do investimento em determinados setores, como o agrícola.

1.3 – Abertura de Mercado e Crise na Economia Brasileira Pós- 1990

O II PND (governo Geisel), foi o último período em que houve um esforço concentrado de utilizar, tanto o potencial produtivo já existente e parcialmente ocioso como de criação de novas estruturas produtivas necessárias à continuidade da construção do “edifício industrial” brasileiro. Nas décadas seguintes aumenta consideravelmente a ociosidade nos setores produtivos, ao passo que se prioriza, por um lado, a entrada de recursos externos para equilibrar a conta-corrente de capital e combater a inflação e, por outro, paulatinamente abandona-se a política voltada ao desenvolvimento dos setores produtivos, como carro-chefe da economia nacional. A partir disto, priorizou-se o desenvolvimento das políticas monetária, cambial e fiscal.

Da década de 1980 em diante houve apenas alguns períodos, como no início do governo Figueiredo (quando Delfim Netto retorna ao ministério da Fazenda) e no segundo governo FHC (quando ocorreu a desvalorização cambial), incentivos à exportação como forma de aliviar o balanço de pagamentos, de gerar divisas sem recorrer a novos empréstimos externos e de diminuir a ociosidade nos setores produtivos. Os efeitos foram mais claros nos setores produtores de alimentos e commodities agrícolas.

O período pós-1990 marca uma série de mudanças na economia nacional. A principal refere-se ao afastamento do pacto de poder, dos interesses do desenvolvimentismo e de expansão e proteção ao mercado, com a ascensão, nos governos Collor e FHC, dos

interesses ligados ao capital financeiro em crescente internacionalização e ao comércio importador.

Esta mudança marca o redirecionamento da política econômica e das condições institucionais da prioridade ao crescimento para a prioridade à estabilidade monetária com combate à inflação. Criou-se um poderoso consenso de que a inflação era o principal problema da economia brasileira e que esta era causada pelo excesso de demanda, pelo atraso tecnológico da indústria nacional, pela proteção ao mercado interno e pela excessiva participação do Estado na economia.

A abertura, a estabilização e as privatizações ganharam força nos planos político e econômico. Demonstração exemplar deste consenso pode ser encontrada na Revista de Economia Política, em seu vol. 10, n° 3 de 1990, o qual publicou um especial com artigos de diversos economistas de diferentes orientações teóricas e políticas (Luiz Carlos Bresser Pereira, Marcos Cintra Albuquerque, Antônio Barros de Castro, Eliana Cardozo, Aloísio Mercadante, Guido Mantega, Paul Singer, Francisco de Oliveira, César Maia, entre outros) analisando o plano Collor. Merece atenção o fato de que embora os autores façam críticas a determinados aspectos do Plano (como o excessivo arrocho monetário), no geral concordam que a inflação com excesso de demanda era o principal problema a ser combatido. Alguns como Mercadante e Mantega questionavam a recessão que viria com o arrocho monetário falando da “paralisia do sistema produtivo” ocasionada pelas medidas ortodoxas de controle da inflação, mas não questionavam o diagnóstico da inflação como principal problema. Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza afirmam que o confisco monetário contribuiria para o reequilíbrio da economia e que o plano não conduziria o país à depressão.

Para Luiz Carlos Bresser Pereira um dos problemas do plano foi o aumento de salário maior do que o esperado, “definiu-se uma contradição básica para o plano: enquanto a oferta foi comprimida através de um estrangulamento da liquidez, a demanda foi aquecida devido ao aumento do poder aquisitivo dos assalariados como é possível ver pelo grande aumento da compra de bens de consumo” (Bresser Pereira, 1990, p. 144). Este problema teria sido causado pelo “excessivo sequestro de liquidez” que limitou o meio circulante a algo em torno de 7% do PIB, enquanto o ideal seria de 14%. Adiante acrescenta: “o plano Collor está enfrentando sua primeira crise. A crise do controle de demanda agregada. O ideal seria uma recessão moderada, através de uma pequena redução dos salários e da liquidez” (idem, p. 145).

Dentre os analistas da coletânea, Paul Singer é o único a realizar crítica consistente à própria essência do plano:

O plano Collor não escapa do dilema: ou recessão profunda ou inflação galopante. Ora, este dilema não era nem é fatal. A inflação pode ser enfrentada através do realinhamento negociado de preços relativos, desde que haja disposição para enfrentar politicamente os conflitos distributivos que causam a inflação. O plano Collor só é bom “tecnicamente” para os que estão convictos de que fora do monetarismo não há salvação (Singer, 1990, p. 141).

Cintra Albuquerque, dentre os economistas citados, faz a defesa mais explícita dos fundamentos e objetivos do plano Collor:

O Plano Collor ataca de frente o problema inflacionário. Não havia alternativa. O Brasil fora lançado na hiperinflação entre os dias 12 e 13 de Março, quando se iniciou a corrida bancária. A economia estava totalmente tomada pela doença inflacionária. Não havia mais como evitar formas sistêmicas de tratamento, as únicas capazes de atacar todas as células doentes do organismo econômico. Amputações, sedativos, antiinflamatórios e outras

formas de terapia heterodoxa tem efetividade apenas como coadjuvantes. A cura virá apenas no momento em que os remédios sejam injetados na corrente sanguínea da economia. Somente um tratamento convencional é capaz de fazer isso com efetividade. Um forte aperto fiscal e monetário, seguido de amplas reformas estruturais no país. O plano Collor tem o mérito de admitir esta verdade elementar. Desmistifica as falsas promessas dos planos heterodoxos, que juram realizar o controle inflacionário sem custos, sem recessão e sem perda de emprego e renda” (Albuquerque, 1990, p. 120).

As políticas adotadas nas décadas anteriores foram então taxadas como puramente ideológicas, voltadas à defesa dos interesses dos industriais e seus lobbies. Mário Henrique Simonsen, um dos principais apoiadores das medidas monetaristas, afirmava que o problema do plano Collor não era seu objetivo de conter a liquidez e a demanda, mas sua possibilidade de execução em função da desconfiança da população e das expectativas inflacionárias do setor privado. Para o autor “vencidos os obstáculos de curto prazo, que são os mais simples, o plano Collor terá que enfrentar os de longo prazo, quando os objetivos são a retomada do crescimento sem inflação, a eliminação da ineficiência e do capitalismo cartorial, e a integração do Brasil no primeiro mundo” (Simonsen, 1990, p.148).

Os defensores das políticas neoliberais-monetaristas negavam-lhes qualquer aspecto ideológico, apresentando-lhes como “verdade científica” e criando a noção de que “não há opção”.¹⁸

As citações acima de Simonsen e Albuquerque são exemplares por conterem todos os elementos principais que balizaram as prioridades e rumos da política econômica, não somente no governo Collor, mas durante toda a década de 1990 (com alguma hesitação talvez, no governo Itamar Franco):

¹⁸ Negava-se inclusive, o próprio conteúdo liberal dos rumos tomados. As reações irritadas de FHC e da cúpula de seu governo ao serem qualificados de neoliberais são paradigmáticas a este respeito.

- 1- A inflação como inimigo número um;
- 2- A “necessidade” de adotar políticas sistêmicas de combate à inflação e subordinar todas as demais à este objetivo;
- 3- A desqualificação das propostas políticas não-ortodoxas;
- 4- A defesa de apertos fiscal e monetário e das reformas estruturais;
- 5- A idéia de que somente via recessão e perda de emprego se pode estabilizar a economia;
- 6- A proposta de abertura econômica para combater a ineficiência e o atraso tecnológico.

No bojo da despolitização do debate econômico e da “denúncia” da política anterior, esconderam-se os novos interesses a serem beneficiados com as reformas na década de 1990: os interesses do capital financeiro.

Os resultados do plano Collor e da política econômica em geral de seu governo foram catastróficos para o Brasil e são bem conhecidos: retorno mais violento da inflação, decréscimo do PIB em 1990 e em 1992; queda dos índices de investimentos em máquinas e equipamentos e em construções; queda das exportações de 8,7% com aumento de importações de 13,1% em 1990; aumento do desemprego com queda da população com carteira assinada de 115,3 milhões em 1990 para 92,9 milhões em 1992 (a qual permanece decrescendo continuamente nos anos seguintes até atingir 87,5 milhões em 1999, quando retoma crescimento)¹⁹.

¹⁹ Dados do SCN- IBGE, Ipeadata e MDIC- Secex.

A abertura às importações afetou, sobretudo à indústria nacional de bens de consumo e de bens de capital, com a retirada das barreiras não-tarifárias e redução significativa das barreiras nominais²⁰.

A recessão interna diminuiu a demanda por bens de consumo e afetou as encomendas do setor de bens de capital, elevando as taxas de ociosidade para em torno de 40% em 1990 e 50% em 1992²¹. Os volumes de produção caem a níveis inferiores aos do início da década de 1980 (que foram anos fortemente recessivos):

A queda das taxas de investimento provocou forte contração da produção de bens de capital, que em 1992, foi de apenas 56% do nível observado em 1980. O setor de bens de consumo duráveis também foi afetado pela estagnação econômica, com uma produção, em 1992, 8% inferior à alcançada em 1980. Os setores de bens intermediários e bens de consumo não-duráveis tiveram um aumento de produção, mas muito pequeno (Pinheiro, 1995, p. 08).

Em contraste com o desempenho medíocre do mercado interno, os setores exportadores obtiveram bom desempenho no mesmo período, o que demonstra a busca pelos mercados externos para fugir da ociosidade provocada pela crise interna: as exportações industriais aumentaram quase 80% entre 1980/92 (com destaque para siderurgia, petro-

²⁰ “Duas reformas, em 1988 e 1989 reduziram de 51% para 35% a tarifa média sobre as importações. A maior parte das barreiras não-tarifárias foi eliminada em 1990. (...) Além disso, um programa previamente anunciado de liberalização gradualmente reduziu a tarifa nominal média de importação de 32,2% (com discrepância de 19,6%) em 1990 para 14,2% (com discrepância de 7,9%) no segundo semestre de 1993. (...) A liberalização do comércio exterior foi particularmente intensa no caso de bens de consumo e de capital. No caso dos bens de consumo duráveis, as tarifas baixaram 66 pontos percentuais. Em diversos setores, como têxtil, vestuário e calçados, mobiliário e material de transporte, as tarifas caíram de mais de 100% em meados da década de 80 para cerca de 20% em 1993” (Pinheiro, 1995 p. 12 e 13).

²¹ Dados da Pesquisa Trimestral da Taxa de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria- FGV.

química, papel e celulose e calçados)²². Não obstante este desempenho, foram retirados os subsídios e reduzidos os incentivos à exportação.

O governo Collor aliou às medidas acima, forte ajuste fiscal, buscando a redução do déficit público como meio de combater a inflação²³.

Em síntese, o governo Collor colocou o combate à inflação e as reformas do Estado como **único foco** da política econômica, pondo em prática pesado arrocho monetário e fiscal, abertura às importações, privatização das empresas estatais e redução do investimento. Estas fracassaram não só no combate à inflação que voltou mais elevada do que no período anterior, como levaram a economia à violenta recessão.

A vitória da ortodoxia em política econômica, no entanto, só se torna plena no governo FHC, iniciado em 1995. Valendo-se de experiências acumuladas nos planos de estabilização anteriores (em especial o Cruzado), de um cenário internacional de abundante liquidez e de um amplo consenso construído pela grande mídia nacional, a equipe econômica de FHC (capitaneada no início por André Lara Rezende e por Pêrsio Arida, antigos formuladores do plano Cruzado com sua proposta de “moeda indexada”)

²² “As exportações de manufaturados, em particular, tiveram desempenho brilhante em todo o período, aumentando sua participação na pauta de 46% em 1980 para 62% em 1992. As exportações de aço sextuplicaram em termos reais; as de metais não-ferrosos foram multiplicadas por 22. Diversos setores, de papel e celulose a petroquímica e calçados, também tiveram excelente desempenho exportador nesse período” (Pinheiro, 1995, p. 09).

²³ Como apontou Singer (1999, p. 29 e 30): “A idéia de que a estabilização dos preços depende da redução ou eliminação do déficit público é uma generalização indevida, sobretudo quando aplicada à inflação brasileira. Poucos anos antes, Collor tinha conseguido, com métodos caracteristicamente autoritários e fraudulentos, reduzir a dívida pública federal fora do BACEN (em reais de 1994), de 188,025 bilhões em 1989 a 21,779 bilhões em 1990. Mesmo em 1993 ela continuava bem abaixo do nível de 1989. E Collor também conseguiu, com os mesmos métodos, converter o déficit público operacional como parcela do PIB, de 6,9% em 1989 num superávit público operacional de 1,3% em 1990 e de 1,35% em 1991. Este magnífico ajuste fiscal (jamais igualado desde então) não impediu que a inflação voltasse com todo o ímpeto ainda em 1990 e de novo, após o plano Collor II, em 1991.”

implantou o plano Real. Novamente a inflação é apontada como inimigo principal, e a estabilidade monetária como meta suprema da política econômica²⁴.

O “truque” da moeda indexada produziu a Unidade Real de Valor- URV, ancorado no dólar mas auto-referido na relação com os demais preços da economia, o que gerou a ilusão de uma ancoragem monetária e não-cambial, como observou Paiva (2004). A vantagem desse sistema foi a “desancoragem gradual do câmbio, sem traumas e sem rupturas” (Paiva, 2004, p. 146).

A URV era reajustada diariamente, mas os preços em URV mantinham-se estáveis, o que simula os efeitos de uma hiper-inflação, sem as desvantagens que a mesma traz (Delfim Netto, 1998). Num segundo momento, o próprio indexador é transformado em moeda, agora reinvestida de suas funções de dinheiro.

O primeiro governo FHC apoiou-se na política cambial e na taxa de juros para manter estáveis os preços internos e cobrir os déficits crescentes no balanço de pagamento e na conta-capital. A dívida externa, que havia caído no primeiro ano do Real de 27,3% do PIB,

²⁴ Paiva (2004, p. 148 e 149), analisa os fundamentos teóricos do plano Real: “O ponto de partida é Mundell-Fleming; o ponto de chegada, Sargent-Wallace; entre os dois, estão as contribuições mais recentes dos economistas do Banco Mundial à Teoria do Desenvolvimento das economias periféricas. Esse é o tripé conservador e especificamente antikeyneso-kaleckiano do Plano Real. No modelo Mundell-Fleming, os fluxos de capitais são livres, de sorte que pequenas discrepâncias nas taxas de juros são suficientes para atrair (ou repelir) os recursos necessários ao financiamento de qualquer déficit em conta corrente. É claro que algum diferencial de juros — referido ao Risco-País — se impõe. Mas, como nos ensinam Sargent e Wallace, esse risco pode ser administrado, se controlado o crescimento da dívida pública. Controle este que, dado o excesso de oferta de dólares, fica tão mais fácil quanto maior for o déficit em transações correntes. Essa é a condição necessária e suficiente para sustar o excesso de reservas e seus impactos na dívida interna. Para completar a equação, entram os teóricos do Banco Mundial, que não vêem motivos para duvidar da máxima ortodoxa segundo a qual a taxa de crescimento da economia é função da taxa de poupança. E perguntam-se por que os países periféricos esterilizam (sob a forma de dívida pública) parte da poupança externa que poderia ser canalizada para a importação dos equipamentos necessários ao crescimento da economia nacional. Para o desenvolvimento, melhor seria valorizar a moeda nacional, induzindo o aumento de importações necessário e suficiente para a ‘materialização’ da poupança externa”.

para 22,6%, aumenta continuamente chegando a picos de 45% em 1999 e 49,6% em 2002, ao passo que o IDE passa de apenas 0,4% do PIB em 1994 para 5,4% em 2000²⁵.

A taxa Selic, que já inicia elevada o ano de 1995, em 48,9% ao mês eleva-se substancialmente, atingindo 65% já em março daquele ano. Posteriormente entra em trajetória de queda, mas permanecendo em níveis elevados superiores à média anual de 25% até o ano de 2000. Em diversos meses dos anos de 1997 a 1999 a Selic chega à casa dos 40%, em virtude da tentativa de tentar conter a fuga de capital originada pela crise asiática.

As taxas de juros elevadas garantiram amplo ingresso de capital externo, sustentando a valorização do Real e a baixa dos preços dos importados, o que pressionou para baixo os preços internos (em especial de produtos industriais e de gêneros agrícolas, pois os serviços continuaram em trajetória ascendente).

Como afirmou Singer (1999, p. 31):

O resultado foi uma fortíssima queda da inflação, puxada inteiramente pelos preços dos produtos transacionáveis. Entre Agosto e Dezembro de 1994, o índice de preços ao consumidor subiu em média 8,577%; neste mesmo período os preços dos utensílios diversos caíram 3,54%, dos artigos de conservação e reparo caíram 2,15% e os de roupa de cama, mesa e banho 1,43%; os preços dos tecidos e armarinho não se alteraram, ao passo que os aluguéis e encargos subiram 44,25%, a alimentação fora do domicílio subiu 15,08% e os preços dos serviços hospitalares e de laboratórios subiram 19,71%.

²⁵ Dados do Banco Central do Brasil, Seção Balanço de Pagamentos e do Sistema de Contas Nacionais-IBGE.

O PIB diminuiu as taxas de crescimento de 5,9% em 1994, para 4,2% em 1995, acentuando a queda nos anos seguintes chegando a 0,1% e 0,8% em 1998 e 1999. O PIB industrial apresentou taxas negativas nestes anos.

A vulnerabilidade e dependência externa da economia brasileira foram acentuadas tanto pelo lado real, na aquisição de matérias-primas e componentes para a indústria nacional, e na importação de bens de consumo, quanto pelo lado financeiro, na dependência de capital para se cobrir os crescentes déficits. Na tabela nº 3 observa-se a participação dos setores nas importações brasileiras. Ocorre significativa elevação das importações de bens de capital e de bens de consumo de 1990 a 99 e redução posterior. Quanto aos bens intermediários, por outro lado, ocorre elevação das importações após 1999.

Como apontou Delfim Netto (1998), o próprio crescimento do produto interno leva a agravamento dos déficits, pois há crescimento das importações sem crescimento das exportações (restringidas pelo câmbio).

Com a estabilização via câmbio cria-se uma armadilha que é o agravamento da restrição externa (tanto na balança comercial quanto na conta-capital) e a necessidade de se conter o crescimento para manter a estabilidade. O câmbio é transformado em instrumento de especulação financeira e de desestímulo à produção. A tabela nº 4 apresenta os dados de exportações, importações e saldo na balança comercial brasileira de 1990 a 2007.

Tabela nº 3 – Importações Brasileiras por Setores - Participação % no total (1980-2007)						
	Crescimento das Importações ao ano (%)	Bens de Capital	Bens de Consumo Duráveis	Bens de Consumo Não-Duráveis	Bens Intermediários	Combustíveis
1980	27,2	11,4	0,4	3,0	42,2	43,0
1981	15,7	9,9	0,4	2,2	37,5	49,9
1982	-13,4	9,3	0,5	2,4	35,5	52,3
1983	8,5	8,7	0,4	2,7	35,2	53,1
1984	23,3	7,7	0,3	1,9	40,5	49,5
1985	-5,1	8,3	0,7	2,8	44,8	43,4
1986	-12,8	10,5	1,0	10,5	56,3	21,7
1987	17,3	13,2	0,7	5,3	53,3	27,6
1988	28,8	13,5	0,9	3,7	57,7	24,2
1989	1,8	12,6	1,1	8,0	57,4	20,8
1990	-8,6	14,1	1,2	7,7	52,7	24,2
1991	0,7	15,2	1,8	8,6	53,7	20,7
1992	13,2	16,2	2,5	5,8	55,0	20,3
1993	7,7	15,3	4,3	6,3	55,9	17,9
1994	12,9	16,3	6,7	8,1	55,3	13,4
1995	6,8	17,7	9,2	10,5	51,8	10,4
1996	2,7	19,5	5,1	10,6	52,6	12,1
1997	11,0	21,4	6,5	10,1	51,6	10,4
1998	-3,5	21,6	6,7	10,7	53,5	7,5
1999	-6,1	20,5	3,8	9,3	56,6	9,8
2000	14,8	17,4	3,4	7,4	58,2	13,7
2001	5,7	19,6	3,6	6,8	57,3	12,7
2002	3,7	18,5	2,6	7,3	58,6	13,0
2003	21,1	14,8	2,2	7,1	62,5	13,4
2004	32,1	12,3	2,1	6,3	63,5	15,9
2005	22,6	13,5	2,5	6,4	61,7	16,0
2006	16,3	13,6	3,6	6,7	59,4	16,8
2007	16,6	14,0	4,1	6,6	58,4	16,9

FONTE: Ipeadata

O plano real, num primeiro momento trabalhou mais com a idéia de “insuficiência de capacidade interna” do que de “excesso de consumo”, abrindo as importações para satisfazer a demanda. As importações totais passam de US\$ 33 bilhões em 1994 para

49,8 bilhões em 1995, chegando a US\$ 57,7 bilhões em 1998²⁶. Nos anos seguintes, as importações páram de crescer, mas se mantêm nos mesmos patamares. Este crescimento, acompanhado do fraco desempenho das exportações, levou a déficits na balança comercial do início do governo FHC até o ano 2001, no qual ocorre superávit de US\$ 2,6 bilhões.

Tabela n° 4- Exportações, Importações e Saldo na Balança Comercial- Brasil (1990- 2007)					
	Exportações		Importações		Saldo Bal. Coml.
	US\$ milhões	Var. a. a. (%)	US\$ milhões	Var. a. a. (%)	US\$ milhões
1990	31.413	- 8,7	20.661	13,1	10.752
1991	31.620	0,0	21.041	1,8	10.579
1992	35.792	13,1	20.554	-2,4	15.238
1993	38.563	7,7	25.256	22,8	13.307
1994	43.535	12,9	33.078	30,9	10.467
1995	46.506	6,7	49.857	50,7	-3.351
1996	47.747	2,6	53.301	6,6	-5.554
1997	52.994	10,9	59.746	12,0	-6.752
1998	51.140	-3,5	57.746	-3,2	-6.606
1999	48.011	-6,2	49.272	-24,7	-1.261
2000	55.086	14,7	55.835	13,3	- 749
2001	58.223	5,6	55.572	-0,5	2.651
2002	60.362	3,6	47.240	-25,0	13.122
2003	73.084	21,0	48.291	2,2	24.793
2004	96.475	32,0	62.779	30,0	33.696
2005	118.309	22,6	73.545	17,1	44.764
2006	137.808	16,3	91.343	24,1	46.465
2007	160.649	16,6	120.619	32,1	40.030

Fonte: MDIC-Secex

²⁶ Os dados extraídos da Secex, disponíveis em www.mdic.gov.br.

O saldo da balança comercial de um superávit de US\$ 10,4 bilhões em 1994, entra em uma trajetória de déficits que se iniciam com US\$ 3,3 bilhões em 1995, atingindo US\$ 6,6 bilhões em 1998. Nos anos seguintes os déficits diminuem, mas permanecem até 2001. O governo FHC (a exemplo do governo Collor) se aproveitou da baixa nos preços dos produtos dos países asiáticos (em especial da China) para criar choques de oferta e manter baixos os preços internos.

1.4 Retomada das Exportações e o Setor Agroalimentar no Período 1999-2007

No fim do primeiro governo FHC uma série de problemas se acumulavam na economia nacional. Em 1998 a crise asiática provoca uma fuga de capital que leva a um rápido aumento das taxas de juros internas. Os sucessivos déficits comerciais e a tentativa de manter o real sobrevalorizado aumentaram a dependência dos fluxos de capital externo para financiar os déficits em conta-corrente. A dívida externa como parcela do PIB passa de 22,6% em 1995 para 30,7% em 1998 e 45% em 1999.

A taxa de crescimento do PIB em 1998 foi de apenas 0,1%, enquanto o PIB industrial recuou 3,3%. As pressões internas dos setores em crise, junto à necessidade de diminuir a dependência dos fluxos de capital externo levam o governo em 1999 a desvalorização cambial e a adoção do câmbio flutuante. A desvalorização do real ao baratear os produtos brasileiros, possibilitou a retomada das exportações e ao mesmo tempo tornou as importações mais caras.

É importante observar que embora as exportações reiniciem crescimento em 2000, como resposta direta da desvalorização cambial, o grande salto das exportações ocorre em

2003 e 2004, com variações positivas em valores de 21% e de 32%, respectivamente. A recuperação das exportações no ano 2000, de 14,7% é estatisticamente irrelevante, visto que estas haviam decrescido 3,5% em 1998 e 6,2% em 1999. Na verdade, no fim do governo FHC as exportações não apresentaram crescimento relevante, apenas retomaram o nível que havia sido prejudicado pelo plano Real, como se observou na tabela n° 4.

O abandono de uma política de crescimento das exportações foi tão nítida, que a criação da Agência de Promoção das Exportações (APEX) pelo governo Federal, só ocorre em 2003. Anteriormente, esta funcionava como uma seção do Sebrae.

A partir de 2004 a aceleração das exportações foi acompanhada de igual aceleração das importações. Isto demonstra a dependência das importações herdada do governo FHC, em especial bens intermediários, de componentes eletrônicos e matérias-primas diversas.

O aumento da participação das exportações no PIB também foi significativo, de apenas 6,2% em 1996 (o ponto mais baixo da década), inicia aumento em 1999, com 8,9% e continua crescimento expressivo, chegando a 16% em 2004 e 14,8% em 2005.

Importante ressaltar, que ao contrário de uma anunciada obsolescência ou falta de competitividade do parque produtivo nacional, a crise da indústria nacional frente à concorrência externa foi causada primordialmente por uma distorção dos preços relativos. O câmbio valorizado, somado a diminuição das barreiras de importação causou uma elevação dos preços internos, estimulando a importação de produtos que eram produzidos internamente.

Isto pode ser visualizado com os dados do IEDI (2006), o qual demonstra a expansão significativa das exportações de alguns setores industriais de alto valor no período 2000-

2005: 116,4% de Bens intensivos em capital (com destaque para aço e manufaturados de ferro); 66,6% de Maquinaria Eletro-Eletrônica (com destaque para celulares e computadores); 150% de Maquinaria-Veículos Rodoviários (com destaque para automóveis); 134,7% para Maquinaria- Demais (bens de capital); 12,7% para Química; e apenas 5,5% de Maquinaria- Outros de Transporte (com destaque para aviões). Estes produtos somados representavam 47,5% das exportações totais em 2000 e 44,7% em 2005.

O déficit em transações correntes, de apenas US\$ 1,8 bilhão em 1994, passa a US\$ 18,3 bilhões em 1995 e aumenta continuamente atingindo US\$ 33,4 bilhões em 1998. No segundo mandato FHC, o déficit em transações correntes diminuiu, mas continua elevado: US\$ 25,3 bilhões em 1999, US\$ 24,2 em 2000, US\$ 23,2 em 2001 e US\$ 7,6 bilhões em 2002²⁷.

Os dados de Gonçalves (1998) e Coutinho (1998) demonstram alguns dos efeitos da política macroeconômica sobre a economia nacional a partir de 1995:

- a indústria brasileira perdeu um mercado de US\$ 18 bilhões entre 1993- 96 o que equivaleu a 25% do valor da produção industrial e redução de 3% ao ano da demanda;
- Houve aumento de quase 70% da importação de bens de capital, com redução de 10% da produção interna;

A política cambial, os incentivos à importação e o abandono de políticas industriais reduziram a demanda da produção nacional, levando à redução de investimentos e significativa ociosidade do parque produtivo de diversos setores de ponta, como apontou Coutinho (1998, p. 234):

²⁷ Dados do Banco Central do Brasil, Seção Balanço de Pagamentos.

Em muitos casos a produção no Brasil foi simplesmente suprimida e substituída por importações, ainda que a escala de nosso mercado permitisse produção eficiente. É o caso de muitos segmentos de bens de capital, informática e telecomunicações, eletrônicos de consumo, componentes, autopeças, várias especialidades na área de química e farmacêutica.

A abertura de mercado ao expor as empresas à concorrência externa e as aquisições (via IDE), e paralelamente via valorização cambial e incentivos do BNDES, possibilitaram a importação de equipamentos e a reestruturação, ampliando por sua vez, a capacidade ociosa da economia. A importação de equipamentos acentua a ociosidade de duas maneiras, primeiro pelo reequipamento das empresas nacionais, o que aumenta a capacidade de produção, sem mudança na demanda interna. Segundo, parte desses equipamentos poderia ser adquirida de indústrias nacionais, o que diminui a demanda e aumenta a ociosidade das indústrias nacionais de bens de produção. O Coeficiente de importação da indústria de bens de capital aumenta consideravelmente, partindo de 18,5% em 1990, chegando ao ponto máximo em 1997 com 54,22% (Vermulm, 2003).

Os grandes fabricantes estrangeiros possuem melhores condições de financiar a compra de seus equipamentos pelas indústrias de outros países, pois os investimentos em equipamentos não são realizados à vista. Além disso, a redução de tarifas e de alíquotas de importação, foi também acompanhada de incentivos à importação, como afirma Vermulm (2003, p. 03): “No caso específico de bens de capital, alguns segmentos usuários receberam incentivos para a importação de máquinas e equipamentos, como foi o caso da indústria automobilística. Além disso, a existência de grande número de ex-tarifários também contribuiu para aumentar a parcela dos equipamentos importados no suprimento ao mercado interno de bens de capital.”

Enquanto, por um lado, argumentava-se que o “excesso de demanda” elevaria a inflação, para se justificar as importações, esses setores acumulavam ano a ano volumes maiores de ociosidade, como se observa nos gráficos n° 5, 6 e 7. Além disso, tornavam-se inclusive, alvos preferenciais das aquisições pelo capital estrangeiro.

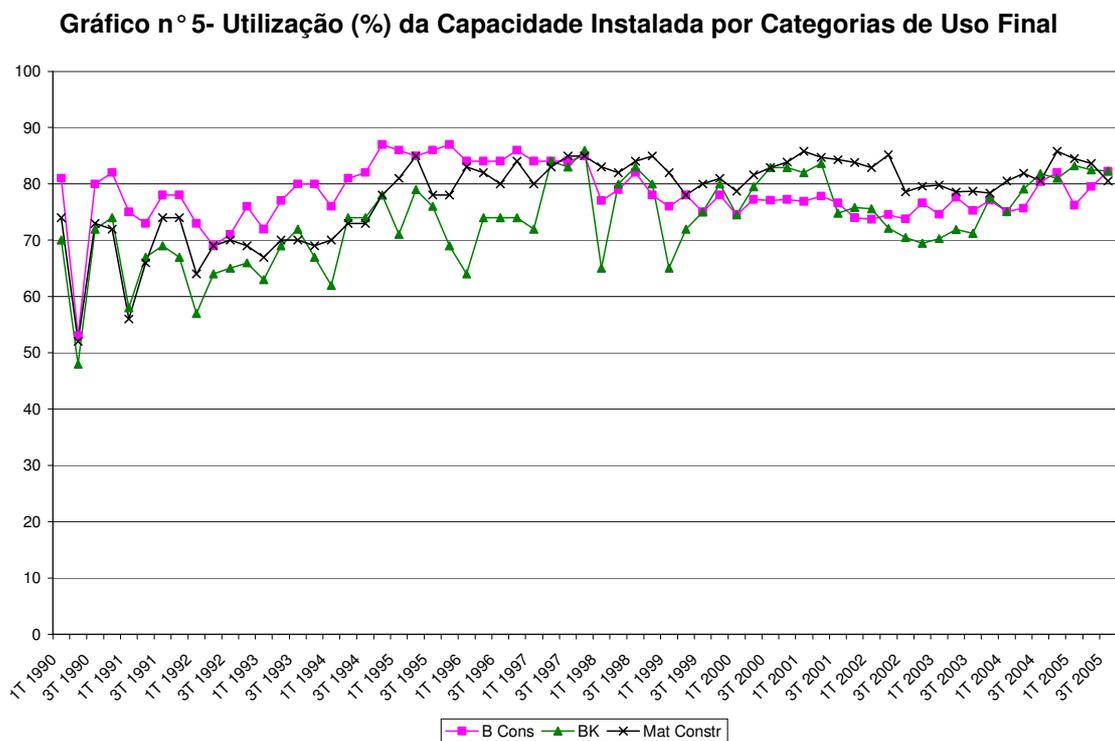
Vermulm (2003) demonstra que a elevação da ociosidade da indústria de bens de capital foi ocasionada pelo contexto macroeconômico desfavorável, o que resultou em redução dos investimentos no setor:

Portanto, nas duas últimas décadas, o cenário econômico para a indústria local produtora de bens de capital não foi nada favorável. As empresas foram obrigadas a enfrentar um mercado interno em retração e mais competitivo com a redução das barreiras às importações. Nessas circunstâncias várias empresas produtoras de bens de capital encerraram suas atividades e, de forma geral, trabalha-se com níveis relativamente elevados de ociosidade, o que não concede escala de produção e custos competitivos. Portanto, os dados de utilização de capacidade instalada informam que a indústria brasileira de bens de capital não tende a realizar investimentos significativos na medida em que apresenta elevados índices de ociosidade. Por outro lado, os necessários investimentos na indústria de bens intermediários podem representar mercado adicional relevante para a indústria de bens de capital, sobretudo para os produtos sob encomenda (Vermulm, 2003, p. 04).

O gráfico n° 5 demonstra que os três grandes agregados por categorias de uso final, Bens de Consumo, Bens de Capital e Materiais de Construção, apresentavam alta taxa de ociosidade desde 1990, que recua ligeiramente entre 1992 e 1994. A partir do plano Real, a taxa de ociosidade da indústria de bens de consumo e de materiais de construção recua, enquanto a da indústria de bens de capital permanece elevada. Isto demonstra duas questões fundamentais:

- 1- A elevação da produção de bens de consumo devido à utilização da capacidade já existente;

2- Havia amplo potencial ocioso na indústria de bens de capital em todo o período pré e pós-plano Real.



Desmembrando os dados da indústria de bens de consumo nos gráficos n° 6 e 7 observam-se diferentes reações das cadeias à dinâmica econômica.

Gráfico n° 6- Utilização (%) da Capacidade Instalada da Indústria de Bens de Consumo Leves

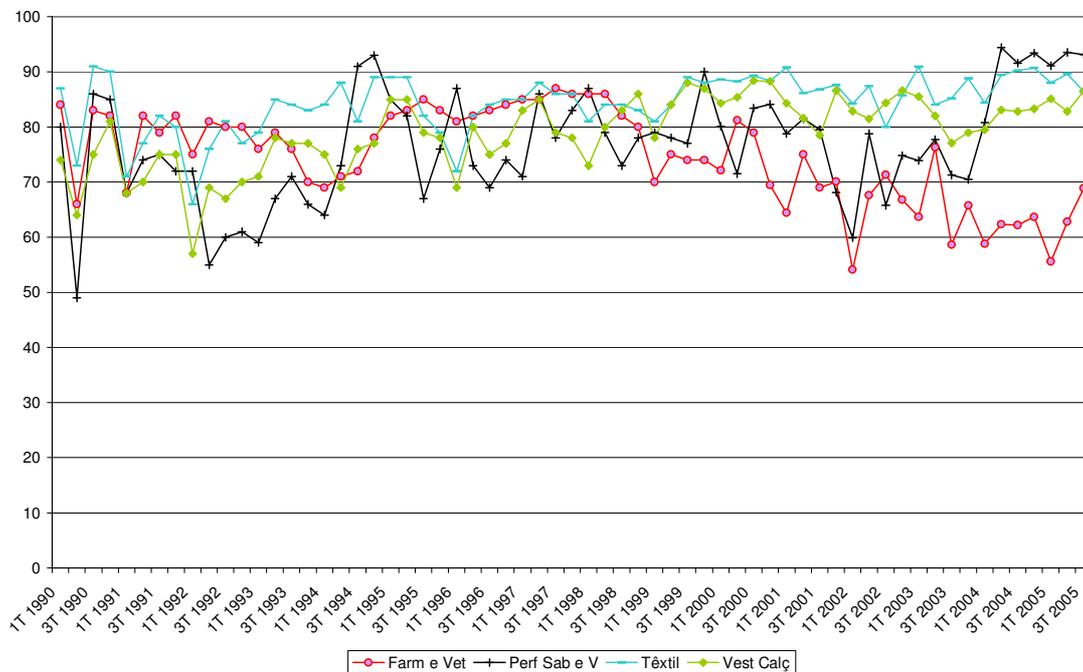
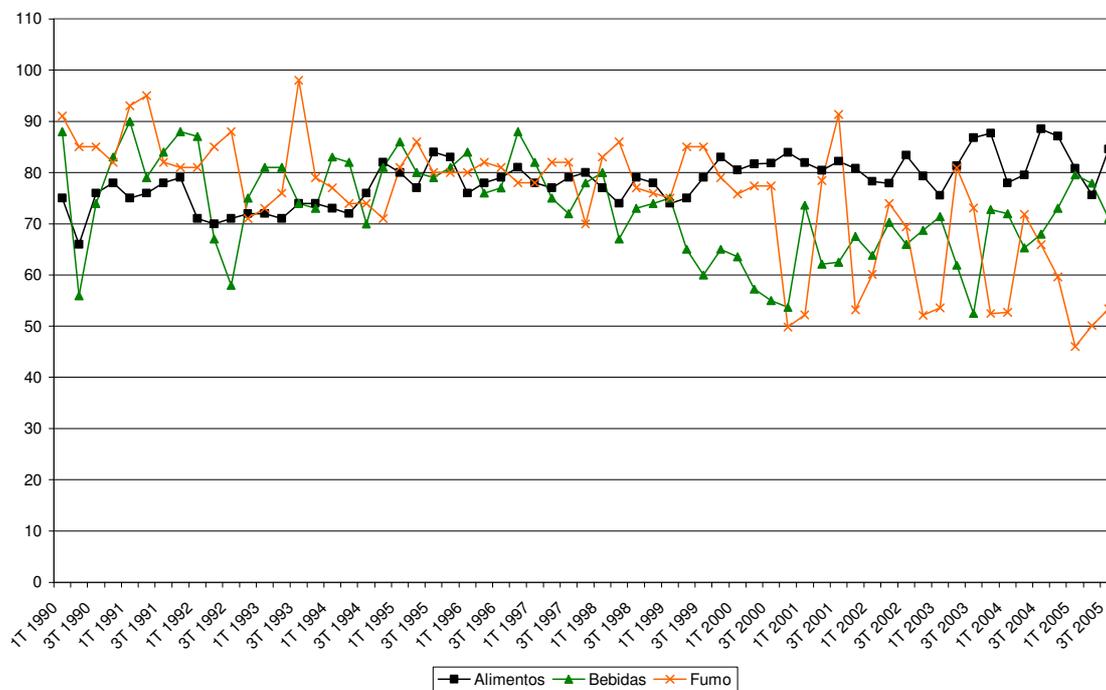


Gráfico n° 7- Utilização (%) da Capacidade Instalada da Indústria de Alimentos, Bebidas e Fumo



A indústria de alimentos apresentava, de 1992 a 94, uma taxa de utilização em torno de 70% que se amplia para 80% após o plano Real, oscilando em torno deste valor até 2003. Neste ano a utilização da capacidade instalada sobe para cerca de 90%. Isto demonstra a maior estabilidade da demanda deste setor, que o leva a não realizar grandes blocos de investimentos para não ampliar em demasia a ociosidade.

É preciso levar em conta, ainda, que os dados da utilização de capacidade da FGV são frequentemente subestimados, como aponta Delfim Netto (1998), pois não há indicação do que se trata exatamente da plena capacidade: “Qual o regime de normalidade com o qual se compara o índice de utilização? É sem dúvida um indicador importante, mas mede ele o nível de utilização efetiva num regime de dois turnos, por exemplo?” (Delfim Netto, 1998, p. 46.)²⁸.

A retomada das exportações após a rápida desvalorização cambial demonstrou que a capacidade produtiva já estava instalada, e contando com capacidade de exportação inclusive de bens industriais de alto valor agregado e não apenas de commodities. Enquanto no período 1995-99 as exportações de produtos industrializados estacionam entre US\$ 34 e 37 bilhões, no período de 2000 a 2005, aumentam em 129,1%, chegando US\$ 94,01 bilhões (as exportações totais aumentam em torno de 114% no mesmo período).

No ano de 2005 as exportações industriais representaram 79,5% das exportações totais (contra 74,4% em 2000), sendo 9,3% de produtos de alta intensidade tecnológica, 30,8%

²⁸ “Afirma-se que estamos em plena capacidade. Mas Qual é a validade do indicador “grau de ocupação da FGV” (81%) que sugere plena capacidade? De que se trata? De um indicador objetivo cuidadosamente estimado ou de um indicador impressionista? (...) Por outro lado, o nível de utilização da capacidade das pequenas e médias indústrias é muito menor (em torno de 2/3) e metade delas se queixa da “falta de demanda” enquanto menos de 10% delas vêm restrições de suprimento” (Delfim Netto, 1998, p. 46).

de média-alta intensidade tecnológica, 24,2% de média intensidade tecnológica e 35,7% de baixa intensidade tecnológica.

Alguns dados referentes aos setores produtores de automóveis, máquinas agrícolas e autopeças ilustram com mais clareza o argumento acerca do impacto da redução da demanda interna, elevação da ociosidade e retomada das exportações utilizando-se da capacidade já instalada²⁹.

A indústria automobilística investiu crescentemente no Brasil na década de 1990, inclusive com a entrada de novas montadoras, chegando em 2003 à capacidade instalada para produção de 3,2 milhões de unidades/ano. No entanto até 2003 a produção anual encontra-se estacionada em torno de 1,8 milhões/ano. A produção inicia crescimento expressivo a partir de 2004, com a baixa dos juros no mercado interno, chegando a 2,9 milhões de unidades em 2007. As importações de automóveis de US\$ 733 milhões em 1990, chegam em 1997 a US\$ 5,1 bilhões, enquanto as exportações passam de US\$ 1,96 bilhões em 1999 para US\$ 3,56 bilhões em 2003 e US\$ 4,95 bilhões em 2004. Em unidades, as exportações de autoveículos (incluindo autos de passeio, comerciais leves, caminhões e ônibus), que iniciam a década de 1990 em 187.311 unidades, aumentam até 1997, com 416.872 unidades. Nos anos seguintes tem decréscimo, mas recuperam-se até atingir 535.980 unidades em 2003 e 649.568 em 2004. As importações, somadas a crise na década de 1990, levaram este setor a considerável ociosidade e busca de reestruturação e de maior espaço nos mercados externos.

A indústria de máquinas agrícolas automotrizes, que chegou a produzir mais de 70 mil unidades por ano no início da década de 1980, tem violenta queda da produção na

²⁹ As estatísticas referentes à indústria automobilística, indústria de equipamentos agrícolas e indústria de autopeças, salvo indicações, foram extraídas e sintetizadas do anuário estatístico da indústria automobilística 2008, da ANFAVEA. Disponível em www.anfavea.com.br.

década de 1990, produzindo em torno de 20 a 30 mil unidades até o ano 2001. A partir deste ano reinicia crescimento da produção, chegando a 61 mil unidades em 2003 e 69 mil em 2004. Isto demonstra que esta indústria apresentou elevados índices de ociosidade durante mais de uma década, só retomando a produção pelo estímulo às exportações que passam de incipientes quatro a cinco mil unidades anuais de 1990 a 2002 (com picos de 10 mil unidades em 1997 e 2002) para 21 mil unidades em 2003 e 31 mil em 2004 (o que representa quase metade da produção nacional). Em valores, as exportações passam de US\$ 106 milhões em 1999, para US\$ 502 milhões em 2003 e US\$ 810 em 2004. Outro fator importante para a retomada do crescimento deste setor foi o crescimento dos investimentos agrícolas em 2003 e 2004 e posteriormente em 2007, puxados pelas exportações de soja.

A indústria de autopeças, uma das mais atingidas pelas importações na década de 1990, apresentou, a partir de 1990, níveis de ociosidade entre 30 e 40%, chegando ao pico de 45% em 1998-99, conforme Luedemann (2003). O setor apresentou queda crescente no faturamento de US\$ 15,54 bilhões em 1989, para US\$ 12,24 bilhões em 1990 e US\$ 9,84 bilhões em 1991. Recupera o crescimento, atingindo US\$ 17,45 bilhões em 1997, para tornar a cair chegando a US\$ 11,01 bilhões em 2002 e recuperando-se moderadamente em 2003 para US\$ 12,4 bilhões, também em função das exportações. O setor aumentou os investimentos após o plano Real, somando US\$ 8,04 bilhões de 1995 a 2000, em comparação com US\$ 4,05 bilhões investidos de 1990 a 94. O faturamento com exportações, que representava apenas 11% em 1990 cresce continuamente até 1996-97, quando tem queda, mas recupera-se atingindo 22% em 2003.

As baixas taxas de crescimento do PIB demonstram que o plano de estabilização, da forma como implementado foi uma verdadeira “bomba de efeito retardado” como definiu Reinaldo Gonçalves (1998). De 2000 a 2002, o crescimento das exportações agrícolas

claramente aliviou os efeitos do crescimento da dívida externa (que desde o início do plano Real tornavam-se explosivos) e da fuga de capital em 1998-99 e garantiram crescimento positivo (mesmo que extremamente baixo) do PIB. A aceleração do crescimento do PIB agrícola a partir de 1999 amenizou os efeitos recessivos do plano de estabilização, como pode ser observado na tabela nº 2. No auge das exportações agrícolas, de 1999 a 2004, o crescimento médio do PIB agrícola de 5,2% foi o dobro dos demais setores.

Tabela nº 5 - Taxas de Crescimento- PIB Total e Setores- 1990 a 2008				
	PIB Total	PIB agrop.	PIB Ind.	PIB Serv.
1990	-4,3	-3,7	-8,2	-0,8
1991	1,0	1,4	0,3	0,3
1992	-0,5	5,4	-4,0	0,8
1993	4,7	1,0	8,1	3,2
1994	5,3	7,4	8,1	4,0
1995	4,4	5,7	4,7	3,2
1996	2,2	3,0	1,1	2,2
1997	3,4	0,8	4,2	2,6
1998	0,0	3,4	-2,6	1,1
1999	0,3	6,5	-1,9	1,2
2000	4,3	2,7	4,8	3,6
2001	1,3	6,1	-0,6	1,9
2002	2,7	6,6	2,1	3,2
2003	1,1	5,8	1,3	0,8
2004	5,7	2,3	7,9	5,0
2005	3,2	0,3	2,1	3,7
2006	4,0	4,5	2,3	4,2
2007	5,7	5,9	4,7	5,4
2008	5,1	5,8	4,3	4,8
Cresc. acum. 1990-99	16,4	31,0	9,7	17,8
Cresc. médio a.a. 1990-99	1,6	3,1	1,0	1,8
Cresc. acum. 2000-08	33,0	39,9	28,8	32,5
Cresc. médio a.a. 2000-2008	3,7	4,4	3,2	3,6
Fonte: IPEADATA				

O setor agroalimentar possuía capacidade ociosa e pôde utilizá-la com a desvalorização cambial de uma maneira imediata e sem onerar o balanço de pagamentos, uma vez que os investimentos em tecnologias importadas (em especial de equipamentos da agroindústria) já haviam sido realizados. Importante ressaltar que a indústria nacional de equipamentos agrícolas também contava com considerável capacidade ociosa, passando no fim da década a exportação em consequência da queda das vendas internas durante o período 1990- 99.

A indústria alimentar manteve durante todo o primeiro governo FHC, índices de ociosidade superiores a 20%, só diminuindo a partir do quarto trimestre de 1999, mas ainda assim, aumentando novamente em alguns períodos de 2002 e 2003³⁰.

Durante a década de 1990, com a abertura de mercado e a falta de políticas de crescimento econômico, o empresariado dos setores industrial e agrícola vai paulatinamente saindo de uma posição passiva a que havia sido relegado na década de 1980 e organiza-se para defender seus interesses, a ponto dos industriais serem a principal voz reivindicando mudanças econômicas profundas, e apoiarem a candidatura de Lula a presidência, além do seu vice, José Alencar, ser um dos principais industriais do país.

No questionamento ao direcionamento neoliberal da política econômica, formou-se e fortaleceu-se um grupo de interesses do empresariado do setor produtivo, o qual consegue ocupar posições de poder no executivo e viabilizar seus interesses. Diversos exemplos podem ser citados: o governador do estado do Mato Grosso, Blairo Maggi (proprietário do Grupo A. Maggi, produtor de grãos), o ministro da Agricultura do primeiro governo Lula, Roberto Rodrigues (agrônomo e produtor rural, tradicional liderança

³⁰ Dados da pesquisa trimestral de utilização da capacidade instalada da indústria, realizada pela FGV.

intelectual do setor agrícola) e o ministro do comércio exterior do primeiro governo Lula, Luiz Fernando Furlan (um dos principais sócios e dirigentes do grupo SADIA e da ABEF- Associação Brasileira de Exportadores de Frango). Além do executivo, no legislativo a “bancada ruralista” obteve reforço significativo a partir do segundo mandato de FHC, obtendo espaço para seus interesses inclusive via grande mídia nacional.

1.5- As Interpretações da Política Agrícola na década de 1990

Na década de 1980 diversos trabalhos analisaram o processo de modernização da agricultura impulsionado pelo Estado e seus instrumentos, destacando a mudança técnica da estrutura produtiva, a relação entre os segmentos dos complexos agroindustriais (cooperativas, produtores, agroindústrias) e os instrumentos de política com destaque para o crédito rural subsidiado (e seus instrumentos como a PGPM).

Ficaram consagrados os trabalhos de Muller (1989), Graziano da Silva (1981), Delgado (1985), Goodman, Sorj e Wilkinson (1985) entre outros, que não obstante suas inúmeras diferenças e particularidades, direcionaram suas críticas à “modernização conservadora”, à forma como a modernização técnica foi acompanhada de concentração patrimonial, êxodo rural e aumento da exploração dos capitais industrial e financeiro sobre a agricultura.

Na década de 1990 e em especial após o plano Real, chama a atenção a profunda diferença nos temas e nas abordagens, no qual as análises predominantemente apresentam um corte liberal (em alguns casos implicitamente liberal, como se tornou corrente entre a social-democracia brasileira). Assim, passou-se não apenas a criticar a

forma como o Estado interviu na agricultura, mas condenar a própria existência da intervenção e seus instrumentos, em especial o crédito rural subsidiado do SNCR.

Os trabalhos partem para a justificação da abertura de mercado, do corte de recursos, do desmonte das estruturas de intervenção (Companhia Brasileira de Alimentação- COBAL, Comissão de Financiamento da Produção-CFP, Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural- SIBRATER entre outras) e da estabilidade monetária, argumentando que somente a partir de então, o setor agrícola começa a passar por verdadeiro processo de modernização e de aumento de produtividade.

A tônica do debate passa a ser a idéia de que a intervenção do Estado na agricultura estava essencialmente fadada ao fracasso porque impedia o bom funcionamento das estruturas de livre-mercado e causava distorções (com subsídios, preços diferenciados etc).

Para os objetivos de nossa pesquisa, apresentaremos alguns trabalhos que se tornaram influentes no período em questão, ditando os rumos do debate sobre política agrícola, para em seguida propormos um contraponto a partir de outros trabalhos e de nossas próprias análises sobre o período em questão.

Um dos estudos que se tornou influente neste debate é o de Dias e Amaral (1999), o qual analisa detalhadamente a política agrícola e as transformações estruturais na agricultura de 1980 a 1998 destacando o auge e declínio de alguns instrumentos como o SNCR, a PGPM e as condições macroeconômicas favoráveis em alguns períodos e desfavoráveis em outros. O estudo de Rezende e Helfand (2001) analisa os impactos das reformas dos anos 1990 sobre a agricultura, enquanto Gasques, Rezende et al (2004) analisam a

competitividade recente do agronegócio brasileiro à luz das reformas da década de 1990³¹.

O primeiro aspecto que chama a atenção no trabalho de Dias e Amaral (1999), é que os autores não identificam uma ruptura significativa com o advento do plano Real (como a estabilidade monetária como meta suprema da política econômica). O processo de abertura e desregulamentação da agricultura é apresentado desde pelo menos 1987, como algo que seguiu um curso “natural”, de um sistema pouco eficiente, no qual preços, quantidades e o comércio exterior eram regulados pelo Estado para um sistema mais eficiente de “livre mercado”. Neste, as condições decorrem da concorrência, da produtividade e do não-privilegiamento de determinados tipos de produtores (internos ou externos).

Como afirmam Dias e Amaral (1999, p. 224): “o principal motor dessa dinâmica [do sistema anterior] foi, sem dúvida o sistema oficial de crédito que, mal desenhado, logo entraria em colapso”. Numa avaliação *ex post* a análise parece fazer sentido, mas como argumentar que um programa que durou 20 anos estava fadado a “entrar logo em colapso”?

Mais do que uma análise objetiva reflete uma idéia muito difundida no governo FHC, de que qualquer intervenção governamental na economia inevitavelmente fracassa (e não importa ao analista que o SNCR tenha durado cinco vezes mais tempo e causado menores problemas, do que a ancoragem cambial do Real, considerada pelos autores um sucesso).

³¹ A escolha destes se deve a influência que os autores passaram a exercer tanto no plano do debate teórico quanto das opções de política adotada pois são autores pertencentes a órgãos do executivo, como IPEA e CONAB e/ou professores de universidades influentes, como a USP (da qual originou-se parte significativa da cúpula do governo FHC).

Um segundo ponto no artigo, que ocupa lugar de destaque no debate recente é a inflação apontada como a causa básica dos problemas da economia brasileira: “Premido pela incapacidade de administrar os problemas que se avolumaram no início da década de 1980, refletidos no indicador de inflação que salta de 40% em 1980 para 200% em 1984, o governo negociou o apoio com organismos multilaterais, FMI e Banco Mundial” (Dias e Amaral, 1999). As pressões destes órgãos geram cortes de gastos sobre o setor agrícola, reduzindo a PGPM e o crédito rural e levando a alta dos juros. “As únicas forças favoráveis ao setor agrícola eram dadas pela política cambial que, para possibilitar o incremento das exportações, mantinha o câmbio desvalorizado” (Dias e Amaral, 1999).

Os autores passam ao largo da crise da dívida e da queda das taxas de crescimento no início da década de 1980. Estes problemas causam o desajuste interno e o recrudescimento da inflação. Esta, de conseqüência, é alçada à categoria de problema principal.

Para os autores, o principal problema era a inflação inercial causada “pelo sistema de indexação vigente e pelos hábitos da população” (Dias e Amaral, 1999, p. 225). Aqui os autores ratificam a idéia de que a inflação é gerada por excesso de demanda e pela emissão (a qual visava equilibrar os preços relativos internos).

As pressões dos órgãos externos e a inflação geraram a predisposição para a abertura da economia ao exterior: “essa internalização dos preços externos poderia contribuir de forma relevante na estabilização dos preços domésticos. Essa liberdade de comércio iria beneficiar a agricultura pelo lado dos insumos, principalmente fertilizantes e pelo lado de alguns produtos de exportação” (Dias e Amaral, 1999, p. 225).

Rezende e Helfand (2001) vão no mesmo caminho, justificando a inflação como problema principal:

“A liberalização do comércio e a desregulamentação de mercados agrícolas, além de mudanças no crédito rural e na política de garantia de preços mínimos, foram todas medidas adotadas como parte de uma estratégia global para combater a ameaça de hiperinflação. Essas reformas se deveram mais à necessidade de combater a inflação do que a crença de que o novo modelo proporcionaria crescimento ou desenvolvimento superiores” (Rezende e Helfand, 2001, p. 251).

Para os autores o mercado de insumos foi uma das questões centrais para se entender o setor agrícola pós abertura:

“A liberalização alterou preços relativos dos insumos, aumentou o acesso aos insumos importados de alta qualidade e levou a produção doméstica a uma maior competitividade. Esses fatores fomentaram ganhos na produtividade e redução dos custos. Aumentos na produtividade e eficiência, aliados a menores preços agrícolas ao nível do consumidor, estão entre as mais importantes medidas de sucesso das reformas” (Idem, p. 250).

Fica clara mais uma das idéias-força do período, a de que a abertura comercial era fundamental para baixar os preços internos e trazer competitividade às exportações. E mais do que isto, a abertura, como sinônimo de liberdade de comércio é idealizada como a solução a todos os nossos problemas econômicos³². Mas os períodos mais favoráveis às exportações não o foram às importações, e vice versa. Quando se favorecia as exportações, aumentavam-se os custos dos insumos importados e conseqüentemente os preços internos. Quando se abriam as importações, provocava-se dumping da produção agrícola nacional e expansão dos endividamentos em dólar (que viriam a estrangular as empresas quando da desvalorização cambial).

³² “Na reforma dos mercados domésticos, criaram-se mecanismos de intervenção mais consistentes com o funcionamento dos mercados, alinhando preços mínimos com o mercado internacional, criando o sistema de pagamento pela diferença entre o preço mínimo e o de mercado sem as compras governamentais, trazendo transparência e melhores condições para atrair agentes privados para carregar estoques e ampliar mercados agrícolas” (Dias e Amaral, 1999, p.230).

Dias e Amaral (1999, p. 226) acrescentam que “foi nesse período compreendido pelos planos do governo Collor que ocorreram as reformas mais importantes da abertura da economia. A eliminação de todas as proibições de importações, definição acelerada de cronograma para reduzir tarifas, desmantelamento de órgãos e monopólios estatais na comercialização de produtos e outras medidas”.

Ao tripé combate à inflação-abertura-desregulamentação do Estado, soma-se o plano Real:

A estratégia de combate à inflação continuou enfatizando o déficit público, a abertura, a flexibilização de preços e o elemento inercial da inflação como o conjunto de ingredientes para compor a receita de combate à inflação. No final de 1993 é lançado o plano Real premiando os ingredientes mencionados e acrescentando uma taxa fixa de câmbio para contribuir com mais força para a estabilização de preços (Dias e Amaral, 1999, p.227).

As importações com câmbio valorizado garantiram a pressão necessária para baixar os preços internos (como já se discutiu anteriormente)³³. Segundo os autores, o plano Real, apesar de ter se tornado o mais bem sucedido plano de estabilização, ao eliminar a “memória inflacionária” e a indexação, acumulou problemas com as taxas de câmbio e de juros, aumentando o déficit comercial e a dívida pública. O desequilíbrio macroeconômico crescia tanto nas contas públicas quanto no balanço de pagamentos. No entanto, não há análise das conseqüências destes problemas para a agricultura.

³³ Paralelamente à idéia de inflação inercial, manteve-se durante a década de 1980, e podemos dizer durante a década de 1990, subjacente as estratégias de abertura, a idéia de que a inflação é pressionada por uma rigidez da oferta agrícola- a interpretação estruturalista clássica da inflação. Pode-se observar isto claramente nas propostas de que somente a importação de alimentos poderia levar a queda dos preços internos pela expansão da oferta, uma vez que nosso setor agrícola responderia de forma lenta à expansão da demanda, levando a aumento de preços. Note-se que uma outra versão muito difundida deste argumento, presente nos trabalhos de Oliveira (2004 e outros) considera que a exportação de alimentos no Brasil se dá em detrimento do abastecimento interno e logo, persiste fome no país por problemas de oferta. Embora a preocupação destes, seja a fome e conseqüentemente a justificativa para a reforma agrária – a de expandir a produção de alimentos- permanece a mesma idéia básica da incapacidade do setor agrícola de expandir a oferta.

Este artigo contém exemplarmente, todos os elementos que passaram a dominar o debate sobre política agrícola na década de 1990, os quais podemos sintetizar da seguinte maneira:

- 1) A idéia de que a intervenção direta do Estado no setor estrangulou-se por suas próprias deficiências intrínsecas e que a utilização da política macroeconômica é a melhor forma de intervenção nos setores produtivos;
- 2) A defesa da abertura econômica como melhor meio de aumentar a produtividade agrícola e rebaixar os preços dos alimentos, retirando barreiras às importações e estimulando as exportações;
- 3) A inflação apontada como causa principal dos nossos problemas econômicos, exigindo prioridade absoluta ao seu combate, mesmo que isso signifique perdas para a agricultura nacional;
- 4) A idéia de que o grande salto de produtividade e modernização do setor ocorre após o plano Real e de que o desmonte dos órgãos e mecanismos estatais de intervenção na agricultura e a eliminação das barreiras de importação foram fundamentais ao avanço da agricultura.

O principal problema deste trabalho, recorrente de uma parte dos analistas da agricultura brasileira, refere-se à utilização de referenciais da economia monetária, em sua versão neoclássica. Assim, são ignoradas as diferenças profundas que existem entre os setores produtivos e o lado monetário da economia, com relação às suas reações às crises, à política macroeconômica etc.

Enquanto a moeda pode ser instantaneamente destruída ou valorizada, ou migrar imediatamente para um ativo mais atrativo, o mesmo não acontece com os setores

produtivos. A abertura de um período favorável ao crescimento, não se manifesta imediatamente com maior produção, a não ser que a estrutura produtiva já esteja montada e no caso inverso, um período de crise não destrói ou faz desaparecer (literalmente) um setor produtivo (a não ser uma crise prolongada ao longo por anos). Este entra em ociosidade das instalações e dos trabalhadores.

É sintomática a surpresa dos autores deste período, quanto ao crescimento da produção:

Dada a rapidez com que essas reformas foram feitas e levando-se em conta especialmente a queda nos volumes de crédito oficial altamente subsidiados, era de se esperar uma queda na produção. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que a produção passou a crescer de forma sistemática até alcançar na safra 2002-2003 o volume de 122 milhões de toneladas de grãos, o maior da história (Gasques, Rezende et al, 2004, p. 17).

Embora estes autores destaquem o papel da pesquisa agropecuária (em especial da Embrapa) no desempenho da agricultura no período, insistem no plano Real e na queda da inflação como os principais divisores de água do desempenho positivo do setor³⁴.

³⁴ Para Gasques, Rezende et al (2004, p. 19): “O Plano Real deve ser visto como um divisor de águas na análise das potencialidades da agricultura no Brasil. Isso deve-se, essencialmente, ao sucesso no controle da inflação e, portanto, ao fato de a agricultura não ser mais obrigada a operar em um ambiente de inflação alta e instável. É verdade que, em sua fase inicial, o Plano Real também levou crise à agricultura. De fato, assim como os demais planos, e pelas mesmas razões, o Plano Real gerou um ciclo de euforia e crise no setor agrícola no biênio 1994-1995, deixando em seu rastro o aumento do endividamento agrícola. À diferença dos demais planos, entretanto, o Real conseguiu acabar com a inflação, permitindo que a agricultura se livrasse do ônus de ter de operar no ambiente macroeconômico anterior, em que arcava com compromissos financeiros atrelados à taxa geral de inflação – embora não houvesse forma de os preços dos seus produtos individuais acompanharem, necessariamente, a alta geral de preços. Esse contexto macroeconômico mais favorável ao crescimento da agricultura materializou-se já no Plano Safra 1995-1996, em que a taxa de juro do crédito rural foi fixada *a priori* em termos nominais. Um outro sinal de que a situação financeira agrícola começou a mudar positivamente após o Plano Real foi o início da renegociação da dívida agrícola, no fim de 1995. Essa renegociação, feita com base na Lei no 9.138, foi essencial para a retomada dos investimentos a partir de então”. Sobre a renegociação de 1995, Graziano da Silva (1998, p. 250) apresenta uma explicação diferente: “Nesse quadro, a política agrícola do governo FHC foi desastrosa porque: demorou muito em efetivar a securitização das dívidas dos produtores rurais em 1995, grande parte delas decorrentes dos empréstimos tomados no ano anterior que pegaram a elevação dos juros e da correção monetária do período da URV. Essas dívidas começaram a vencer em agosto/setembro de 1995 e só foram renegociadas efetivamente em fevereiro/março de 1996. Nesse ínterim, os produtores ficaram à mercê dos gerentes dos bancos, que tudo fizeram para receber os créditos não liquidados, forçando assim a quebra de inúmeros

Queremos com isso dizer, que os períodos de investimento agrícola das décadas de 1970 e 80, criaram uma estrutura produtiva imensa (parque de máquinas agrícolas, abertura e sistematização de terras, estrutura de armazenagem, pesquisa agropecuária, agroindústrias etc) que não desapareceu com o fim dos subsídios na década de 1980, nem com o desmonte das políticas e com a crise no governo Collor. Assim como o aumento da produção no início do plano Real não se deu por uma estrutura surgida imediatamente, nem os aumentos de produtividade pós-desvalorização cambial de 1999.

Há um processo de maturação da estrutura que no setor agroalimentar é mais lento inclusive que nos demais setores produtivos, devido à forte influência das condições naturais na agricultura, que torna elevados os custos da pesquisa agropecuária e os riscos de introdução de inovações, em especial as biológicas. Assim, a discussão que atribui o desempenho da agricultura apenas à política macroeconômica, passa ao largo destes fatos elementares.

Assim, as interpretações acerca da agricultura e da política agrícola discutidas acima são parciais e refletem mais a necessidade de justificação da política econômica adotada, do que a real dinâmica do processo ocorrido no período em análise.

pequenos e médios agricultores". Assim, com a renegociação da dívida, o governo FHC estava na verdade, tentando minimizar os estragos que ele mesmo havia causado.

Conclusões do capítulo 1

As mudanças que o país passa a partir da década de 1980 são fundamentais para a compreensão do setor agroalimentar. Os investimentos do II PND criaram uma estrutura produtiva que possibilitou a retomada do crescimento e aumento das exportações, amenizando os efeitos da crise da dívida. Ao mesmo tempo, houve quedas das importações reduzindo o déficit no balanço de pagamentos.

O setor agroalimentar foi afetado de diversas maneiras. Na década de 1980, como elemento para o controle da inflação, recebeu por um lado subsídios, crédito e proteção e, por outro, controle de preços e restrições às exportações. O grande aumento das importações em fins da década de 1970 e início da década de 1980, em virtude de problemas de abastecimento interno de produtos básicos levou a criação de programas de incentivo à produção. O famoso “plante que o João garante”, direcionado à produção de arroz durante o governo Figueiredo foi emblemático nesse sentido.

Na década de 1990 os incentivos e subsídios são cortados, o crédito rural sofre redução dos recursos e aumento das taxas de juros. As exportações são liberadas completamente e termina o controle de preços dos produtos básicos, mas recorre-se crescentemente as importações para baixar os preços internos. A crise afeta o setor agroalimentar tanto pelas importações (favorecidas pelo câmbio valorizado) quanto pelo lado financeiro.

Como o setor acumulou enorme capacidade ociosa a desvalorização cambial de 1999 favoreceu a retomada das exportações e a redução das importações. Com a retomada das exportações o setor agroalimentar passa a ocupar novamente o lugar de auxiliar na obtenção de divisas, de diminuição dos déficits comerciais, alívio do estrangulamento cambial e de auxiliar na retomada do crescimento do PIB (exatamente como no início da década de 1980). Com isso, os interesses do setor se reforçam (incluindo seus

representantes no legislativo e no executivo) e novas políticas setoriais de incentivo começam a surgir, com destaque para a ampliação do crédito rural oficial.

No próximo capítulo se analisará mais detalhadamente a retomada das exportações agrícolas e posição do Brasil no mercado mundial de produtos agroalimentares. Será discutido ainda, o impacto das novas formas de financiamento da produção que surgiram com o corte de recursos na década de 1990.

CAPÍTULO 2

O BRASIL E A DINÂMICA DO MERCADO MUNDIAL DE PRODUTOS AGROALIMENTARES

Nos países desenvolvidos, a sociedade faz por onde as hipóteses de trabalho dos velhos quadros tenham sua verificação convertida em projeto vital dos melhores dentre os jovens quadros, mas o Brasil não é um país desenvolvido e a busca de mestrado ou do doutoramento não passa de esforço pelo atendimento de exigências burocráticas.

Entretanto, de algum modo é mister comprometer os quadros jovens nesta empreitada, e quem sabe se eles não encontrarão motivo de realização pessoal aplicando-se a dismantelar os esquemas do “velho Rangel”?

Ignácio Rangel, 1980 (prefácio à Ciclo Tecnologia e Crescimento).

2.1- A Evolução Recente das Exportações Agrícolas Brasileiras

A agricultura brasileira vem experimentando, ao longo do período pós- 1930, uma dinâmica cíclica que responde as necessidades, em determinados períodos, de rebaixamento dos preços no mercado interno e em outros à necessidade de alívio das restrições do balanço de pagamentos e da geração autônoma de divisas, visando equilibrar a economia como um todo. Após incentivos para exportação e “euforia”, geralmente apoiados em subsídios e desvalorização cambial, segue-se um estrangulamento do setor, pois há redirecionamento dos investimentos e das políticas para outros setores e em especial da década de 1980 em diante, para o controle da inflação.

No governo FHC recorreu-se à importação de alimentos (em detrimento da produção nacional dos mesmos alimentos) para o controle dos preços internos. As importações de arroz, feijão e milho passam de 10,33 milhões de toneladas de 1980 a 1989, para 27,98 milhões de 1990 a 1999, sendo 9,86 milhões apenas no primeiro governo FHC (1994 a 98)³⁵. Mesmo produtos como soja e derivados, nos quais o Brasil é um dos principais produtores, houve volumosas importações no período, o que demonstra que se basearam em vantagens financeiras oriundas, em especial do real valorizado.

Em termos de valores, foram importados em produtos agrícolas US\$ 52,1 bilhões no período 1990-99, sendo US\$ 29,5 bilhões apenas nos primeiros quatro anos do governo FHC como demonstra a tabela número 6.

³⁵ Síntese a partir dos dados do Quadro de Suprimentos da Conab.

Tabela nº 6 - Evolução das Exportações e Importações Agrícolas Brasileiras (1990-2007)								
Período	Exportações			Importações			Participação %	
	Valores (US\$ milhões)	Var. a.a.	Var. acum. 1990=100	Valores (US\$ milhões)	Var. a.a.	Var. acum. 1990=100	Exp Agro/exp total	Imp agro/Imp total
1990	9.778,7	-7,6	100,0	2.689,6	1,8	100,0	31,1	13,0
1991	8.956,1	-8,4	91,6	3.179,3	18,2	118,2	28,3	15,1
1992	10.322,2	15,3	105,6	2.743,1	-13,7	102,0	28,8	13,3
1993	10.962,8	6,2	112,1	3.835,1	39,8	142,6	28,4	15,2
1994	14.083,1	28,5	144,0	5.035,7	31,3	187,2	32,3	15,2
1995	15.672,3	11,3	160,3	7.215,3	43,3	268,3	33,7	14,4
1996	16.049,8	2,4	164,1	7.808,1	8,2	290,3	33,6	14,6
1997	18.304,2	14,0	187,2	7.349,8	-5,9	273,3	34,5	12,3
1998	17.064,6	-6,8	174,5	7.149,1	-2,7	265,8	33,4	12,4
1999	15.980,3	-6,4	163,4	5.129,6	-28,2	190,7	33,3	10,4
2000	15.464,5	-3,2	158,1	4.762,0	-7,2	177,0	28,1	8,5
2001	18.439,6	19,2	188,6	3.913,5	-17,8	145,5	31,6	7,0
2002	19.185,9	4,0	196,2	3.874,9	-1,0	144,1	31,7	8,2
2003	24.215,9	26,2	247,6	4.227,7	9,1	157,2	33,1	8,7
2004	30.867,6	27,5	315,7	4.134,7	-2,2	153,7	31,9	6,6
2005	35.052,2	13,6	358,5	4.340,9	5,0	161,4	29,6	5,9
2006	39.527,7	12,8	404,2	5.486,6	26,4	204,0	28,7	6,0
2007	48.221,7	22,0	493,1	7.234,5	31,9	269,0	30,0	6,0

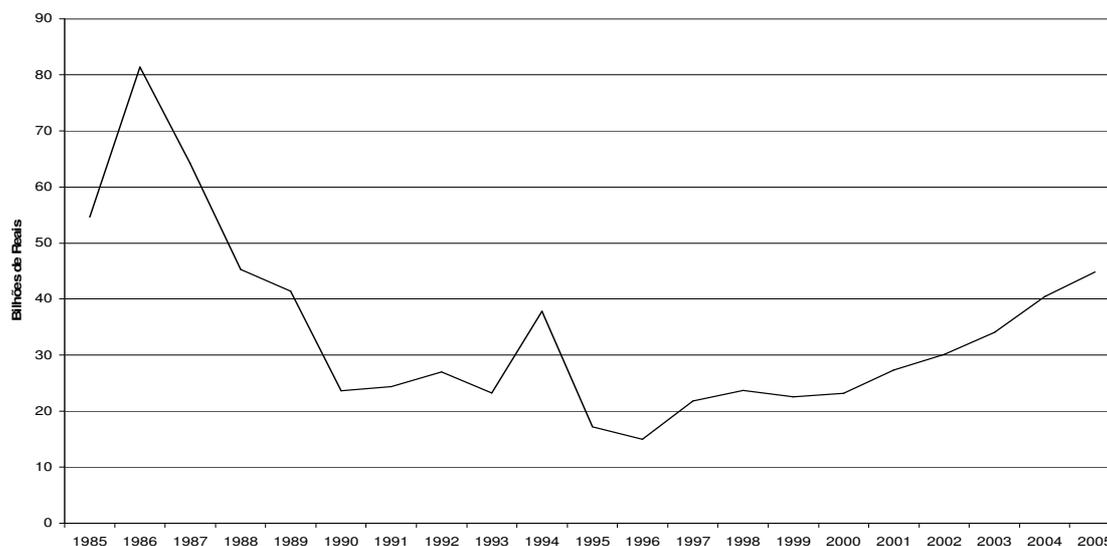
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OMC e Ipeadata.

Em diversos momentos, o incentivo à exportação de produtos agrícolas representou um socorro a toda a economia brasileira, por diversas razões, como geração de divisas com exportações, aumento da demanda interna (via geração de demanda e emprego), rebaixamento dos preços internos, geração de investimentos em setores como serviços, comércio e infra-estruturas; redução da ociosidade na indústria de equipamentos agrícolas, insumos e na agroindústria exportadora (que concomitantemente abastece o mercado interno) causando, conseqüentemente (no médio prazo) redução do preço dos alimentos no mercado interno.

A tentativa de se reduzir os déficits comerciais após o plano Real, pelo aumento das exportações levou à criação da lei Kandir no final de 1996. Esta lei desonerou o ICMS de bens primários destinados às exportações. Esta lei, junto com a desvalorização cambial de 1999 se torna em um eficiente estímulo ao retorno das exportações que estavam estagnadas.

No setor agrícola o crescimento da produção ocorreu primordialmente pela utilização da capacidade ociosa, pois os períodos de maiores investimentos não coincidiram necessariamente com os períodos de maior crescimento econômico. Isto ocorreu especialmente na década de 1990 como demonstra o gráfico número 8.

Gráfico n° 8- Evolução dos Recursos de Crédito Rural (1985- 2005)



Fonte: Anuário Estatístico Do Crédito Rural do Banco Central do Brasil.

Na segunda metade da década de 1980, o volume total de crédito rural inicia expressiva queda que se estende até 1993. No ano de 1994 ocorreu uma recuperação, mas inicia-se nova queda até 1996. De 1997 a 2001 ocorre ligeira recuperação com estabilidade.

Somente após 2002 ocorre retomada e contínuo crescimento dos valores de crédito rural. No entanto, parte deste valor foi referente as renegociações de dívida, a partir de 2004, não somando portanto, novos recursos. Isto reforça a idéia de que os investimentos já haviam sido realizados.

O crédito de investimento continua em queda após o plano Real, inclusive no período de boom das exportações do agronegócio (A questão do crédito rural será tratada mais detidamente no capítulo 3)³⁶.

A estrutura industrial de esmagamento de soja também apresentou elevado percentual de ociosidade no período. O esmagamento de soja para produção de farelo e óleo, tem pequeno aumento de 21,6 milhões de toneladas em 1999 para 29,5 milhões em 2003, 28,9 em 2004 e 29,7 em 2005. No entanto, a capacidade instalada de esmagamento passa de 39,4 milhões em 2001, para 48,05 milhões em 2004 e 50 milhões em 2005. Isto indica percentuais de ociosidade de aproximadamente 30% de 2001 a 2003, 39% em 2004 e 41% em 2005, demonstrando que o setor já apresentava estrutura produtiva necessária, faltando demanda³⁷.

Nos anos de 2006 e 2007 a capacidade instalada da indústria de soja continuou em expansão, atingindo 54,5 milhões em 2007. Em virtude da crise da soja iniciada em 2005 e agravada em 2006, houve pequeno crescimento da produção de soja e do esmagamento, conseqüentemente, aumentando a ociosidade do parque produtivo para 46% em 2006 e 42% em 2007.

³⁶ Os dados referentes ao crédito rural, foram extraídos do Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil, vários anos.

³⁷ Em entrevista à revista Guia Exame, de Agosto de 2005 (*Especial Agronegócio*), diretores de algumas das grandes processadoras de soja no Brasil, como Cargill e Bunge, afirmaram que realizariam em 2006, investimentos em ampliação da rede de armazenagem e terminais nos portos, mas não em ampliação da capacidade produtiva pois esta encontrava-se largamente ociosa.

As exportações de soja em grão passam de 8,9 milhões de toneladas em 1999, para 11,7 milhões em 2000, 22,3 milhões em 2003 e 24,5 milhões de toneladas em 2004 (aumento de 175,8%). As exportações de farelo e óleo de soja têm expansão das exportações de respectivamente 42% e 74%. Os valores das exportações do complexo soja passam de US\$ 4,4 bilhões em 1996 (9,2% das exportações totais), para US\$ 8,1 bilhões em 2003 e US\$ 10,04 bilhões em 2004 (representando 10,4% das exportações totais).

As exportações dos principais produtos do setor agroalimentar (soja e derivados, café, carnes, fumo, açúcar e suco de laranja) que somavam US\$ 11,89 bilhões em 1996 (24,9% das exportações totais), passam a US\$ 15,6 em 2003, 20 bilhões em 2004 e 27,01 bilhões em 2005 (22,8% das exportações totais)³⁸.

Ao se levar em conta as exportações de produtos agrícolas não-alimentares (como madeira, couro, óleos não-comestíveis entre outros) o total das exportações do agronegócio passa de 30% do total entre 2002 e 2004 e depois se estabilizando em 30% até 2007 como demonstrou a tabela número 6.

A desvalorização cambial, a lei Kandir e a retomada do crescimento da economia mundial (em especial da China que se tornou grande importadora de produtos brasileiros) geraram a demanda necessária para aproveitar os recursos ociosos na agricultura, na agroindústria, nas empresas de produção de insumos, defensivos, fertilizantes, equipamentos entre outros. O setor havia recebido vultosos investimentos em abertura e sistematização de terras, mecanização agrícola, ampliação da capacidade de beneficiamento industrial entre outros, em especial na década de 1980.

Na década de 1990 os investimentos concentraram-se primordialmente na modernização de instalações e nas fusões e aquisições (com forte entrada de capital estrangeiro) e

³⁸ Dados recalculados a partir dos dados da Secex disponíveis em www.mdic.gov.br.

menos na ampliação da capacidade instalada. Conforme os dados de Benetti (2001), nos anos de 1992 a 2000 ocorrem 250 processos de fusões e aquisições nos setores de alimentos, bebidas e fumo, sendo que metade dos processos ocorreu nos anos de 1996-98, período do Real supervalorizado.

A ampliação da presença de grandes tradings agrícolas como Cargill, ADM e Bunge, no momento de ampliação do mercado mundial de commodities, torna a oscilação dos preços internacionais e a demanda mundial por alimentos em elementos centrais da formação de expectativas e da realização dos investimentos no setor agropecuário brasileiro. É isto que se discutirá nos próximos itens.

2.2- O Mercado Mundial de Produtos Agroalimentares e o Movimento das Bolsas de Mercadorias e Futuros

Uma das características fundamentais do mercado mundial na última década foi a ampliação do volume de capital aplicado em commodities. Ao lado disto, ocorreu a expressiva ampliação do comércio mundial destas mesmas commodities. Como apontou Holanda Filho (2005) a criação da OMC em 1995 ampliou as possibilidades de comércio entre seus membros, levando a uma rodada de abertura comercial, em especial nos países periféricos mais industrializados, como China, Índia, Brasil, México, Argentina entre outros.

Em toda a década de 1990 o comércio mundial aumentou em 65%, enquanto apenas no período 2002-2007, aumentou em 148%³⁹. As exportações totais de produtos agrícolas

³⁹ Dados da OMC, disponíveis em www.wto.org, International Statistics Database.

aumentam 31,2 % entre 1990-99 e 104,2% no período 2000-2007 (sendo 92% apenas no período 2002-2007). Os produtos agrícolas entraram em 1994 na pauta do GATT⁴⁰.

Observa-se na tabela número 7, que ocorre aceleração do crescimento das exportações agrícolas mundiais a partir de 2002, mas ainda a taxas inferiores ao crescimento das exportações totais de mercadorias.

Tabela nº 7 - Variação das Exportações Mundiais- Total e Agropecuária (1990-2007)						
EXPORTAÇÕES TOTAIS			AGROPECUÁRIAS			
	Var. a.a.	Var. acum. 1990=100	Var. a.a.	Var. Acum 1990=100	Agrop/Total	
1990	11,3	100,0	3,3	100,0	12,0	
1991	1,9	100,0	0,8	93,4	11,9	
1992	7,1	107,1	7,1	100,0	11,9	
1993	0,4	107,6	-4,1	95,9	11,4	
1994	14,4	123,1	16,7	111,8	11,6	
1995	19,4	146,9	17,7	131,6	11,4	
1996	4,6	153,7	2,5	134,9	11,2	
1997	3,5	159,1	-1,3	133,1	10,7	
1998	-1,6	156,5	-4,6	126,9	10,3	
1999	3,8	162,5	-3,7	122,3	9,6	
2000	13,0	183,7	1,0	123,5	8,6	
2001	-4,1	176,1	0,2	123,7	9,0	
2002	4,9	184,7	5,9	131,0	9,0	
2003	16,8	215,8	16,7	152,9	9,0	
2004	21,6	262,4	14,6	175,2	8,5	
2005	13,8	298,5	8,2	189,6	8,1	
2006	15,5	344,9	11,2	210,7	7,8	
2007	15,5	398,2	19,5	251,8	8,1	
Var. Média a.a. 1990-94	7,0	-	4,8	-	-	
Var. Média a.a. 1995-99	5,9	-	2,1	-	-	
Var. Média a.a. 2000-2004	10,4	-	7,7	-	-	
Var. Média a.a. 2005-2007	14,9	-	12,9	-	-	

Fonte: Cálculos próprios a partir dos dados da OMC.

Ocorre queda da participação das exportações agrícolas nas exportações totais desde a década de 1990. Isto se relaciona ao fato de os países mais desenvolvidos, que detém

⁴⁰ O Acordo Geral de Tarifas e Comércio-GATT na sigla em inglês é o mecanismo precursor da OMC nas questões relacionadas ao comércio mundial.

maior participação no comércio mundial, priorizarem as exportações de produtos industrializados e serviços e importarem matérias-primas e produtos agrícolas. As exportações agrícolas cresceram como proporção das exportações totais em países periféricos, como Brasil, Argentina e Chile⁴¹.

Mesmo com pequena participação nas exportações, o setor agrícola nos Estados Unidos e na Europa obtém farto protecionismo e subsídios às exportações. Desde a década de 1990, na rodada do Uruguai este fato gerou inúmeras discussões entre os países periféricos como o Brasil e a Índia interessados em ampliar as exportações agrícolas. Como apontou Holanda Filho (2005, p. 19):

Numa dessas sessões especiais de negociação agrícola, a união europeia admitiu concessões mais imediatas de cortes nos subsídios em troca de cortes proporcionais, nos países exportadores, de medidas que estariam afetando o comércio agrícola, como a ajuda alimentar. Nesta reunião foi citada uma pesquisa da OCDE que indica que o apoio dos governos europeus à produção agrícola se mantém nos níveis que existiam antes da Rodada Uruguai. Ataques também se direcionam à política norte-americana para o setor, acusada de abuso no uso crescente de subsídios não acionáveis pela regra geral do Acordo sobre Subsídios, que teria aumentado em 700% desde 1996.

Enquanto o Brasil na virada da década de 1980 para 90 reduzia o apoio à agricultura e abria o mercado para as importações, a União Europeia e os Estados Unidos mantinham as proteções e subsídios aos produtores impondo cotas e taxas aos produtos importados. Mesmo com as novas normas da OMC contra subsídios a situação se manteve, pois como Estados Unidos, Canadá e outros países desenvolvidos elaboraram as normas da OMC, adaptaram estas aos incentivos por eles praticados (Holanda Filho, 2005).

⁴¹ As exportações agrícolas como parcela das exportações totais apresentaram os seguintes percentuais por países em 2007: Brasil 30%, Argentina 51,5%, Chile 20%, China 3,2%, Estados Unidos 9,8%, União Europeia 9,2%, Canadá 11,6%, Indonésia 20% e Rússia 6,6%.

Na rodada de Doha, hora em realização, permanece o mesmo impasse quanto ao protecionismo agrícola dos países centrais. No governo Bush houve inclusive ampliação dos subsídios inseridos na “Farm Bill”, a política oficial norte-americana de ajuda à agricultura. Os lobbies do setor de carnes, açúcar e suco de laranja são tradicionais e poderosos na política norte-americana, conseguindo viabilizar políticas de proteção contra importações e incentivos às exportações. Junto aos produtores agrícolas nacionais a política de incentivos favorece a expansão internacional dos grandes tradings norte-americanos como Cargill e ADM⁴².

As tarifas de importação têm dois objetivos, em especial na União Européia. Por um lado visam proteger o produtor interno da concorrência internacional e por outro, visam dificultar que os países exportadores (não apenas os periféricos, mas também os EUA) ampliem suas vendas de produtos mais elaborados. Assim, há importação de matérias-primas para que a industrialização seja feita internamente. Como aponta Prates (2007, p. 327 e 328):

Essas políticas- que afetam principalmente, as categorias de commodities primárias e manufaturas de baixa intensidade tecnológica- ancoravam-se (e ainda se ancoram) em dois pilares: tarifas escalonadas, crescentes com o grau de processamento dos bens, que desestimulam o processamento das commodities pelos países periféricos; e subsídios agrícolas que, ao estimularem a manutenção ou aumento da produção, deprimem os preços mundiais dos produtos. No caso da União Européia, esses subsídios restringiram o acesso ao mercado exatamente para os produtos com maior elasticidade-renda da demanda. Também vale lembrar que a Rodada do Uruguai de 1994, além de ter determinado a redução das tarifas principalmente para os produtos industriais (com exceção dos setores têxtil e de vestuário) *vis-à-vis* aos agrícolas, introduziu as *Tariff Rate Quotas* (TRQs) — tarifas diferenciadas de acordo com a quantidade importada —, que se

⁴² Logo após a II Guerra Mundial o governo dos EUA aprovou a Lei 480, a primeira com objetivo explícito de incentivar as exportações agrícolas e a expansão internacional dos grandes grupos empresariais da área alimentar, como apontaram Burbach e Flynn (1982). Esta lei vigorou por décadas e abriu o mercado mundial, em especial dos países subdesenvolvidos às empresas norte-americanas. Deste período em diante sempre vigoraram os subsídios e incentivos como elemento estrutural da agricultura e da agroindústria norte-americana.

concentram exatamente nessas commodities com maior elasticidade-renda da demanda (como frutas e vegetais, carne, cereais, laticínios e sementes oleaginosas).

Junto à ampliação do comércio de mercadorias, tem-se o aumento dos fluxos internacionais de capital e dos investimentos em mercados futuros de commodities. Relatórios do FMI⁴³ sobre a economia mundial demonstram que o período de 2002 a 2007 foi de queda das taxas de juros mundiais, levando a diminuição da lucratividade de ativos financeiros, em especial os títulos de dívidas dos Estados. Acompanhando essa queda, grande volume de recursos migrou para os mercados de commodities, com preços e demandas crescentes, em especial o aço, o petróleo e os produtos agrícolas.

O grande aumento do consumo de alimentos, em especial nos países asiáticos, coberto via importações, estimulou os movimentos especulativos em torno das commodities agrícolas. Assim, as expectativas em torno do aumento do consumo de produtos agrícolas, num momento de ciclo ascendente de preços, aceleraram ainda mais a elevação dos preços no mercado mundial.

No ano de 2007 o movimento de bolsas de mercadorias e futuros no mundo superou em muito as safras mundiais (em equivalente-mercadoria dos contratos). Esta situação foi um dos principais responsáveis pela inflação mundial de alimentos que se estendeu até aproximadamente julho de 2008. Conforme dados de Wedekin (2008), o volume financeiro de contratos de futuros agropecuários representou números muito superiores às safras reais, em 17,2 vezes para a soja, 16, vezes para o café, 6,1 vezes para o milho e seis vezes para o açúcar.

⁴³ International Monetary Found, World Economic Outlook 2008. Disponível em www.imf.org.

O gráfico número 9 apresenta uma série de preços mensais de quatro commodities agrícolas: arroz, soja, trigo e milho, de 1990 a 2007. O gráfico número 10 apresenta os preços internacionais de soja e derivados. Primeiramente, chama a atenção que coincidem os períodos de oscilação dos preços das commodities agrícolas para mais ou para menos, não obstante as diferenças de patamar de preços entre elas. Da metade da década de 1990 até 2002 os preços oscilam numa trajetória de queda.

A partir de 2002 os preços retornam a trajetória ascendente até 2004, junto com os contratos de futuros das bolsas de mercadorias, como se observa nas tabelas número 8 e 9. A partir de 2004 os preços caem, mas permanecem acima do patamar do período 2002-2004. Em 2006 os preços e o número de contratos têm grande aceleração, superando os preços máximos anteriores em junho de 2007.

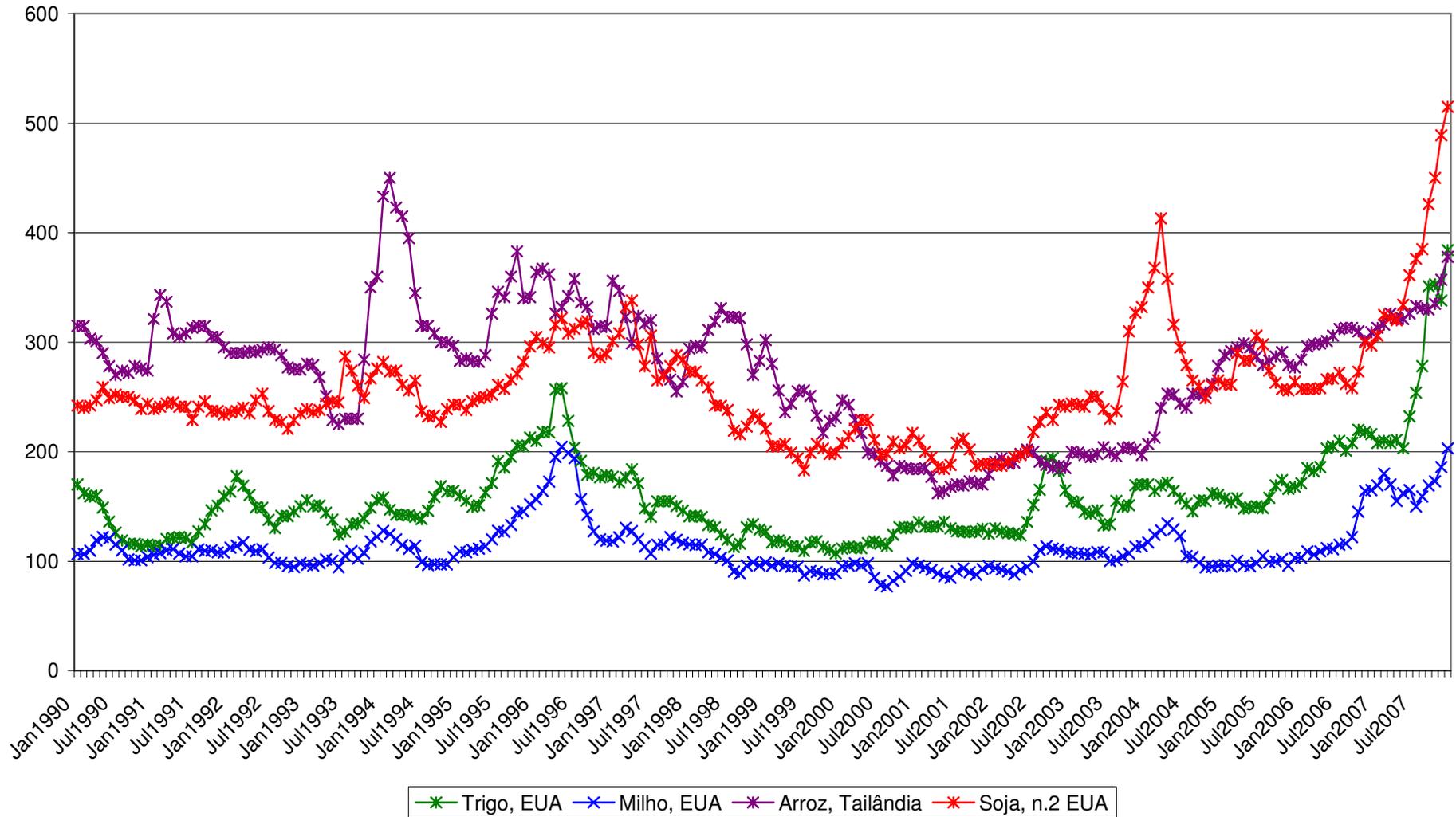
Observando os preços num horizonte mais longo, desde 1990 observa-se um movimento cíclico de ascensão e queda dos preços. Ocorre aproximadamente dois anos em trajetória ascendente e dois anos em trajetória de queda (com pequenas oscilações entre os períodos). Estas oscilações se relacionaram tradicionalmente as oscilações da oferta e demanda agrícola, por isso leva-se um tempo tão longo para a oferta aumentar em função da elevação dos preços. Até as safras atingirem o ponto de causar novo período de queda, passam-se aproximadamente dois anos. No período recente de alta dos preços, entra a influência de um elemento que não é novo, mas que cresceu de maneira acelerada de 2002 em diante: o mercado de futuros agropecuários.

Com o aumento da importância dos mercados futuros, a expectativa passa a jogar um papel central na formação dos preços. Não mais apenas as condições atuais de oferta e demanda, mas o que se espera delas para os próximos meses e o próximo ano. Passa a vigorar uma lógica de investimento financeiro no mercado de commodities, uma lógica de

aposta e especulação. Com isto, o papel das corretoras de títulos e dos analistas de mercado cresce em importância levando a que o capital dos investidores se adiante as tendências próprias da agricultura, acelerando os períodos de queda ou elevação dos preços. Criando uma dinâmica mais propriamente financeira no setor agroalimentar, pois as grandes bolsas, como a de Chicago (CBOT) influenciam a formação de preços no mundo inteiro.

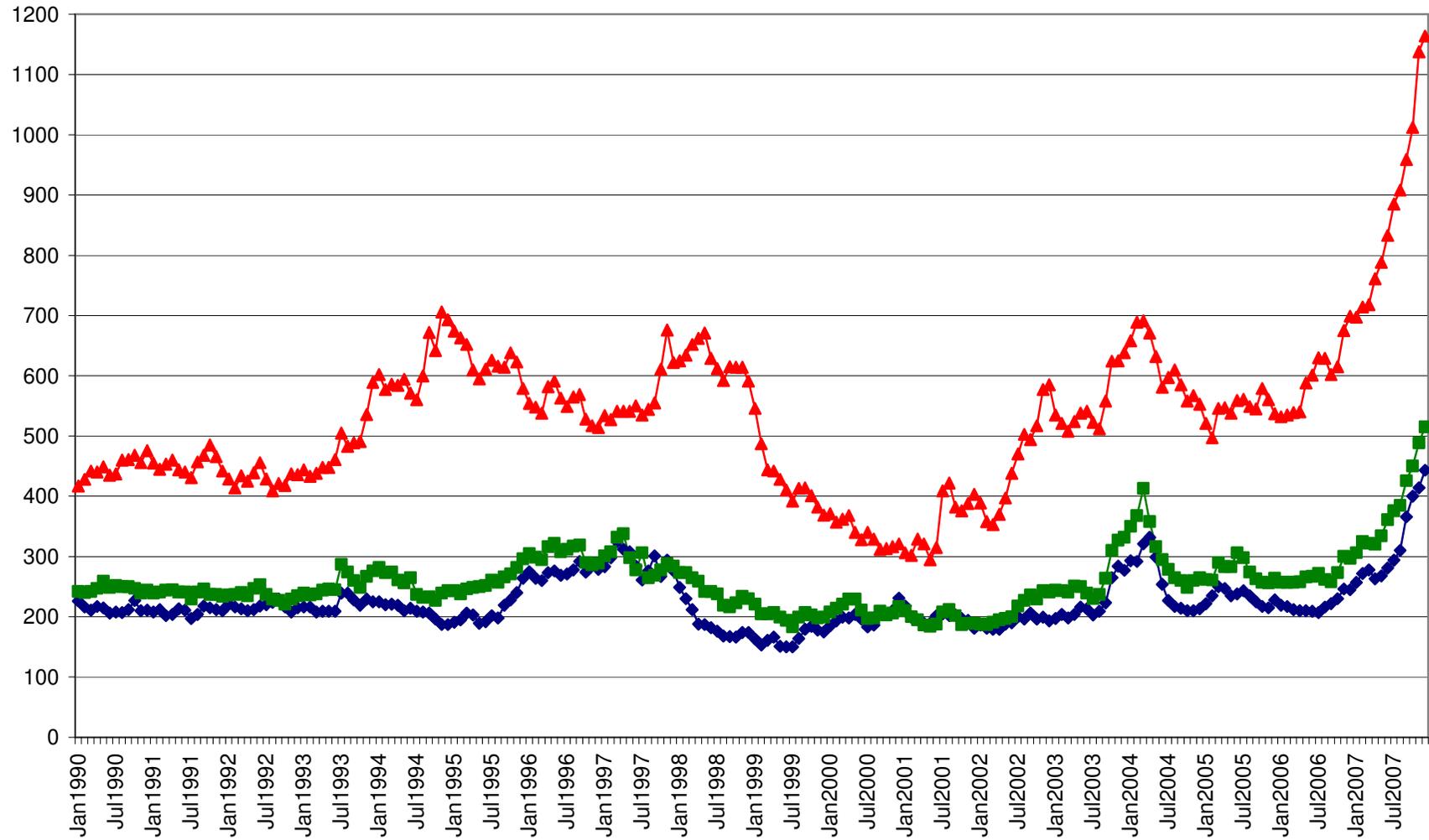
As tabelas número 8 e 9 deixam clara a importância dos produtos agropecuários com a grande aceleração do número de contratos de 2006 a 2008, mesmo período da aceleração dos preços. Dentre as commodities apresentadas, as agropecuárias apresentam o maior volume de contratos de 2003 em diante. Mesmo antes da aceleração dos preços das commodities, já havia crescimento contínuo no número de contratos desde 2002. Assim, o movimento de contratos futuros agropecuários puxou para cima os preços das commodities.

Gráfico n. 9 - Preços Internacionais Mensais de Commodities Seleccionadas (US\$/ton)



Fonte: UNCTAD. Handbook of Statistics.

Gráfico n. 10 - Preços Internacionais Mensais de Soja e Derivados (US\$/Ton)



Fonte: UNCTAD. Handbook of Statistics.

◆ Farelo de soja ■ Soja ▲ Óleo de Soja

Tabela nº 8 - Número de Contratos Futuros- TOTAL MUNDIAL (milhões de unidades)												Part % no Total		
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2000	2006	2008	
Índice de Ações	521,0	674,0	1.498,0	2.789,0	3.960,0	3.774,0	4.080,0	4.454,0	5.499,0	6.488,0	22,55	37,55	36,76	
Ações Individuais	667,0	969,0	1.179,0	1.294,0	1.558,0	2.002,0	2.356,0	2.876,0	4.400,0	5.511,0	32,42	24,25	31,22	
Taxas de Juros	792,0	844,0	1.233,0	1.394,0	1.881,0	2.271,0	2.536,0	3.193,0	3.745,0	3.204,0	28,24	26,92	18,15	
Agropecuários	137,0	185,0	139,0	146,0	261,0	301,0	378,0	489,0	640,0	888,0	6,19	4,12	5,03	
Energia	111,0	154,0	166,0	209,0	217,0	243,0	280,0	385,0	496,0	580,0	5,15	3,25	3,29	
Moedas	41,0	47,0	55,0	60,0	77,0	105,0	167,0	240,0	459,0	577,0	1,57	2,02	3,27	
Metais							171,0				0,00	0,00	0,00	
Metais Preciosos	54,0	36,0	39,0	51,0	64,0	60,0		102,0	150,0	180,0	1,20	0,86	1,02	
Metais Não-Preciosos	70,0	75,0	70,0	75,0	90,0	105,0		116,0	106,0	175,0	2,51	0,98	0,99	
Outros	1,4	1,3	0,7	0,8	0,6	0,8	2,0	4,0	26,0	45,0	0,04	0,03	0,25	
Total	2.397,0	2.989,0	4.382,0	5.993,0	8.112,0	8.866,0	9.973,0	11.862,0	15.526,0	17.652,0	100,00	100,00	100,00	

Fonte: FIA, Volume Trends Webinar. Disponível em www.futureindustry.org

Tabela nº 9 - Variação Anual do Número de Contratos Futuros- Total Mundial (%)													
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Crescimento Acumulado		
											1999-2008	1999-2005	2006-2008
Índice de Ações	39,7	29,4	117,9	86,2	41,9	-4,6	7,9	9,1	26,1	18	371,6	318,4	53,2
Ações Individuais	32,9	45,3	14,7	7,2	15	28,3	18	25,8	42,2	25,2	254,6	161,4	93,2
Taxas de Juros	-10,9	6,6	44	13	27,2	20,7	11,6	22	17,4	-14,4	137,2	112,2	25
Agropecuários	-0,3	35,0	-15,7	5,4	30,9	5,5	9,5	43,5	32,02	38,7	184,6	70,3	114,22
Energia	16,8	38,7	7,8	25,4	3,9	11,9	12,8	28,3	28,6	16,8	191,0	117,3	73,7
Moedas	-38,3	14,6	4,7	9,2	28,5	35,3	57	37,7	39,4	25,5	213,6	111,0	102,6
Metais							-7,5	27,8			20,3	-7,5	27,8
Metais Preciosos	8,7	-33,3	8,2	30,9	25,7	-6			2,7	19,5	56,4	34,2	22,2
Metais Não-Preciosos	17,1	7,1	-7,3	7,7	26,9	16,4			29,7	64,5	162,1	67,9	94,2
Outros	11	-7,1	-38,5	5,7	-17,1	30,4	93,5	66,6	-3,06	74,1	215,5	77,9	137,64
Total	10,1	24,7	43,2	36,7	30,4	8,9	6,83	18,9	28,03	13,7	221,5	160,8	60,63

Fonte: FIA, Volume Trends Webinar. Disponível em www.futureindustry.org

Ao lado do movimento recorde das bolsas de mercadorias, encontra-se em andamento mega-fusões das bolsas de mercadorias. Este movimento encontra-se mais avançado em bolsas da Europa e dos Estados Unidos, mas já chega às bolsas da Ásia e América Latina. A tabela número 10 apresenta o ranking das maiores bolsas de mercadorias mundiais em volume de contratos negociados.

Tabela nº 10 - Ranking das Maiores Bolsas de Mercadorias e Futuros do Mundo por Número de Contratos		
Bolsa	País	(Milhões)
		2007
CME Group	EUA	2.153
Eurex Deutschland	Alemanha	1.072
Liffe (NYSE-Euronext)		516
BM&F	Brasil	355
National Stock Exchange of India (NSE)	Índia	291
New York Mercantile Exchange (Nymex)	EUA	257
JSE Security Exchange South Africa	África do Sul	238
Mercado Mexicano de Derivados (MexDer)	México	220
Dalian Commodity Exchange	China	161
Inter Continental Futures (ICE)	Eua/Canadá/Inglaterra	128
Zhengzhou Commodity Exchange	China	83
Sydney Futures Exchange (SFE)	Austrália	79
London Metal Exchange (LME)	Inglaterra	79
Shanghai Futures Exchange (SHFE)	China	76
Osaka Securities Exchange (OSE)	Japão	71
Multi Commodity Exchange of India (MCX)	Índia	63
Korea Exchange (KSX)	Coreia do Sul	61
OMX Exchanges	Países Nórdicos	56
Tokyo Commodity Exchange (Tocom)	Japão	44
Singapore Exchange (Simex)	Cingapura	39
Fonte: Resenha BM&F, nº 175.		

No final de 2007 fundiram-se as duas maiores bolsas de mercadorias dos Estados Unidos, a Chicago Board of Trade (CBOT) e a Chicago Mercantile Exchange (CME), originando o CME Group. Em 2008 o CME group compra a Nova York Mercantile Exchange (NYMEX), a maior bolsa mundial em termos de commodities energéticas, em especial o petróleo.

Os processos de fusões entre as bolsas estão no início, e vários se encontram em negociações, em especial entre bolsas européias e norte-americanas.

No mesmo período, no Brasil ocorre a fusão da BM&F com a Bovespa. No início de 2008, a BM&F-Bovespa realiza uma associação com integração operacional com a mega bolsa CME Group. Esta associação amplia as possibilidades de movimentos de investidores e produtores nas bolsas, uma vez que agora as corretoras brasileiras podem vender seus títulos diretamente na plataforma Globex, da CBOT-CME, e vice-versa. Uma corretora brasileira de títulos agora pode vender diretamente na bolsa de Chicago sem a intermediação de uma corretora norte-americana⁴⁴. Grandes produtores agrícolas brasileiros como o Grupo Bom Futuro de Mato Grosso já estão realizando vendas diretamente na bolsa de Chicago⁴⁵.

As fusões de bolsas de mercadorias e futuros e bolsas de valores representam um passo adiante no processo de centralização do capital, que havia se acelerado na década de 1990, nos setores de processamento de alimentos, de biotecnologia, de produção de insumos agrícolas e de comercialização agrícola.

Na década de 1990 a imensa centralização de capital no setor financeiro e nos fundos de investimentos dos países centrais pressiona pela abertura contínua de novas oportunidades de investimento e pela abertura dos mercados dos países periféricos. É mais uma face do velho imperialismo de Lênin, uma continuidade de uma tendência secular, e não um movimento novo (no sentido de mudança histórica). Os países mais

⁴⁴ Informações obtidas em entrevista realizada com Félix Schouchana, diretor de agronegócios da BM&F/Bovespa.

⁴⁵ Conforme reportagem da Revista Dinheiro Rural Ano 5, edição 044, Junho de 2008.

desenvolvidos, já tendo esgotado suas fontes de novos lucros, partem em busca de novas formas de exportação de capital⁴⁶.

Conjuntamente ao crescimento das bolsas de mercadorias e futuros, o comércio mundial de produtos agrícolas apresentou crescimento significativo nos últimos anos como se observa na tabela número 11. O crescimento dos preços agropecuários e da demanda por alimentos possibilitaram grande aumento do comércio internacional de produtos agrícolas.

⁴⁶ Para Lênin (1982), uma das principais características do capitalismo monopolista – o imperialismo – é que a exportação de capital torna-se mais importante que a exportação de mercadorias para os países centrais.

Tabela n° 11 - Exportações de Produtos Agrícolas por Países Selecionados													
	Valores em US\$ milhões					Crescimento %					Part % Exports Mundiais		
	1990	2000	2005	2006	2007	1990-2000	2000-2005	2000-2007	2006-2007	1990-2007	1990	2000	2007
Mundo	414.723	552.345	850.746	944.531	1.127.667	33,2	54,0	104,2	19,4	172	100	100	100
Argentina	7.482	11.954	19.182	21.333	28.806	59,8	60,5	141,0	35,0	285	1,8	2,2	2,6
Austrália	11.875	16.446	21.209	22.178	22.353	38,5	29,0	35,9	0,8	88	2,9	3,0	2,0
Brasil	9.779	15.467	35.052	39.528	48.222	58,2	126,6	211,8	22,0	393	2,4	2,8	4,3
Canadá	22.339	34.789	41.178	44.230	48.672	55,7	18,4	39,9	10,0	118	5,4	6,3	4,3
Chile	2.779	6.399	10.098	11.492	13.632	130,2	57,8	113,0	18,6	390	0,7	1,2	1,2
China	10.060	16.384	28.711	32.543	38.853	62,9	75,2	137,1	19,4	286	2,4	3,0	3,4
Áustria	3.192	5.144	10.525	11.789	14.449	61,2	104,6	180,9	22,6	353	0,8	0,9	1,3
Bélgica		19.803	32.022	34.407	40.975	n/d	61,7	106,9	19,1	n/d	0,0	3,6	3,6
Dinamarca	10.648	11.811	17.461	19.137	21.108	10,9	47,8	78,7	10,3	98	2,6	2,1	1,9
França	37.101	36.939	52.336	55.623	65.552	-0,4	41,7	77,5	17,9	77	8,9	6,7	5,8
Alemanha	24.621	29.275	53.729	58.642	73.337	18,9	83,5	150,5	25,1	198	5,9	5,3	6,5
Irlanda	5.709	6.773	9.831	10.995	12.322	18,6	45,1	81,9	12,1	116	1,4	1,2	1,1
Itália	11.858	16.357	27.339	29.297	34.688	37,9	67,1	112,1	18,4	193	2,9	3,0	3,1
Holanda	31.859	42.010	67.459	73.052	86.512	31,9	60,6	105,9	18,4	172	7,7	7,6	7,7
Polônia	2.268	3.099	9.703	11.473	14.790	36,6	213,1	377,3	28,9	552	0,5	0,6	1,3
Espanha	9.368	17.466	29.574	30.548	35.987	86,4	69,3	106,0	17,8	284	2,3	3,2	3,2
Suécia	5.399	6.445	9.999	11.275	13.187	19,4	55,1	104,6	17,0	144	1,3	1,2	1,2
Reino Unido	14.961	17.069	22.482	23.931	27.405	14,1	31,7	60,6	14,5	83	3,6	3,1	2,4
Índia	3.506	6.401	10.780	14.412	16.020	82,6	68,4	150,3	11,2	357	0,8	1,2	1,4
Indonésia	4.154	7.764	14.063	18.320	23.432	86,9	81,1	201,8	27,9	464	1,0	1,4	2,1
Malásia	7.500	8.015	13.377	15.573	20.515	6,9	66,9	156,0	31,7	174	1,8	1,5	1,8
México	3.466	9.100	12.557	14.694	15.589	162,6	38,0	71,3	6,1	350	0,8	1,6	1,4
Nova Zelândia	5.966	7.642	13.006	13.235	16.045	28,1	70,2	110,0	21,2	169	1,4	1,4	1,4
Rússia	-	7.757	14.677	17.055	23.523	n/d	89,2	203,2	37,9	n/d	0,0	1,4	2,1
Tailândia	7.786	12.220	17.816	21.584	24.960	56,9	45,8	104,3	15,6	221	1,9	2,2	2,2
Estados Unidos	59.404	71.408	82.674	92.664	113.511	20,2	15,8	59,0	22,5	91	14,3	12,9	10,1
União Européia Total (27 países)	-	229.313	371.849	405.247	487.736	n/d	62,2	112,7	20,4	n/d	0,0	41,5	43,3

Fonte: OMC

Tabela nº 12 - Importações de Produtos Agrícolas por Países (US\$ milhões)									
					Variação %			Particip. % no Total	
	1990	2000	2005	2007	1990-2000	Var. 2000-2007	1990	2000	2007
Austrália	2.735	4.234	6.579	8.919	54,8	110,7	0,7	0,8	0,8
Áustria	4.106	5.895	10.381	14.075	43,6	138,8	1,0	1,1	1,2
Bélgica	-	18.307	28.309	37.476		104,7	0,0	3,3	3,3
Brasil	2.690	4.762	4.341	7.235	77,0	51,9	0,6	0,9	0,6
Canadá	9.009	15.272	21.436	27.341	69,5	79,0	2,2	2,8	2,4
China	7.855	19.544	45.189	65.236	148,8	233,8	1,9	3,5	5,8
Rep. Tcheca	-	2.250	5.294	7.614		238,3	0,0	0,4	0,7
Dinamarca	4.822	6.707	10.858	14.338	39,1	113,8	1,2	1,2	1,3
Egito	4.793	4.208	4.791	6.242	-12,2	48,3	1,2	0,8	0,6
Finlândia	1.956	2.592	4.760	6.456	32,5	149,0	0,5	0,5	0,6
França	28.894	30.142	44.402	55.158	4,3	83,0	7,0	5,5	4,9
Alemanha	47.206	45.024	69.340	94.305	-4,6	109,5	11,4	8,2	8,4
Grécia	3.717	4.245	6.810	9.300	14,2	119,1	0,9	0,8	0,8
Hong Kong	8.325	11.728	11.087	13.427	40,9	14,5	2,0	2,1	1,2
Hungria	1.158	1.422	3.538	5.081	22,8	257,4	0,3	0,3	0,5
Índia	1.721	3.953	7.547	9.580	129,7	142,4	0,4	0,7	0,8
Indonésia	2.126	5.727	7.316	10.464	169,3	82,7	0,5	1,0	0,9
Irã	3.830	2.943	3.794	5.196	-23,2	76,6	0,9	0,5	0,5
Irlanda	2.569	3.686	6.419	8.470	43,5	129,8	0,6	0,7	0,8
Itália	31.332	29.905	44.981	54.574	-4,6	82,5	7,6	5,4	4,8
Japão	50.762	62.185	65.947	68.865	22,5	10,7	12,2	11,3	6,1
Coréia do Sul	9.531	12.837	16.773	21.943	34,7	70,9	2,3	2,3	1,9
Malásia	2.404	4.610	7.245	10.612	91,7	130,2	0,6	0,8	0,9
México	5.374	10.989	16.457	21.901	104,5	99,3	1,3	2,0	1,9
Holanda	18.979	26.363	41.344	55.148	38,9	109,2	4,6	4,8	4,9
Nigéria	658	1.212	2.963	6.989	84,1	476,5	0,2	0,2	0,6
Noruega	2.090	2.956	4.823	6.770	41,4	129,0	0,5	0,5	0,6
Polônia	1.253	3.950	8.277	12.921	215,2	227,1	0,3	0,7	1,1
Portugal	3.869	5.510	8.108	10.933	42,4	98,4	0,9	1,0	1,0
Romênia	1.249	1.099	2.844	5.115	-12,0	365,6	0,3	0,2	0,5
Rússia	-	9.262	19.154	26.884		190,3	0,0	1,7	2,4
Arábia Saudita	3.487	5.663	9.138	12.445	62,4	119,8	0,8	1,0	1,1
Cingapura	4.702	4.890	6.408	8.332	4,0	70,4	1,1	0,9	0,7
Espanha	12.240	17.137	30.557	37.136	40,0	116,7	3,0	3,1	3,3

Suécia	4.407	5.709	10.272	13.728	29,5	140,5	1,1	1,0	1,2
Suíça	5.920	5.693	8.248	10.375	-3,8	82,2	1,4	1,0	0,9
Taiwan	6.203	7.899	9.480	10.780	27,4	36,5	1,5	1,4	1,0
Tailândia	3.230	4.484	7.120	8.446	38,8	88,4	0,8	0,8	0,7
Turquia	2.806	4.133	6.480	10.055	47,3	143,3	0,7	0,7	0,9
Emirados Árabes	1.726	3.857	7.241	11.295	123,5	192,8	0,4	0,7	1,0
Inglaterra	29.578	32.541	50.834	62.923	10,0	93,4	7,1	5,9	5,6
Estados Unidos	39.966	69.115	95.803	109.403	72,9	58,3	9,6	12,5	9,7
Vietnã	236	1.269	3.668	6.086	437,7	379,6	0,1	0,2	0,5
MUNDO	414.723,0	552.345,0	850.746,0	1.127.667,0	33,2				
Fonte: OMC									

Todas as regiões tradicionalmente produtoras agrícolas ampliaram seus volumes comercializados, mas com aumento significativo da participação dos países da América Latina e da Ásia. Os países da Ásia, além do crescimento das exportações, ampliaram significativamente as importações. O crescimento econômico da região possibilitou melhoria das condições de alimentação de milhões de pessoas, levando ao aumento das importações⁴⁷.

É importante ressaltar que não se trata apenas de aumento no consumo de alimentos, mas de uma mudança qualitativa. A China, por exemplo, vem passando por mudança nos hábitos da população, semelhante ao que ocorreu no Japão nas décadas de 1960/70, com aumento do consumo de proteínas animais e de óleos vegetais e estabilização do consumo de produtos tradicionais como o arroz.

China, Índia, Cingapura, Vietnã, Tailândia e Malásia, que importaram em 2000 US\$ 38,7 bilhões, chegaram em 2007 ao valor de US\$ 108,2 bilhões de importações agrícolas. Adicionando a este valor as importações de países asiáticos que já importavam grandes volumes anteriormente, como Japão, Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan chega-se ao valor de US\$ 223,3 bilhões em 2007. Este valor apresentou um aumento de 67,3% sobre 2000 para o conjunto dos países asiáticos citados, mas um aumento bem mais expressivo se tomarmos alguns casos em separado: 233,8% para a China; 142,2% para a Índia, mas apenas 10,7% para o Japão.

⁴⁷ Estudo da FAO (2006) demonstra que o número de pessoas subnutridas na região da Ásia e Pacífico caiu de 569,7 milhões em 1990-92 para 524 milhões em 2001-2003. Apenas na Coréia do Norte este número se elevou de 18 milhões para 35 milhões de pessoas no mesmo período, devido aos problemas de escassez de alimentos que esta passou a enfrentar após o fim da URSS, e com o bloqueio econômico norte-americano. Na China, o número de pessoas que saiu da linha da subnutrição alcançou a cifra de 43,6 milhões. No Vietnã, embora bem mais modesto em números absolutos, a população subnutrida passou de 31% do total, para 17%. Na América Latina e Caribe, por outro lado, a população subnutrida reduziu-se em apenas sete milhões, ao passo que se ampliou no Oriente Médio e Norte da África em 12,6 milhões e na África Sub-Sahariana em 37,2 milhões.

O aumento do consumo e das importações agrícolas não ocorreu somente na Ásia, mas as expectativas concentravam-se em especial nestes países, com destaque para a China que passa de 1,9% das importações mundiais em 1990, para 3,5% em 2000 e 5,8% em 2007. O aumento total das exportações agrícolas mundiais foi da ordem de 33,2% de 1990 a 2000, acelerando-se a 104,2% de 2000 a 2007.

Os Estados Unidos perderam em participação nas exportações totais, mas continuam ampliando seus volumes exportados e detém ainda 10% do mercado mundial de produtos agrícolas. A União Européia mantém sua participação em torno de 42% do mercado mundial. Tanto Europa quanto os EUA aumentaram sua importações agrícolas significativamente, o que explica a persistência do protecionismo e das políticas de incentivo.

O Brasil foi um dos países que ampliou a participação no comércio mundial de produtos agrícolas, de 2,8% em 2000 para 4,3% em 2007. Durante a década de 1990 esta participação havia se estabilizado em pouco mais de 2%. Enquanto o total das exportações mundiais cresceu 104% no período 2000-2007, as exportações brasileiras cresceram 211%. A Rússia também apresentou expressivo crescimento das exportações de 203% de 2000 a 2007, com a retomada do crescimento no período Putin, após a grave crise na década de 1990 após o fim da União Soviética. No mesmo período os Estados Unidos ampliam as exportações agrícolas em 59%, a União Européia em 112%, a China em 137%, a Argentina em 140%, o Chile em 113%, a França em 77% e o Canadá em 40%.

2.3- As Novas Formas de Financiamento: O Papel das Grandes Tradings Agrícolas e o Mercado de Futuros Agropecuários

Na década de 1990 ocorreu redução significativa dos recursos de crédito rural oficial no Brasil, tanto no que se refere ao custeio, quanto ao investimento e à comercialização. No entanto, desenvolveram-se novos mecanismos de financiamento entre os próprios agentes das cadeias de produção.

Os volumosos investimentos das décadas de 1970 e 1980 possibilitaram a consolidação de grandes produtores agrícolas, tanto em regiões tradicionais como Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, como em novas áreas recentemente abertas às lavouras tecnificadas como em Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso.

Neste movimento, ampliaram-se os grupos agroindustriais, com forte entrada de empresas estrangeiras entre as maiores do setor. Nas cadeias mais dinâmicas, como grãos e fibras, *tradings* internacionais como Cargill, ADM e Bunge ampliam significativamente sua presença nos países, visando aproveitar o novo potencial produtivo que havia se formado. É importante registrar que a ampliação da presença desses grupos se deu primordialmente pelas aquisições de empresas brasileiras que atuavam nesses setores.

A crise financeira que afetou as empresas brasileiras na década de 1990, junto ao ciclo de expansão internacional dos grandes grupos levou a venda de inúmeros grupos nacionais. O grupo Bunge adquiriu em 1997 a Ceval, maior processador de soja da América Latina, e segunda maior processadora de carnes do Brasil. Adquiriu também diversos outros grupos das áreas de óleos vegetais e massas, como Incobrasa, Covebras, Olvebrasa, Plus Vita e Pullman.

O grupo ADM adquiriu as atividades de processamento e armazenagem de soja da Sadia, da Granja Rezende e arrendou unidades da JB Duarte⁴⁸.

Além das aquisições na área de processamento de alimentos e grãos, esses grupos partiram para aquisições nas áreas correlatas, de produção de fertilizantes, sementes e defensivos. Maiores fabricantes nacionais de fertilizantes como Manah, Trevo, Solorrigo e a ex-estatal Fosfértil foram compradas também por Cargill, Bunge e Monsanto.

A Monsanto, mais interessada no desenvolvimento de tecnologias agrícolas do que na comercialização de grãos partiu para aquisições nas áreas de suprimentos agrícolas, em especial de empresas de pesquisa e produção de sementes. Além das aquisições, a Monsanto desenvolveu parceria com a Embrapa, que detinha a maior parcela das sementes de soja utilizadas no Brasil.

A Monsanto, por exemplo, nos anos 90, comprou, pelo menos, quatro empresas internacionais na área de manipulação genética de sementes. Dentre elas, a Dekalb, através da filial Braskalb, e a Cargill já operavam no mercado brasileiro. No Brasil, a multinacional adquiriu a divisão vegetal da Agroceres em 1997, maior empresa brasileira de pesquisa e comercialização de sementes melhoradas. Assim, não obstante ter feito aquisições tardias no mercado doméstico, dois anos depois, em 1999, sozinha, já controlava nada mais nada menos do que 60% do mercado interno de sementes de milho. E a aquisição da FT-Pesquisas e Sementes, em 1996, fez com que ficasse também com 18% do mercado nacional de sementes de soja em 1999 (Benetti, 2004 p. 103).

A Monsanto, depois de muitas pressões conseguiu introduzir a soja transgênica no mercado nacional, primeiramente pelo contrabando de sementes via Argentina e posteriormente pela pressão nos órgãos do executivo. Esta pressão foi viabilizada em grande parte pelos órgãos de representação dos produtores agrícolas, uma vez que estes

⁴⁸ Para uma visão mais completa das fusões e aquisições no setor de alimentos, suprimentos agrícolas e supermercados, ver Benetti (2004). Para uma análise do processo no setor de Carnes ver Espíndola (2002) e para o setor de alimentos e bebidas ver Aoun et al (2008).

ansiavam usufruir dos possíveis aumentos de produtividade e economia com defensivos advindos da soja RR da Monsanto.

No entanto, o principal interesse da Monsanto, a cobrança de royalties pela utilização da soja transgênica iniciou-se logo que a produção se difundiu. Quando o produtor compra a semente registrada, paga um determinado valor em royalties de cada saco de semente. No entanto, quando o produtor não compra a semente registrada, se esta for descoberta no momento da venda, o valor pago de royalties é bem superior, sendo um percentual sobre o valor total da carga. A Monsanto possui pessoas em mais de 1000 pontos de vendas de grãos no Brasil, encarregadas de fiscalizarem os carregamentos de soja e aplicarem o teste para verificar se o produto é transgênico⁴⁹.

A concentração de capital em torno destes grandes grupos demonstra a importância que passam a ter no setor agroalimentar brasileiro. Analisando-se os dados do Balanço Anual-2007 da Gazeta Mercantil, na tabela número 13, observa-se que os dez maiores grupos dos dois subsetores “Alimentos, Bebidas e Fumo” e “Agricultura, Pecuária e Cooperativas”, detêm 26,8% da receita operacional de um total de 1210 empresas.

Apenas o grupo Cargill apresentou uma receita líquida de R\$ 10,1 bilhões no setor alimentício, que deve ser somada à receita de R\$ 1,6 bilhões da Seara e a R\$ 1,2 bilhões da Cargill Fertilizantes, o que totaliza R\$ 12,9 bilhões. Este valor é praticamente igual à soma da receita das 59 maiores cooperativas agropecuárias, de R\$ 13,5 bilhões. Aos valores da tabela da Bunge, deve-se somar R\$ 3,9 bilhões da Bunge Fertilizantes, totalizando R\$ 13,6 bilhões.

A importância das cooperativas não pode ser subestimada, uma vez que estas detêm 10% da receita do setor. Entre as cooperativas também ocorre grande concentração,

⁴⁹ Informações obtidas em entrevista com responsável pelo setor de comunicação da Monsanto, durante o Show Rural Coopavel, 2007.

sendo que as dez maiores detêm uma receita de R\$ 8,7 bilhões, o que representa 64,4% do total das cooperativas.

As dez maiores cooperativas agropecuárias brasileiras, por ordem, são: Coamo (PR), Itambé (MG), C Vale (PR), Cocamar (PR), Coopercitrus (SP), Cooperativa Integrada (PR), Cooperalfa (SC), Copacol (PR), Corol (PR) e Entre Rios (PR).

Tabela nº 13 - Maiores Grupos do Agronegócio no Brasil por Receita Líquida- 2007	
1. Cargill	10,1
2. Bunge	9,7
3. Sadia	6,7
4. Perdigão	4,5
5. Souza Cruz	4,1
6- JBS	3,9
7. Louis Dreyfus	2,7
8. Kraft Foods	1,8
9. Avipal	1,7
10. Seara (adquirida pela Cargill)	1,6
Total 10 Maiores	37,1
Total Alimentos, Bebidas e Fumo (356 empresas)	89,6
Total Agricultura, Pecuária e Cooperativas (795 empresas)	35,1
Total Cooperativas Agropecuárias (59 empresas)	13,5
Total Acumulado	138,2
Fonte: Gazeta Mercantil. Balanço Anual, 2007.	

Os maiores *tradings* mundiais de grãos, ampliam sua influência nas regiões produtoras brasileiras tanto pelo aspecto comercial e financeiro, como pelo aspecto produtivo, pela presença direta. Em todas as regiões produtoras, desde áreas de pequenas propriedades do interior do Paraná até as regiões de grandes produtores como o Norte Mato Grosso. A disseminação de estruturas de recepção e armazenagem de grãos é fundamental nessa estratégia. Em cada município produtor de grãos há estruturas destes grupos, em geral

muito próximas umas das outras⁵⁰. Esta estratégia é fundamental tanto para ampliar a presença e a influência nas regiões produtoras, quanto para reduzir custos com transportes, uma vez que as unidades armazenadoras encontram-se próximas das unidades produtoras de grãos⁵¹.

As grandes *tradings*, em geral ligadas a bancos de financiamento, apresentam uma liquidez que se tornou fundamental ao financiamento das lavouras no momento de esgotamento do crédito oficial na década de 1990. Esses recursos passam a circular inicialmente na forma de vendas antecipadas, o que ficou conhecido como contratos de “soja verde”. Em muitas regiões brasileiras essa prática era comum há tempos, em especial entre pequenos produtores com dificuldades de acesso ao crédito oficial. As compras antecipadas eram (e continuam a ser, em muitas regiões) realizadas por empresas de vendas de insumos e por cerealistas. Na década de 1990 esta prática disseminou-se, em especial em virtude do esgotamento do crédito oficial subsidiado.

Em empresas de vendas de insumos as vendas, na forma de compras antecipadas de safras se tornou inclusive uma forma de ganhos, pois se desconta de 20 a 30% do preço do dia pela antecipação. Esta diferença é apropriada pelo vendedor de insumos, que pode obter um lucro adicional caso o preço do produto venha a subir⁵².

⁵⁰ Conforme informações do Anuário do Agronegócio Exame, 2006-2007, a Cargill está presente em 180 municípios, emprega 23 mil pessoas e possui 6 fábricas de processamento de soja.

⁵¹ Observa-se como estratégia adicional, no Sul do Brasil, que as grandes *tradings* preferem contratar técnicos e agrônomos para serem responsáveis pelo contato de venda de insumos e compra de grãos dos produtores que sejam naturais das regiões em que irão atuar. Isto se justifica devido ao fato de que estes técnicos e agrônomos, em geral são filhos de agricultores e já conhecem os demais produtores, o que cria uma relação de confiança, com relação aos técnicos que sejam trazidos pelas empresas de outras regiões.

⁵² Em entrevista com técnicos da área de vendas da Coamo, e da San Raphael, empresa de venda de insumos localizada no município de Coronel Vivida no Paraná, e que trabalha em 37 municípios da região, se constatou que esta prática era muito comum. A San Raphael mantém contato direto com exportadores em Paranaguá para viabilizar as vendas, além de possuir grande rede de armazenagem, com capacidade estática para 1 milhão de toneladas de grãos. Atualmente, apenas 20% da venda de insumos se dá pela compra antecipada de safras. A grande maioria dos produtores utiliza recursos do crédito oficial.

As vendas antecipadas de safras, para vendedores locais de insumos eram importantes especialmente para pequenos produtores sem possibilidades financeiras ou técnicas de recorrerem aos financiamentos bancários. A situação inicia uma mudança com a criação do Pronaf em 1996, com juros mais baixos e menor burocracia. No entanto, as melhorias ocorrem mais efetivamente a partir de 2004, com a simplificação dos processos e substancial aporte de recursos ao programa.

Na região Sul do Brasil, um facilitador importante do acesso dos pequenos produtores ao Pronaf e outras formas de crédito foi o sistema de Cooperativas de Crédito Solidário-Cresol criado em 1995. Quando completou 10 anos em 2005 o sistema cresol contava com 59 cooperativas singulares, com 34.450 associados, totalizando R\$ 88 milhões. Em 2007 o sistema chegou a 73 cooperativas, com mais de 50 mil associados, com repasse de R\$ 163 milhões⁵³.

As dificuldades de acesso ao crédito além de estimularem as vendas antecipadas, criaram um mercado de especulação sobre as dificuldades do produtor nas regiões agrícolas brasileiras. Surgiram, inclusive, diversas formas de agiotagem a juros elevados sobre a produção por agentes que nada tem a ver com a produção agrícola. Além de tradicionais financiadores como cerealistas, vendedores de insumos e outros comerciantes ligados à produção agrícola, há em várias regiões de Santa Catarina e Paraná a atuação de corretores de imóveis, médicos e outros, emprestando capital para custeio a juros elevados.

A partir de 1994, as compras antecipadas ganham um mecanismo mais sofisticado com a criação da Cédula do Produto Rural (CPR), a qual pode ser comercializada na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Com o fortalecimento dos agentes dos complexos

⁵³ Estatísticas sobre o Sistema GRESOL extraídas de www.cresol.com.br

agroindustriais, em especial as agroindústrias e as *tradings*, com escala de atuação nacional e internacional, outras questões surgem na compra antecipada de safra.

Para o produtor, trata-se de obter recursos para custeio da safra e ao mesmo tempo garantir a venda antecipada de parte da produção. Para a indústria, trata-se de garantir antecipadamente parte da matéria-prima necessária.

A especificidade de ativos do setor de alimentos, quanto às matérias-primas de origem agrícola e pecuária, em especial a perecibilidade, a dificuldade de padronização e o baixo valor relativo peso/custo do transporte leva a que as empresas procurem fidelizar seus fornecedores de matérias-primas e em alguns setores desenvolver contratos de integração nos quais as empresas delimitam uma série de especificidades dos processos produtivos e dos insumos utilizados, como nas indústrias de produção de leite e derivados, suínos, aves e fumo.

Nas indústrias de grãos, a baixa perecibilidade e maior facilidade de padronização da matéria-prima levam a que as compras se dêem via mercados, mas ainda assim, as empresas procuram garantir fidelidade de certo número de produtores via financiamentos de custeio, compras antecipadas e fornecimento de insumos. Como as grandes *tradings* de soja são também produtoras de insumos, os produtores agrícolas formam o seu mercado consumidor de sementes, fertilizantes e defensivos.

A fidelização do produtor, além de garantir o mercado para os insumos, uma vez que estes são vendidos num pacote, sendo oferecidos descontos e vantagens para o produtor que adquirir sementes, defensivos e fertilizantes da mesma empresa, protege a empresa dos riscos de falta de produto e de flutuações de preços na safra e entressafra e dos riscos de quebra de produção por secas, inundações etc.

Assim a principal questão tanto para o produtor quanto para o comprador, refere-se à garantia contra oscilação de preços, para menos, no caso do produtor, e para mais, no caso da indústria. O estabelecimento dos preços torna-se estratégia fundamental, como afirma Gonçalves (2005, p. 13):

A base técnico-produtiva das cadeias de produção, do ponto de vista da estrutura de mercado com reflexos na formação de preços, antepõe duas agroindústrias organizadas na forma de grande empresa a uma realidade de agropecuária dispersa. Essa dominação do grande capital exerce duplo poder de mercado sobre a produção biológica, a qual, mesmo com as imensas lavouras de escala da produção de commodities, apresenta estrutura de concentração do capital muito inferior à verificada nos grupos empresariais agroindustriais. Numa realidade como essa, em que a harmonia pela orquestração de interesses se revela primordial para a competitividade em economias globalizadas, os processos de formação de preços são fontes permanentes de tensão, o que acaba impulsionando a integração vertical para trás, levando a níveis de concentração de capital ainda mais elevados.

A concentração no capital agroindustrial da soja foi acompanhada de forte concentração nas lavouras, em especial nos estados produtores de soja como Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A pressão do mercado, junto com os altos custos das lavouras no centro-oeste, vem tornando aos poucos inviável a atividade mesmo para produtores de porte considerável, de 2 mil a 5 mil hectares e impulsionando a concentração em grupos altamente capitalizados e profissionalizados.

No estado do Mato Grosso, os grupos Amaggi, Bom Futuro e Vanguarda do Brasil, inexpressivos até o início da década de 1990, tornaram-se na última década grandes empresas agropecuárias. Utilizando-se de financiamentos para ampliar suas áreas no início da década de 1990, foram aos poucos ampliando, comprando, mas principalmente arrendando áreas de produtores endividados e hoje detêm juntos, mais de 600 mil hectares de lavouras. Para ampliar seu espaço em um mercado tão concentrado, estes

grupos, além da estrutura agropecuária em si, montaram complexas estruturas de armazenagem, transporte, comercialização, produção de sementes, industrialização entre outras. No caso do grupo Amaggi, este se tornou uma *trading*, concorrendo com os grandes grupos internacionais.

Além da obtenção de crédito para custeio de safra, a existência da CPR e a possibilidade de venda no mercado de futuros, ampliaram também a proteção contra a queda de preços para o produtor. Isto ocorreu juntamente com o desmonte da Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM.

As vendas antecipadas e a captação de recursos via CPR tornaram-se prática comum nas principais regiões produtoras. No entanto, seus recursos se direcionam a custeio de safras e não aos investimentos. Conforme dados de Viana (2004), o número de contratos de CPR passa de 1,4 mil em 1998 para 29,3 mil em 2003. Em valores, no mesmo período, os contratos passam de R\$ 78,8 milhões para R\$ 1,5 bilhões.

A venda da CPR na BM&F possibilitou aos compradores (cooperativas, tradings, agroindústrias) uma fonte adicional de recursos para a compra antecipada além de um ganho especulativo, pois o valor repassado ao produtor sofre um desconto do valor da venda da CPR⁵⁴. A Cooperalfa, que possui mais de 14 mil associados capta recursos via CPR no mercado financeiro e repassa aos produtores com desconto. A Coamo, com mais de 20 mil produtores, no entanto, só utiliza CPR para financiar produtores muito

⁵⁴ Entrevista no Grupo Vanguarda do Brasil em Mato Grosso, um dos maiores do Brasil, e no Condomínio Marechal Rondon, associação que congrega 13 grandes produtores de soja de Campo Novo dos Parecis (MT) deixaram claro a importância das vendas antecipadas e da CPR para a continuidade da produção no momento de corte de recursos. No entanto, afirmaram que estes recursos eram destinados para custeio e que os investimentos caíram muito no período, só recuperando-se com a elevação dos recursos oficiais a partir de 2003.

endividados sem condição de obterem os financiamentos oficiais, pela garantia de pagamento proporcionada pelo título de execução extra-judicial⁵⁵.

No entanto, como a CPR se constitui em um título financeiro, nos períodos de elevação de preços de commodities, foram atraídos inúmeros compradores para esses títulos. Esse movimento acompanhou a tendência internacional de especulação financeira a partir de derivativos. Nos anos de 2006 a 2008, o movimento internacional nas bolsas de mercadorias e futuros foi recorde.

Tabela nº 14 - Número de Contratos Futuros de Soja e Milho na BM&F								
SOJA					MILHO			
	N. contr.	Var. Acum. %	Var. a.a.	Part. no Total Contr. Agro	N. contr.	Var. Acum. %	Var. a.a.	Part. No Total Contr. Agro
1991	-	-	-	-	-	-	-	-
1992	-	-	-	-	-	-	-	-
1993	-	-	-	-	-	-	-	-
1994	-	-	-	-	-	-	-	-
1995	3.750	100,0	-	3,0	-	-	-	-
1996	20.274	540,6	441	7,6	3.696	100,0	-	1,39
1997	16.082	428,9	(21)	5,9	18.907	511,6	411,55	6,95
1998	13.571	361,9	(16)	3,7	16.071	434,8	(15,00)	4,40
1999	13.449	358,6	(1)	2,5	10.468	283,2	(34,86)	1,92
2000	2.257	60,2	(83)	0,3	8.084	218,7	(22,77)	1,21
2001	83	2,2	(96)	0,0	4.588	124,1	(43,25)	0,61
2002	624	16,6	652	0,1	16.616	449,6	262,16	2,17
2003	2.917	77,8	367	0,4	43.902	1.187,8	164,22	5,71
2004	7.225	192,7	148	0,7	52.600	1.423,2	19,81	5,01
2005	47.397	1.263,9	556	4,5	97.795	2.646,0	85,92	9,25
2006	99.525	2.654,0	110	7,7	138.482	3.746,8	41,60	10,74
2007	196.288	5.234,3	97	8,8	208.882	5.651,6	50,84	9,41
2008								

Fonte: BM&F

No Brasil, como se pode acompanhar na tabela número 14, o volume de contratos futuros de soja passa de 7,2 mil em 2004, para 196,2 mil em 2007. Em 2003 representavam

⁵⁵ Entrevistas com técnicos da Cooperalfa e da Coamo.

apenas 0,3% do total de contratos de commodities agrícolas na BM&F, chegando em 2007 a 8,8%. Os contratos de milho passam 4,5 mil em 2002 (0,6% do total) para 208,8 mil em 2007 (9,4% do total).

Em termos de valores a evolução também foi expressiva, em especial para a soja, que embora realizando um número menor de contratos, movimentava valores expressivamente mais elevados que o milho, como se observa comparando as tabelas número 14 e 15.

Tabela nº 15 - Valores dos Contratos Futuros de Soja e Milho na BM&F (US\$ 1.000)											
SOJA					MILHO				TOTAL AGRO		
	Valores	Var. Acum. %	Var. a.a.	Part. Total	Valores	Var. Acum. %	Var. a.a.	Part. Total	Valores	Var. Acum. %	Var. a.a.
1991	-	-	-	-	-	-	-	-	120.076		
1992	-	-	-	-	-	-	-	-	401.060	334,0	234,0
1993	-	-	-	-	-	-	-	-	712.713	593,6	77,7
1994	-	-	-	-	-	-	-	-	1.277.450	1.063,9	79,2
1995	20.281	-	-	1,25	-	-	-	-	1.619.842	1.349,0	26,8
1996	126.415	623,3	523	4,89	10.982	-	-	0,42	2.584.727	2.152,6	59,6
1997	100.970	497,9	(20)	2,88	65.160	593,3	493,33	1,86	3.499.886	2.914,7	35,4
1998	74.906	369,3	(26)	1,97	55.565	506,0	-14,73	1,46	3.794.381	3.160,0	8,4
1999	63.410	312,7	(15)	1,29	28.301	257,7	-49,0	0,58	4.921.144	4.098,4	29,7
2000	10.832	53,4	(83)	0,18	26.756	243,6	-5,46	0,45	5.898.218	4.912,1	19,9
2001	370	1,8	(97)	0,01	10.239	93,2	-61,73	0,24	4.303.448	3.583,9	-27,0
2002	12.207	60,2	3.199	0,31	43.807	398,9	327,84	1,10	3.976.815	3.311,9	-7,6
2003	64.238	316,7	426	1,37	132.016	1.202,1	201,36	2,82	4.681.227	3.898,6	17,7
2004	90.898	448,2	42	1,16	170.727	1.554,6	29,32	2,18	7.848.124	6.536,0	67,7
2005	287.943	1.419,8	217	2,84	369.861	3.367,9	116,64	3,65	10.136.732	8.441,9	29,2
2006	613.145	3.023,2	113	4,92	502.263	4.573,5	35,80	4,03	12.473.062	10.387,6	23,0
2007	1.580.903	7.795,0	158	6,50	1.150.377	10.475,1	129,04	4,73	24.306.549	20.242,6	94,9
2008											

Fonte: BM&F

Pode-se observar que o Brasil acompanhou o movimento mundial de expansão das bolsas de mercadorias e futuros do período após 2002 e em especial em 2006 e 2007. O recurso às bolsas, em especial via CPR, tornou-se central para o financiamento das

lavouras mais dinâmicas e com perspectivas de exportação, sobretudo pelo papel das grandes tradings.

Conclusões do Capítulo 2

Para o setor agroalimentar brasileiro, os mercados externos cresceram em importância a partir da década de 1990. Primeiramente pela ampliação das importações que acirraram a concorrência no mercado interno, levando por um lado à crise, e por outro à reestruturação com concentração da produção nas regiões e nos produtores mais dinâmicos.

Num segundo momento, após 1999, os mercados externos se tornaram fundamentais à demanda de setores mais capitalizados como a soja, suco de laranja e carnes. A dinâmica dos investimentos passa a oscilar com maior intensidade, de acordo com as expectativas de preços e de demanda nos mercados externos. As exportações agrícolas brasileiras crescem aceleradamente e amplia-se a participação brasileira no mercado de commodities agrícolas.

A participação brasileira só não é maior devido as fortes políticas de proteção e incentivo ao mercado interno por parte da União Européia e dos Estados Unidos.

A abertura ampliou a importância da BM&F e dos mecanismos de financiamento via grupos privados. As grandes *tradings* ampliam sua participação na economia nacional, em especial na soja. Por um lado as tradings vendem os insumos ao produtor, por outro financiam parte do custeio de safra e vendem a produção nos mercados externos. A possibilidade de captação de recursos no mercado financeiro via CPR facilitou essas operações.

A entrada de grandes grupos estrangeiros ocorreu primordialmente por aquisições de grandes grupos nacionais nos setores mais dinâmicos. Logo, houve mais uma substituição do capital nacional pelo estrangeiro, do que ampliação efetiva dos investimentos devido à abertura. Nos casos de soja, carnes e açúcar a abertura só foi positiva devido ao fato de que a estrutura produtiva já estava amadurecida e apresentava dinâmica para enfrentar os mercados externos, pois apresentava larga estrutura ociosa no mercado interno.

Assim, para alguns produtos, a abertura e a entrada de grandes grupos estrangeiros criou uma demanda adicional e crédito para custeio no momento de cortes de recursos oficiais do SNCR. Isto possibilitou a utilização dos recursos ociosos criados nas décadas anteriores e levou a novos investimentos nas regiões e produtos mais dinâmicos como a soja e o algodão no Mato Grosso. Por outro lado, em regiões e produtos menos dinâmicos (e sem perspectivas no mercado externo) não houve grandes aumentos de produção nem de área, como se verá no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

INVESTIMENTOS, ESTRUTURA PRODUTIVA E DINÂMICA REGIONAL NO SETOR AGROALIMENTAR BRASILEIRO

....Uma geografia dos investimentos merece ser feita, tal como se fazem geografias dos litorais ou dos calcários, geografias da floresta, geografias da casa ou do vento, geografia das fronteiras e geografia das religiões. Assim como se estuda a produção, o comércio e o consumo do café, do trigo ou do petróleo, também se poderia estudar onde e como nascem os capitais, que caminhos seguem através do mundo, que regiões os atraem e que atividades vão desenvolver. Os investimentos representam uma corrente de tráfego, uma circulação que tem, no mínimo, tanta significação quanto o tráfego do canal de Suez ou a circulação no Mediterrâneo, pois sem os investimentos não haveria canal de Suez e no Mediterrâneo circulariam apenas uns poucos navios com cargas bem leves.

Pierre Monbeig

Neste capítulo se analisa a dinâmica dos investimentos no setor agroalimentar no período pós- 1990 e a dinâmica regional do setor agroalimentar, destacando a produção de grãos.

A questão de como a ociosidade da estrutura produtiva agrícola e agroindustrial apresenta um forte elemento territorial em um país de dimensões continentais como o Brasil é central na análise. Isto é fundamental para se compreender a lenta difusão de inovações na agricultura e de como há abundância de matérias-primas em algumas regiões, com ociosidade das instalações agroindustriais em outras. Os economistas em geral, preocupam-se com as condições macroeconômicas no desempenho da agricultura, mas passam ao largo das questões territoriais.

O desempenho produtivo do setor agroalimentar relaciona-se pois, com uma complexa estrutura produtiva com forte influência das condições naturais (extremamente diversas ao longo do território nacional), da infra-estrutura, da política econômica, do acesso aos financiamentos e da expectativa de crescimento e de lucratividade.

3.1- Financiamento à Agroindústria e Agricultura no Período 1990-2005

A questão do financiamento é central no desenvolvimento dos setores produtivos. No tocante ao setor agrícola isto se torna mais flagrante devido às baixas margens de lucratividade (em comparação a outros setores) e à sazonalidade da produção, o que concentra a concretização das vendas em uma ou duas épocas do ano para as lavouras (dependendo da região e do produto).

As mudanças econômicas e políticas a partir da década de 1990 afetaram sobremaneira o setor agroalimentar, em especial quanto às condições e disponibilidades de recursos financeiros. O crédito rural oficial sofreu forte contração na maior parte do período, tendo recuperação a partir de 2002-2003 como se observa na tabela número 16.

Tabela n° 16 - Evolução dos Recursos de Crédito Rural (1985- 2007)		
Ano	Valores Constantes em Reais	Varição (%) a.a.
1985	58.862.792.322	42,6
1986	87.774.789.074	49,1
1987	69.193.043.298	-21,1
1988	48.826.259.110	29,4
1989	44.586.847.804	8,6
1990	25.472.500.643	-42,8
1991	26.280.393.259	3,1
1992	29.139.239.517	10,8
1993	25.022.008.296	-14,1
1994	40.754.112.462	62,8
1995	18.545.906.311	-54,4
1996	16.209.172.337	-12,6
1997	23.484.811.693	44,8
1998	25.578.070.021	8,9
1999	24.319.635.178	-4,9
2000	24.993.558.117	2,7
2001	29.487.123.540	17,9
2002	32.495.135.699	10,2
2003	36.675.876.061	12,8
2004	43.596.639.512	18,8
2005	42.683.738.603	-0,9
2006	43.765.567.022	1,7
2007	51.164.725.455	5

Valores em R\$ de 2007, corrigidos pelo IGP-DI índice médio anual no anuário estatístico do Crédito Rural- BACEN, 2007.
Fonte: anuário estatístico do Crédito Rural- BACEN, 2007.

O volume de crédito diminuiu acentuadamente na primeira metade da década de 1990, mas a produção de grãos continua em crescimento (como se verá mais adiante neste

capítulo). As lavouras de grãos estão entre os principais tomadores de crédito como se observa na tabela número 17.

Os valores demonstram a importância do crédito rural no desenvolvimento das lavouras de grãos e ajudam a entender a crise que passam durante o corte de recursos na década de 1990. A exceção ocorreu com a soja e o milho, que passaram a contar com financiamento de custeio via *tradings* e CPR. Mas mesmo estas culturas passam por dificuldades uma vez que os custos destes recursos é elevado em relação ao SNCR e pela restrição cambial às exportações após o plano Real.

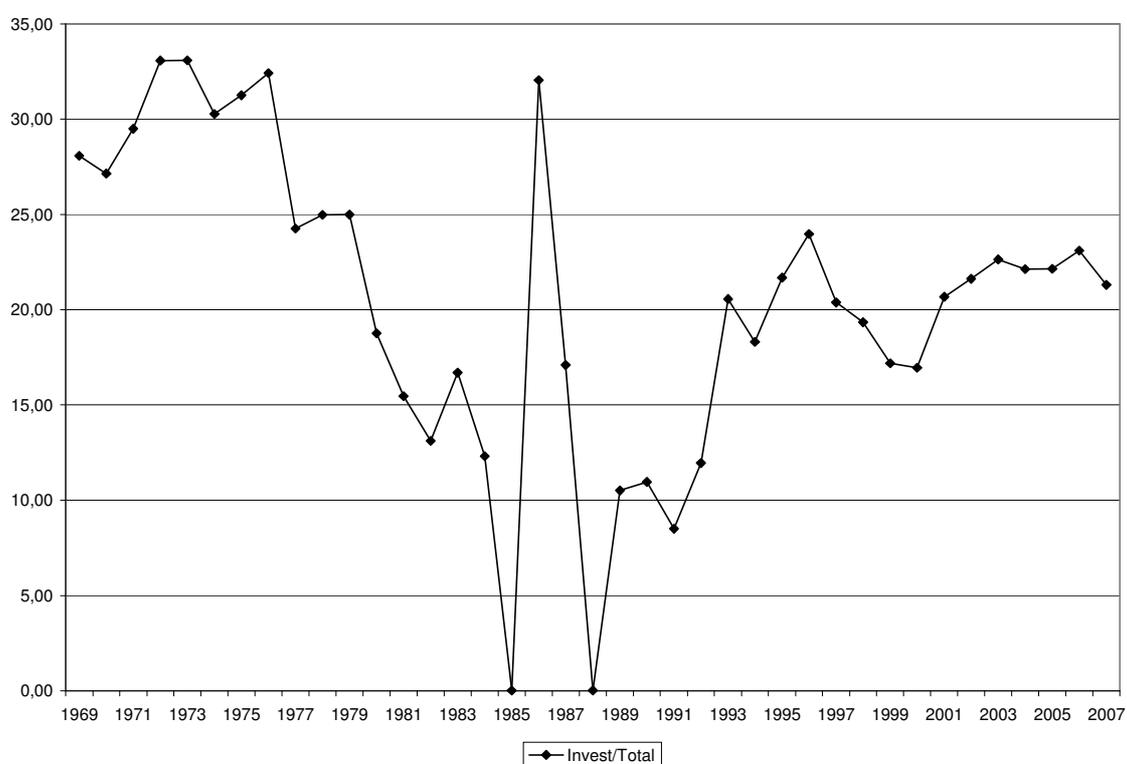
Tabela nº 17 - Crédito Rural para Custeio e Comercialização por Culturas como parcela do Crédito Rural Total (%)			
	1990	1995	2000
Arroz	8,5	7	4,7
Algodão	6,1	5	5,8
Café	4,4	1	3,1
Cana-de-Açúcar	8,7	3,9	2,2
Feijão	2,4	1,8	1
Fumo	1,8	2,7	1,7
Hortaliças	0,2	0,1	0
Mandioca	0,2	0,6	0
Milho	11,3	18	13,6
Soja	17,9	11	12,7
Trigo	4,5	1,6	2,5
Cálculos próprios a partir dos dados anuário do estatístico do Crédito Rural- BACEN, vários anos.			

Embora o crédito rural tenha entrado em trajetória descendente a partir de 1988, sofre redução brusca de 1990 a 1993, tendo recuperação no ano de 1994, mas no ano seguinte tornando a cair acentuadamente até 1997. De 1998 a 2001 situa-se nos mesmos níveis do período 1990-93, tendo fraca recuperação em 2002. A partir de 2003 o crédito rural inicia crescimento significativo, retornando em 2004-05 próximo aos níveis da década de 1980, no entanto parte significativa destes valores não é de novos recursos. São

provenientes de reestruturações e renegociações das dívidas já em andamento. Os recursos novos para o setor agrícola a partir de 1999-2000 são provenientes do BNDES, no programa Moderfrota, como se verá mais adiante.

Após o plano Real, o volume de crédito, em especial o de investimento continua em queda, inclusive no período de crescimento das exportações do agronegócio após 1999.

Gráfico n° 11 - Evolução do Crédito de Investimento como Parcela do Crédito Rural Total (%)- 1969 a 2007



Como demonstra o gráfico número 11, o crédito para investimento como parcela do crédito total, chega em 1996 ao ponto máximo da década (em termos relativos ao total do crédito no ano), com 23,9%, depois caindo ano a ano até 16,94% em 2000⁵⁶. Nos anos

⁵⁶ Os dados referentes ao crédito rural, foram extraídos do Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil, vários anos.

seguintes, já como reflexo do aumento de exportações, o investimento volta a crescer, chegando a 20,68% em 2001 e 22,87% em 2003, 22,1% em 2004 e 2005⁵⁷.

Ocorre elevação do crédito para custeio e comercialização com pequena elevação do crédito de investimento, ao passo que a produção, em especial de grãos, aumentava a taxas elevadas. A produção de soja (principal produto de exportação agrícola) de 31,1 milhões de toneladas em 1999, passa para 34,1 em 2000, 42,7 em 2002, 51,8 em 2003 e 53,05 milhões de toneladas em 2005 (um aumento de 70,5% em 6 anos)⁵⁸.

Os dados do gráfico n° 11 demonstram que em fins da década de 1970 os valores de investimento, como parcela do crédito total, entram em queda, voltando a subir na metade da década de 1980, tornando a cair e subir novamente no fim da década de 1990. Isto demonstra um movimento cíclico que se liga à formação de capital, seguida de queda de investimentos e retorno num momento seguinte de necessidade de ampliação da estrutura produtiva. É importante observar que nos anos anteriores ao plano Real (1991 a 1993), o investimento vinha crescendo possibilitando o aumento imediato da produção com queda de preços no momento imediato de lançamento do plano. Situação contrária à do plano cruzado no qual os investimentos vinham em trajetória de queda desde 1981, têm crescimento em 1986, como reflexo do plano e tornam a cair nos anos seguintes.

Esta é uma diferenciação importante entre os dois planos pois a capacidade ociosa da agricultura (em especial a ligada ao mercado externo) era muito maior na época de lançamento do plano Real, o que possibilitou o controle da inflação com ajuda da “âncora verde”.

⁵⁷ É importante observar que no início da década de 1980, nos anos em que houve elevado crescimento das exportações agrícolas, o percentual do crédito de investimento também era baixo, em torno de 12% a 15% de 1982 a 1985, mas subindo em 1986 para mais de 30%, como reflexo do crescimento das exportações nos anos anteriores. Os investimentos mais significativos em modernização da agricultura e da estrutura agroindustrial, que permitiram o surto exportador no início da década de 1980 foram realizados na década de 1970.

⁵⁸ Os dados referentes à produção e exportação de soja e derivados foram extraídos do site da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais- ABIOVE, www.abiove.com.br.

Como se viu acima, algumas culturas concentram fatia significativa dos recursos de crédito rural. Quando se analisa os dados do crédito por Unidades da Federação também se observa uma distribuição extremamente concentrada em todo o período. A tabela número 18 apresenta estes dados.

Tabela nº 18 - Participação dos Estados nos Valores Totais do Crédito Rural-Acumulado por Períodos (%)					
	1980-84	1985-89	1990-94	1995-99	2000-2004
AC	0,19	0,13	0,03	0,11	0,19
AL	1,72	1,13	0,47	0,62	0,32
AM	0,63	0,19	0,13	0,24	0,26
AP	0,01	0,01	0,05	0,03	0,02
BA	4,74	5,06	3,67	4,11	2,50
CE	2,22	1,30	0,66	1,43	0,78
DF	0,31	0,47	0,34	0,32	0,28
ES	1,47	1,20	0,40	1,03	0,97
GO	4,88	9,41	7,91	7,14	7,91
MA	1,08	0,94	0,74	0,89	0,76
MG	9,21	8,57	6,62	11,44	9,75
MS	3,04	5,14	5,44	4,21	4,53
MT	2,59	5,89	7,57	6,46	7,73
PA	1,18	0,82	0,72	1,29	1,35
PB	1,09	0,65	0,37	0,60	0,60
PE	2,66	1,61	1,02	1,17	0,40
PI	0,77	0,54	0,44	0,96	0,41
PR	16,25	17,05	19,76	16,14	16,48
RJ	2,01	0,76	0,45	0,41	0,27
RN	0,91	0,53	0,49	0,55	0,36
RO	0,29	0,22	0,15	0,60	0,97
RR	0,08	0,04	0,05	0,06	0,05
RS	17,69	17,65	18,96	15,23	17,41
SC	4,05	4,33	5,62	7,29	7,50
SE	0,61	0,42	0,21	0,55	0,23
SP	20,32	15,35	16,74	16,13	16,81
TO	0,00	0,58	0,96	1,01	1,17
5 maiores	68,35	68,04	70,95	66,22	68,37
8 maiores	80,18	84,12	88,63	83,93	88,13

Fonte: Cálculos próprios a partir dos dados do IPEADATA

Apenas oito estados concentram mais de 80% do crédito rural em todo o período. Esta concentração aumentou do período 1980-84 para 1990-94, tendo uma queda na segunda

metade da década de 1990. Posteriormente no período 2000-2004 ocorre elevação da participação dos 8 oitos estados maiores tomadores (São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) que receberam juntos, 88,1% do crédito rural nacional.

Os dados de financiamentos concedidos pelo BNDES para agroindústria constam na tabela número 19. Com relação à agroindústria, houve concentração dos investimentos nas cadeias com maior participação nos mercados externos e com possibilidade de expansão da demanda. Os recursos para financiamento agroindustrial do BNDES (principal fonte de crédito do período) demonstram a concentração em poucas cadeias.

Tabela nº 19- Desembolsos e Número de Operações do BNDES para as Principais Cadeias – 1990/99				
CADEIA	DESEMBOLSO (R\$ milhões)	PARTICIPAÇÃO %	NÚMERO DE OPERAÇÕES	PARTICIPAÇÃO %
Carnes	3.324	40,7	13.477	38,9
Grãos	1.627	19,9	8.591	24,8
Cana-de-Açúcar	1.428	17,5	4.701	13,6
Frutas	758	9,3	3.785	10,9
Lácteos	346	4,2	2.350	6,8
Fumo	293	3,6	104	0,3
Cacau	215	2,6	354	1,0
Café	171	2,1	1.258	3,6
Total	8.162	100,0	34.620	100,0

Fonte: Grigorovski, Paula et al, 2001.

Conforme Grigorovski, Paula et al (2001):

Foram concedidos financiamentos para o refino de óleos vegetais e para a fabricação de produtos à base de trigo, **especialmente para a aquisição de máquinas e equipamentos, em grande parte importados**. No segmento de massas alimentícias, foi financiada a construção de unidades industriais para a produção de salgadinhos, massas alimentícias secas (do tipo instantânea e

laminadas), pizza, grissini e massas de macarrão. Também foram concedidos financiamentos para o segmento de biscoitos, como a construção de novas fábricas e a ampliação das unidades existentes, que aumentaram a produção de biscoitos tipo wafer, amanteigados, recheados e outros. A produção industrial de pães também foi apoiada, especialmente na aquisição de máquinas importadas. Para a fabricação de produtos para consumo animal (10% dos desembolsos), o BNDES apoiou a implantação de fábricas de ração e a expansão e modernização de outras já estabelecidas. Foram vários os investimentos cruzados entre as cadeias de carnes e de grãos financiadas, especialmente para a implantação de fábricas de ração associada à implantação de abatedouros frigoríficos (Grigorovski, Paula et al, 2001, p. 175).

Os dados de investimentos do BNDES para a cadeia de grãos, na tabela número 20, apontam a prioridade dos financiamentos para o “segundo processamento” industrial (com maior elaboração dos produtos finais). Isto demonstra que já havia capacidade instalada do primeiro processamento. Portanto, capacidade ociosa de produção bruta, mas estrangulamento da produção mais elaborada.

Tabela n° 20 - Desembolsos do BNDES para a Cadeia de Grãos, segundo a Finalidade das Atividades – 1990/99 (R\$ mil)			
RAMO/GÊNERO	1990/94	1995/99	1990/99
Cultivo de Grãos			
Desembolsos	95.081	185.533	280.614
%	13	18	16
Primeiro Processamento			
Desembolsos	227.772	289.987	517.759
%	31	29	30
Segundo Processamento			
Desembolsos	401.960	537.560	939.520
%	56	53	54
Total			
Desembolsos	724.812	1.013.081	1.737.893
%	100	100	100
Fonte: Grigorovski, Paula et al, 2001.			

A concentração dos recursos no segundo processamento relaciona-se mais à estratégia das empresas de diversificação e segmentação da produção, do que de necessidade de aumento absoluto de produção, em função das baixas taxas de crescimento do consumo de alimentos mais básicos (o mercado consumidor de alimentos será detalhado no capítulo 4).

Os dados do BNDES deixam clara a prioridade dos investimentos em setores com alto potencial de expansão do consumo, com destaque para carnes, com 40,7% do total dos recursos e grãos e com 30%. No tocante à destinação dos investimentos chama atenção a concentração no processamento industrial dos produtos de origem agropecuária, em especial do segundo processamento (mais elaborado), com 56% dos recursos por finalidade.

Dos programas dos BNDES, o Finame é o principal de apoio à agricultura e agroindústria. Este apresentou grande crescimento após 2002, nas esteira das exportações agrícolas, com recursos concentrados sobretudo nas cadeias de carnes, grãos e cana-de-açúcar. Pode-se Observar estes dados na tabela número 21.

Tabela nº 21 - Desembolso do Sistema BNDES Total, Finame e Agrícola (R\$ milhões)					
	FINAME	AGRÍCOLA	T O T A L	FIN/Total	Agríc/Total
1996	2.122	216	9.672	21,9	2,2
1997	2.433	345	17.894	13,6	1,9
1998	3.299	409	18.990	17,4	2,2
1999	1.676	739	18.051	9,3	4,1
2000	2.498	1.359	23.045	10,8	5,9
2001	3.303	1.848	25.216	13,1	7,3
2002	4.019	3.009	37.419	10,7	8,0
2003	5.332	2.871	33.533	15,9	8,6
2004	6.620	4.570	39.833	16,5	11,3
2005	9.329	2.185	46.980	19,9	4,7
2006	10.767	1.483	51.318	21,0	2,9
2007	17.030	2.071	64.891	26,2	3,2
2008	22.159	2.701	90.877	24,4	3,0

Fonte: BNDES

A agroindústria apresentou participação crescente, na tomada de recursos, como aponta Informe Setorial BNDES (2007, p. 01):

Entre 2002 e 2005, o montante dos recursos desembolsados pelo BNDES para o Complexo Agroindustrial totalizou R\$ 40,04 bilhões, representando 25% do total dos desembolsos no período. Em 2003, o desembolso de R\$ 8,93 bilhões para o CAI representou uma queda de 9,05% em relação aos R\$ 9,81 bilhões desembolsados em 2002. Com relação ao ano de 2004, este representou um salto significativo nos valores desembolsados: R\$ 11,17 bilhões, ou seja, um aumento de 25,18%. Já em 2005, novamente observou-se queda de 9,41% nos desembolsos, com um total de R\$ 10,12 bilhões. A participação do complexo nos desembolsos totais do BNDES entre 2002 e 2004 foi crescente (26% em 2002, 27% em 2003 e 28% em 2004).

Os dados de financiamento do BNDES demonstram que a retomada dos investimentos ocorreu após o crescimento das exportações, ou seja, o crescimento atraiu o investimento como vimos afirmando em todo o trabalho. No ano de 2004, os recursos do BNDES para a agricultura chegaram a 11% do total dos repasses do banco.

No tocante à distribuição regional, houve concentração nas regiões mais dinâmicas, no Sudeste e Sul:

Na média do período 2002/2005, a distribuição regional dos desembolsos foi a seguinte: Norte, 2%; Nordeste, 13%; Sudeste, 35%; Sul, 32% e Centro-Oeste, 17%. No mesmo período, houve um crescimento expressivo da participação da região Nordeste no montante total de desembolsos, passando de 10% para 16%. O Sudeste apresentou uma queda de 44% para 38% no último ano de análise e o Norte dobrou sua participação de 1% em 2002 para 2% nos anos seguintes. O Centro-Oeste apresentou índices bastante oscilantes, porém nos anos extremos manteve a mesma participação de 13% (BNDES, 2007, p. 04).

Na indústria de alimentos observa-se o mesmo panorama voltado ao investimento nos segmentos mais dinâmicos, buscando diversificação da produção e não aumento da

capacidade produtiva. Diversos relatórios com diagnósticos do setor produzidos pela Associação Brasileira da Indústria da Alimentação (ABIA), demonstram isto. Durante a década de 1990 o grande volume de investimentos, em especial das grandes empresas líderes, foi em inovações em produtos buscando ampliar as vendas pela conquista de novos nichos de mercado. Por exemplo, em 1997, oito grandes empresas do setor alimentar lançaram 234 novos produtos (ABIA, 1998). Ao mesmo tempo houve investimentos significativos em propaganda e marketing (ABIA, 1993, 1996, 2002, 2003 e 2006).

Os investimentos foram direcionados prioritariamente para modernização e diversificação da estrutura produtiva e não para ampliação global da capacidade produtiva das empresas atuantes. A tabela número 22 apresenta uma síntese deste processo a partir dos investimentos anunciados pelas empresas logo no início do plano real.

Tabela n° 22- Investimentos Anunciados pela Indústria de Alimentos em 1995 (subsetores e empresas selecionadas)

MASSAS E CONFEITOS	Objetivos	Previsões
A.J. Macedo	Concentrar em produtos de maior valor agregado e divulgar suas marcas no Sul e SE com investimento de US\$ 4 milhões em publicidade.	
Barilla Santista	Importação da marca Barilla, investindo US\$ 8 milhões em publicidade.	De 1995 a 1999- US\$ 20 milhões em marketing e pesquisas e US\$ 15 milhões na área industrial.
Selmi	Investimento de US\$ 3 milhões para entrar no mercado de massas instantâneas, com ampliação de fábrica em Londrina, importação de equipamentos de produção japoneses e empacotadoras italianas	
Todeschini	Investimento de US\$ 35 milhões na ampliação de duas fábricas em Curitiba para dobrar a produção de macarrão e biscoitos e ampliar a linha de produtos com equipamentos importados. Financiamento do BNDES de 60% do total investido.	
Bauducco	Investimento de US\$ 5 milhões em construção de nova fábrica em Guarulhos e de US\$ 5 milhões em marketing. Foco nos biscoitos Premium e de biscoitos infantis	
Aymoré	Importação de equipamentos de produção e empacotamento por US\$ 15 milhões, para aumento da utilização dos fornos e da produção em 30%	
Nestlé	Investimento de US\$ 20 milhões nos biscoitos Premium para combater a concorrência dos fabricantes regionais de biscoitos e no lançamento de novos chocolates, publicidade, ampliação e modernização de instalações.	Investimentos de US\$ 100 milhões ao ano, em maioria para ampliação e adaptação das instalações para produtos de alto valor, em especial chocolates e sorvetes. Entrar no mercado de pet food via importações dos EUA.
Garoto	Investimentos de US\$ 12 milhões em reestruturação de embalagens de chocolates, publicidade e logística da distribuição, com financiamento de US\$ 7 milhões do Banco do Desenvolvimento da Alemanha. De 1990 a 1993 investiu US\$ 40 milhões na ampliação da capacidade instalada.	US\$ 25 milhões em 1996, sendo 15 milhões em logística (incluindo novo centro de distribuição em Vila Velha, completamente automatizado) e 10 milhões em automação industrial.
Lacta	De 1990 a 94 investiu US\$ 40 milhões em ampliação da capacidade, 10 milhões em publicidade em 1994 US\$ 11 milhões em publicidade em 1995.	Em 1996 planeja ampliar a capacidade algumas linhas em 30%, como salgadinhos "snack" e.
Montanhês	Modernização da marca de chocolates, construção de fábrica e sede nova e aquisição de equipamentos.	

ÓLEOS E GORDURAS	Objetivos	Previsões
Gessy Lever	Reestruturação com investimento de US\$ 15 milhões em equipamentos e adaptações, visando especializar duas fábricas: a de Valinhos (SP) em margarina e a da Lapa em maionese.	Reforço da marca Gourmet com investimento de US\$ 8 milhões em publicidade.
Ceval	Concentrar esforços no setor de óleos com reforço das marcas e diversificação: lançamento do óleo de soja em embalagem PET e introdução de óleos especiais à base de azeite e de óleo de girassol. Investiu em 1995 US\$ 137,8 milhões em aquisições de	Investir US\$ 326 milhões até o fim da década de 1990 na promoção de suas marcas e conquista de novos mercados, como o Nordeste brasileiro, com diferenciação de produtos.

	empresas. e US\$ 26,5 milhões em publicidade.	
Caramuru	Construção de nova fábrica em Goiás, com porto anexo para escoamento pela hidrovía Paranaíba-Tietê-Paraná, com investimento de US\$ 20 milhões.	
Cargill	Planeja investir US\$ 300 milhões em 5 anos, sendo 40 milhões na ampliação da capacidade de esmagamento de soja e milho em Uberlândia. O restante será direcionado à P&D de sementes e melhoria das infra-estruturas de armazenagem e transporte.	
Maeda	Construção de nova fábrica de gordura vegetal por US\$ 11 milhões em GO	Investir US\$ 15 milhões em nova fábrica de óleo de algodão em MT.
J.B. Duarte	Investiu entre 1990-94 US\$ 2,35 milhões em ampliações e modernizações na indústria e construção de armazém.	
Real Agroindustrial	Construção de fábrica de óleo de palma de US\$ 9 milhões e compra de terminal portuário no PA por US\$ 600 mil.	
LATICÍNIOS	Objetivos	Previsões
Paulista	Ampliação por US\$ 15 milhões, de fábrica de leite em pó e manteiga GO para produção de leite longa vida com nova marca	
Santista	Joint Venture com a Kraft para distribuição dos produtos importados desta, no Brasil. Ampliou-se a verba de publicidade para US\$ 3,5 milhões para requeijão e US\$ 600 mil para molhos de salada.	
Vigor	Investimento de 600 mil no lançamento do primeiro iogurte batido pronto para beber.	
LPC	Investimento de US\$ 5 milhões no desenvolvimento de iogurte de frutas para crianças. Investimentos na promoção da marca Danone e em marketing ecológico com 1,3% do faturamento sobre as vendas de seu iogurte danimals para a fundação Mata Atlântica.	
Nestlé	Investimento de US\$ 16 milhões a 18 milhões em marketing de produtos lácteos.	
Glória	Investimento de US\$ 4 milhões em aliança com a Tetra Pak para distribuição de leite UHT isento de contaminação para a América Latina	
Parmalat	Investimento de US\$ de 4 a 6 milhões em desenvolvimento de novos produtos e publicidade. Ampliação de fábrica em Jundiá para produção de leite longa vida em US\$ 20 milhões. Investiu US\$ 65 milhões em novas fábricas de suco de frutas (BA), concentração e secagem de leite em pó (RS), biscoitos (SP), além de US\$ 15 milhões em transporte e distribuição.	A expectativa é de que a diversificação de produtos conquiste novos mercados, com novos sabores de iogurtes e embalagens de tamanhos variados.
Itambé	Investimento de US\$ 60 milhões até 1996 em novas fábricas, centros de distribuição e lançamento de novos produtos, especialmente iogurtes. Lançou o primeiro iogurte que reproduz o “aroma vivo” de frutas, e a embalagem longa vida com tampa inédita no Brasil. Investiu US\$ 15 milhões em modernização de fábricas e US\$ 3 milhões em um centro de distribuição em SP e um em	Objetiva ampliar o seu mercado consumidor nas grandes cidades e melhorar a participação no mercado de iogurtes

	Ribeirão Preto, e US\$ 40 milhões em uma fábrica de iogurtes e requeijão (MG).	
Batavo	Investimentos crescentes de 1993 a 95 somando US\$ 31,2 milhões em equipamentos e manutenção, sendo US\$ 2,3 milhões para equipamentos para o leite longa vida. Investe em lançamento de novos produtos, em especial iogurtes, modernização dos processos e coleta do leite à granel (reduzindo em 50% o custo do frete). US\$ 6 milhões são destinados anualmente para marketing.	
Fonte: Adaptado de ABIA, 1995.		

Por fim, a indústria de máquinas agrícolas também apresentou oscilações dos investimentos e da produção no período em análise, sofrendo impactos diretos com as flutuações dos investimentos no setor agroalimentar. Nos períodos de abundância de crédito rural, de programas de modernização agrícola, bem como de boas expectativas de crescimento, como em toda a década de 1970 até 1985, e como no período 2000-2004 ampliam-se sobremaneira as vendas de máquinas agrícolas e a dinâmica do setor. Nos períodos de crise agrícola, como em boa parte da década de 1990, e mais recentemente os anos de 2005 e 2006, o setor de máquinas agrícolas sofre queda violenta das vendas, da lucratividade e conseqüentemente reduz investimentos, amplia a ociosidade das instalações e demite mão-de-obra.

Logo, pela sua ligação direta com o setor agroalimentar, bem como pelo seu impacto na economia nacional, o setor industrial de máquinas agrícolas tem papel importante em nossa análise acerca da relação entre investimentos, recursos ociosos e crescimento econômico no Brasil. Nossa análise baseia-se nos dados dos anuários da ANFAVEA, bem como em estudos diversos de técnicos do BNDES e em entrevistas com técnicos de indústrias do setor.

O setor sofreu forte queda das vendas internas e do faturamento desde fins da década de 1980 (conforme dados do gráfico n° 12 e 13), chegando aos níveis mais baixos no

governo Collor e no governo FHC (em especial nos três primeiros anos). Só há recuperação mais consistente do faturamento a partir de 2000, como efeito da desvalorização cambial e pela criação linha de financiamento oficial do BNDES. As vendas no mercado interno se expandem em função do aumento das exportações agrícolas que estimularam o reinvestimento em máquinas e equipamentos. Em 2000 é criado pelo BNDES, o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras-Moderfrota, que movimenta grande volume já em seus anos iniciais:

Os desembolsos no âmbito do Moderfrota tiveram, em 2002, um crescimento de 66,4% em relação ao ano anterior. O BNDES liberou R\$ 2,83 bilhões no ano passado, enquanto em 2001 o total liberado foi de R\$ 1,70 bilhão. Desde que foi criado, em março de 2000, o programa teve 118.735 operações realizadas até dezembro de 2002, gerando desembolsos de R\$ 5,57 bilhões (BNDES, 2003, p. 01).

A expansão das exportações de máquinas agrícolas a partir de 2002/2003 de forma mais intensa foi outro estimulante para a retomada da produção nacional do setor, como se observa no gráfico número 12. Embora tenha havido significativa expansão das exportações em unidades, houve aumento muito menor dos valores das exportações em dólares. Isto pode indicar, por um lado o efeito-câmbio e por outro a diminuição dos custos por aumentos de produtividade. Mas como os investimentos foram baixos no período, a redução dos custos pode ter ocorrido devido a importação de peças, que foi crescente no período, como se observa no gráfico número 12.

Gráfico n° 12- Faturamento, Investimentos, Importações e Exportações do Setor de Máquinas Agrícolas (US\$ milhões)

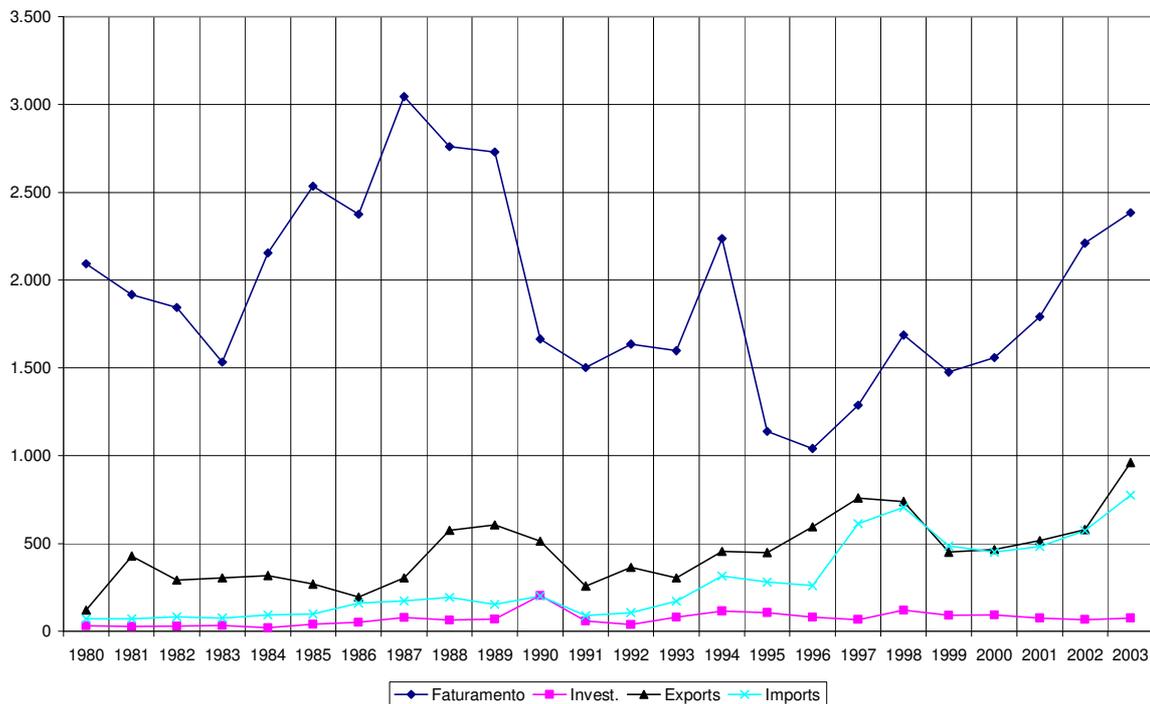
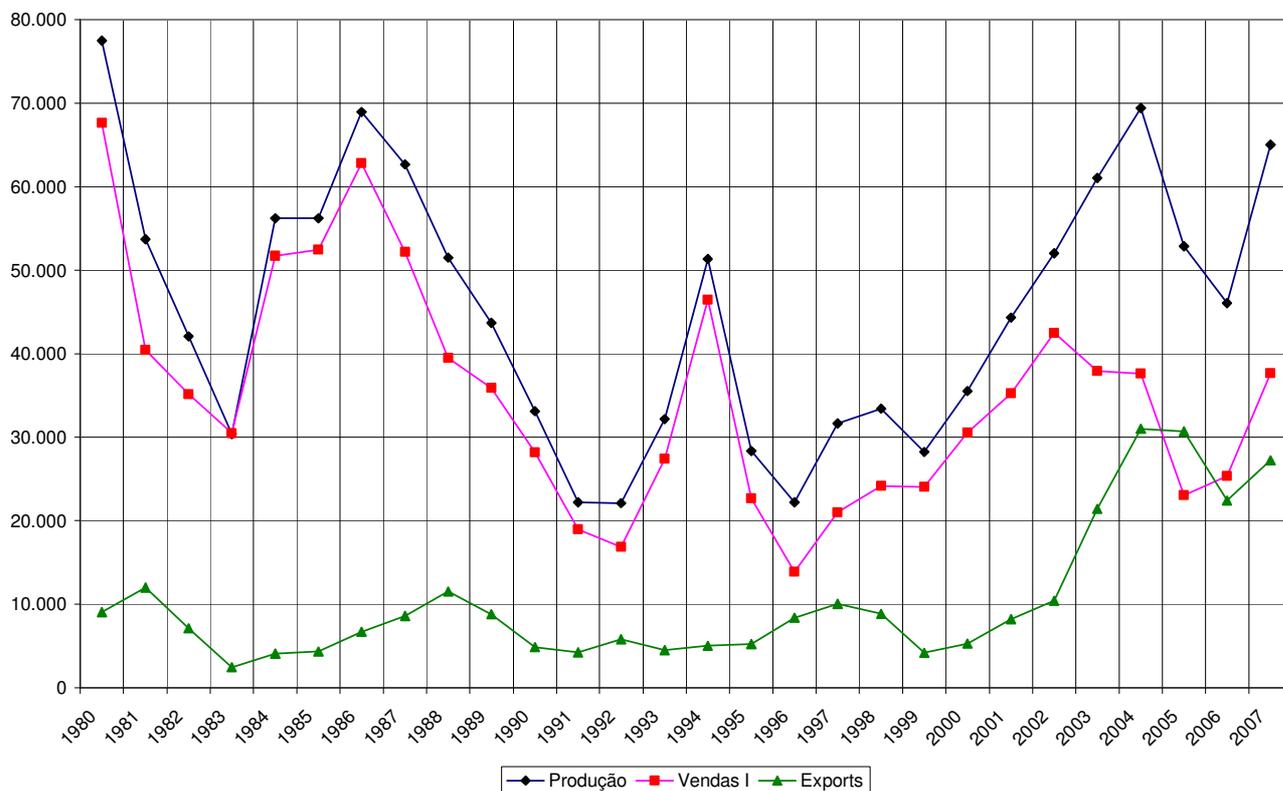


Gráfico n° 13- Produção, Vendas Internas e Exportações de Máquinas Agrícolas (unidades)



O gráfico número 13 demonstra as oscilações da produção e das vendas de máquinas agrícolas no período 1980-2007. Observa-se a queda das vendas no mercado interno na década de 1990, com exceção do ano de 1994. A queda dos investimentos agrícolas redundou na queda das vendas de máquinas agrícolas. Com a retomada do crescimento do setor agrícola e das exportações as compras de máquinas entram em trajetória de elevação a partir de 2001, com pico em 2004.

3.2- A Produtividade Agrícola e os Recursos Ociosos

A produtividade agrícola refere-se a duas categorias distintas: a produtividade da *terra* e a produtividade do *trabalho*. Embora estejam por vezes relacionadas, diferem profundamente pelos fatores que as geram podendo apresentar-se completamente separadas espacialmente.

A produtividade da terra liga-se aos fatores propriamente naturais, como fertilidade e acidez do solo, condições geomorfológicas (declividade, composição e profundidade do solo), condições hídricas, condições climáticas e biológicas (pragas, proximidade de reservas florestais ou áreas de preservação). A alteração destas condições relaciona-se a estratégias diretas: redução da acidez por alcalinização (adição de calcário ao solo); fertilização por adição de elementos químicos (tradicionalmente o NPK) e biológicos (húmus, esterco); desenvolvimento de sementes adaptadas às condições de solo e clima; construção de estruturas de irrigação e drenagem para controle dos excessos e de escassez de água; nivelamento, sistematização e outras modificações mecânico- físicas na estrutura do solo que visem conter os processos erosivos, como estabelecimento de curvas de nível e do plantio direto; controle de pragas por meios químicos (fungicidas e herbicidas) e biológicos (utilização de animais, insetos ou plantas que combatam as pragas).

Há também medidas que podem indiretamente afetar a produtividade agrícola: estabelecimento de calendários e zoneamentos agrícolas mais adequados à sazonalidade climática e à variação espacial da aptidão dos solos para diferentes tipos de culturas; desenvolvimento de sistemas de acompanhamento e alerta da ocorrência de pragas, doenças e problemas climáticos entre outros. Para este fim é comum a liberação de financiamentos para determinados produtos agrícolas nas regiões indicadas pelos zoneamentos realizados por órgãos oficiais de pesquisa agropecuária.

Fica claro que os fatores que determinam a produtividade da terra são inúmeros e difusos, dificultando seu controle e tornando seu aumento uma função da combinação adequada de técnica e de condições naturais, as quais são essencialmente instáveis.

A produtividade do trabalho, por outro lado, apresenta-se de forma mais objetiva, na relação do número de trabalhadores necessários à realização do processo produtivo, o que a torna ligada exclusivamente ao instrumental técnico disponível para as diferentes tarefas e culturas. Por outras palavras, o aumento da produtividade do trabalho agrícola é uma função da mecanização e da divisão social do trabalho - desenvolvimento dos setores produtivos não-agrícolas que passam a realizar tarefas que antes eram realizadas “da porteira para dentro”, dispensando os trabalhadores da fazenda que as realizavam. Pode-se citar os reparos de equipamentos e de benfeitorias; os trabalhadores autônomos ou empresas que realizam as tarefas de preparo do solo, plantio ou colheita; os produtores especializados em sementes e matrizes; a terceirização do transporte, seja dos insumos ou da colheita etc. Estes serão computados nos setores de serviços, transporte, indústria entre outros. Até mesmo as atividades de plantio e colheita vem se tornando cada vez mais função de empresas especializadas. Nos estados em que a mecanização agrícola é mais consolidada, como Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso, há diversas empresas deste tipo.

Este processo é mais um passo no aumento geral de produtividade iniciado com o que Rangel (1990) denominou de abertura do complexo rural. Nos anos iniciais o processo de industrialização brasileira começa a sair do complexo rural as atividades não-agrícolas, que passam a ser desenvolvidas por setores industriais especializados (como têxtil e confecções, máquinas e ferramentas, materiais de construção entre outros). Nas décadas mais recentes com o processo de modernização e industrialização da agricultura parte das próprias atividades agrícolas deixa de ser realizada nos estabelecimentos agrícolas.

A mensuração da produtividade da terra e do trabalho, por outro lado, apresenta quadro inverso: a produtividade da terra pode ser eficazmente medida e acompanhada a partir da relação entre a área plantada, a área colhida e a quantidade colhida de cada cultura. Em especial com as novas técnicas da agricultura de precisão, que por meio de GPS e sistemas de navegação acoplados aos tratores, permitem medir a produtividade *metro a metro* e a confecção de mapas de produtividade em diversas escalas, dependendo do objetivo que se pretenda (seja o produtor individual que deseja planejar a aplicação de insumos, seja o ministério da agricultura que deseja estabelecer o zoneamento agropecuário).

Os novos equipamentos permitem associar por meio do computador, as medidas de produtividade levantadas na colheita com a aplicação de calcário e fertilizantes no plantio seguinte. O computador controlará a quantidade variável de insumos a ser aplicada na terra, aumentando nas áreas com menor produtividade e diminuindo nas áreas mais produtivas. O programa impede inclusive, que o operador, por descuido passe os insumos em áreas que já receberam⁵⁹.

⁵⁹ Em entrevistas com operadores de máquinas agrícolas em Mato Grosso, observou-se que esta ferramenta é extremamente útil no período de plantio nas grandes propriedades. Devido as grandes extensões trabalha-se nas atividades de plantio por 24 horas para conseguir aproveitar o período climático correto. Isto leva a que com frequência os operadores caem no sono no volante das máquinas durante a madrugada. As novas máquinas possuem mecanismos que desligam, caso o operador não

A produtividade do trabalho agrícola, por sua vez, é extremamente complexa de ser mensurada, por diversos fatores: a altíssima informalidade das contratações, o que torna os dados disponíveis (RAIS e IBGE), fortemente subestimados; a realização, como se afirmou acima, de um número cada vez maior de atividades que antes eram realizadas no próprio estabelecimento por setores especializados externos, a sazonalidade da atividade, em que o calendário agrícola não coincide com o calendário civil, dificultando a avaliação correta do aumento ou diminuição da força de trabalho necessária a cada ciclo (do plantio à colheita) e da utilização dos mesmos trabalhadores em diferentes culturas ao longo do ano.

Por todos estes complexos fatores elencados, a associação do aumento de produtividade primordialmente à política macroeconômica e à abertura de mercado na década de 1990, como o fazem Dias e Amaral (1999), e Helfand e Rezende (2001) é uma limitação séria da análise⁶⁰.

Em primeiro lugar isto desconsidera que os esforços para influir nos fatores elencados, diminuíram fortemente na década de 1990, com especial atenção para a pesquisa agropecuária que sofreu forte retração de recursos e extinção de programas da década de 1980. Além disso o sistema de extensão rural federal foi extinto e o crédito de investimento apresentou queda desde fins da década de 1980 até fins da década seguinte.

Os dados acerca da área plantada e quantidade colhida quando relacionados no agregado agrícola, realmente apresentam elevação significativa do rendimento médio por hectare, demonstrando o crescimento da produção mais pela produtividade da

esteja não esteja no assento e outros mecanismos de segurança. Com isso se controla a utilização dos insumos aumentando-se a produtividade da terra e do trabalho.

⁶⁰ Helfand e Rezende (2001 p. 250) afirmam: "A liberalização alterou preços relativos dos insumos, aumentou o acesso a insumos importados de alta qualidade e levou a produção doméstica a maior competitividade. Esses fatores fomentaram ganhos na produtividade e redução dos custos. Aumentos na produtividade e na eficiência, aliados a menores preços agrícolas ao nível do consumidor, estão entre as mais importantes medidas de sucesso das reformas".

terra do que pela ampliação das áreas cultivadas, como afirmam Dias e Amaral (1999).

No entanto, o agregado esconde algo que Dias e Amaral (1999) chegam a citar, mas não dão a devida importância: há uma significativa redução do número de produtores menos capitalizados e com menores produtividades, ao passo que há ampliação da participação dos produtores com melhor nível técnico. Assim ocorre uma elevação da produtividade média sem que tenha efetivamente ocorrido mudança técnica no período em análise. A ampliação da produtividade média na década de 1990 deve-se mais à centralização do capital na produção agrícola do que à difusão mais profunda do novo padrão técnico, que seria “estimulado pela abertura” como comumente se sugere.

O padrão técnico da Revolução Verde inicia sua difusão no Brasil nas décadas de 1950, 60 e 70, na qual ocorrem os mais significativos projetos do sistema oficial de pesquisa agropecuária. Como o estudo de novas cultivares, que inclui seleção, testes, novas seleções, combinações, lançamento, registro e difusão, levam no mínimo uma década (na melhor das considerações), resultado dos esforços da pesquisa e do investimento da década de 1970 e 80, apresentam-se de maneira mais plena na segunda metade da década de 1990, coincidindo com a crise agrícola pós-real e com a imensa concentração de capital nas mãos de alguns grupos que se instalam no Centro-Oeste, como Olacir de Moraes e André Maggi. Nesta região, especialmente no estado de Mato Grosso, a expansão da fronteira agrícola amadurece na forma de imensos estabelecimentos agrícolas voltados às principais culturas de exportação (primordialmente a soja), que aplicam intensivamente (pelas próprias condições

naturais desfavoráveis à agricultura de baixo nível técnico) o que de melhor se criou em termos de tecnologias de produção agrícola⁶¹.

Os solos ácidos e de baixa fertilidade natural do centro-oeste brasileiro obrigaram a adaptações nas técnicas de preparo do solo, que se converteram na verdade em “estruturação do solo”. As grandes quantidades de calcário e de fertilizantes NPK tornaram os solos arenosos do Mato Grosso em área de fertilidade tão elevada quanto os solos de terra roxa do Paraná.

A tabela número 23 demonstra os dados de consumo aparente de calcário pela área das lavouras temporárias. Do período de 2001 a 2004, de grande aceleração da produção de soja, o consumo de calcário aumenta em 30% no Paraná e em 127% no Mato Grosso. Além disso, no Mato Grosso o consumo médio por hectare é o dobro do Paraná. Isto se levarmos em conta uma estimativa média, pois em entrevistas, técnicos agrícolas afirmaram que nas regiões mais arenosas do norte do Mato Grosso utiliza-se em torno de 7 toneladas de calcário no primeiro ano e depois uma a duas toneladas em anos alternados. No oeste e sudoeste do Paraná utiliza-se de uma a duas toneladas no primeiro ano.

Tabela número 23- Consumo Médio de Calcário por Hectare das Lavouras Temporárias- Estados Selecionados							
Estados	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PR							
Área Agríc. Temp. Ha	7.237.257	7.853.944	8.002.948	8.404.740	9.279.977	9.457.679	9.297.592
Calcário ton	1.852.000	2.284.700	2.773.800	2.600.000	3.797.800	3.431.000	1.732.100
Calc/ha Kg	256	291	347	309	409	363	186
MT							
Área Agríc Temp. Ha	3.459.849	4.746.968	4.882.136	5.632.992	6.445.164	7.912.796	8.976.694
Calcário ton	773.700	3.099.800	3.196.700	4.463.500	5.433.400	7.056.500	2.927.000
Calc/ha Kg	224	653	655	792	843	892	326

Fonte: Abracal e PAM-IBGE.

⁶¹ A interpretação que adotamos aqui sugere que há muito mais elementos de continuidade (com aprofundamento), do que de ruptura em termos tecnológicos e de relação entre agricultura-indústria, das décadas de 1970-80 para a década de 1990, ao contrário da interpretação de Miranda Costa (1995) e Mazzali (2000). Para estes autores ocorre um esgotamento do modelo dos complexos agroindustriais, surgindo o “modelo da organização em rede”, marcado pelas tecnologias da comunicação e pela biotecnologia.

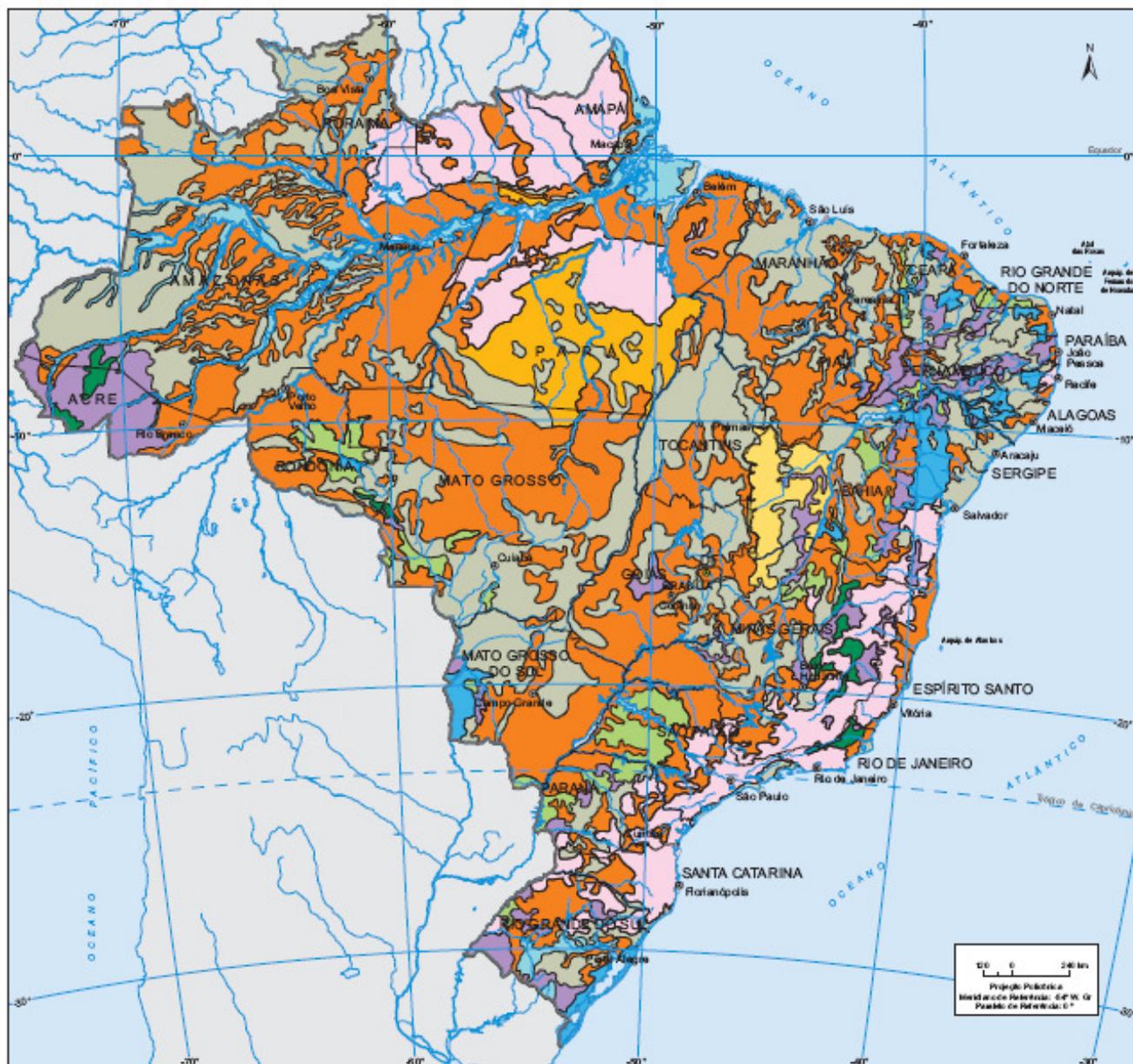
O mapa número 1 demonstra a potencialidade agrícola dos solos brasileiros. Pode-se observar como as áreas novas de terras no Centro-oeste, no Norte e mesmo no Nordeste brasileiro tem terras de baixa qualidade, mas boas condições geomorfológicas para a mecanização. Por isto, a implantação de grandes estabelecimentos produtores de grãos com alto nível de capitalização no Centro-Oeste não acabou com os produtores do Sul, mas inviabilizou sua implantação nas novas regiões. O estabelecimento nas novas regiões exige níveis de capitalização elevados para se aproveitar o potencial climático e geomorfológico, ao passo que a fertilidade natural em amplas regiões do Paraná por exemplo, possibilitam que produtores de soja com pequenas áreas continuem no mercado.

 Solos

Mapa nº 1



Potencialidade agrícola



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais.

Legenda

Fertilidade	Características físicas e/ou morfológicas	Relevo	Principais limitações
Alta	Boas	Plano e suave ondulado	Praticamente sem limitações
Média	Boas	Plano e suave ondulado	Média a baixa disponibilidade de nutrientes
Média a alta	Regulares	Plano e suave ondulado	Riscos de inundações, impedimento de drenagem
Baixa	Boas	Plano e suave ondulado	Baixa disponibilidade de nutrientes, excesso de alumínio
Baixa	Regulares	Plano e suave ondulado	Baixa disponibilidade de nutrientes, excesso de alumínio, textura grosseira
Média a alta	Regulares	Plano e ondulado	Declives acentuados, pouca profundidade, textura grosseira
Média a alta	Boas	Forte ondulado	Declives acentuados
Baixa	Regulares	Ondulado a montanhoso	Declives acentuados, restrições de drenagem, excesso de alumínio
Baixa	Regulares	Plano e suave ondulado	Excesso de sódio, restrição de drenagem, risco de inundação
Áreas atualmente desaconselháveis à utilização agrícola, pela presença de uma ou mais limitações de caráter acentuado, como: fertilidade muito baixa, alta salinidade, reduzida profundidade, presença de pedregosidade ou rochiosidade, textura arenosa, relevo montanhoso ou escarpado.			

Os solos do Paraná permitem uma renda diferencial por fertilidade natural pela economia com insumos que garante a viabilidade da produção mesmo em pequenas áreas. Além da fertilidade dos solos, a proximidade com o porto de Paranaguá, o segundo maior em exportações, garante uma renda diferencial por localização, ao propiciar economia com transporte de cargas.

As áreas produtoras de soja no Paraná mais distantes dos portos, como Cascavel e Toledo, estão há pouco mais de 500 quilômetros por estradas em razoável estado de conservação. Já áreas de grande produção no Mato Grosso como Campo Novo dos Parecis e Sorriso, encontra-se há no mínimo 1000 quilômetros dos porto mais próximo, em Itacoatiara (AM) e há mais de 2000 quilômetros dos portos de Santos e Paranaguá. É importante acrescentar ainda que centenas de quilômetros deste percurso não possuem asfaltamento e mesmo os trechos asfaltados encontram-se normalmente em péssimas condições, o que encarece ainda mais o transporte.

No caso dos estados do centro-oeste, a baixa fertilidade dos solos leva a que sejam necessários pesados investimentos em técnicas de estruturação do solo, como correção e adubação, além de rígido controle da erosão. Ocorre então uma renda diferencial por aplicação de capital, ampliada pelas boas condições de relevo para mecanização em larga escala para lavouras de grãos.

3.3- As Mudanças na Área Plantada e na Produção de Grãos por Estados

O gráfico n° 14 apresenta área plantada total das culturas temporárias, a partir das grandes regiões do Brasil no período 1990-2005. No agregado nacional, a área reduz-se no período 1990-1993 de 45,9 milhões de hectares para 42,9 milhões, aumentando em 1994 para 46,7 mas tornando a cair mantendo-se abaixo de 45 milhões até o ano

2000. Neste ano retoma crescimento o qual se acentua a partir de 2002 chegando a 56,6 milhões de hectares em 2004⁶².

No entanto, observando este mesmo indicador desmembrando-se pelas grandes regiões, tem-se um resultado diferente. A região norte, de baixa produtividade e pequena participação no total do produto agrícola nacional, mantém sua área agrícola totalmente estável durante o período, em torno de 1,5 a 2 milhões de hectares.

A região Nordeste, também de baixa produtividade, com exceção de algumas áreas de investimentos recentes, como o Vale do São Francisco (fruticultura irrigada) e o oeste da Bahia (soja, café e algodão) tem redução de área até 1996, a partir do qual se estabiliza em níveis inferiores à primeira metade da década.

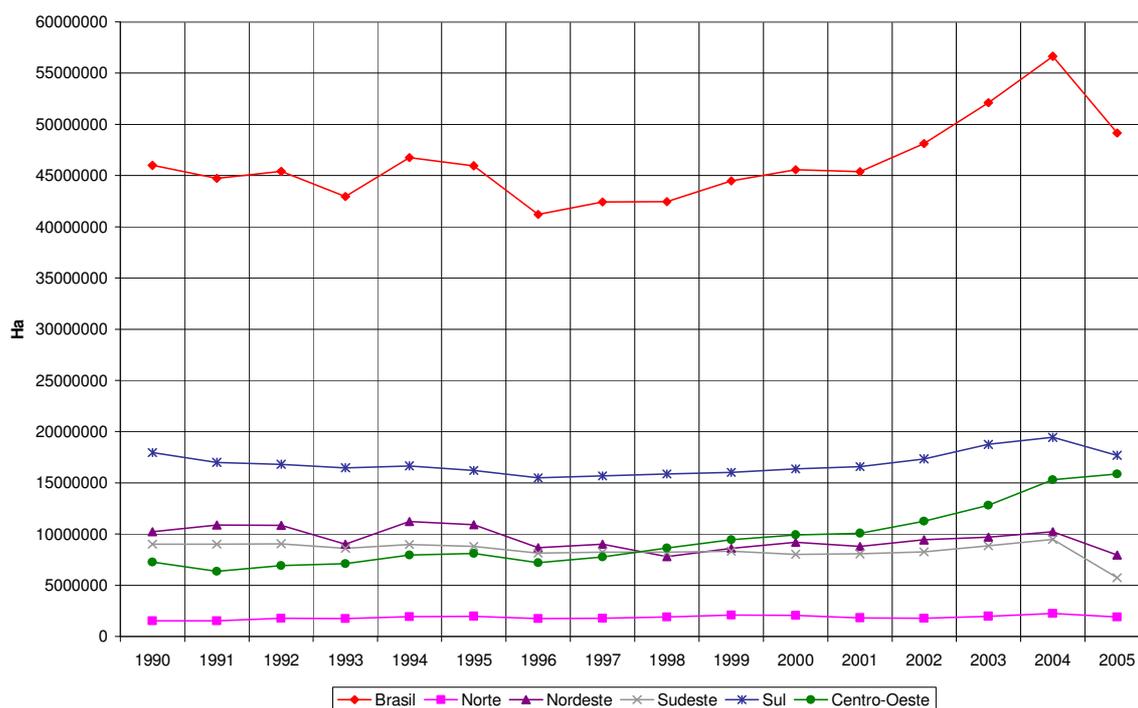
A região Sudeste, de nível de capitalização mais elevado em São Paulo e Minas Gerais, apresenta o mesmo quadro de redução com estabilização aos mesmos níveis do início da década de 1990.

A região Sul, também de padrão de capitalização elevado apresenta redução de área até 1996, mas com forte recuperação até 2004, no qual aumenta significativamente sua produção total.

A região Centro-Oeste, que apresenta os mais elevados níveis de capitalização foi a que mais ampliou a produção e a área agrícola total, em ritmos crescentes. Partindo de pouco mais de 7 milhões de hectares em 1990, chega a 15,8 milhões em 2005.

⁶² Todos os dados referentes à área plantada citados nas próximas páginas são do LSPA/PAM- IBGE, disponíveis em www.ibge.gov.br.

Gráfico n° 14 - Área Plantada com Culturas Temporárias no Brasil e Regiões (1990-2005) - hectares



Ao se desmembrar os dados também para as escalas estaduais, nos gráficos n° 15, 16, 17, 18 e 19, observa-se que os estados que apresentaram significativo aumento de produção, também tiveram significativos aumentos de área plantada. Esta expansão ocorreu, em geral, na forma de grandes empreendimentos agrícolas com alto nível de capitalização nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, Tocantins e Bahia. Os estados de Minas Gerais e São Paulo, embora não tenham apresentado aumento da área das lavouras temporárias, o fizeram significativamente nas culturas permanentes de maior destaque, como laranja e cana.

As tabelas número 24 e 25, demonstram o avanço percentual da área com culturas temporárias por Unidades da Federação.

	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
1991	4,5	22,8	-15,6	25,8	10,2	-25,1	-24,3	8,3	2,2	-1,3	61,6	-11,1	20,4	-2,4	31,0	5,3
1992	23,9	7,9	-11,7	53,7	32,0	-21,9	-7,3	12,2	1,2	-4,2	68,	-7,0	21,2	-17,8	-8,3	10,0
1993	35,4	15,8	2,2	0,0	25,1	-8,5	-18,6	16,2	-9,3	-11,3	-49,6	-73,6	-14,7	-27,7	-12,7	4,1
1994	62,3	21,4	13,0	123,7	34,9	3,3	-15,7	20,5	5,6	5,5	63,5	-22,4	13,1	-0,2	42,9	13,1
1995	44,4	11,7	11,5	166,7	50,7	36,8	-15,0	23,3	8,6	-3,6	61,4	-16,0	13,9	2,1	43,4	-1,9
1996	-18,4	-31,6	113,7	147,4	65,1	28,3	-37,4	-40,0	-46,6	-37,8	52,1	-34,8	17,7	-2,4	30,7	8,8
1997	-14,5	-28,9	123,9	180,1	57,3	61,6	-27,5	-35,9	-43,5	-37,7	38,7	-29,7	13,6	0,1	25,9	20,1
1998	-6,1	-21,9	156,9	170,1	64,7	61,3	-18,9	-29,6	-41,2	-32,8	-11,7	-58,8	-31,2	-12,0	11,8	5,2
1999	-3,6	-15,0	171,8	187,2	84,4	90,1	-14,5	-28,3	-37,2	-19,1	-9,6	-52,9	-21,1	-13,7	20,1	18,7
2000	-7,9	-2,5	168,7	187,8	82,4	135,2	-15,8	-24,4	-35,9	-15,1	6,6	-40,6	-12,0	-12,6	14,7	27,0
2001	-23,9	-4,6	164,6	130,1	52,9	246,7	-10,2	-21,8	-35,4	-22,5	-12,3	-51,6	-16,8	-13,3	16,4	21,9
2002	-34,0	1,5	170,7	195,8	43,9	249,8	3,0	-19,3	-32,0	-13,9	8,4	-46,7	-11,3	-16,1	17,9	33,3
2003	-21,8	0,7	147,5	258,6	59,8	231,1	18,8	-11,9	-31,3	-13,6	13,8	-40,5	-14,5	-27,6	37,9	40,5
2004	-5,8	20,2	130,7	359,2	66,0	257,0	57,2	-5,3	-21,9	-17,8	35,2	-34,9	-13,9	-20,3	43,5	48,3
2005	-4,6	-12,3	-28,7	280,8	16,0	61,4	90,8	-14,4	-21,3	-35,0	-46,5	-61,7	-49,6	-76,4	4,5	31,5

Fonte: Cálculos próprios a partir dos dados do LSPA/IBGE.

	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MS	MT	GO	DF
1991	-0,3	-3,2	-7,2	0,9	-5,8	-4,8	-4,8	-12,5	-17,1	-8,6	-4,8
1992	-1,0	-7,7	-12,4	2,8	-5,7	-7,0	-6,5	-15,0	7,3	-8,0	-5,0
1993	-1,9	-10,5	-15,6	-5,3	-10,3	-9,8	-5,4	-14,9	15,2	-7,3	-13,3
1994	-1,3	-12,7	-15,2	1,8	-7,8	-11,3	-5,1	-8,4	30,2	4,3	-5,8
1995	-2,4	-21,7	-22,5	-0,4	-8,3	-11,5	-10,5	-11,8	42,4	1,9	-11,2
1996	-19,0	-41,8	-24,7	-0,1	-5,3	-31,3	-17,0	-24,6	31,4	-12,3	-17,5
1997	-16,1	-40,7	-26,1	-0,4	-5,7	-32,5	-13,8	-18,9	40,3	-2,8	-11,5
1998	-16,0	-45,8	-26,4	-0,2	-4,4	-31,2	-12,7	-10,2	58,0	7,5	-10,6
1999	-15,5	-48,1	-27,0	2,5	-3,0	-29,8	-13,0	-7,3	79,2	15,6	-9,2
2000	-17,1	-52,5	-30,6	-2,3	-0,5	-29,9	-11,2	-4,2	95,4	16,9	-4,0
2001	-19,1	-54,2	-30,5	0,1	1,4	-29,4	-10,0	-6,1	101,0	19,2	-3,6
2002	-16,1	-51,3	-33,2	1,6	6,5	-28,9	-5,3	-2,3	131,9	32,2	1,6
2003	-8,1	-49,0	-33,0	7,8	17,6	-26,3	0,3	19,8	165,3	42,0	16,3
2004	1,6	-47,9	-29,0	13,2	19,9	-24,5	6,4	40,1	225,7	63,2	29,7
2005	-10,2	-76,1	-92,8	-49,3	9,0	-35,1	-1,7	37,2	259,7	54,7	41,7

Fonte: Cálculos próprios a partir dos dados do LSPA/IBGE.

O maior detalhamento de nosso argumento exige mais um nível de desagregação dos dados, o de culturas por estados, algo que faremos mais adiante neste mesmo item. O estado de Mato Grosso, o que mais contribuiu para o aumento da produção agrícola nacional, em especial de grãos, foi o que aumentou a área agrícola de maneira mais

acentuada, partindo de 2,4 milhões de hectares em 1990, com crescimento intenso (acelerado a partir de 2001), chegando a 8,7 milhões de hectares em 2005.

Gráfico n° 15- Área Plantada com Culturas Temporárias por Estados- Norte (1990-2005) - hectares

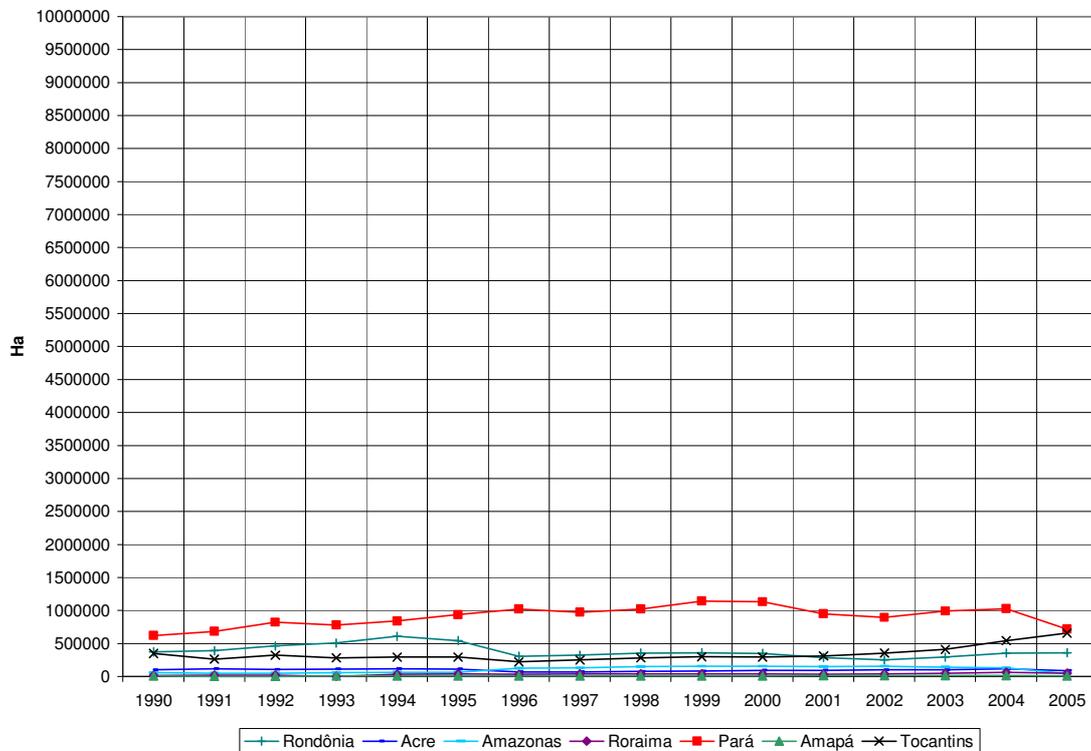


Gráfico n° 16- Área Plantada com Culturas Temporárias por Estados- Nordeste (1990-2005) - ha

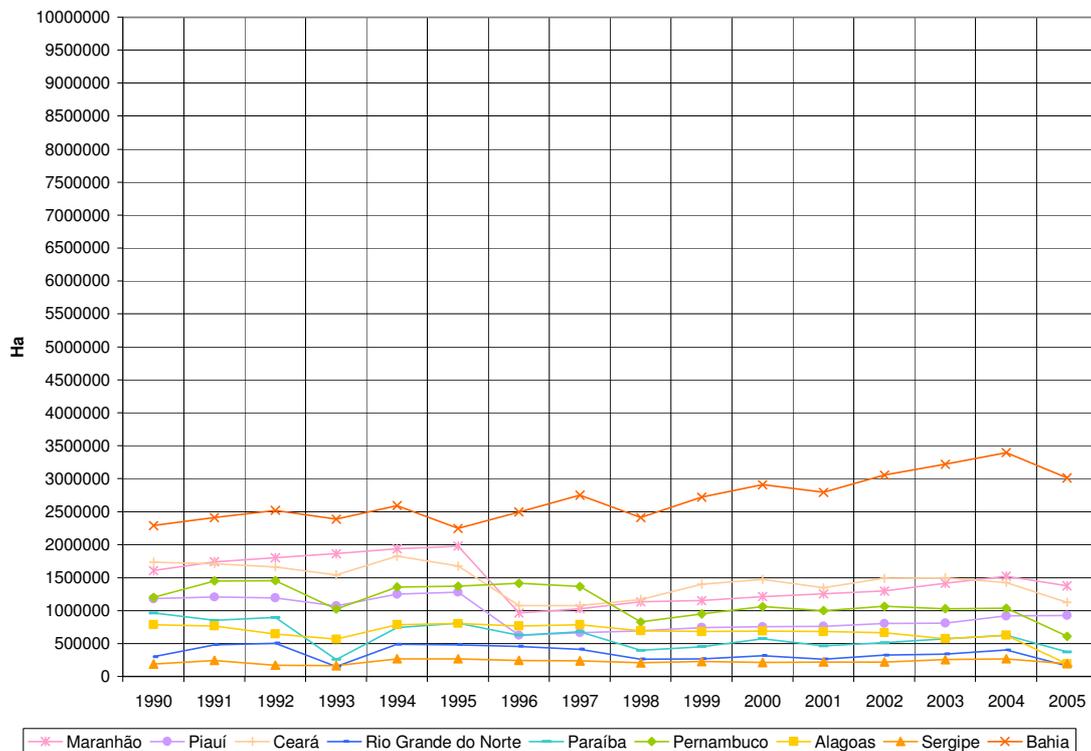


Gráfico n° 17- Área Plantada com Culturas Temporárias por Estados- Sudeste (1990-2005) - hectares

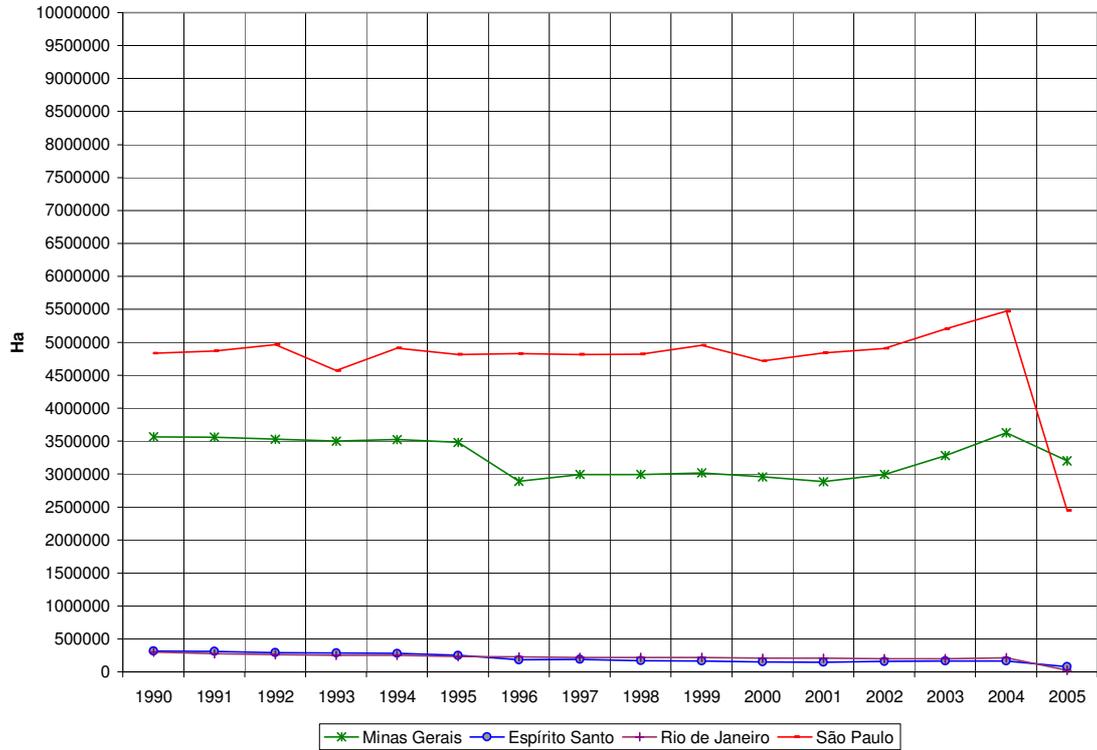


Gráfico n° 18- Área Plantada com Culturas Temporárias por Estados- Sul (1990-2005) - hectares

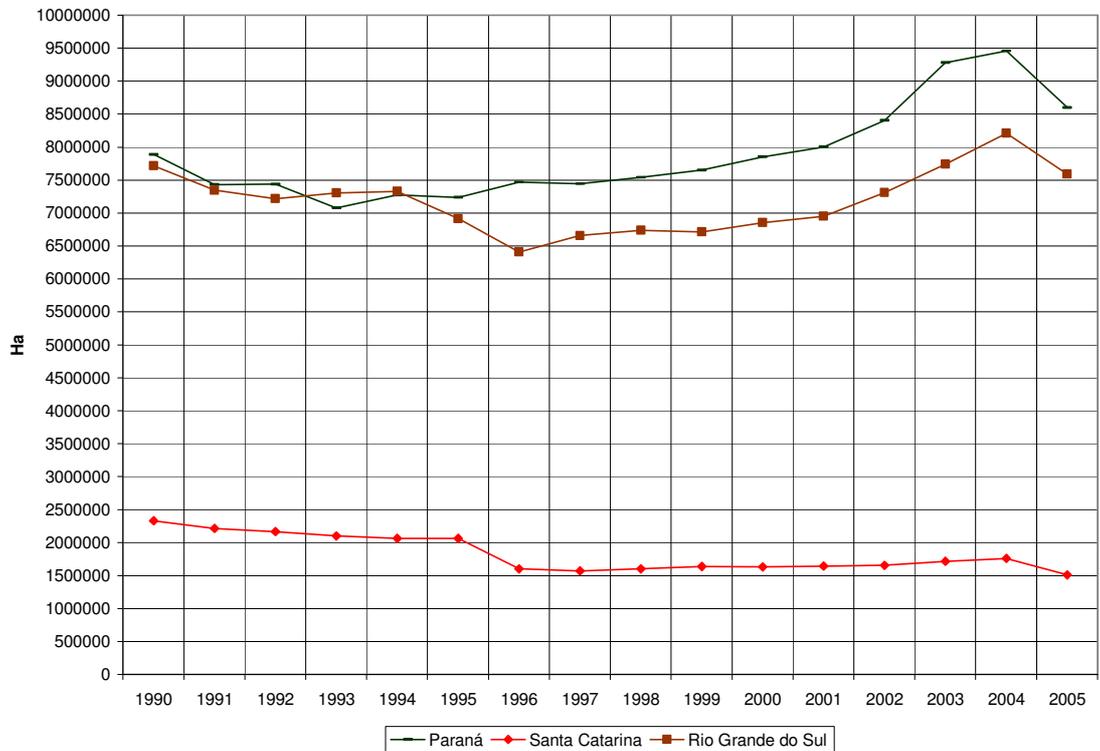
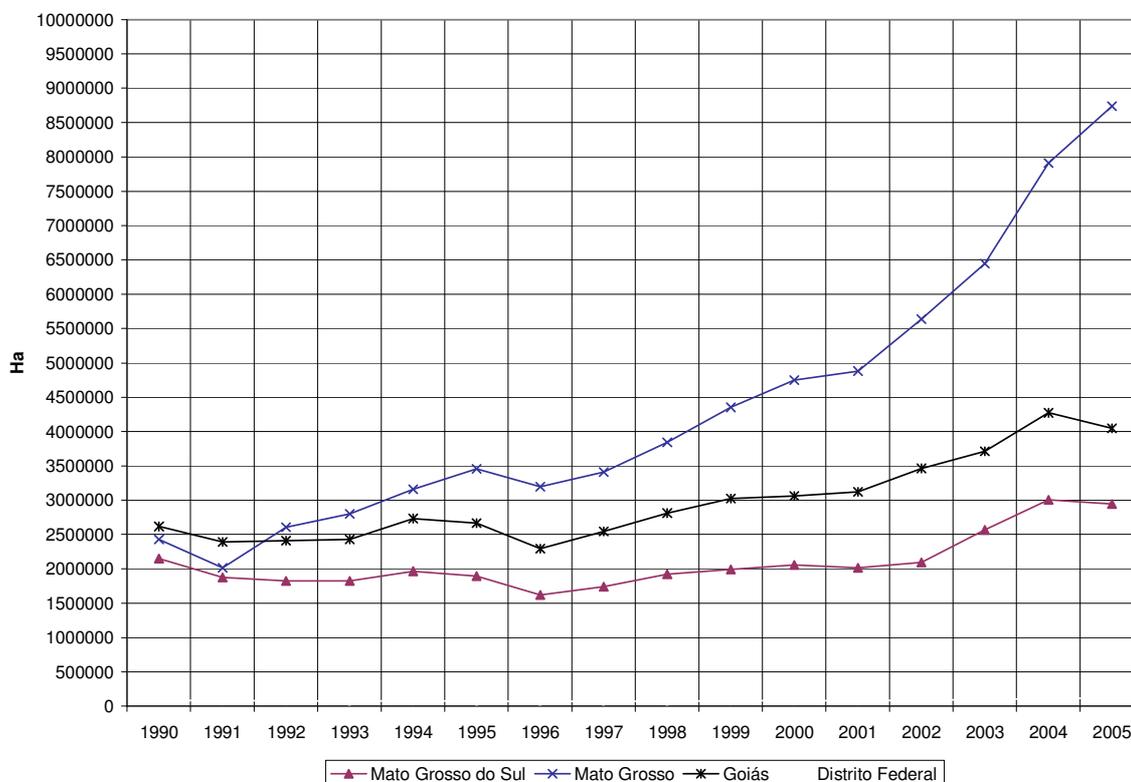


Gráfico n° 19- Área Plantada com Culturas Temporárias por Estados- Centro-Oeste (1990-2005)- hectares



As regiões que mais aumentaram a produção agrícola no período, com destaque para a região centro-oeste, tiveram grande expansão da área cultivada, o que diminui o impacto global da expansão da produtividade da área como amplamente divulgado. Mesmo ao analisarmos a área globalmente, observa-se que houve significativo avanço da área a partir de 2001, até 2004, ano em que ocorreu safra recorde de grãos. Em amplas regiões houve estagnação tanto de área quanto de produção.

Comparando-se os dados dos Censos Agropecuários de 1996 e de 2006 observa-se que houve redução de área das lavouras temporárias em 15 estados totalizando 9,8 milhões de hectares a menos. Por outro lado, 11 estados e o Distrito Federal acrescentaram 8,8 milhões de hectares de lavouras temporárias.

Tabela nº 26 - Diferença em Hectares do Avanço ou Recuo da Área dos Estabelecimentos Agropecuários entre 1996 e 2006 por Utilização das Terras					
	Lav. Temp.	Lav. Perman.	Pastagens	Matas	Área Total
Brasil	-1.031.203	11.263.956	-5.367.396	5.594.033	1.254.292
Rondônia	-240.675	15.985	2.142.193	-1.926.234	-112.032
Acre	-50.470	52.022	418.217	188.139	597.309
Amazonas	1.097.317	729.963	1.307.622	1.107.349	4.260.942
Roraima	-145.780	97.649	-736.007	-245.873	-1.087.307
Pará	-1.360.579	1.832.864	5.712.128	-1.237.756	4.708.105
Amapá	-15.853	42.373	187.057	426.219	675.377
Tocantins	-1.310.292	191.912	-787.299	2.214.643	60.021
Maranhão	-235.028	433.382	852.139	1.765.998	2.424.138
Piauí	-1.691.579	80.078	384.655	769.310	-273.448
Ceará	-1.074.486	187.865	293.212	201.956	-698.440
Rio Grande do Norte	-375.827	291.601	87.367	22.232	63.166
Paraíba	-618.387	20.803	145.974	476.011	-359.141
Pernambuco	2.287.838	381.365	375.727	202.953	3.164.217
Alagoas	-139.965	77.790	11.388	47.095	-237.194
Sergipe	431.184	119.761	9.805	145.137	341.380
Bahia	-2.016.815	994.528	-1.588.070	2.164.774	-2.192.125
Minas Gerais	-476.377	1.450.874	-4.793.542	1.427.618	-5.141.865
Espírito Santo	-112.290	65.298	-504.666	-69.492	-708.451
Rio de Janeiro	130.987	58.285	60.836	13.544	213.060
São Paulo	1.008.511	807.351	-468.148	371.876	1.872.968
Paraná	1.054.662	1.286.649	-942.218	378.176	1.621.457
Santa Catarina	866.195	253.351	1.116.339	259.771	2.593.755
Rio Grande do Sul	387.521	354.099	-2.725.096	165.174	-2.093.311
Mato Grosso do Sul	183.046	128.744	-3.389.280	-926.695	-4.493.667
Mato Grosso	1.076.123	897.429	1.356.960	-3.784.672	-1.494.094
Goiás	253.417	359.119	-3.879.997	1.392.570	-2.489.646
Distrito Federal	56.399	52.818	-14.691	44.209	39.117

Fonte: Cálculos próprios a partir do Censo Agropecuário 1996 e 2006 (Resultados Preliminares).

Quanto as lavouras permanentes, em todos os estados houve crescimento de área, totalizando 11,2 milhões de hectares. Nas áreas de pastagens houve redução em 10 estados e no Distrito Federal totalizando 19,8 milhões de hectares. Em 16 estados houve aumento de área de pastagens, totalizando 14,4 milhões de hectares.

O desmembramento da análise em termos da área cultivada e da produção das principais culturas permitirá aprofundar a análise. Serão analisados os dados referentes às lavouras de grãos, pois estas apresentaram significativo aumento tanto de produção quanto de área. Os gráficos número 20 e 21 apresentam os dados de área plantada e produção dos principais grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo).

Gráfico n° 20- Área Plantada Total com Grãos no Brasil (1990-2005)- mil ha.

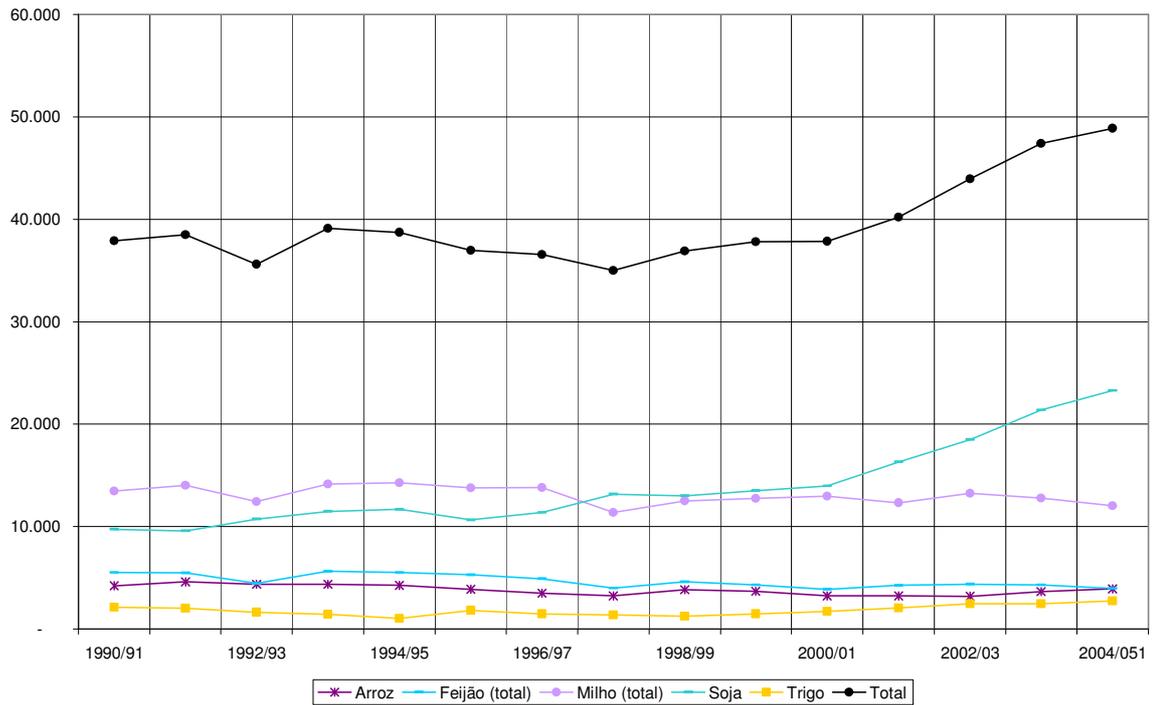
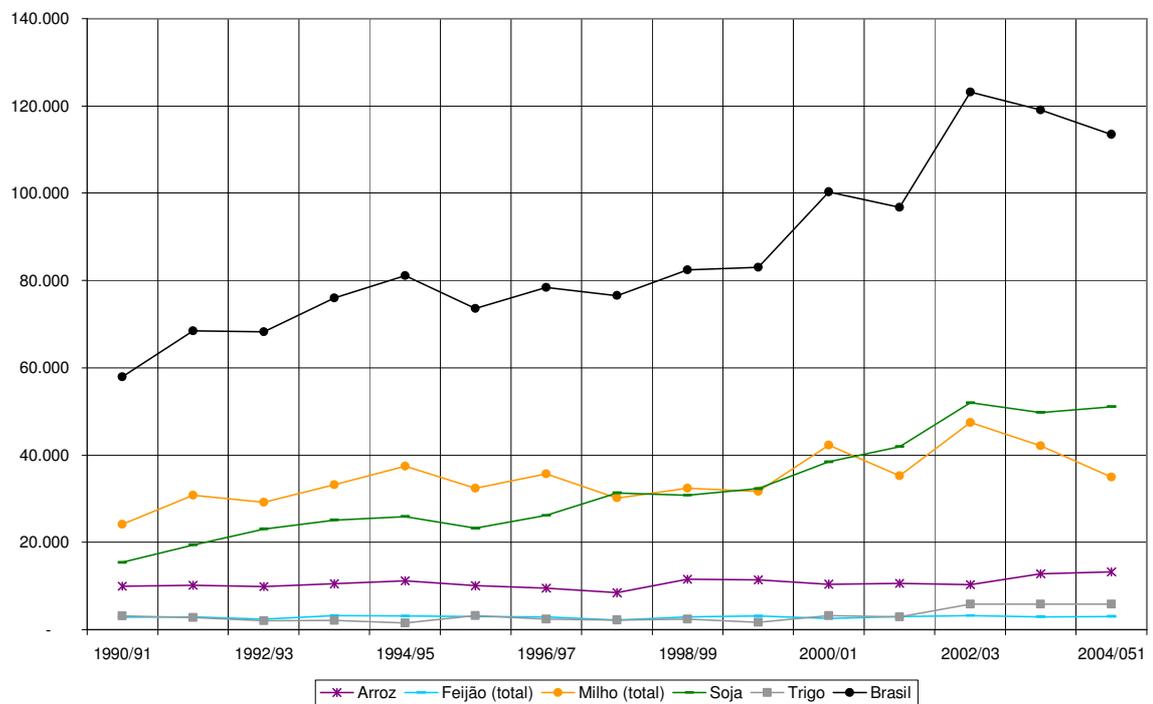


Gráfico n° 21- Produção de Grãos no Brasil (1990-2005)- mil toneladas



Combinando os gráficos podemos observar que soja e milho foram os únicos grãos com aumentos de produção significativos, enquanto o arroz apresentou pequeno aumento após 1998, o trigo após 2002, enquanto o feijão apresentou produção estabilizada em todo o período.

Ao mesmo tempo, a área plantada apresentou aumento significativo apenas na cultura da soja. Isto possui duas conseqüências: a cultura que apresenta maior evolução da produção, a soja, também apresentou grande evolução de área plantada. As demais culturas apresentaram estabilidade tanto de área quanto de produção. A única cultura com significativo aumento de produtividade física, nacionalmente, foi o milho.

Dos principais grãos produzidos no Brasil, apenas a soja teve significativo avanço de área plantada e apenas soja e milho apresentaram aumento de produção. Isto demonstra que as supersafra de grãos foram na verdade supersafra de milho e soja.

Nos mapas número 2, 3, 4 e 5, observa-se o avanço da produção estadual de soja, arroz, feijão e milho. A soja aumenta a produção tanto nas áreas consolidadas do Sul (as primeiras a produzir soja no Brasil) quanto nas demais regiões, sobretudo nas regiões Centro-oeste e Norte. Nas lavouras de arroz e feijão, por outro lado há um recuo nas áreas tradicionais e concentração nas áreas de maior produtividade. Essas lavouras eram difundidas por todo o território (como demonstram os dados anteriores a 1990) e passam atualmente por processo de concentração.

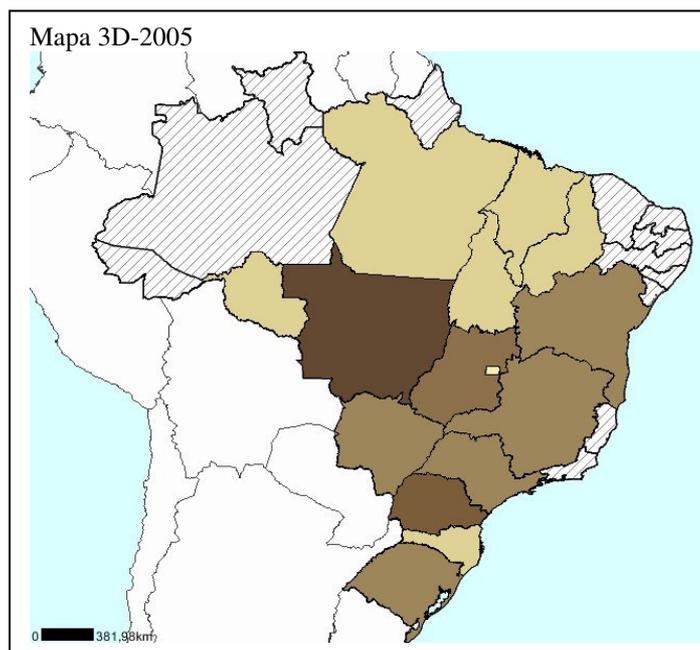
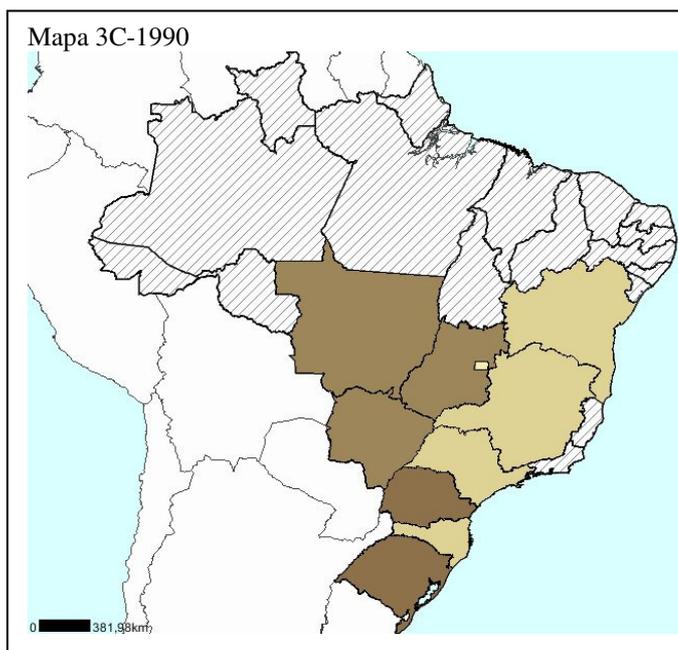
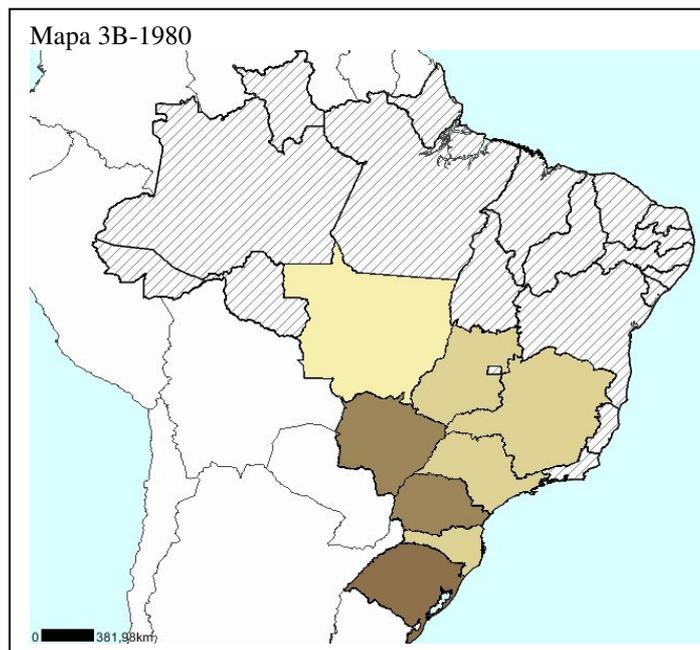
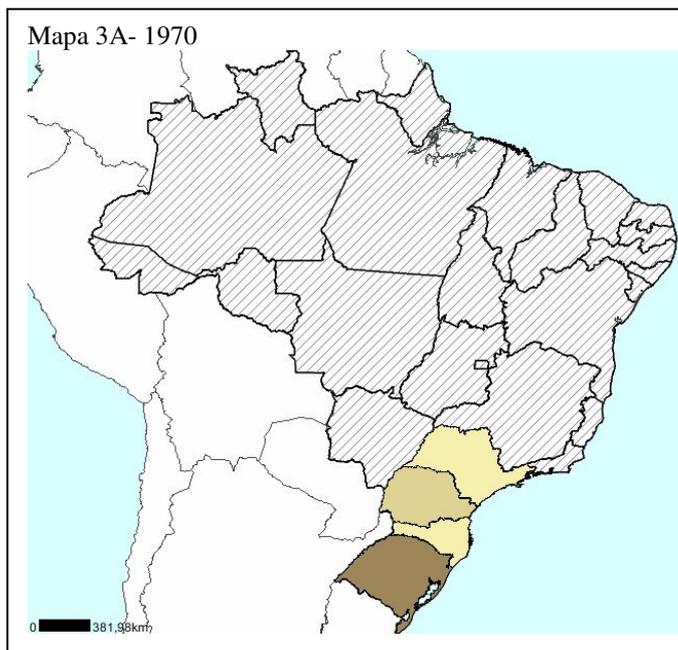
Mapa nº 2 - Produção de Milho por Estados (1970-2005)



Legenda (toneladas)		
Cor	De	Até
	50.000	200.000
	200.001	500.000
	500.001	2.000.000
	2.000.001	5.000.000
	5.000.001	9.000.000
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	

Fonte: Censos Agropecuários e PAM-IBGE, vários anos

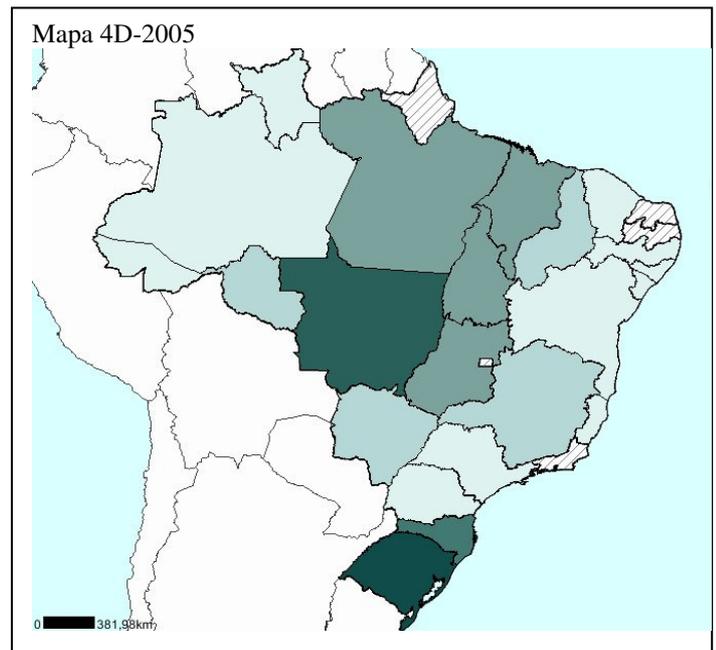
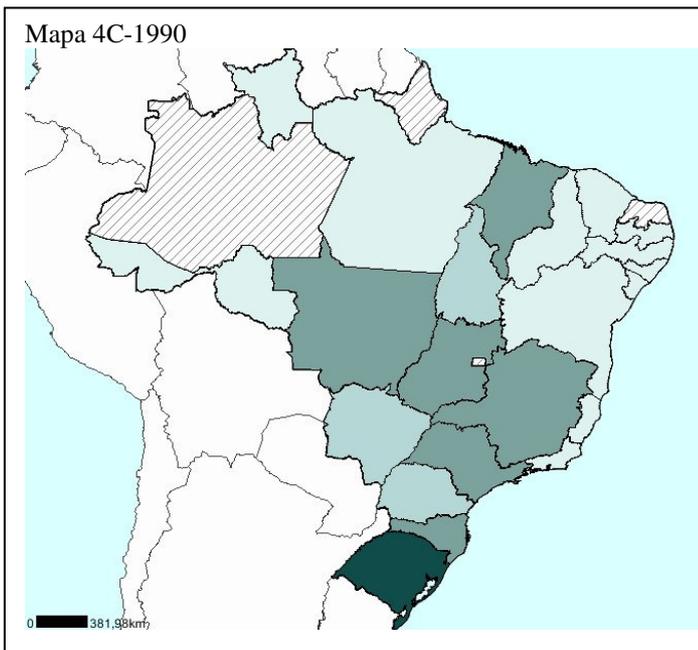
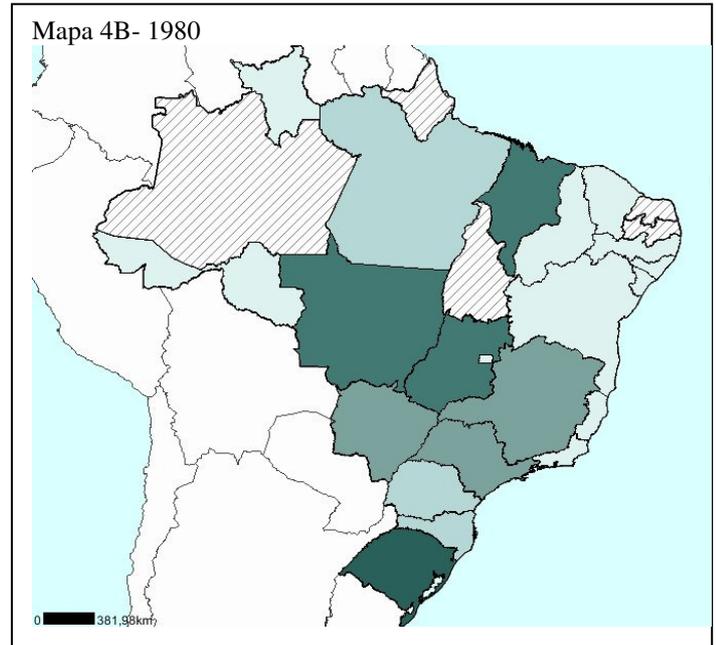
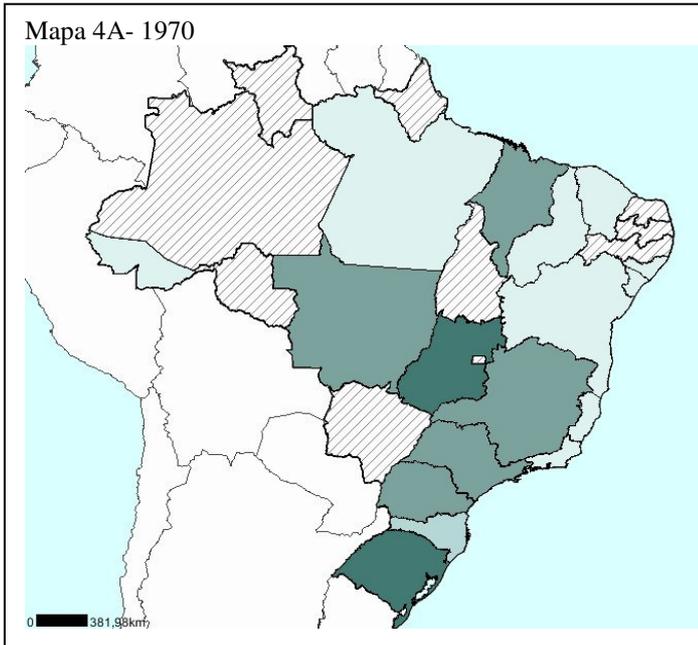
Mapa nº 3 - Produção de Soja por Estados (1970-2005)



Legenda (Toneladas)		
Cor	De	Até
	50.000	200.000
	201.000	1.000.000
	1.000.001	4.500.000
	4.500.001	8.000.000
	8.000.001	9.500.000
	9.500.001	18.000.000
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	

Fonte: Censos Agropecuários e PAM-IBGE, vários anos.

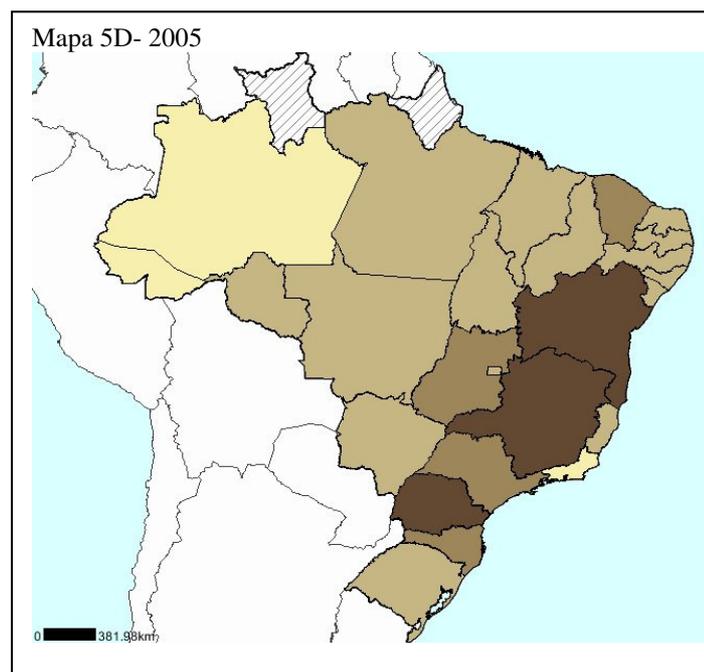
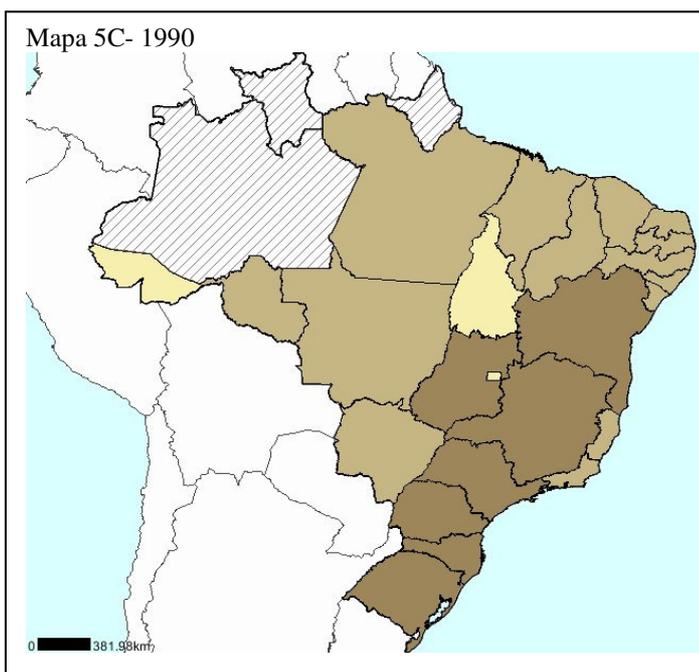
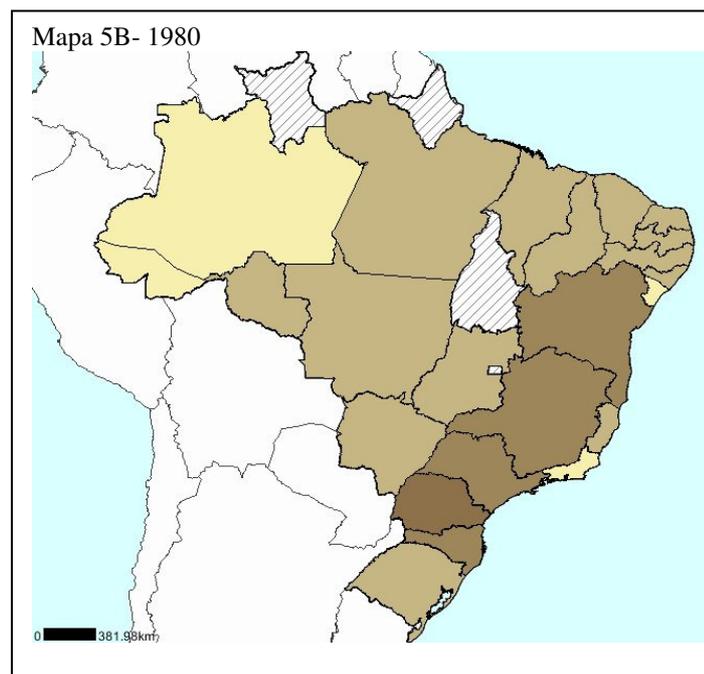
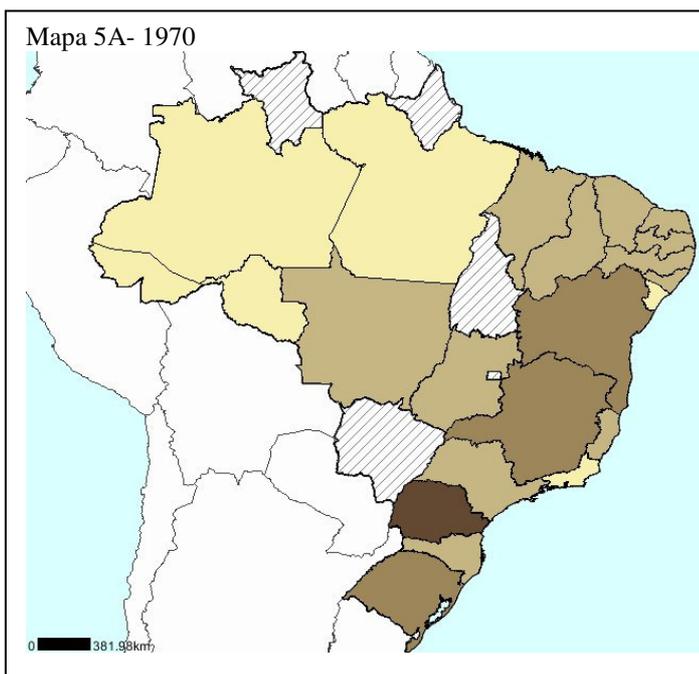
Mapa nº 4 - Produção de Arroz por Estados (1970- 2005)



Legenda (Toneladas)		
Cor	De	Até
	10.000	150.000
	151.000	300.000
	301.000	680.000
	681.000	1.500.000
	1.501.000	2.500.000
	2.501.000	7.000.000
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	

Fonte: Censos Agropecuários e PAM-IBGE, vários anos

Mapa nº 5- Produção de Feijão por Estados (1970- 2005)



Legenda (toneladas)		
Cor	De	Até
	1.000	10.000
	10.001	100.000
	100.001	300.000
	300.001	450.000
	450.001	560.000
	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	

Fonte: Censos Agropecuários e PAM-IBGE, vários anos

Os dados apresentados demonstram que houve uma redistribuição da produção agrícola, com avanço nas áreas mais dinâmicas e estagnação nas áreas menos dinâmicas. O aumento de produtividade não predominou via difusão de progresso técnico originado no período da abertura, mas por efeito de deslocamento da média a partir da eliminação dos produtores menos produtivos. Não houve aumento geral de produção agrícola, como fazem parecer os dados agregados do setor, mas que conviveram segmentos com forte aumento de produção com segmentos em estagnação e outros em franca decadência.

3.4- A Dinâmica Territorial da Ociosidade no Setor Agroalimentar

A dinâmica de ociosidade no setor agroalimentar possui um importante condicionante territorial: há estados como Paraná e Santa Catarina que apresentam estrutura de processamento de soja, mas que não produzem grãos o suficiente. O custo de transporte, bem como o ICMS cobrado na venda interestadual de grãos, oneram sobremaneira a indústria, aumentando a ociosidade nos períodos em que os preços não são compensadores, como em 2005 e 2006. A tabela número 26 demonstra a capacidade instalada de processamento de soja, por Unidades da Federação, comparando com os dados da produção das lavouras de soja.

Na última década houve investimentos em novas unidades industriais soja em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul devido ao grande crescimento da produção agrícola nestes estados. Isto levou a desmobilização de unidades no Paraná de 2000 a 2004⁶³. Embora as empresas tenham um custo mais elevado com a matéria-prima no Paraná, este estado possui a vantagem locacional da proximidade com o porto de Paranaguá (o segundo em exportação de soja no Brasil).

⁶³ Dados da ABIOVE

Tabela nº 27- Capacidade Instalada Industrial de Processamento de Soja e Produção de Soja em Grão Brasil e Unidades da Federação (2000-2005)- Toneladas							
		2000	2001	2002	2003	2004	2005
PR	Capac. Instalada	13.771.450	11.497.500	10.457.250	10.566.750	11.594.225	11.721.975
	Prod. Soja Grão	7.188.386	8.615.187	9.538.774	11.009.946	10.219.005	9.492.153
MT	Capac. Instalada	3.839.800	3.949.300	5.292.500	5.292.500	7.519.000	7.665.000
	Prod. Soja Grão	8.774.470	9.533.286	11.684.885	12.965.983	14.517.912	17.761.444
RS	Capac. Instalada	10.457.250	6.935.000	7.354.750	7.336.500	7.190.500	7.738.000
	Prod. Soja Grão	4.783.895	6.951.830	5.610.518	9.579.297	5.541.714	2.444.540
GO	Capac. Instalada	3.562.400	3.160.900	3.306.900	3.766.800	6.175.800	6.624.750
	Prod. Soja Grão	4.092.934	4.052.169	5.405.589	6.319.213	6.091.676	6.983.860
SP	Capac. Instalada	5.602.750	5.365.500	4.726.750	5.274.250	5.456.750	5.694.000
	Prod. Soja Grão	1.190.110	1.355.680	1.560.520	1.708.938	1.854.230	1.703.660
MS	Capac. Instalada	2.748.450	2.675.450	2.419.950	2.547.700	2.662.675	3.027.675
	Prod. Soja Grão	2.486.120	3.115.030	3.267.084	4.090.892	3.282.705	3.718.514
MG	Capac. Instalada	2.153.500	2.098.750	2.354.250	2.317.750	2.336.000	2.409.000
	Prod. Soja Grão	1.438.829	1.390.635	1.951.342	2.335.446	2.660.714	2.937.243
BA	Capac. Instalada	1.752.000	1.898.000	1.992.900	1.992.900	1.950.560	1.950.560
	Prod. Soja Grão	1.508.115	1.407.600	1.464.000	1.555.500	2.365.290	2.401.872
SC	Capac. Instalada	1.985.600	1.507.450	1.478.250	1.460.000	1.472.410	1.472.410
	Prod. Soja Grão	524.688	534.321	529.941	712.175	641.748	607.413
PI	Capac. Instalada	94.900	94.900	94.900	642.400	861.400	861.400
	Prod. Soja Grão	100.963	128.315	91.014	308.225	388.193	559.545

AM	Capac. Instalada	0	0	730.000	730.000	730.000	730.000
	Prod. Soja Grão	1.428	1.530	3.189	5.211	5.461	5.136
PE	Capac. Instalada	146.000	146.000	146.000	146.000	146.000	146.000
	Prod. Soja Grão	0	0	-	-	-	-
RO	Capac. Instalada	-	-	-	-	-	-
	Prod. Soja Grão	36.222	68.687	83.782	126.396	163.029	233.281
PA	Capac. Instalada	-	-	-	-	-	-
	Prod. Soja Grão	2.602	2.291	7.535	43.251	99.437	204.302
TO	Capac. Instalada	-	-	-	-	-	-
	Prod. Soja Grão	144.362	188.226	244.329	377.638	652.322	905.328
MA	Capac. Instalada	-	-	-	-	-	-
	Prod. Soja Grão	454.781	491.083	561.718	660.078	903.998	996.909
CE	Capac. Instalada	73.000	73.000	-	-	-	-
	Prod. Soja Grão	-	-	294	1.560	1.113	630
DF	Capac. Instalada	219.000	-	-	-	-	-
	Prod. Soja Grão	92.921	71.389	103.104	119.691	134.523	188.746
BRASIL	Capac. Instalada	-	-	-	-	-	-
	Prod. Soja Grão	46.406.100	39.401.750	40.354.400	42.073.550	48.095.320	50.040.770

Fonte: ABIOVE e LSPA/IBGE

Obs. Foram excluídos da tabela os estados de Alagoas, Amapá, Roraima e Acre por não apresentarem unidades de beneficiamento industrial de soja, nem produção significativa de soja em grão.

A tabela número 28 demonstra a quantidade de soja exportada por portos. Nos anos de 1995 e 1996 diminuem significativamente os embarques de soja nos portos, como reflexo da queda das exportações, devido ao Real valorizado. De 1999 em diante os embarques voltam a crescer significativamente. Ao lado do crescimento expressivo dos embarques nos portos de Santos, Paranaguá, Vitória e São Francisco do Sul, chama atenção o surgimento de novos portos exportadores de grãos no Norte. Os portos de São Luiz, Itacoatiara e Santarém. Destes, Itacoatiara e Santarém são portos fluviais, o que demonstra o crescimento deste modal de transporte nas áreas de grãos do norte e centro-oeste.

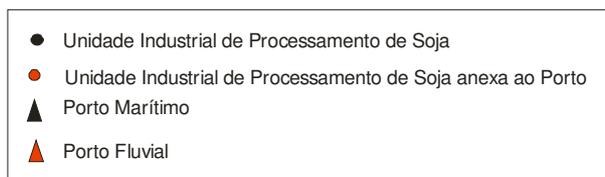
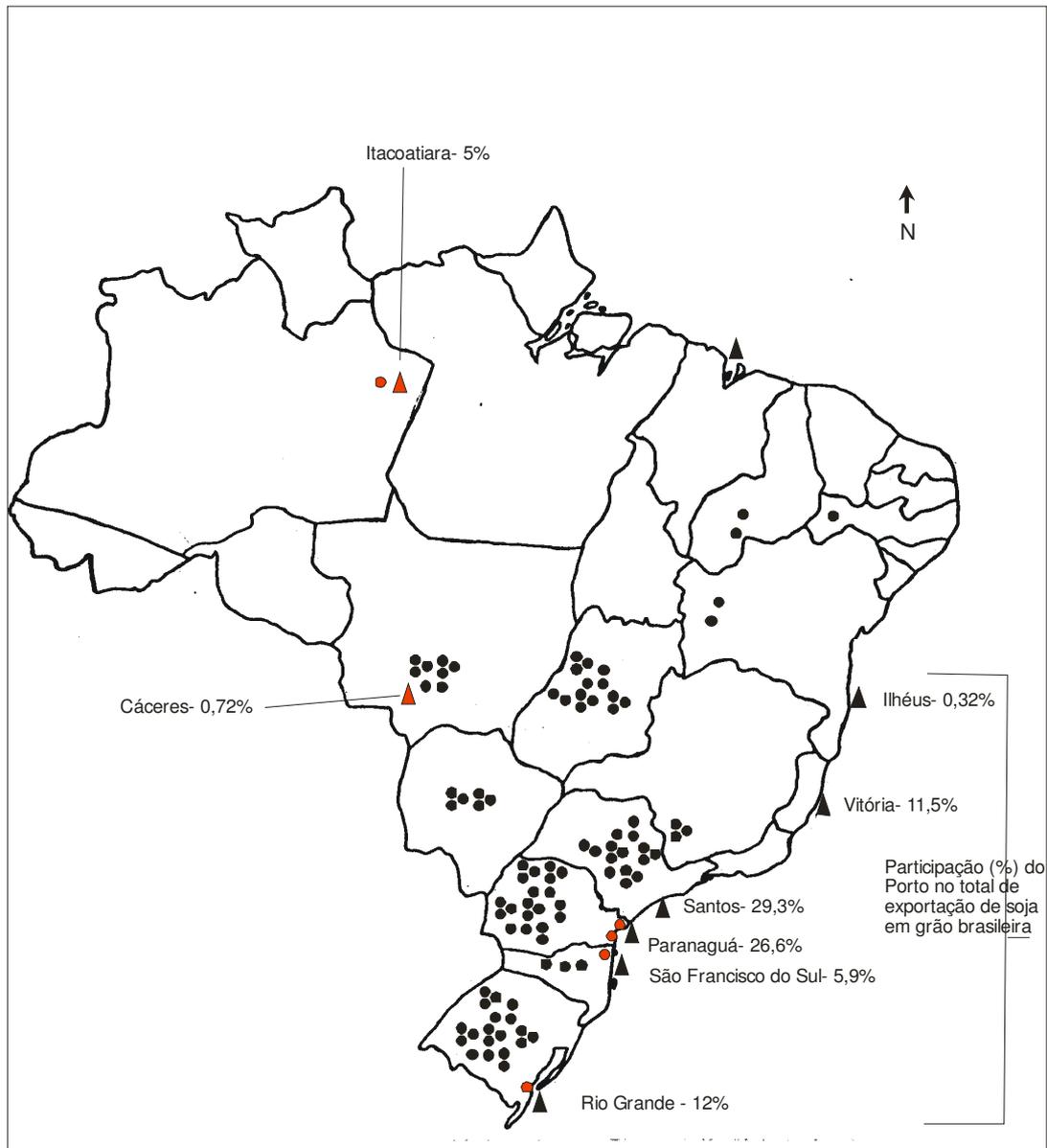
Tabela nº 28- Quantidade de Soja em Grão Embarcada por Portos de 1994 a 2005 (Mil Toneladas)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
SANTOS	1.795	1.089	842	1.685	1.897	2.354	2.969	4.589	5.062	5.700	5.629	7.343
PARANAGUÁ/PR	1.918	1.071	1.894	3.966	3.696	3.702	4.493	4.890	5.095	5.734	5.135	5.207
VITORIA	555	290	291	488	489	394	637	743	1.508	1.650	2.203	2.845
SÃO FCO. SUL	45	157	114	106	31	307	263	721	819	846	1.135	2.481
SÃO LUIZ	142	118	-	299	358	438	559	625	650	890	1.163	1.677
ITACOATIARA	-	-	-	374	550	712	905	1.127	809	796	959	1.400
SANTAREM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	285	456	787
RIO GRANDE	885	767	141	1.054	1.642	829	1.402	2.737	1.800	3.731	2.312	487
CÁCERES	-	-	-	-	94	114	112	65	8	47	140	124
PORTO MURTINHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57	33	52
ILHÉUS	63	-	-	179	432	49	109	67	-	42	62	22
OUTROS	-	-	364	189	98	18	68	111	219	112	20	10
TOTAL	5.403	3.492	3.646	8.340	9.287	8.917	11.517	15.675	15.970	19.890	19.247	22.435

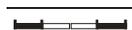
Este crescimento se relaciona à estratégia de redução dos custos com transporte pelos produtores desta região. O transporte de grãos do centro-oeste até os portos do sudeste encarecia sobremaneira o produto, tanto pelo gasto com combustíveis devido às longas distâncias, quanto por outros custos como pedágios, manutenção dos veículos devido ao péssimo estado de conservação das rodovias entre outros.

No mapa número 6, observa-se a localização das unidades processadoras de soja e dos portos de escoamento da soja destacando o percentual que sai por porto para exportação. Nos mapas número 7, 8 e 9 observa-se as rotas de escoamento de soja para o mercado externo de algumas das principais regiões produtoras.

Mapa nº 6 – Localização das Unidades de Processamento de Soja e dos Portos de Exportação de Soja



Escala Aproximada



Mapa nº 7 - Rotas de Escoamento de Soja- Norte do Mato Grosso

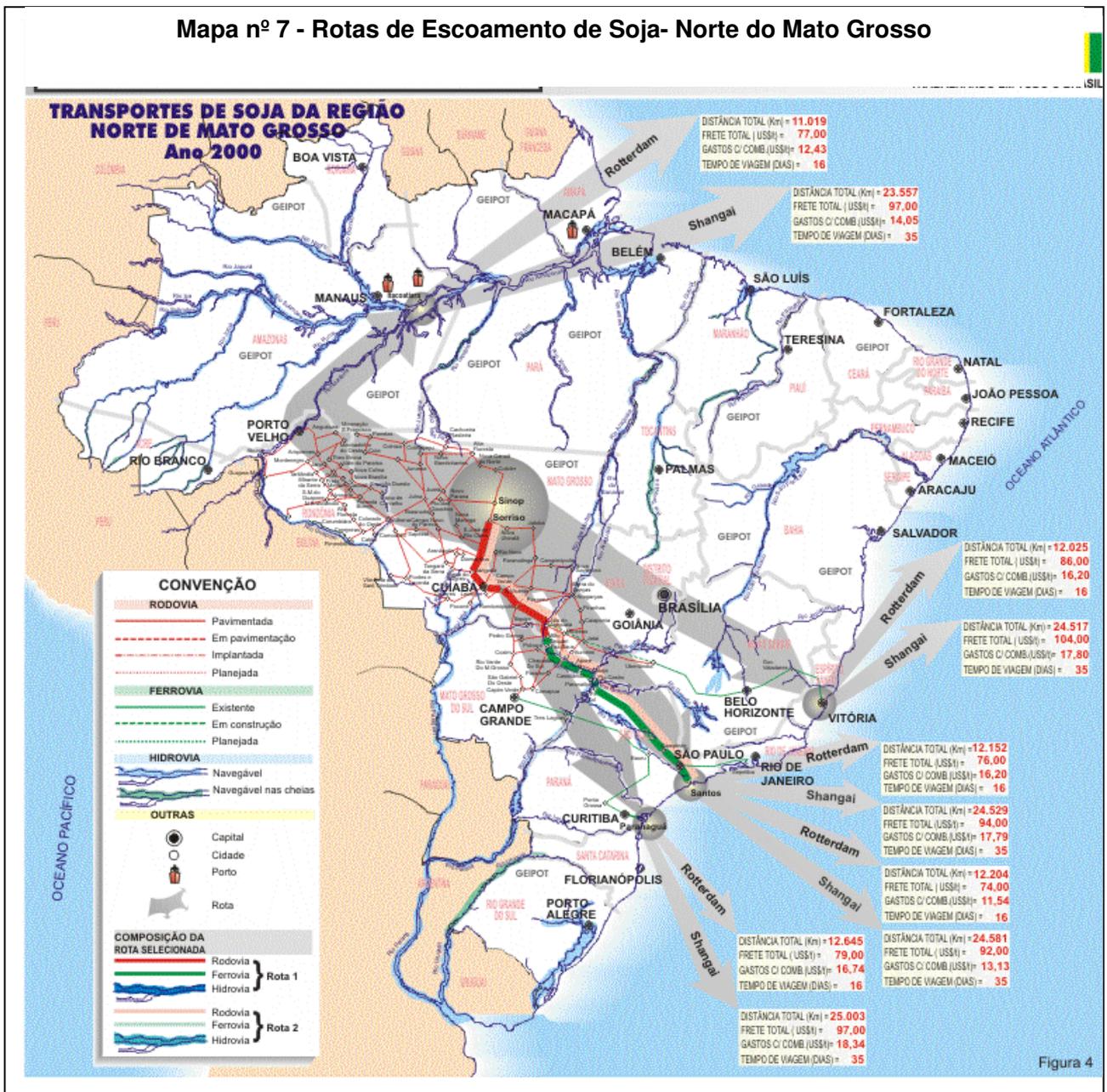


Figura 4

FONTE: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOP

Mapa nº 8 - Rotas de escoamento de Soja- Oeste da Bahia

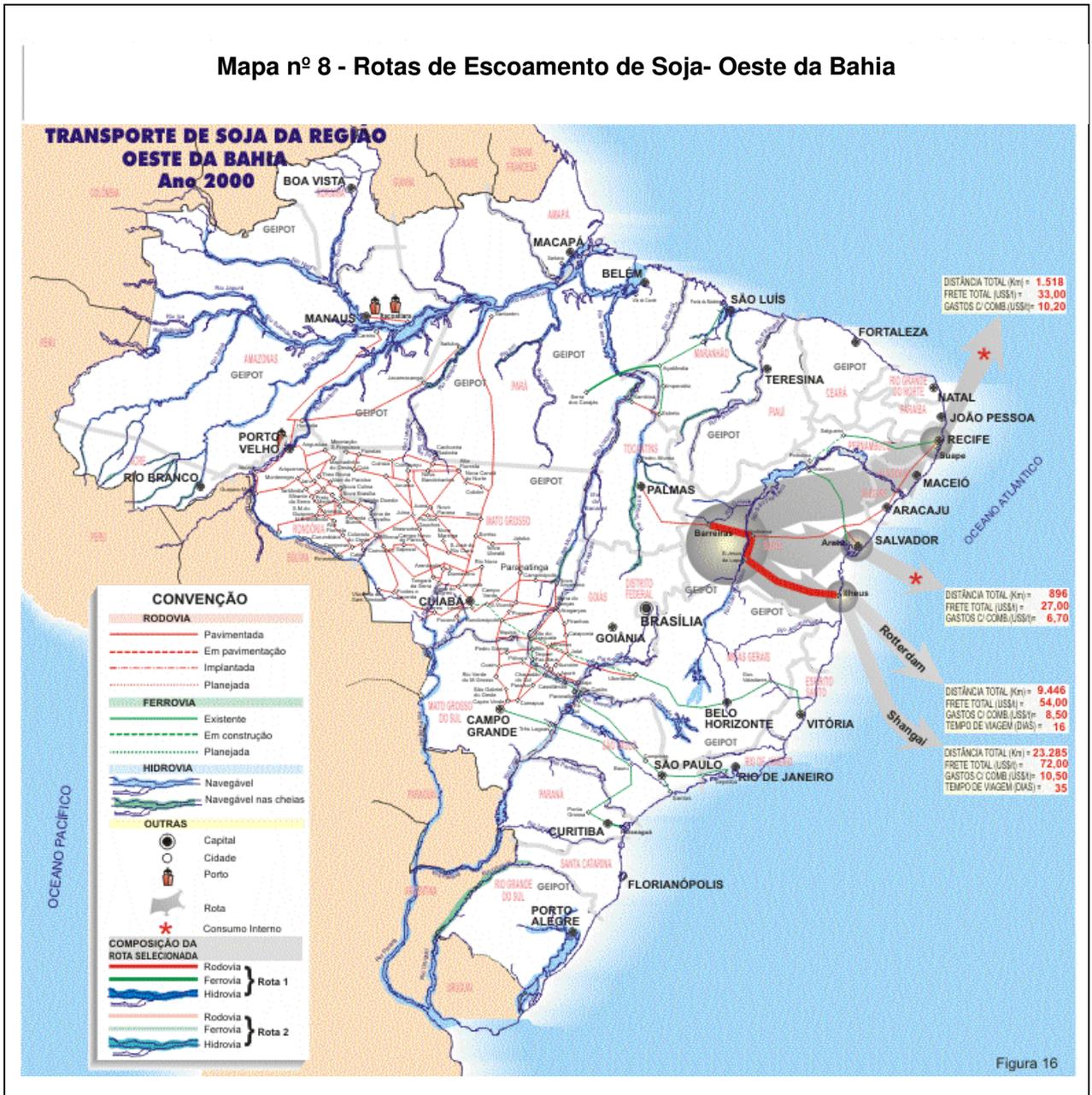


Figura 16

FONTE: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOP

Mapa nº 9 - Rotas de escoamento de Soja- Sudeste de Goiás



Figura 14

3.5- Os Investimentos e o Mercado de Terras no Estado do Mato Grosso

A expansão do mercado de terras no Mato Grosso se insere no movimento de financeirização da agricultura, alavancado a partir da década de 1960 com o SNCR como apontado por Delgado (1985). Conforme demonstram os dados dos Censos Agropecuários na tabela número 28, o maior movimento de abertura de terras no centro-oeste se deu entre as décadas de 1960-80.

O movimento de expansão para o centro-oeste iniciado com a construção de Brasília e acelerado com os projetos de colonização com agricultores do Sul a partir da década de 1960 cria um mercado de terras baseado na expectativa de valorização futura. A retenção da terra por expectativa de futura valorização, Rangel (1986) denominou de quarta renda da terra. Esta se desenvolveu no Brasil devido à precariedade do sistema financeiro até a década de 1980, que transformou o título da terra em ativo imobiliário como títulos e ações. A dinâmica da compra de grandes áreas de terras deixadas ociosas por anos se tornou lugar comum no Mato Grosso.

O primeiro movimento de aquisição e abertura de terras no Centro-Oeste ocorreu mais em virtude da dinâmica do mercado de terras (transformada em ativo financeiro) do que por uma necessidade de expansão produtiva. Havia no Sul e Sudeste terras ociosas, mas já com preços elevados. Estudo da FGV (2002) demonstra que o preço médio das terras no Paraná e em São Paulo, no período 1967-2001, foi respectivamente 76% e 94% acima da média nacional. No Centro-Oeste, por outro lado, havia amplas áreas com baixo valor, contando com crédito subsidiado para abertura, criando a expectativa de realização de

grandes lucros pela valorização futura. Ocorreu a criação de inúmeras companhias colonizadoras para este fim.

A abertura de terras ociosas e sua conversão em áreas agrícolas ou urbanas se acelera na década de 1980 com os incentivos oficiais, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados- Prodecer (criado no governo Geisel) e o Polocentro e, com o I Plano Nacional de Reforma Agrária no governo Sarney.

Por exemplo, a área atualmente pertencente ao município de Nova Mutum foi adquirida na década de 1970 pelo empresário paulista José Aparecido Ribeiro, no total de 600 mil hectares. Na década de 1980 a área é desmembrada em estabelecimentos rurais e loteamentos urbanos que viriam a dar origem na década de 1990 a Nova Mutum⁶⁴.

A partir da década de 1990 ocorre o avanço da cultura de grãos. No entanto, sua expansão se deu primordialmente por conversão de áreas de pastagens em áreas de lavouras e não por abertura de novas terras. O avanço da área plantada com grãos foi superior ao avanço da área agrícola total no período recente.

⁶⁴ Entrevista na JAR Empreendimentos Imobiliários, empresa pertencente a José Aparecido Ribeiro, responsável pela colonização da região. A área inicial adquirida, que veio dar origem a Nova Mutum era de 600 mil hectares. Para estimular ao mesmo tempo a venda de terras urbanas e rurais, no início da colonização do município, aquele que comprasse uma área agrícola, ganhava um lote urbano.

Tabela nº 29 – Estabelecimentos Agropecuários- Número, área ocupada e utilização das terras - Brasil - 1970/2006						
	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos	4 924 019	4 993 252	5 159 851	5 801 809	4 859 865	5 204 130
Área total (ha)	294 145 466	323 896 082	364 854 421	374 924 929	353 611 246	354 865 534
Utilização das terras (ha)						
Lavouras (1)	33 983 796	40 001 358	49 104 263	52 147 708	41 794 455	76 697 324
Pastagens (2)	154 138 529	165 652 250	174 499 641	179 188 431	177 700 472	172 333 073
Matas e florestas (3)	57 881 182	70 721 929	88 167 703	88 983 599	94 293 598	99 887 620
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006.						

Tabela nº 30 – Estabelecimentos Agropecuários- Número, área ocupada e utilização das terras - Centro-Oeste - 1970/2006						
	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos	253 132	269 365	267 748	267 337	242 436	319 954
Área total (ha)	81 705 624	93 953 658	113 436 463	99 122 399	108 510 012	100 071 723
Utilização das terras (ha)						
Lavouras (1)	2 402 926	4 349 726	6 480 145	7 046 110	6 576 653	12 865 974
Pastagens (2)	55 483 348	61 310 221	67 665 720	59 244 117	62 763 912	56 836 902
Matas e florestas (3)	13 589 786	17 673 074	25 085 133	21 734 961	31 316 326	28 041 739
Fonte: Censos Agropecuários-IBGE, vários anos.						

Desde a década de 1990 o processo de transformação de áreas de pastagem e de abertura de novas terras no Mato Grosso foi acompanhada da formação de grandes grupos com escala de produção sem precedentes no país. A expansão destes grupos, junto com o crescimento das exportações de soja a partir de 1999 criou um ciclo de elevação do preço da terra que durou até 2003.

Segundo entrevistas no meio norte e norte do Mato Grosso, os preços se estabilizam a partir de 2003, mas com grande variação entre as terras melhoradas, e as terras de mais

baixa qualidade, nas quais o solo ainda não foi “estruturado” com altas quantidades de calcário e NPK e sistematização⁶⁵.

Com a crise agrícola de 2005/2006 a concentração da terra nos grandes produtores se acentuou, pois os médios produtores diminuíram ou pararam sua produção, devido às dívidas acumuladas e a queda dos preços. Os grandes grupos, pelo contrário, em melhor situação financeira expandiram-se sobre a área dos produtores endividados. Isso ocorreu por compras de terras ociosas, mas em especial por arrendamento.

Em entrevista com técnicos e fazendeiros da região observou-se que este foi um caso geral. Durante a década de 1990, muitos produtores diminuíram seus investimentos, especialmente em máquinas agrícolas devido à escassez de crédito. No entanto, no fim da década de 1990, surgem novas linhas de financiamento, como MODERFROTA-BNDES. Nos anos seguintes com a desvalorização cambial incentivando as exportações, com a alta do preço das commodities iniciada em 2002 e com o aumento dos recursos de crédito a partir de 2003, os produtores iniciaram novo ciclo de investimentos e renovação do parque de máquinas.

Os anos de 2003 e 2004 foram na verdade de super investimento no setor agrícola voltado às exportações. No entanto, com a reversão do ciclo de alta dos preços a partir de 2005, as dívidas se acumularam e os produtores com menor liquidez entraram em séria crise. Este foi um movimento semelhante nas lavouras de exportação em todo o país, no entanto, no Mato Grosso, devido ao porte dos investimentos e à maior exposição dos produtores ao mercado financeiro e as grandes tradings, a crise foi mais séria. Considerando-se apenas os três maiores grupos produtores do Mato Grosso (Amaggi,

⁶⁵ Os preços de terra, medidos em sacos de soja, variaram para as melhores terras de 100 sacos por hectare em 1999/2000 para cerca de 400 sacos por hectare de 2003 em diante (Informações obtidas por meio de entrevistas na região).

Bom Futuro e Vanguarda do Brasil), estes aumentaram juntos suas áreas de lavouras em mais 300 mil hectares entre 2006 e 2008⁶⁶.

No entanto, como os preços da terra permaneceram elevados após a crise, a expansão dos grandes grupos ocorreu mais por arrendamento do que por compras. Os produtores médios, de 2 mil a 5 mil hectares foram os que mais arrendaram suas terras, devido a problemas com capital de giro e endividamento elevado.

O aprofundamento da grande produção, na região centro-oeste em especial, criou um mercado para grandes empresas que há décadas funcionava de maneira informal entre agricultores de todo o país: o de terceirização do plantio e da colheita. O surgimento de empresas especializadas em mecanização agrícola vai muito além do tradicional aluguel de máquinas, há muito praticado em todo o país. Trata-se de uma terceirização do processo de plantio e colheita.

Devido aos altos custos de compra e manutenção de equipamentos, tornou-se mais viável para médios produtores pagar pela realização deste serviço por agentes especializados. As máquinas de maior porte utilizadas no Centro-Oeste envolvem custos de aquisição de no mínimo R\$ 200 mil, as mais simples, para mais de R\$ 500 mil as mais sofisticadas com sistemas automatizados de plantio.

Além dos altos custos envolvidos com a mecanização, as recentes inovações introduzidas nas máquinas agrícolas, em especial com os sistemas eletrônicos como GPS, exigem operadores cada vez mais qualificados e especializados. Outro problema para os produtores é a ociosidade elevada das máquinas durante a entressafra. As empresas de

⁶⁶ Informações obtidas em entrevista no Grupo Vanguarda do Brasil, em outras entrevistas na região norte do Mato Grosso e na Revista Dinheiro Rural, edição 028 de fevereiro de 2007.

mecanização agrícola resolvem este problema facilmente viajando pelo país durante todo o ano e levando suas máquinas para essas regiões.

Há empresas de Mato Grosso e de São Paulo que viajam durante todo o ano trabalhando, aproveitando-se da sazonalidade de plantio e colheitas entre as regiões do oeste de São Paulo, Meio-Norte e Norte de Mato Grosso, Oeste da Bahia e Sul do Maranhão. Segundo o técnico Marlon Kowalski, operador de plantadeiras e colheitadeiras, em entrevista, cada máquina paga o investimento em média em apenas um ano.

Entre os produtores, este problema só é minimizado pelos grandes grupos que produzem em diferentes áreas do país, com diferentes épocas de plantio e colheita. O Grupo Vanguarda do Brasil que produz ao todo mais de 200 mil hectares vem abrindo 100 mil hectares no Oeste da Bahia, com os mesmos maquinários utilizados no Mato Grosso. No Oeste da Bahia tanto o plantio quanto a colheita começam aproximadamente um mês após o Mato Grosso, o que permite o deslocamento das máquinas.

3.6 - Os Institutos de Pesquisa Agropecuária

O desenvolvimento da pesquisa agropecuária foi um dos principais fatores de aumento de produtividade no Brasil. Ao longo do século XX esta foi desenvolvida em centros estaduais como o Instituto Agrônomo (IAC) em Campinas (SP), o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), até a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em 1975. A importância da pesquisa refere-se tanto à criação de tecnologias quanto a adaptação de técnicas e insumos importados às condições Brasil. As diferentes condições de clima e de solo tornaram obrigatória a adaptação do pacote tecnológico da Revolução Verde que iniciou sua introdução no Brasil na década de 1950.

Nos primeiros anos, como a maior parte da produção das lavouras estava concentrada no sul, de clima temperado, a pesquisa preocupou-se primordialmente com o desenvolvimento de técnicas de plantio, de correção e adubação próprias aos solos da região. No momento seguinte difundem-se programas por diversas regiões do país, como no caso da soja:

Além do programa de pesquisa da Embrapa Soja, localizado no Paraná, outros programas de pesquisa com a cultura estabeleceram-se nessa mesma década pelo Brasil afora: Universidade Federal de Viçosa e Epamig, em Minas Gerais; Emgopa, em Goiás; Embrapa Cerrados, no Distrito Federal; Coodetec, Indusem e FT-Sementes, no Paraná; Fundacep, no RS, e Embrapa Agropecuária Oeste e Empaer, no Mato Grosso do Sul. Além de novos programas oficiais, programas já existentes na Embrapa Trigo e Secretaria da Agricultura, no RS e IAC, em SP, foram fortalecidos. Com o advento da Lei de Proteção de Cultivares, em 1997, novos programas de pesquisa privados estabeleceram-se no País, dentre os quais merecem destaque os da Monsoy, da Fundação Mato Grosso, da Syngenta, da Pioneer e da Milênia. (Embrapa, 2004, p. 26 e 27).

Com a perspectiva de expansão da soja para as regiões mais centrais do Brasil novos problemas surgem. Agora não se tratava apenas de adaptar as épocas de plantio ou a dosagem de fertilizantes, mas de descobrir sementes e técnicas próprias ao plantio em áreas tropicais. Conforme relatório da Embrapa (2004) a soja era uma cultura adaptada somente para climas de latitudes superiores a 30 graus, o que significa que apenas o Rio Grande do Sul teria condições próprias para o plantio.

É importante observar o que grandes programas privados de pesquisa datam de fim da década de 1990, como a citação acima deixa claro. Como na melhor das hipóteses, os resultados da pesquisa agropecuária de adaptação e desenvolvimento de cultivares leva 10 anos, é um equívoco atribuir as melhorias de produção e produtividade à presença dos grandes grupos estrangeiros. Segundo, atribuir o aumento de produtividade à “importação

de insumos de alta qualidade” como fazem Helfand e Rezende (2001), ignora o fato de que o principal insumo é a própria semente, e esta vem sendo adaptada desde a década de 1980 pela Embrapa e anteriormente pelas empresas estaduais de pesquisa. O IAC lançou suas primeiras variedades de soja na década de 1970.

A variedade de soja da Embrapa BRS 133 teve seus primeiros cruzamentos realizados em 1985, sendo lançada comercialmente apenas em 1997 (Embrapa, 2002). Há um complexo processo de escolha das variedades, seguida de cruzamentos, acompanhamento de campo em diversas regiões, novos testes e cruzamentos e assim sucessivamente até o desenvolvimento adequado de uma nova variedade de cultivo. Com o imenso território brasileiro e suas inúmeras condições de solo e clima, os problemas da pesquisa são amplificados. Posteriormente, ainda existe o problema da difusão comercial da nova variedade, que leva anos.

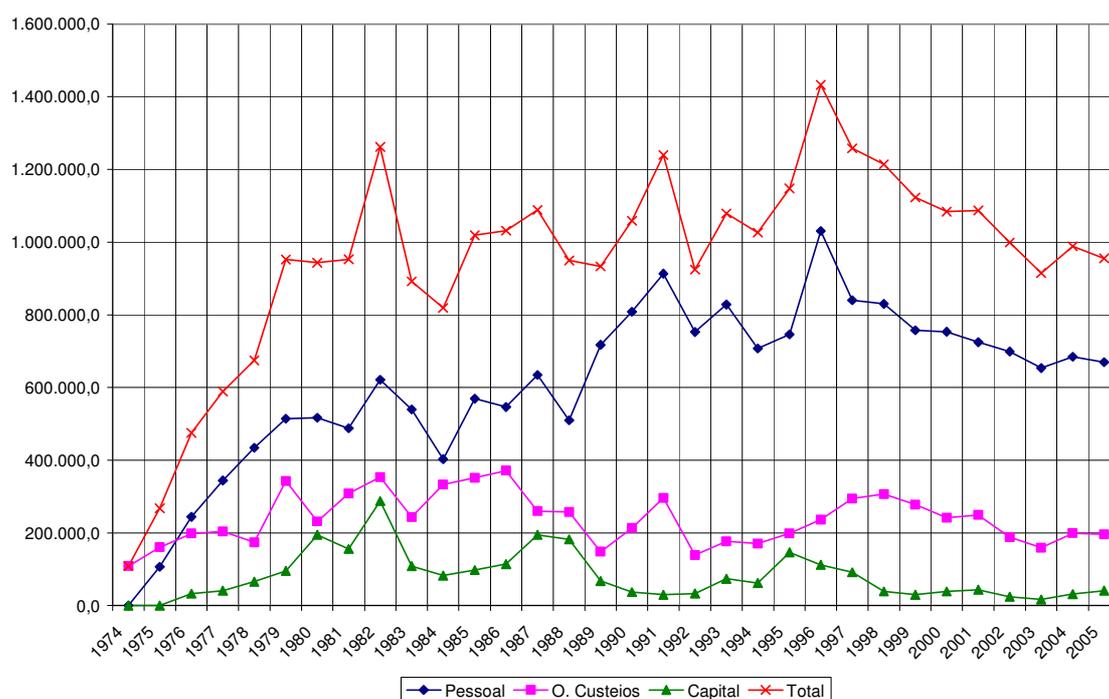
Assim, ao passo que os recursos da Embrapa eram restringidos na década de 1990, os esforços da pesquisa iniciados anteriormente começam a dar resultados nas mais diversas culturas. Como se observa no gráfico número 22, o orçamento da Embrapa cresce continuamente até o início da década de 1990. Posteriormente cai até 1993 e tem algum crescimento até 1996, quando inicia contínua trajetória de cortes.

Conforme entrevistas realizadas na Embrapa⁶⁷, o principal problema a partir da década de 1990 era a falta de verbas para custeio de pesquisa, uma vez que os recursos destinados a Embrapa eram frequentemente reduzidos pela lei de contingenciamento do Orçamento Geral da União.

⁶⁷ Realizou-se entrevistas com o presidente da Embrapa, sr. Sílvio Crestana e com dois dos principais articuladores da criação da Embrapa, os agrônomos Alysson Paulinelli (ministro da agricultura no governo Geisel) e Eliseu Alves (ainda atuante como assessor da Embrapa). Entrevistamos também pesquisadores e técnicos da Embrapa Sede em Brasília e da Embrapa Soja em Londrina.

Analisando-se o valor do orçamento da Embrapa comparado aos valores do crédito rural, tem-se uma idéia da crescente importância da Embrapa até a década de 1980. Em 1975, primeiro ano de funcionamento, o orçamento da Embrapa era equivalente a 0,2% do valor do crédito rural, subindo para 1% em 1980 e 2% em 1985. Os dados demonstram uma participação crescente num valor também crescente, pois é o período de grande expansão do SNCR, como se viu anteriormente. Até 1995 a participação do orçamento da Embrapa é crescente, chegando a 6,7%, no entanto é um período de acentuada queda do crédito rural.

Gráfico n. 22 - Orçamento da EMBRAPA em Mil R\$ de 2005



Fonte: Embrapa

Um dos principais problemas da pesquisa agropecuária após a década de 1990 referiu-se as empresas estaduais. Estas recebiam boa parte dos seus recursos dos repasses da Embrapa até 1988. Com o corte dos recursos, inúmeras empresas diminuíram suas

atividades. Programas de pesquisa que vinham sendo executados ficaram sem recursos. Além da pesquisa em si, a extensão rural, responsável pela difusão das inovações, sofreu cortes mais bruscos. O sistema federal de extensão rural (Sibrater), foi extinto, ficando a extensão a cargo dos Estados. Poucos Estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, mantiveram suas empresas de extensão rural, mas mesmo assim com precários recursos materiais.

Assim formou-se nas instituições de pesquisa agropecuária um corpo de pesquisadores de alto nível, em grande parte doutores, mas sem condições de viabilizar as pesquisas, por falta inclusive, de assistentes, pois houve redução de contratações. Nos setores mais dinâmicos como soja, carnes de suínos e aves os grandes grupos custearam parte das atividades de pesquisa.

Embora não se disponha de dados mais precisos, esta é a situação de inúmeros pesquisadores em institutos estaduais de pesquisa e mesmo nas universidades por todo o país. Cria-se um corpo de técnicos com titulação mas sem condições materiais de desenvolvimento de pesquisas.

Assim, os grandes grupos estrangeiros que ampliaram sua atuação no Brasil na década de 1990, mais do que desenvolver tecnologias, apropriaram-se da estrutura montada anteriormente com recursos públicos e dos seus resultados. Inclusive na iniciativa privada ocorreu processo semelhante uma vez que empresas como a Agrocerec e a FT-Sementes e Pesquisa que desenvolviam pesquisas com sementes, foram compradas pela Monsanto e seus resultados foram apropriados⁶⁸.

⁶⁸ Segundo entrevista realizada durante o Show Rural Coopavel, 2007 com técnico que trabalhava na Agrocerec, agora na Dekalb (também comprada pela Monsanto), não houve aporte de novos recursos em pesquisas após a aquisição. A estrutura e o corpo de pesquisadores da Agrocerec passou para a Dekalb e os resultados obtidos anteriormente passaram a ser difundidos como resultado da nova empresa.

Conclusões do Capítulo 3

Os investimentos no setor agroalimentar são afetados na década de 1990, por forte retração de recursos. Como havia capacidade produtiva criada pelos investimentos das décadas anteriores, nos momentos favoráveis houve crescimento da produção. Os investimentos voltam após 1999 com recursos oficiais do Moderfrota e do Finame, ambos do BNDES e a partir de 2003 com elevação dos recursos do SNCR, e com a elevação dos preços internacionais de commodities agrícolas.

Os investimentos continuam a ser realizados com os financiamentos bancários, em especial do crédito oficial. Por isto, a compra de máquinas agrícolas (o principal indicador de investimentos nas lavouras de grãos) oscilou significativamente no período em análise, pois responde por um lado, à expectativa de preços e demanda, e por outro, à disponibilidade de recursos com taxas de juros atraentes e em montantes suficientes.

Na indústria de alimentos, observou-se a prioridade dos investimentos em desenvolvimento de novos produtos, no segundo processamento de matérias-primas agrícolas e em propaganda. Assim, a questão central para a indústria, em especial no início do plano Real, era diversificar a produção e não aumentar a capacidade produtiva por si.

A dinâmica regional da agricultura é outro elemento central para se compreender os movimentos mais amplos do setor. Enquanto se divulga o grande aumento de produtividade e safras recordes de grãos, deixa-se de considerar que houve abandono da produção em inúmeras áreas menos capitalizadas e expansão da área em áreas novas e com grandes empreendimentos, em especial no Mato Grosso. Assim, o aumento geral de

produtividade se deu mais por substituição dos produtores menos capitalizados do que por mudança técnica a partir da abertura.

Assim, a ociosidade, não somente de terras, mas de instalações industriais de processamento (devido as grandes distâncias entre as áreas produtoras de matérias-primas e a indústria e também devido aos impostos interestaduais) possui um componente territorial que influencia em toda a dinâmica do setor agroalimentar.

CAPÍTULO IV

AS MUDANÇAS NO MERCADO CONSUMIDOR DE ALIMENTOS E A DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA NO SETOR AGROALIMENTAR BRASILEIRO

No presente capítulo se analisa, em especial, a relação entre a *diferenciação de produtos* e a demanda por alimentos. Esta, em meio a tantas diferentes estratégias adotadas pela indústria é a que reflete com mais clareza as especificidades do setor agroalimentar, onde o crescimento do consumo encontra obstáculos tanto conjunturais (variações da renda, crises econômicas), quanto estruturais (baixa elasticidade-renda da demanda por alimentos tradicionais).

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (ENDEF, 1974-75 e POF, 2002-03) demonstram que as despesas com alimentação que representavam 33,91% das despesas com consumo em 1975, caem para 20,75% em 2003. Ao desmembrarmos os dados em população rural e urbana esta diferença se acentua. Na população urbana as despesas com alimentação caem de 30,13% para 19,58%, enquanto na população rural passam de 53,24% para 31,12%, ao passo que os gastos percentuais com habitação, saúde, transporte e educação se elevam consideravelmente no mesmo período.

Na análise de setores com longa história de desenvolvimento, como o setor agroalimentar brasileiro, faz-se necessário tratamento cuidadoso da estrutura da demanda e de sua relação com o ritmo de crescimento da produção e de introdução de inovações na indústria. Como propõe Britto (2002) a demanda estimula a diversificação quando há:

(1) tendência à sua retração, associada ao baixo dinamismo tecnológico da atividade, ao acirramento da competição, à reduzida elasticidade-renda ou a outros componentes da teoria do ciclo do produto;

(2) intensificação de flutuações cíclicas dessa demanda, que poderiam apontar para seu esgotamento no longo prazo;

(3) crescimento relativamente lento em relação às expectativas de expansão da empresa (Britto, 2002, p. 334).

Os três fatores acima estão presentes na demanda do setor alimentar de maneira exemplar, em especial a reduzida *elasticidade-renda da demanda*, o *acirramento da competição* e o *crescimento relativamente lento*.

Não estamos aqui de maneira alguma nos aproximando de uma visão de “soberania do consumidor” ou do “consumidor racional” próprias das teorias do bem-estar e do consumo, de origem marginalista. Nossa análise baseia-se numa visão de que a dinâmica histórica leva a mudanças tanto na produção quanto na circulação e no consumo e que o movimento de mudança não é linear no sentido de que a produção é o único elemento determinante.

Como argumentou Guglielmo (1975) a geografia do consumo se altera significativamente com os processos de urbanização e industrialização, colocando em primeiro plano a diversificação das formas de consumo para atender primeiramente a alimentação básica. Esta diversificação passa para um segundo plano, “sendo doravante o fato principal a tendência para consumir produtos cada vez mais elevados e procurar a satisfação das próprias necessidades nutritivas sob forma mais agradável” (Guglielmo, 1975, p. 213).

A trajetória passada e as tendências da demanda por alimentos são fundamentais nos movimentos de mudança e na direção dos investimentos do setor agroalimentar. Assim, uma análise da dinâmica da acumulação que considere as múltiplas determinações deve dar especial atenção às mudanças nos padrões e na estrutura da demanda.

4.1- O Consumo de Alimentos no Brasil: Um Novo Padrão?

Nas últimas duas décadas o consumo de alimentos sofreu fortes alterações no Brasil, com introdução de novos produtos, associados a novos hábitos e mesmo a novos tipos de consumidor.

O forte ritmo da urbanização nas décadas de 1940 a 1970 levou a mudança significativa na produção e abastecimento de alimentos, uma vez que milhões de pessoas migram para as cidades, não tendo mais como produzir alimentos para auto-consumo. Este processo é bem conhecido⁶⁹. Criam-se uma série de políticas e estruturas estatais voltadas à produção e distribuição de alimentos visando controlar preços e regularizar o abastecimento urbano. Mas com a relativa estabilização do movimento de urbanização, a partir da década de 1990, e a consolidação de uma classe média e alta com bom poder aquisitivo, somadas às mudanças no setor agroalimentar, possibilitaram nova mudança qualitativa no padrão de alimentação, pouco explorada nos trabalhos sobre a temática.

Uma das mudanças mais importantes refere-se ao aumento acelerado da alimentação realizada fora do lar. Dados de ABIA (2003) dão conta que de 1994 a 2001 o mercado de alimentação fora do lar ("food service") cresceu 190,7% (16,5% ao ano) ao passo que o varejo tradicional de alimentos cresceu 71,8% no mesmo período. O faturamento das redes de fast food passou de R\$ 1,83 bilhões em 1995 para 3,17 bilhões em 2001 (ABIA, 2003)⁷⁰.

⁶⁹ O processo de criação das estruturas de abastecimento alimentar e sua relação com a urbanização e a modernização da agricultura foi explorado em diversos trabalhos. Merecem destaque os trabalhos de Delgado (1985), Gonçalves (1993) e Homem de Melo (1993).

⁷⁰ Um exemplo interessante de como o fast food está se difundindo mesmo entre as camadas de mais baixa renda é a rede Habibs. Esta comercializa, produtos de baixos valores acessíveis a todas as faixas de renda (um esfiha custa em torno de R\$ 0,60 centavos). Segundo dados de ABIA (2003), o Habibs está em expansão, já presente em 9 estados brasileiros com 165 lojas, 7 mil empregados diretos e uma média de 8 milhões de clientes/mês. Já a rede Mcdonalds atende um público de classe média e camadas de renda mais elevada. Há mais tempo no país, a rede possui mais de mil pontos de venda com 34 mil funcionários. A indústria da alimentação percebeu que a conquista do consumidor de menor renda é fundamental para a expansão do setor, como fica claro na análise da própria ABIA: "Para tornar o

Procuraremos demonstrar que esta mudança foi ocasionada mais fortemente pelas mudanças qualitativas na demanda oriundas da mudança estrutural na indústria, com forte diferenciação em produtos, do que por rebaixamento dos preços devido a inovações em processos ou à estabilidade monetária da economia com o plano Real. Estas mudanças foram importantes e não podem ser ignoradas, mas a forte diferenciação da oferta, estimulada pelo fraco crescimento da demanda e pela concentração do capital na indústria de alimentos ocupa papel central.

Trabalhemos com alguns dados para embasar nossa argumentação.

As diferenças entre os ritmos de crescimento do consumo de alimentos diversos referem-se às diferenças na elasticidade-renda da demanda⁷¹. Uma das maneiras de se demonstrar a elasticidade-renda da demanda por alimentos é acompanhar o consumo destes em diferentes faixas de renda. Podem-se demonstrar também as quantidades consumidas dos diferentes alimentos em termos da população em geral, mas a rigor isto distorce a análise (em especial com os níveis de concentração de renda do Brasil).

Utilizaremos os dados da Pesquisa por Orçamentos Familiares- POF-IBGE (2003) para operar esta divisão em faixas de renda⁷². A POF abrange os dados de consumo domiciliar percapita. Embora a POF não contenha todos os alimentos surgidos

potencial de crescimento em realidade de mercado, os operadores Food Service e seus parceiros terão em suas mãos o desafio de conquistar e seduzir consumidores com menor nível de renda e, portanto, mais seletivos na aquisição de produtos e serviços” (ABIA, 2003, p. 110). Outros dados indicativos do aumento do consumo fora do lar, é o número de estabelecimentos de alimentação. Em 1990 havia apenas 45 lojas de conveniência no país, aumentando para 133 em 1994, 1200 em 1998 e 3200 em 2000. O número de restaurantes registrados passa de 400 mil em 1991 para 817 em 2000.

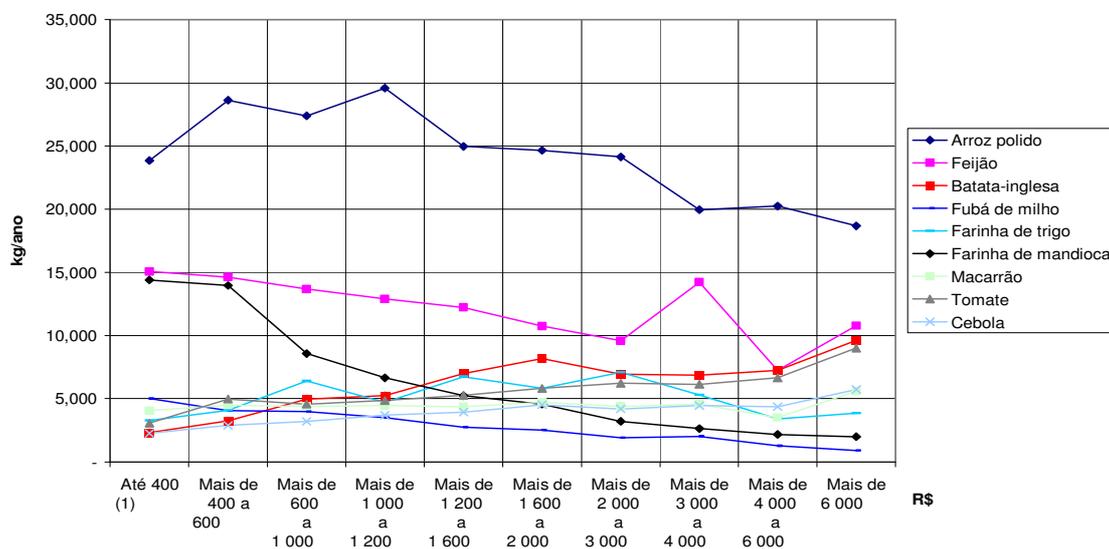
⁷¹ Elasticidade-renda da demanda é um conceito que relaciona a capacidade de crescimento da demanda de um determinado produto conforme as diferentes faixas de renda. Um produto com baixa elasticidade-renda da demanda significa que as camadas mais baixas de renda consomem em maior quantidade e à medida que avançam as faixas de renda (ou que ocorrem mudanças na renda das famílias) o consumo diminui de forma absoluta. Uma alta elasticidade-renda significa que o produto encontra espaço crescente conforme avançam as faixas de renda. Na primeira categoria encontram-se em geral produtos mais populares e de baixo preço, enquanto na segunda encontram-se produtos mais sofisticados, ou raros, de preços mais elevados.

⁷² Por ora nossa preocupação ainda não é a mudança temporal no consumo de alimentos. Deste tópico trataremos em seguida neste capítulo.

recentemente, nos permite visualizar a relação entre o consumo de determinados alimentos e a renda.

Para facilitar a visualização dos dados, dividimos os produtos em três categorias: 1- produtos básicos e semi-industrializados; 2- produtos industrializados e 3- carnes. Os gráficos número 23, 24 e 25, apresentam os resultados.

Gráfico n° 23- Consumo Domiciliar *percapita* de Alimentos por Faixas de Renda (alimentos básicos e semi-industrializados)

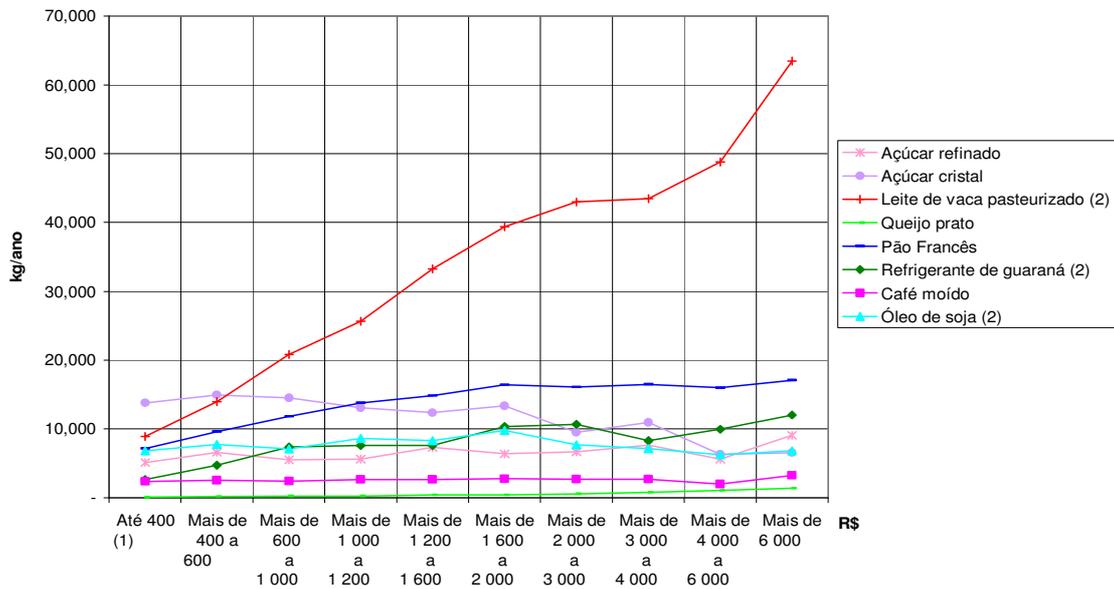


No gráfico n° 23 observa-se que os alimentos básicos têm seu consumo reduzido de forma absoluta, conforme aumentam as faixas de renda. O arroz tem ligeiro aumento de consumo das faixas mais baixas (até R\$ 400,00) até a faixa de R\$ 1000,00 a R\$ 1200,00, decrescendo continuamente nas faixas seguintes até a faixa mais elevada (mais de R\$ 6000,00). Esta é a que menos consome arroz. Comportamento semelhante é apresentado pela farinha de trigo, enquanto o feijão, a farinha de mandioca e o fubá têm quedas contínuas conforme avançam as faixas de renda.

O macarrão tem uma relativa estabilidade de consumo entre todas as faixas, apresentando crescimento baixo e uniforme. Apenas batata inglesa, tomate e cebola, dentre os alimentos básicos, têm crescimento do consumo mais elevado conforme as faixas de renda se elevam. Isto pode ser atribuído à presença destes alimentos como componentes e temperos de variados pratos largamente consumidos pelas camadas de rendas mais elevadas.

Os dados do gráfico n° 23 nos subsidiam a argumentar que o maior obstáculo ao aumento de produção de gêneros básicos é a fraca expansão do consumo. Como estes diminuem sua presença na alimentação conforme avançam as faixas de renda, mesmo em situação de elevação da renda nacional não há expectativa de forte elevação do consumo. Pelo contrário, cada avanço na escala de renda tem levado à substituição por alimentos de maior valor. Assim, os problemas de alimentação de parte substantiva da população são oriundos da falta de renda, pois à medida que avançam as faixas de renda, o consumo percapita pouco aumenta em alguns e em outros diminui.

Gráfico n° 24- Consumo Domiciliar *percapita* de Alimentos por Faixas de Renda (alimentos industrializados)



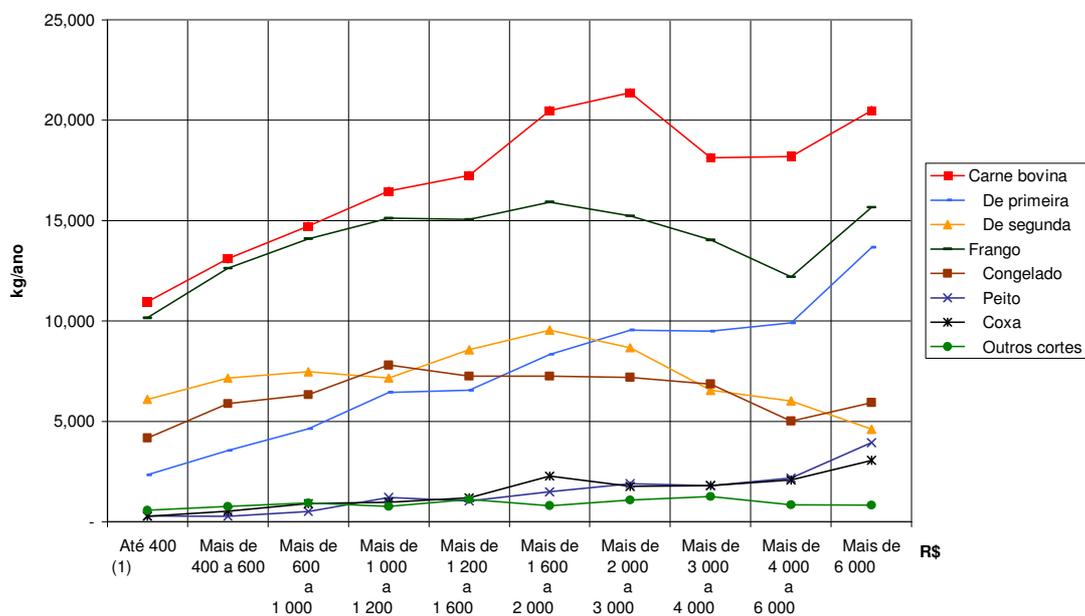
No gráfico n° 24 observa-se um quadro diferente ao analisarmos os alimentos industrializados. O único produto que apresenta uma queda contínua de consumo conforme avançam as faixas de renda é o açúcar cristal, enquanto café moído, queijo prato, óleo de soja e açúcar refinado tem ligeiro acréscimo. Por outro lado, leite pasteurizado, pão francês e refrigerante de guaraná tem elevados acréscimos de consumo entre as faixas de renda. A diferença de consumo do leite chega a 7,2 vezes entre as faixas extremas de renda.

No gráfico n° 25, observamos quadro semelhante ao gráfico n° 24. A carne bovina de segunda tem aumento considerável do consumo até a faixa intermediária de renda (de R\$ 1.600,00 a R\$ 2.000,00) seguida de contínuo decréscimo até as faixas mais elevadas. A carne bovina de primeira tem comportamento completamente oposto, com contínuo e expressivo crescimento nas faixas de renda (a diferença de consumo entre as faixas extremas de renda chega a quase seis vezes).

No caso da carne de frango, o frango inteiro congelado tem crescimento do consumo até a faixa de R\$ 1000,00 a 1200,00 decaindo nas faixas seguintes. Os cortes menos valiosos têm uma estabilidade com ligeiro acréscimo entre as faixas de renda. Por outro lado, os cortes de peito e coxa (os mais valiosos) têm elevada diferença de consumo conforme avançam as faixas de renda.

Os dados apresentados nos gráficos n° 23, 24 e 25 demonstram que nos alimentos mais industrializados, e de maior valor agregado, é que ocorre aumento de consumo conforme avançam as faixas de renda. Grande parte dos alimentos básicos tem elasticidade-renda da demanda baixa ou negativa, o que torna o aumento de consumo problemático, uma vez que este depende cada vez menos da relação preço/quantidade ofertada e cada vez mais dos padrões da demanda.

Gráfico n° 25- Consumo Domiciliar *percapita* de Alimentos por Faixas de Renda (Carnes)



Outros alimentos industrializados, que não constam do gráfico 24, apresentam também diferenças significativas de consumo conforme avançam as faixas de renda. Entre as faixas extremas esta diferença chega a 36 vezes em massa de lasanha; 12,8 vezes em massa de pastel; 22 vezes em massa de pizza; 9 vezes em pão de forma industrializado; 8,5 vezes em pão de queijo; 3,5 vezes em pão doce; 66 vezes em pão integral; 6,7 vezes em torrada; 7,4 vezes em bolos, duas vezes em biscoito doce; 3,13 vezes em hambúrguer; 33 vezes em presunto; 6,8 vezes em iogurtes; 94 vezes em chocolate em barra; 7,27 vezes em chocolate em pó; 26,8 vezes em sorvete; 18,4 vezes em gelatina; 8,6 vezes em maionese; 13,9 vezes em bebidas alcoólicas; 24,3 vezes em suco de fruta envasado e 8,4 vezes em alimentos preparados e misturas industriais. Isto para citar apenas aqueles com grande diferença.

Mas não só nos alimentos industrializados, em alimentos não-industrializados, mas nobres, há uma gritante diferença entre as faixas extremas de renda. As frutas de clima tropical têm um consumo na faixa mais baixa de renda de 10,3 kg/percapita/ano, enquanto na faixa mais elevada alcança um consumo de 38,6 kg. Nas frutas de clima temperado esta diferença chega a 10 vezes; em hortaliças a 2,7 vezes, em condimentos a 4,3 vezes, a 7,5 vezes em água mineral, a 2,8 vezes em chás e 1,4 vezes em pescados de água salgada. Em produtos como féculas, fubá e farinha o consumo é bem mais elevado nas faixas mais baixas de renda.

Estes dados nos levam a conclusão de que baixas nos preços dos alimentos básicos não são acompanhadas de crescimentos consistentes e duráveis do consumo. Cada aumento na renda leva a substituição de alimentos, o que leva o foco de atenção novamente para o surgimento de novos produtos que possam ocupar o espaço de consumo dos tradicionais, ou mesmo ampliar os espaços de consumo.

É importante ressaltar que não consideramos o consumo de alimentos completamente inelástico, no sentido de que haja apenas substituição e não aumento do consumo

global de alimentos, mas ressaltar nos termos de Rangel (1963) a *inelasticidade específica* dos alimentos frente aos demais produtos industrializados e aos demais gastos das famílias. Na tabela nº 31 constam os dados da elasticidade-renda da despesa com alimentos, calculada por Hoffman (2000 e 2007) a partir dos dados da POF 1996 e 2002-2003.

Tabela nº 31- Elasticidade-renda da despesa com alimentos selecionados		
	1996	2003
Alimento	Elasticidade Média	Elasticidade Média
Arroz	0,016	0,000
Feijão	-0,024	-0,038
Alface	0,462	0,638
Cebola	0,167	0,321
Tomate	0,264	0,369
Alho*	0,424	0,362
Batata-inglesa	0,263	0,437
Cenoura	0,331	0,504
Mandioca*	0,472	0,216
Farinha de Mandioca	-0,361	-0,526
Farinha de Trigo	0,118	0,204
Macarrão	0,177	0,225
Macarrão sem ovos	s/d	0,158
Macarrão com Ovos	s/d	0,337
Pão Francês	0,091	0,343
Carne Bovina de Primeira	0,491	0,588
Carne Bovina de Segunda	0,037	0,147
Mortadela*	0,206	0,233
Presunto*	0,852	0,999
Frango	0,162	0,211
Leite de vaca	0,292	0,441
Leite Condensado	s/d	0,706
Queijo	0,689	0,908
Iogurte	s/d	0,674
Açúcar Cristal	-0,199	-0,092
Açúcar Refinado	0,127	0,174
Maionese	0,379	0,646
Azeite	0,846	1,170
Óleo de Soja	0,038	0,086
Margarina*	0,194	0,345
Aguardente de Cana	s/d	0,260
Cerveja	0,603	0,811
Vinho	s/d	0,996
Café Moído	0,100	0,166

Fonte: Hoffmann (2000 e 2007). Com exceção dos produtos indicados com * cujos cálculos para 1996 foram extraídos de Silveira e Menezes et al (2007).

Os dados da POF 2002-2003, recalculados por Hoffmann (2007) demonstram que a elasticidade-renda da despesa com alimentos no domicílio (0,381) é significativamente mais baixa que a da alimentação fora do domicílio (0,798), que as despesas com habitação (0,741), com transporte (0,966), saúde (0,924), educação (1,072), Recreação e Cultura (0,989) entre outras.

.Abstraindo as diferenças de renda e inserindo a evolução temporal do consumo de alimentos, podemos observar uma mudança qualitativa global no consumo de alimentos no Brasil. A tabela nº 32 apresenta os dados de consumo domiciliar percapita por grupos e subgrupos de produtos da POF-IBGE para os anos de 1987, 1996 e 2003. Os dados da tabela referem-se à alimentação no domicílio, o que corresponde, segundo dados da POF 2003 a 75,95% dos gastos totais com alimentação. Ou seja, ao agregarmos na análise os 24,05% de gastos com alimentação fora do domicílio, o consumo de vários alimentos é na verdade bem superior⁷³.

Não obstante esta limitação de trabalhar apenas com o consumo domiciliar, os dados nos ajudam a perceber as mudanças na alimentação da população brasileira, que reduziu (ou estabilizou) o consumo de alimentos tradicionais, aumentando a participação de alimentos industrializados e de proteína animal. Como afirma o texto da POF (2003):

O aumento da quantidade para consumo no domicílio de alimentos preparados é outro indicativo de mudança de hábitos, principalmente considerando que estes dados estão contextualizados nas principais áreas urbanas do País. O aumento contabilizado de 1974 a 2003 é de 216%, tendo sido de 99% entre a POF 1995-1996 e a POF 2002-2003. Outros destaques em termos de aumento de consumo no domicílio são: o guaraná (refrigerante), com 490% de crescimento da quantidade adquirida; a abóbora comum, aumentando 157%; e

⁷³ Neste ponto também é importante insistirmos nas diferenças entre as faixas de renda, pois nas camadas de menor renda os gastos com alimentação fora do domicílio representam apenas 11%, enquanto nas camadas de maior renda, chegam a 37% (POF, 2003). Esta diferença subestima o consumo de diversos alimentos.

o iogurte, com aumento de 702%, cabendo ressaltar o aumento expressivo no período de 1996 a 2003 (298%) (POF, 2003, p. 42).

GRUPOS DE PRODUTOS	Kg/Ano			Var. (%)		
	1987	1996	2003	Var. 1987-96	Var. 1987-2003	Var. 1996-2003
Cereais e leguminosas	43,82	38,97	48,37	-11,07	10,37	24,10
Hortaliças	45,53	34,42	29,00	-24,21	-36,41	-25,74
Frutas	47,98	40,40	24,49	-15,81	-48,97	-39,39
Cocos, castanhas e nozes	0,77	0,64	1,60	-16,65	108,19	149,76
Farinhas, féculas e massas	17,75	14,69	22,77	-17,22	28,30	54,98
Panificados	27,04	25,37	20,30	-6,17	-24,92	19,98
Carnes	25,55	28,09	25,24	9,97	-1,21	-10,17
Bovina	19,79	21,76	18,89	9,96	-4,56	13,21
Suína	4,75	4,49	5,69	-5,60	19,87	32,88
Vísceras	1,64	1,15	0,87	-29,82	-47,11	24,64
Pescados	3,56	3,02	4,59	-15,16	28,81	51,83
Aves e ovos	22,17	21,82	15,58	-1,60	-29,74	-29,60
Laticínios	70,42	59,24	49,91	-15,88	-29,16	-25,77
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	25,82	22,48	23,50	-12,94	-9,00	4,53
Sais e condimentos	6,80	4,94	5,97	-27,41	-12,26	20,87
Óleos e Gorduras	11,89	9,07	10,22	23,69	-14,01	12,70
Bebidas e infusões	25,05	32,56	45,30	29,99	80,85	39,13
Alimentos preparados e misturas industriais	-	-	2,56	69,67	50,76	-11,15
Biscoitos, roscas, etc.	3,16	3,93	4,81	24,47	52,13	22,22
PRODUTOS SELECIONADOS						
Frutas de clima tropical	43,88	33,66	21,56	-23,29	-50,87	-36,00
Frutas de clima temperado	4,11	6,74	2,93	64,02	-28,73	56,55
Farinha de mandioca	4,62	3,77	7,77	81,44	67,99	106,27
Farinha de trigo	4,07	3,10	5,08	-24,00	25,01	63,86
Féculas	3,77	2,97	4,91	-21,25	30,38	65,57
Massas	4,83	4,51	4,78	-6,69	-0,90	6,14
Pães	23,33	21,00	14,80	-9,95	37,57	29,56
Biscoitos, roscas, etc.	3,16	3,93	4,81	24,47	52,13	22,22
Carne Bovina	19,79	21,76	18,89	9,96	-4,56	13,21
Carne Suína	4,75	4,49	5,69	-5,60	19,87	32,88
Carnes de outros animais	1,00	1,84	2,65	84,00	165,20	44,13
Vísceras	1,64	1,15	0,87	-29,82	-47,11	24,64
Aves	15,16	17,50	13,86	15,43	-8,57	-20,79
Ovos	7,01	4,32	1,72	-38,43	-75,53	-60,25
Leite e creme de leite	66,36	55,19	45,21	-16,83	-31,88	-18,90
Queijos e requeijão	2,30	2,61	2,05	13,76	-10,94	81,71

iogurte	1,15	0,73	1,97	-36,18	71,49	168,72
Bombom	0,15	n/d	0,16	n/d	11,56	n/d
Doce de leite	0,23	0,13	0,18	-41,67	-21,93	33,83
Doce de fruta em calda	0,14	0,13	0,07	-5,71	-47,86	-44,70
Doce de fruta em pasta	0,47	0,31	0,30	-33,98	-36,13	-3,26
Sorvete	0,41	0,64	0,52	55,26	28,12	-17,48
Chocolate em pó	0,47	0,58	0,64	23,77	37,47	11,07
Maionese	0,38	0,35	0,39	-6,40	3,47	10,54
Massa de tomate	0,90	0,55	0,91	-38,66	2,12	66,48
Molho de tomate	0,42	0,37	0,41	-11,75	-2,64	10,33
Refeição pronta	0,40	0,37	0,67	-7,59	68,61	82,47
Mistura industrial para bolo	0,13	0,10	0,20	-24,43	48,85	96,97
Salgadinho	0,19	0,29	0,17	50,79	-12,04	-41,67
Mortadela	0,32	0,52	0,66	66,35	110,48	26,53
Toucinho	0,36	0,20	0,36	-45,71	-0,28	83,67
Presunto	0,38	0,55	0,42	45,00	9,74	-24,32
Salsicha	0,45	1,35	0,94	199,12	108,19	-30,40
Lingüiça	0,93	1,75	1,95	87,88	109,23	11,36
Suco de fruta envasado	0,37	0,72	1,08	92,47	190,32	50,84
Fonte: POF-IBGE 1987, 1996 e 2003.						

O crescimento do consumo de produtos industrializados foi tão importante que a POF 2003 acrescentou diversos alimentos industrializados e criou uma nova seção denominada “alimentos preparados e misturas industriais”, abrangendo vários produtos que não estavam presentes nos anos anteriores: alimentos preparados, alimentos congelados, batata frita, frango empanado, sanduíches, alimentos diversos em conserva, pão de queijo, pão integral, torrada, massa de lasanha, massa de pizza, gelatina, mel de abelhas, carne de hambúrguer, pescados congelados, carne de peru, óleo de girassol, óleo de canola entre outros.

O mercado de alimentos prontos e congelados cresceu significativamente. Na tabela nº 33 vemos os dados de faturamento por grupos de produtos na indústria da alimentação. O faturamento com pratos prontos congelados aumenta de US\$ 48 milhões em 1995 para US\$ 173 milhões em 2000. Produtos novos como Hambúrguer congelado, empanados e quibes e almôndegas congelados somavam em 2000 um significativo mercado de mais de US\$ 400 milhões.

Estes produtos fazem parte de um grupo de alimentos prontos voltados ao consumidor urbano que busca praticidade e agilidade no preparo. Com o crescente ritmo de trabalho (especialmente nos grandes centros urbanos) e redução do tamanho das famílias, este tipo de prato encontra amplo espaço para crescimento das vendas.

Tabela nº 33-Faturamento da Indústria de Alimentos com Produtos Prontos e Congelados (US\$ milhões)		
	1995	2000
Caldos e sopas	242	349
Pratos prontos congelados	48	173
Vegetais Congelados	35	109
Pães e massas congelados	27	381
Hambúrguer	n/d	224
Empanados de Frango	n/d	131
Quibes e Almôndegas	n/d	54
Fonte: ABIA, 2002.		

Importante ressaltar que vários alimentos constantes do quadro da POF tiveram aumento expressivo do consumo fora do domicílio e como componentes de outros alimentos o que leva a que os dados de consumo sejam subestimados na POF. Este é o caso da soja, que participa como ingrediente em uma série de produtos alimentares (sucos, carnes, pães, rações, complexos vitamínicos entre outros). Apenas no período 1997-2005, o consumo de farelo de soja no mercado interno aumentou em 66% e o de óleo de soja em 12,4%⁷⁴.

O leite, que apresentou redução de 31,5% no consumo domiciliar percapita, de 1987 a 2003, apresentou um aumento total do consumo da ordem de 43,52% de 1990 a 2000, sendo que apenas o leite UHT teve aumentos de consumo da ordem de 30% ao ano

⁷⁴ Os dados brutos são da CONAB, referentes ao Balanço da Oferta e Demanda de produtos agrícolas, realizado pelo órgão.

no mesmo período, tornando-se o principal leite consumido no país (Broietti, Medeiros e Sampaio, 2005).

O consumo de sucos industrializados cresceu tanto em termos gerais, quanto *percapita*, em mais de 900% no período 1994-2000, conforme os dados de Sampaio (2003). Segundo o autor, este aumento se deveu entre outros fatores, às inovações na fabricação e distribuição do suco pronto para beber, como a utilização de embalagens que mantém o sabor e a qualidade do suco (as embalagens longa vida) permitindo maior distribuição nas grandes redes de supermercados e outros estabelecimentos que atuam na venda direta ao consumidor.

Com a inovação do processo de produção e distribuição, conseguiu-se levar ao consumidor um suco pronto para beber com um sabor mais próximo ao do suco fresco (Sampaio 2003)⁷⁵.

As vendas de suco de laranja pronto para beber cresceram mais de 1000%, passando de 15 milhões de litros em 1994, para 160 milhões de litros em 1999. Grandes marcas tradicionais do setor de laticínios diversificaram sua produção apresentando misturas dos sucos de laranja com outras frutas, iogurtes ou soja criando novos produtos (Sampaio, 2003).

O consumo de carnes apresenta segmentação interessante de ser analisada. O consumo de carne de frango e de suíno aumentou significativamente mais do que a carne bovina, em especial pela maior oferta de derivados destas duas carnes que inundam o mercado na década de 1990, conforme análise de Espíndola (2002). Os dados apresentados pelo autor demonstram que no período 1990-2000, o consumo *percapita* de carne de frango aumentou em 111,2% (de 14,2 para 30 kg/hab/ano),

⁷⁵ Em 1992 surgem as primeiras empresas processadoras do suco pronto para beber, sendo pioneira a Parmalat. Com a entrada de novas empresas, amplia-se a estrutura produtiva e a variedade de sucos além do suco de laranja, como os sucos de maçã, maracujá, goiaba, caju, pêssego, manga e uva, além de chás frios com sabores (Sampaio, 2003).

enquanto o de carne suína aumentou 70,4% (de 7,1 para 12,1 kg/hab/ano) e o de carne bovina apenas 5,5% (de 34,6 para 36,5 kg/hab/ano).

Este aumento no consumo não pode ser creditado diretamente a queda de preços pelo plano Real, pois Espíndola (2002) demonstra que a queda dos preços do frango é contínua no período 1987-94 (antes do plano) e tampouco aos aumentos de produção absolutos no período, pois estes foram inferiores ao aumento do consumo. O diferencial foi a criação de novos nichos de mercado pela agregação de valor aos produtos, pela maior participação de industrializados na participação total, que foram viabilizadas pela inovação em produtos, em especial de frango e de suíno.

Na tabela nº 32, chamou atenção uma generalizada redução do consumo de alimentos da POF 1987 para 1996, o que pode ser explicado em parte pela diminuição dos gastos com alimentação de 18,7% do total para 16,6% em 1996. Também é importante frisar que neste ano se alcançou o limite da estabilização monetária sobre a distribuição de renda e conseqüentemente sobre o consumo de alimentos.

Como visto anteriormente, o setor havia investido no início da década de 1990, encontrando-se com larga capacidade ociosa no início do plano Real, devido aos anos recessivos do governo Collor, que contraíram a renda e conseqüentemente o consumo de alimentos. O ritmo de crescimento do consumo no início do plano Real era insustentável, pois este foi impulsionado pela queda das exportações que obrigaram a indústria a redirecionar os excedentes para o mercado interno com preços baixos, e por uma expansão do consumo pelas classes de renda mais baixa, mas que cessou logo, devido a novo contexto recessivo já a partir de 1996.

Este contexto força a indústria a novo ciclo de investimento, mais de ajustamento e diversificação do que de expansão. Agora se tratava de ampliar também para as classes de renda mais baixa, o consumo de produtos de grau de elaboração e

industrialização mais elevados, com preços mais baixos. Por isto, a diferenciação da oferta pela indústria toma a forma não só de diversificação do mix de produtos, mas de produtos semelhantes com faixas diferenciadas de preço para possibilitar o consumo por todas as classes sociais.

4.2- O Quadro de Suprimentos e a Demanda por Alimentos

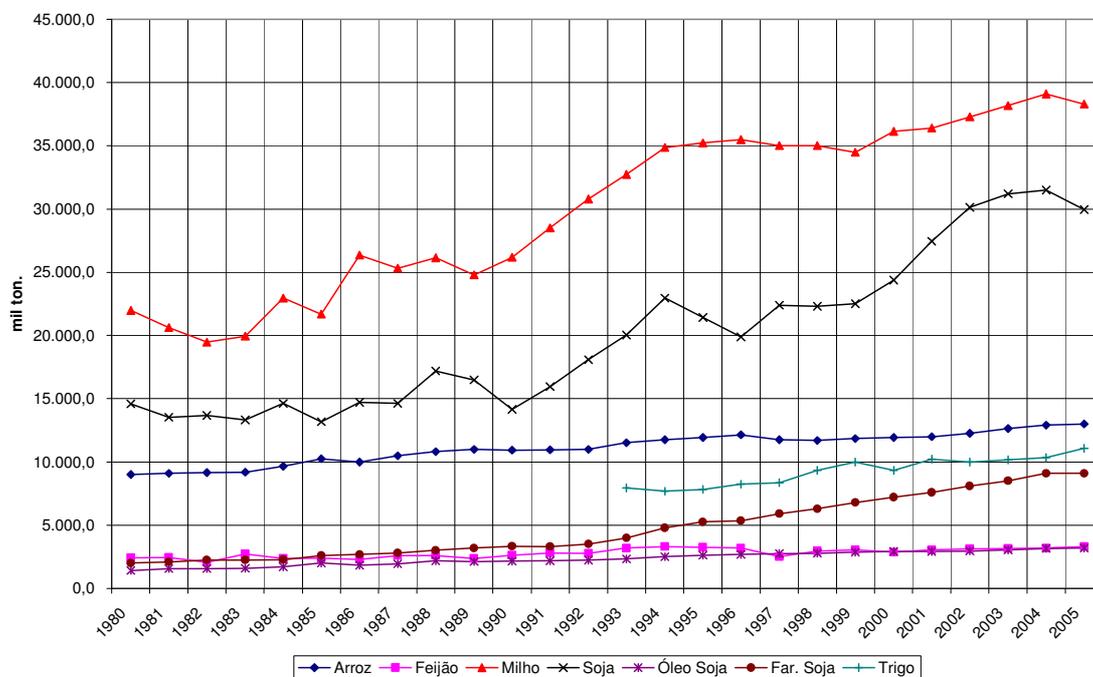
A análise do quadro de suprimento de alimentos demonstra que há um movimento mais complexo na dinâmica do setor agrícola para se entender a relação entre produção e consumo. Primeiramente, é uma grosseira simplificação atribuir à divisão entre produtos para mercado interno e produtos para o mercado externo uma dicotomia capaz de ditar o desenvolvimento do setor e a dicotomia entre produção moderna versus produção tradicional ou entre agronegócio versus produção familiar e camponesa.

Como vimos argumentando, a elasticidade-renda da demanda é um componente central para se definir num prazo, de médio a longo, o crescimento da produção (e conseqüentemente dos investimentos e da lucratividade do setor agrícola). Esta dinâmica mais favorável em alguns casos, e menos em outros, tem se apresentado independentemente se o produto está voltado ao mercado interno ou externo.

Isto reforça o argumento de que boa parte dos problemas da expansão agrícola e da expansão da oferta de alguns alimentos está no baixo dinamismo da demanda e não numa imaginária incapacidade de expansão da oferta. Algo que os estruturalistas cepalinos atribuíam ao atraso tecnológico do setor agrícola e que atualmente os teóricos da reprodução camponesa atribuem à concentração fundiária e à “predominância da produção para exportação”. Os dados sobre a evolução do

consumo dos principais alimentos, calculada pela CONAB, no gráfico nº 26, possibilitam o aprofundamento destas conclusões.

Gráfico nº 26- Consumo Interno dos Principais Produtos Agrícolas



Os dados da CONAB demonstram que os únicos alimentos com crescimento significativo e contínuo da demanda interna foram o milho e a soja. O arroz tem um crescimento lento e oscilante, enquanto feijão e óleo de soja têm seu consumo estagnado nos mesmos níveis desde a década de 1980. Na tabela número 34 observa-se os mesmos dados em sua evolução percentual anual.

	Arroz	Feijão	Milho	Soja	Óleo Soja	Far. Soja	Trigo
1981	1,1	1,9	-6,3	-7,3	8,6	5,0	
1982	0,5	-15,6	-5,6	1,1	1,8	7,1	
1983	0,5	31,2	2,5	-2,6	1,8	0,0	
1984	5,0	-12,7	15,0	9,8	6,0	1,6	
1985	6,0	0,9	-5,5	-9,9	18,7	13,8	
1986	-2,3	-4,2	21,5	11,7	-9,0	3,8	
1987	5,0	13,0	-3,9	-0,6	6,3	3,7	
1988	2,9	0,0	3,2	17,5	11,7	7,1	
1989	1,9	-8,8	-5,1	-4,1	-2,5	6,7	
1990	-0,6	11,3	5,6	-14,1	0,7	4,0	
1991	0,3	6,0	8,8	12,7	1,6	-0,6	
1992	0,2	-0,9	8,0	13,3	2,8	6,3	
1993	4,9	15,4	6,4	10,9	3,6	13,6	
1994	1,9	3,1	6,5	14,5	7,8	20,0	-3,4
1995	1,7	-1,5	1,0	-6,6	4,8	9,4	2,2
1996	1,6	-1,8	0,8	-7,2	2,4	1,9	5,1
1997	-3,3	-21,6	-1,4	12,7	2,2	10,3	1,6
1998	-0,4	18,0	0,0	-0,4	1,5	6,8	11,6
1999	1,3	3,4	-1,5	1,0	2,9	7,9	6,9
2000	0,8	-5,6	4,8	8,3	2,6	5,9	-6,5
2001	0,4	5,9	0,8	12,6	-0,2	5,3	9,3
2002	2,1	2,6	2,4	9,8	1,0	6,9	-2,2
2003	3,3	0,6	2,4	3,5	2,7	4,9	1,9
2004	1,9	1,6	2,4	0,9	3,6	7,1	1,6
2005	0,8	3,1	-2,0	-4,9	1,6	0,0	7,3
2006	-0,5	1,5	5,7	12,0	10,9	21,4	-7,2
2007	0,5	1,5	8,6	4,5	15,5	6,8	-0,4
Cresc. acumulado	37,6	48,4	75,2	98,8	111,2	186,7	27,8
Cresc. médio a.a.	1,3	1,7	2,7	3,6	4,1	6,9	1,9

Fonte: Cálculos do autor a partir dos dados do Quadro de Suprimentos-Conab.

É algo coerente esperar que os produtores agrícolas tenham o mínimo conhecimento da dinâmica da demanda daquilo que produzem para saber que não há expectativa de grande aumento do consumo dos produtos básicos. Portanto é de se esperar uma estabilização dos investimentos nestes produtos.

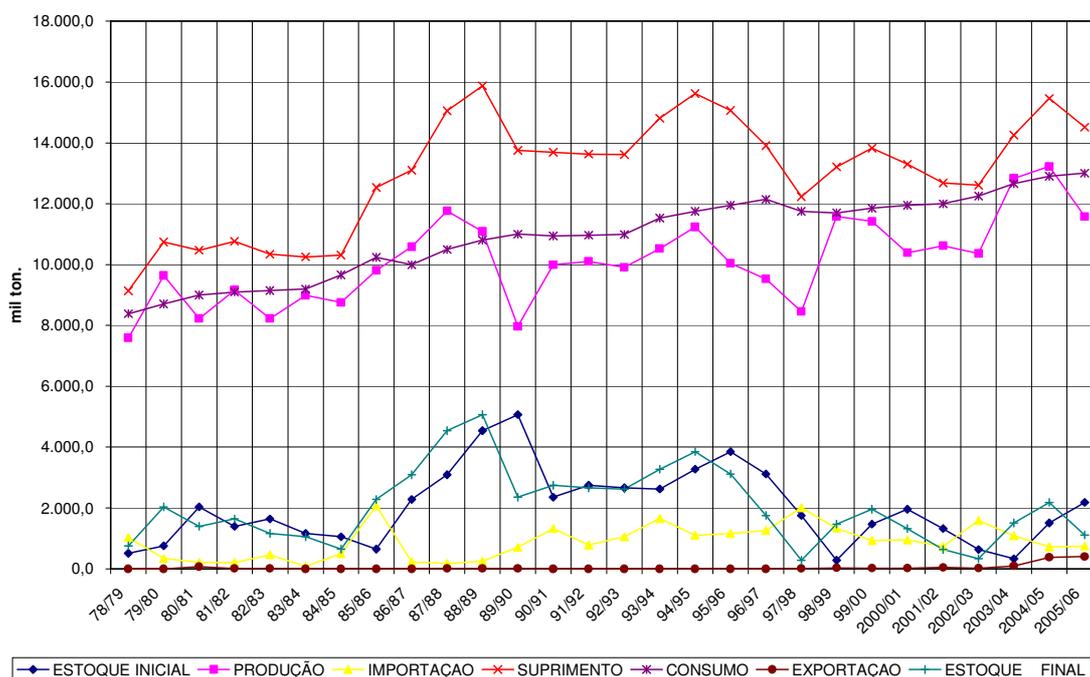
É preciso ressaltar que esta estabilização não significa que todos os produtores estejam deixando de investir e ampliar a produção. Significa que aumenta a dinâmica de centralização da produção com abandono por parte dos produtores menos capitalizados (ou mais endividados) e acentua-se a dinâmica de crescimento das

escalas de produção e da produtividade, pois a redução de custos torna-se a principal fonte de aumento da lucratividade.

Os gráficos a seguir exploram os dados do *quadro de suprimentos* da CONAB por produtos. Podemos observar mais detalhadamente as relações que estamos analisando.

Os dados apresentados nos gráficos número 27 a 31 demonstram que entre arroz, feijão, milho, trigo e soja, apenas o trigo apresenta dificuldades para atender a demanda interna, mesmo tendo em conta o pequeno crescimento do consumo deste alimento no período 1993-2005.

Gráfico n° 27- Quadro de Suprimentos de Produtos Agrícolas: Arroz



Em todo o período abrangido pelo gráfico o consumo de arroz apresenta uma dinâmica de leve crescimento do consumo em dois ou três anos, seguidos de

estabilização por igual período e posteriormente novo período de leve crescimento e repete-se o ciclo. São necessários 7 anos (de 1978 a 1985) para que o consumo passe de 8 milhões de toneladas para 10 milhões, e mais 9 anos para que aumente de 10 para 12 milhões. Segue-se estabilização com ligeiro decréscimo de 1996 até 2002, quando inicia lento crescimento que alcança em 2005 algo em torno de 13 milhões de toneladas. Um crescimento acumulado do consumo total de 56,6% para um crescimento total da população de 49% (segundo projeções do IBGE). Logo, o consumo total de arroz foi ligeiramente superior ao crescimento populacional. No entanto, o consumo percapita, cai de 74 quilos em 1980 para 71 quilos em 2005.

Neste quadro de fraco crescimento do consumo, a produção tornou-se oscilante, pois nos anos em que esta superou o consumo como em 1986 e 1987, foram seguidos de aumento dos estoques, que chegam a 5 milhões de toneladas e conseqüente queda da produção por vários anos chegando a 7,9 milhões em 1989. Observe-se que o volume de 11,7 milhões de toneladas produzidas em 1987, só é aproximado novamente em 1998 com 11,5 milhões e superado somente em 2003 com 12,8 milhões.

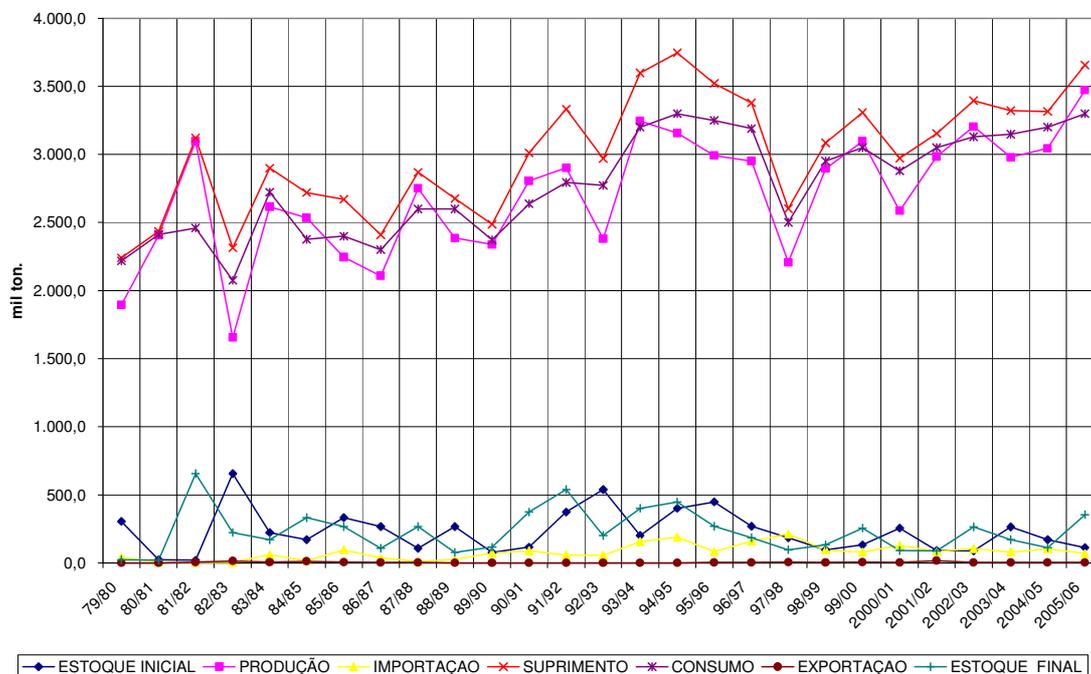
Os estoques já eram elevados mesmo antes do aumento das importações a partir de 1990, tanto que em 1988 e 1989 temos os maiores estoques de toda a série. Isto se explica devido ao aumento das importações com queda da produção nacional.

O crescimento das importações de 1990 a 1998, manteve elevado o quadro de acumulação de estoques finais, próximos de 30% da safra em diversos anos, e em vários outros superiores a 30% gerando desestímulo à produção interna.

A produção interna insuficiente ao consumo no período 1987 a 1998, foi compensada plenamente pelos elevados estoques dos anos anteriores como pelas importações, levando a que o suprimento total fosse superior ao consumo em todos os anos da

série. Logo, fica claro que não há problema de expansão pelo lado da oferta que já demonstrou plena capacidade de abastecimento do mercado interno.

Gráfico n° 28- Quadro de Suprimentos de Produtos Agrícolas: Feijão



O consumo de feijão é oscilante com uma tendência de leve crescimento. Em todo o período 1980-2005 passa de pouco mais de dois milhões de toneladas para pouco mais de três milhões. No período 2003-2005 o crescimento ocorrido apenas recuperou os níveis de consumo de 10 anos antes.

Deste modo, a relação entre produção nacional e consumo é semelhante à do arroz. Os aumentos de produção são limitados em função do fraco crescimento do consumo interno e da quase inexistência de mercado externo. Os aumentos de importações no primeiro governo FHC agravaram este quadro levando à sucessivas quedas na produção de 1994 a 1998. Anteriormente ao início da queda de produção formaram-se estoques elevados de aproximadamente 500 mil toneladas de 1992 a 1996.

Os anos em que a produção interna superou a demanda (1984, 1987, 1991, 1993, 1999 e 2002) seguiram-se de dois a três anos de quedas na produção.

Gráfico n° 29- Quadro de Suprimentos de Produtos Agrícolas: Milho

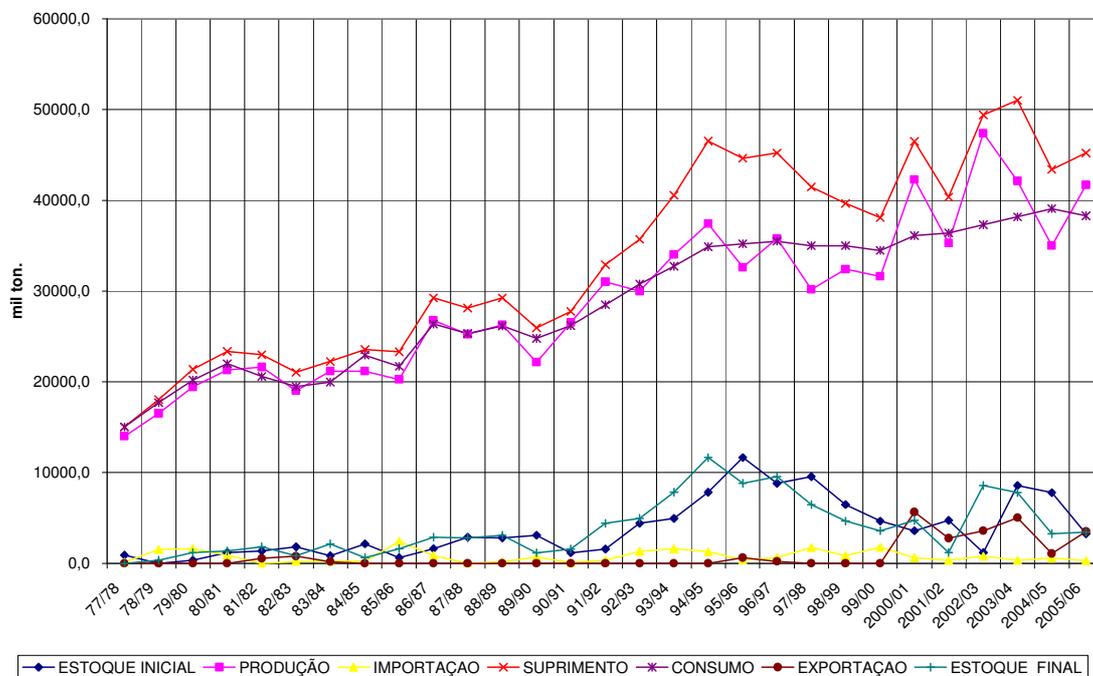
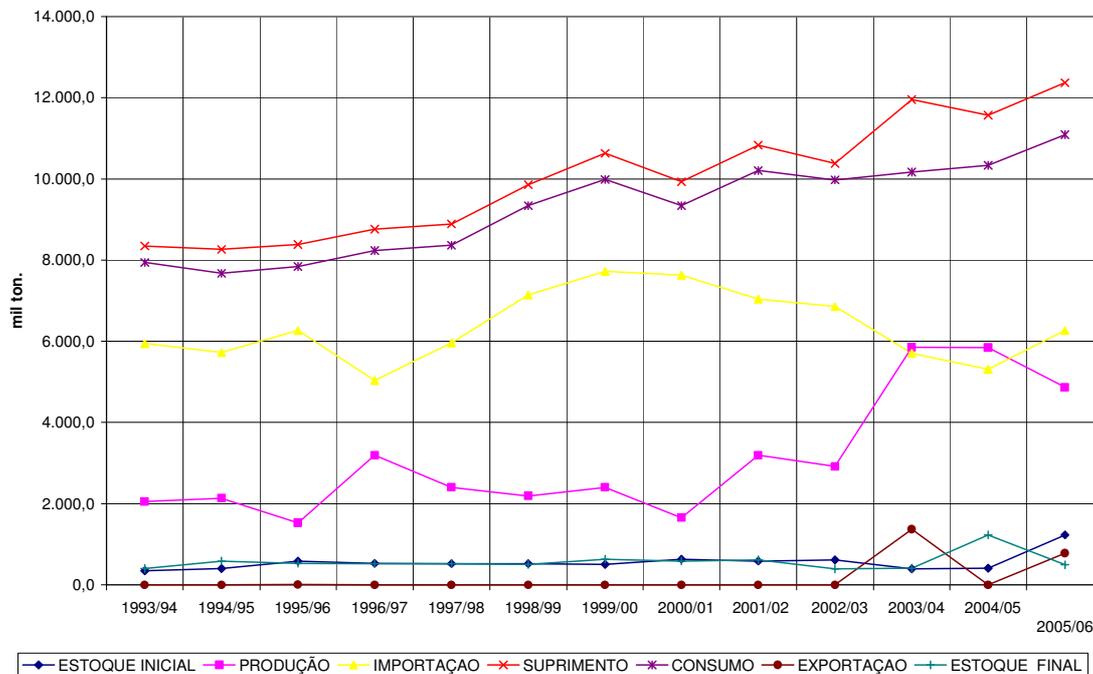
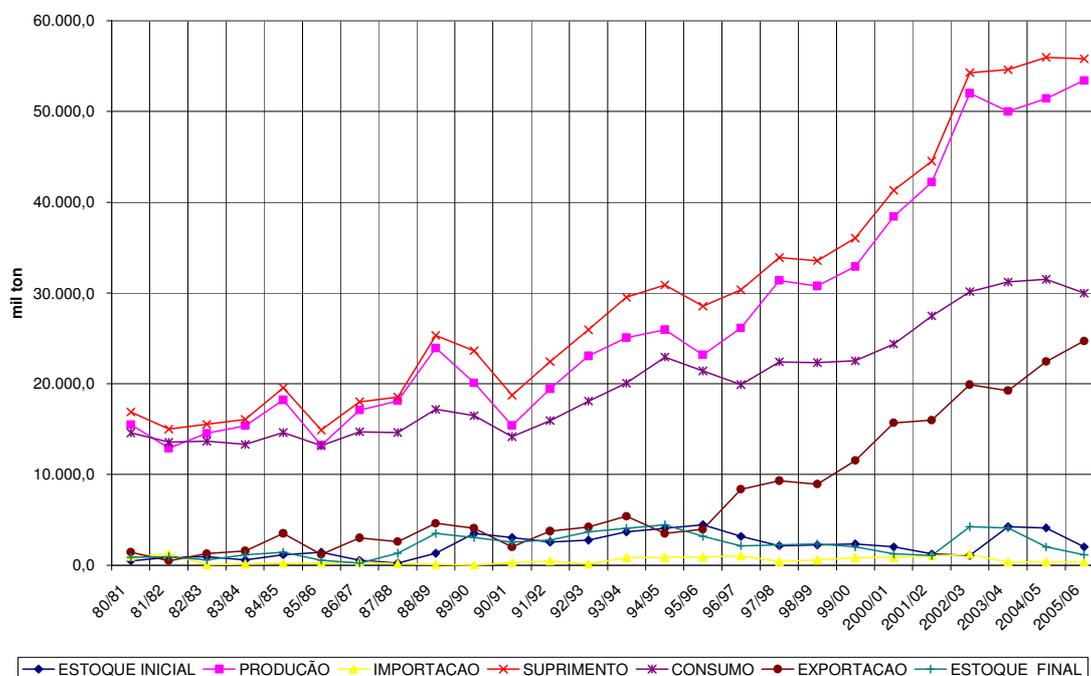


Gráfico n° 30- Quadro de Suprimentos de Produtos Agrícolas: Trigo



Podemos observar no gráfico 30, que nos anos de 2004 e 2005, em que há crescimento da produção interna e queda das importações de trigo, aumentam também os estoques finais, o que demonstra que o consumo não foi suficiente.

Gráfico n° 31- Quadro de Suprimentos de Produtos Agrícolas: Soja



Fica claro que o fraco crescimento do consumo de arroz, feijão e trigo desde a década de 1980 (inferior inclusive ao crescimento vegetativo da população) torna inviável um crescimento mais dinâmico da produção. O trigo ainda encontra espaço para aumento de produção interna pela substituição das importações, mas não na expectativa ou na esteira de um crescimento significativo do consumo. O milho, apenas no período 1990-1995 apresenta crescimento dinâmico do consumo, alavancado pela expansão da avicultura.

A produção agrícola de alimentos básicos como feijão e arroz, responde a preços e demanda. Desde o início da década de 1980 ocorre mudança progressiva no padrão

alimentar, em especial das médias e grandes cidades, com diminuição do consumo percapita dos alimentos mais básicos (como demonstramos no item anterior).

Os anos em que a produção cresce mais do que o consumo (que se encontra praticamente estagnado) são seguidos de aumento dos estoques queda da produção por pelo menos dois anos. Isto por vezes, leva a que o movimento reativo dos produtores, de diminuir a produção no ano seguinte, acabe por causar desabastecimento no mercado interno, gerando alta dos preços e pressionando as importações.

Pode-se visualizar este processo com os dados dos gráficos acima, no qual as importações em pouquíssimos casos vieram para suprir deficiências internas, pois somando-se a produção do ano corrente com os estoques do ano anterior, se atenderia ao consumo interno. A partir do plano Real, com a valorização cambial, houve aumento das importações de alimentos devido à queda artificial dos preços dos produtos importados (leia-se distorção dos preços relativos pela supervalorização do Real frente ao Dólar). Isto reforçou o processo de crise da agricultura nacional, levando a novas diminuições das safras e maiores pressões sobre as importações visando garantir o abastecimento e manter baixos os preços dos alimentos para o consumidor (um dos principais itens dos índices de inflação).

Reforçou-se a impressão de que há incapacidade da oferta de atender o mercado interno, ou de que houve abandono da produção de mercado interno em favor das exportações. No entanto, no período 1995-98 as exportações também foram reduzidas e desestimuladas pelo câmbio valorizado.

A expansão da demanda interna é mais problemática, pois responde por um lado, à distribuição de renda e por outro às profundas mudanças no padrão de alimentação brasileiro nas últimas décadas.

Em virtude do avanço dos programas sociais nos últimos anos, que vem garantindo, ao menos a alimentação básica para uma quantidade significativa de famílias que antes não o tinha, o fator *padrão de alimentação*, vem sendo o mais problemático, como procuramos demonstrar no início do presente capítulo com os dados da POF-IBGE. Ou seja, mesmo num contexto de crescimento da produção com rebaixamento de preços, numa conjuntura de crescimento econômico em que haja aumento da renda real, inclusive dos trabalhadores mais pobres, o impacto sobre a demanda de alimentos básicos é pequeno.

Além do fraco crescimento da demanda, os produtores enfrentaram o problema da queda dos preços durante a década de 1990. O governo FHC utilizou a importação de alimentos e a desindexação da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), para pressionar a baixa no preço dos alimentos, e manter a inflação baixa. A PGPM sofreu um reajuste no caso do arroz de apenas 9% no período 1995-2000. No ano 2000, o custo de produção de uma saca de arroz (50 kg) estava estimada pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz em R\$ 13,66, acima portanto, do preço mínimo estabelecido pela CONAB para aquele ano (R\$ 10,35). No ano de 2000, o preço mínimo do arroz é reajustado para R\$ 14,00, enquanto o custo de produção passa a R\$ 15,18 em média⁷⁶. Isto causou sérios problemas aos produtores de arroz.

O consumo do arroz passa por um aumento mais significativo a partir de 2003, em virtude dos programas sociais de fornecimento de alimentos do governo federal. O consumo de arroz estava praticamente estabilizado desde metade da década de 1980. O que reforça o argumento de que a fome é ocasionada por problemas de renda de considerável fatia da população e não por uma irreal “falta de alimentos”.

Assim, na mesma linha de pensamento de Soares (1992), avaliamos que propor o aumento da produção de alimentos via reforma agrária como solução para a fome no

⁷⁶ Dados da CONAB, IRGA e Anuário Brasileiro do Arroz, 2001 e 2002.

Brasil, como o fazem Oliveira (2001 e 2003) entre outros é propor uma falsa solução para um problema erroneamente diagnosticado.

Gonçalves (2004) também analisando as séries da POF-IBGE, aponta:

Num primeiro ângulo, pela redução do consumo em todas as classes de renda, de produtos tradicionais como o feijão, e o incremento de protéicos como a carne avícola, fato consistente com as transformações do padrão agrário. Em outra e fundamental perspectiva, cabe destacar a queda sistemática, também, em todas as classes de renda, ainda que mais pronunciada nos estratos de maior rendimento, da parcela do orçamento familiar gasta com alimentação e vestuário, levando à constatação de que a fome urbana não é um problema de falta de comida nem de comida cara, mas fruto direto da falta de trabalho, pois nenhuma renda e renda nenhuma, que implicam em nenhuma ou pouca comida (Gonçalves, 2004, p. 43).

Portanto, um processo de reforma agrária, embora possa melhorar as condições de alimentação dos produtores assentados, não resolverá o problema da fome no Brasil, que se concentra primordialmente nas grandes cidades, pois esta não é um problema de oferta, mas de falta de renda. Políticas de geração de renda podem ser muito mais eficazes na resolução dos problemas alimentares de parte significativa da população brasileira.

4.3- A Diferenciação da Oferta e a Estrutura da Demanda

A partir da década de 1990 a questão da contínua inovação e diversificação passou a ocupar papel central na pauta das estratégias dos setores industriais. Assim como o investimento é determinado em grande parte pelas expectativas do empresário de aumento de lucratividade, seja por rebaixamento dos custos de produção seja por

aumento de vendas e conquistas de novos mercados, a introdução de novos produtos também obedece em primeiro plano às expectativas de resultados.

Pode-se considerar a partir disto, que os custos relacionados ao aprendizado e introdução de técnicas ligam-se diretamente à expectativa de que as inovações se convertam em novos produtos que tenham um crescimento da demanda compensador frente aos custos de introdução da inovação.

Tendo isto em vista, procuraremos argumentar que a aceleração das inovações em produtos no setor alimentar, ocorrida recentemente, busca influir diretamente sobre um quadro de fraco crescimento da demanda e que, por este motivo, as empresas líderes do setor partiram, para ampla diferenciação de produtos para conquistar novos mercados e ampliar vendas.

Para Benneti (2004), a diferenciação de produtos é uma das principais características impulsionadas na década de 1990:

Uma segunda característica do processo de desenvolvimento do SPPA [Setor de Processamento da Produção Agropecuária] que interessa ressaltar é a de as mudanças estruturais envolvendo aumento da concentração do patrimônio e da produção industrial estarem diretamente associadas à consolidação do paradigma de desenvolvimento industrial adotado nos últimos anos. *Sua dinâmica, efetivamente, está condicionada pela capacidade de segmentar o mercado, isto é, de multiplicá-lo a partir de um conjunto relativamente conhecido de insumos agropecuários. Daí deriva uma terceira característica desse mercado, qual seja, a de que a regra básica do jogo para os competidores reside na diferenciação dos produtos.* Como a concorrência se estabelece, nesse padrão de crescimento, com base na capacidade de diferenciar a oferta, as empresas envolvidas são, necessariamente, centros de produção e de incorporação intensiva de novas tecnologias, bem como de novos processos de trabalho. E é precisamente porque estão tão ligadas ao novo que as estratégias mercadológicas assumem uma função vital. Mais do que isso, as pesadas despesas com vendas, especialmente com gastos de propaganda, acabam tornando-se indissociáveis da realização do capital investido na esfera agroindustrial (Benneti, 2004, p. 76 e 77 Grifo Nosso).

Segmentação de mercado e diferenciação de produtos tornam-se estratégias fundamentais das empresas do setor. Embora as médias empresas estejam participando deste mercado e beneficiando-se inclusive de um mercado em ascensão voltado aos pequenos e médios beneficiadores, o de produtos artesanais, o desenvolvimento de novos produtos e a segmentação de mercado são lideradas pelas grandes empresas.

A Nestlé, por exemplo, trabalha com uma linha de mais de 800 produtos voltados às mais diversas classes sociais, gostos e necessidades específicas. As grandes redes varejistas, que também passaram por intenso processo de concentração e internacionalização, estão entre os impulsionadores destas mudanças na indústria. Entre 1994 e 1999 o número de itens negociados pelos hipermercados passa de 16 mil para 64 mil (Benneti, 2004).

A inovação em produtos na indústria de alimentos é em geral incremental, com produtos novos mas não revolucionários, no sentido de produtos inteiramente inéditos que criem mercados que antes não existiam (como acontece freqüentemente com a eletrônica, a informática, a mecânica entre outros). Assim, observou-se aumento de consumo mais expressivo nos setores que apresentaram inovação em produtos, alterando sua condição de elasticidade-renda da demanda. A tabela número 35 apresenta o crescimento total de alguns alimentos no Brasil. Destaca-se o crescimento do consumo de refrigerantes, iogurtes, carne de frango e carne suína.

Tabela n° 35-Crescimento do Consumo Total de Alimentos no Brasil (var. %)				
	1994-96	1994-98	1999-2001	1994-2001
Carne Bovina	19,4	18,8	6,2	26,1
Frango	27,8	44,1	21,6	75,3
Carne Suína	31,1	30	15,4	50,1
Biscoitos	35,6	35	-2,7	31,3
Queijo	51,4	23,7	-16,1	3,9
Cerveja	55,5	41	1,6	43,2
Refrigerante	58,9	80,1	13,6	104,7
Iogurte	87,2	71,1	0,9	72,7

Fonte: ABIA, 2002.

Um dos aspectos mais importantes da recente inovação em produtos na indústria de alimentos se refere à adaptação e combinação de técnicas que possibilitem produzir em escala industrial, produtos antes artesanais ou alimentos prontos que não percam suas qualidades específicas. Por exemplo, como produzir uma lasanha industrial, que possa ser congelada por longos períodos, sem perder o sabor, o frescor etc, como produzir salames e defumados em grande escala, mas mantendo as características artesanais? Como produzir industrialmente pratos com misturas complexas de ingredientes e temperos com diferentes perçibilidades como o arroz carreteiro, com um sabor agradável e prazo razoável de validade? Como produzir alimentos que ao serem aquecidos no forno microondas mantenham suas qualidades?

Ao lado da produção industrial de alimentos tradicionais, ocorre o desenvolvimento de novos alimentos que vem provocando aumento da demanda pela substituição dos alimentos tradicionais, pela criação de novos hábitos de consumo e pelo desenvolvimento do consumo dos “alimentos funcionais” (o qual se constitui no único *novo* mercado, rigorosamente falando, criado para a alimentação).

Dentre os novos tipos de alimentos, merecem destaque os produtos *diet e light*: margarinas, iogurtes, sobremesas, refrigerantes, adoçantes, sucos entre muitos outros. As indústrias desenvolveram inúmeras linhas de produtos dietéticos e de baixa caloria objetivando conquistar os consumidores mais preocupados com o consumo

excessivo de gorduras e açúcares. Dados da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos Dietéticos- ABIAD, em ABIA (2003), demonstram que as vendas de alimentos diet e light passaram de US\$ 160 milhões em 1990 para 1,5 bilhão em 2000.

As empresas internalizam o desenvolvimento de inovações que representem ganho imediato de posições de mercado e mesmo de criação de novos *nichos* de mercado⁷⁷. Isto abrange, em geral, produtos com características exclusivas, passíveis inclusive de registro de patentes os quais exigem também, estratégias exclusivas de marketing, em especial quando demandam novos hábitos de consumo ou quando concorrem com produtos tradicionais.

No primeiro caso, podemos citar como exemplo o iogurte Activia, desenvolvido pela Danone em seu laboratório de P&D localizado em Paris. O Activia contém lactobacilos que auxiliam na regulação das funções intestinais e no combate à prisão de ventre. A estratégia de divulgação abrangeu forte campanha na mídia, bem como contato direto com consumidores nos pontos de venda, com degustação e contatos com profissionais da área de saúde. A estratégia de diferenciação, neste caso, não se limitou à novidade ligada à saúde, mas também à oferta de diferentes sabores misturados com frutas e em diferentes formatos de embalagens⁷⁸.

⁷⁷ A busca de inovações em processos genéricos, que visem aumento de produtividade e redução de custos são tratados como externalidades e deixados a cargo das indústrias de equipamentos, das consultorias em gestão e organização da produção e empresas de pesquisa públicas. Na indústria de alimentos ocorre uma cooperação entre as empresas no âmbito da troca de informações quanto aos processos básicos à obtenção e padronização de matérias-primas. As associações empresariais oferecem informações, cursos, realizam seminários dos quais participam técnicos e dirigentes de empresas concorrentes, além de manterem publicações a respeito de processos produtivos, equipamentos, novas tecnologias, tendências de mercado etc.

⁷⁸ Conforme reportagem da Revista Engarrafador Moderno, fev. 2004, a Danone lançou no ano de 2004 mais 25 produtos novos além do Activia, incluindo outros na linha dos alimentos funcionais. Segundo a mesma reportagem, o mercado de fermentados é um dos que mais cresce: "O mercado de leite fermentado está em plena expansão, de 2002 para 2003, o faturamento do setor cresceu cerca de 4%, movimentando, no ano, em torno de R\$ 243 milhões, conforme dados Nielsen 2003. Outro mercado em expansão que dobrou suas vendas em 4 anos foi a água de coco em embalagem longa vida, que evoluiu de 60 milhões de unidades em 1999 para 120 milhões de unidades em 2002. Estendendo a força de sua marca para a categoria de água de coco, a Danone chega então para competir num mercado que cresce a cada ano. Em embalagem longa vida de 200 ml, a empresa menciona como motivos para o sucesso da nova investida, a ampla rede de distribuição e a embalagem diferenciada, que se caracteriza pela cor verde e por imagens que remetem à refrescância proporcionada pelo produto e o apelo saudável do alimento".

No segundo caso, de novos produtos que concorrem com produtos tradicionais, a Perdigão lançou o Chester, desenvolvido ao longo de vários anos pela empresa via cruzamento de várias linhagens de frango de alto desempenho, para concorrer com o tradicional peru, consumido em especial no Natal. O lançamento do produto foi acompanhado de intensa campanha nos meios de comunicação, enfatizando suas qualidades com relação ao sabor, à saúde (baixo teor de gordura) e à maciez com relação à carne de Peru. No decorrer da década de 1990, outras empresas do setor imitam a estratégia e lançam aves diferenciadas, como demonstrou Espíndola (2002), a Sadia (SC) lançou a “Fiesta”, a Macedo Koerich (SC) lançou a “Gran Ave” (bem como linha de industrializados e cortes temperados), a Avipal (RS) lançou a “Ave Chef” (temperada com ervas naturais, inteira ou em cortes).

A Sadia, líder do setor de carnes no Brasil, investiu em profunda diferenciação de produtos desde cortes e derivados de frango e suínos, para alimentos industrializados: “após a introdução de tecnologias vinculadas ao processo de pré-cozimento e as alterações nas linhas de produção, lançou novos produtos como: o mini-quibe em Várzea Grande; o Croquete em Toledo; a tortinha, a coxinha e a empadinha em Chapecó, e a linha de Pizzas, em Ponta Grossa. Esses produtos industrializados semi-prontos seguem, em alguns casos, as especificações do cliente em cor, tamanho etc. Portanto, há um processo de flexibilização do mix em produtos sob encomenda” (Espíndola, 2002, p. 12).

As indústrias processadoras de soja desenvolveram diversos derivados que respondem não só às necessidades nutricionais, mas adentram a linha de alimentos funcionais, como o leite de soja que pode ser consumido por pessoas alérgicas a lácteos, a carne de soja que substitui a proteína animal para vegetarianos e para pessoas com taxas elevadas de colesterol; a proteína texturizada de soja, indicada

para pessoas com problemas intestinais entre outros produtos, até fármacos e cosméticos.

Os grandes grupos de processamento de soja lideraram o processo de mudança, ao não trabalharem mais apenas com óleo e farelo como derivados de soja. Como demonstra Mazzali (2000), a *Sanbra* (do grupo *Bunge e Born*) iniciou a produção de margarinas e cremes vegetais com baixos teores de gordura; a *Cargill* concentrou-se nas gorduras hidrogenadas utilizadas na fabricação de alimentos como biscoitos, massas, pães e chocolates.

Os grandes grupos nacionais de produção de soja também reestruturaram suas linhas de produtos. A *J.B. Duarte* ampliou sua atuação para outras *commodities* como trigo, aveia e cevada e sua linha de produtos para gorduras, cremes vegetais, óleos essenciais de milho, girassol e compostos além de produtos químicos (de limpeza doméstica e veterinária) (Mazzali, 2000). A *Olivebra*, com forte crise financeira redefiniu suas atividades, desmobilizando parte dos ativos de esmagamento de soja, para se concentrar no refino de óleo comestível e de lecitina pura (derivado de soja utilizado em fármacos e cosméticos) conforme os dados de Mazzali (2000).

Como aponta Kupfer (2002) a diferenciação de produtos constitui uma das mais importantes barreiras de entrada no setor industrial, pela elevação dos custos médios de entrada e pela economia de escala com propaganda (“custo de conquista do cliente”)⁷⁹. As empresas entrantes tem a dificuldade de deslocar as preferências do consumidor das marcas consolidadas, pois a qualidade da nova marca é incerta. Kupfer acrescenta que a barreira é maior em setores onde ocorre menor repetição do

⁷⁹ Kupfer (2002) argumenta que a mensuração da barreira de entrada por diferenciação de produtos é difícil pois depende de várias características do produto, das estratégias de venda, da distribuição, mas que: “Mesmo assim, há virtual unanimidade entre os economistas industriais de que a diferenciação de produto é a mais forte barreira à entrada na indústria. O motivo para isso é o fato de que são amplas as possibilidades de criação de vantagens da primeira empresa a mover baseada nas preferências dos consumidores” (Kupfer, 2002, p. 122).

ato de compra o que dificulta o aprendizado do consumidor e torna elevados os “custos de arrependimento” (caso típico é a indústria de bens duráveis).

Podemos traçar então uma relação com a indústria de alimentos, como nos exemplos citados acima de novos produtos. Por um lado, a diferenciação constitui barreira pelo baixo dinamismo da demanda, em que o produto novo terá que disputar o mesmo consumidor do produto já estabelecido, mas por outro, pela maior frequência de compras e pelo baixo custo unitário, o consumidor pode “experimentar” o novo produto, pois se não aprová-lo não sofrerá prejuízo significativo e duradouro. A própria estratégia de degustação nos pontos de venda, demonstra que a entrada de um novo concorrente (ou de um novo produto de um fabricante tradicional, como exemplificamos no caso do Chester da Perdigão) é muito mais acessível do que em mercado de bens semi-duráveis ou duráveis.

A dinâmica descrita levou a que a constante diferenciação de produtos tenha se transformado em característica central do setor agroalimentar, o que acompanhando a intensa centralização do capital ocorrida no setor na década de 1990, criou uma dinâmica ditada pelas grandes empresas com condições de bancarem as atividades de pesquisa em estruturas próprias ou por parcerias com empresas de pesquisa.

Pode-se visualizar isto pelos dados apresentados em pesquisa da Latin Panel/Ibope sobre as marcas líderes dos principais alimentos comercializados nos supermercados⁸⁰. Esta pesquisa foi realizada em 2003, mesmo ano da última POF-IBGE, o que nos permite uma analogia entre os resultados, que embora com metodologias e amostragens diferentes, abordam o público das mesmas regiões no mesmo período.

⁸⁰ Pesquisa realizada pela consultoria Latin Panel/Ibope e divulgada na revista Super Varejo, ano V, n 51, agosto de 2004.

Na tabela n° 36, observa-se a *participação de mercado* das cinco maiores marcas de alimentos por categorias e o percentual das vendas realizadas em supermercados e nas grandes redes. A pesquisa abrange 36 milhões de domicílios, o que corresponde a aproximadamente 86% do potencial de consumo nacional (Super Varejo, 2004, p. 22).

Os dados demonstram a predominância dos supermercados como principal canal de venda com participação acima de 70% em quase todos os produtos da amostra. Nestes, chama a atenção a altíssima concentração nas cinco principais marcas, em especial, nos produtos mais segmentados, como afirmamos acima.

Caso a concentração seja apresentada por fabricante e não por produto e marca, como faz a pesquisa Latin Panel/Ibope, esta aumenta consideravelmente, uma vez que os grandes fabricantes estão presentes em várias categorias de produtos e possuem diversas marcas, como Parmalat, Danone, Nestlé, Fleishmann, Kraft Foods entre outros.

Na última década, de maneira mais acentuada surgiram produtos que atendem a necessidades específicas e novos hábitos de consumo (alimentos funcionais, alimentos com altos valores nutritivos e baixas calorias, alimentos diet e light etc) ou que apresentem facilidades no preparo (como alimentos prontos e semi-prontos bastando ser aquecidos, alimentos para microondas etc.). Estes geraram grande segmentação de mercado e surgimento de inúmeros novos produtos que passaram a fazer parte do dia-a-dia do consumo das classes médias e altas. Nestes produtos, encontram-se as maiores concentrações e a maior participação das grandes redes na comercialização, como demonstra a tabela n° 15, para sopas, adoçante, café solúvel, chá pronto para beber, caldo, tempero industrializado, biscoito wafer, sobremesa pronta, achocolatado em pó, leite condensado, leite aromatizado entre outros.

Tabela n° 36- Alimentos Industrializados- Concentração das Marcas e Participação dos Supermercados nas Vendas (2003)			
Produto	% das 5 maiores marcas nos supermercados	% comercializado em Supermercados	% nas 5 maiores redes de Supermercados
Sopa	97	81	20
Caldo	95	Nd	Nd
Chá pronto para Beber	95	89	28
Adoçante Líquido	92	73	11
Leite Condensado	85	86	18
Molho de Tomate	84	85	85
Petit Suisse	83	89	88
Leite Fermentado	83	68	16
Café Solúvel	82	76	12
Polpa e Purê de Tomate	81	84	67
Fermento	80	88	10
Leite em Pó	78	60	10
Cerveja	78	57	13
Sobremesa Pronta	76	83	83
Achocolatado em Pó	74	82	16
Maionese	72	85	15
Suco Concentrado	68	86	14
Creme de Leite	62	85	17
Óleo Vegetal	61	67	69
Tempero	61	59	59
Extrato de Tomate	60	78	77
Suco Pronto para Beber	60	78	21
Margarina	60	75	13
Cereal Matinal	59	86	25
Refrigerante	56	64	11
Catchup	52	63	65
Refresco em Pó	50	67	8
Biscoito Wafer	49	79	12
Leite Aromatizado	49	75	12
Farinha de Trigo	47	81	10
Biscoito Doce	34	71	8
Iogurte	33	81	13
Biscoito Salgado	32	68	9
Biscoito Recheado	30	73	11
Leite UHT	26	85	19
Açúcar	25	73	10
Café Torrado	25	72	11
Leite Pasteurizado	21	28	2

Fonte: Super Varejo, ano V, n° 51, 2004.

Há uma grande correlação entre os produtos mais sofisticados, o grau de concentração nas cinco maiores marcas, o volume comercializado em supermercados e o volume nas 5 maiores redes de supermercados. Por outro lado, os alimentos mais tradicionais, de menor elasticidade-renda, apresentam concentrações bem menores, tanto em termos de fabricantes, quanto em termos da participação das grandes redes varejistas em sua comercialização.

O leite pasteurizado é o único produto com percentual de vendas em supermercados inferior a 50% (28% em supermercados e 2% nas grandes redes). Já alguns derivados do leite como petit suisse (sobremesa láctea) e leite condensado possuem elevada concentração nas cinco maiores marcas (83% e 85% respectivamente) e nas vendas em supermercados (89% e 86%). O petit suisse tem 88% de suas vendas nas cinco grandes redes de supermercados.

A mesma situação, de modo geral, se apresenta em produto como: achocolatado em pó, adoçante líquido, café solúvel, polpa e purê de tomate, catchup, molho de tomate, sobremesa pronta, leite fermentado, maionese, chá pronto para beber, suco pronto entre outros.

Entre os produtos tradicionais há concentrações menores, mas mesmo assim as cinco maiores marcas concentram mais de 30% das vendas em quase todos. Apenas para café torrado, açúcar e leite pasteurizado este percentual é inferior a 30%. Ainda assim deve ser feita a ressalva de que no caso do café, algumas empresas possuem diversas marcas, o que disfarça a concentração na estrutura produtiva. Conforme dados de Benetti (2004) apenas quatro fabricantes são responsáveis por mais de 80% da industrialização de café no Brasil.

Segundo a pesquisa Latin Panel/Ibope, metade dos consumidores das grandes redes encontra-se nas faixas mais elevadas de renda (A e B), o que ajuda a entender a oferta de produtos novos e de alto valor concentrada nessas redes e o aumento da diferenciação de produtos pelas grandes indústrias alimentícias. A diferenciação se tornou estratégia obrigatória para adentrar nos canais de comercialização mais lucrativos e conquistar um consumidor de alto poder aquisitivo e de alto nível de exigência, pois suas *necessidades* alimentares estão completamente atendidas.

Além da questão da renda em si, a pesquisa aponta que do total dos consumidores, 22% são adultos que moram sozinhos e 13% são de adultos sozinhos, mas com crianças, os quais representam um consumidor que busca em geral, praticidade no consumo alimentar. Este é o público preferencial de alimentos industrializados, mas não somente. As residências com crianças até 13 anos (tanto de casais, quanto de adultos sozinhos) são as que mais aumentaram o consumo de cereais matinais, que até a década de 1990 eram pouco conhecidos do consumidor brasileiro.

Diversos produtos vêm ganhando espaço pela substituição de produtos tradicionais tanto nas camadas de baixa renda quanto nas camadas médias e altas. Grosso modo poderíamos dividir estes produtos em dois grupos:

- a. Iogurtes, biscoitos, derivados de carne de frangos e suínos, óleos vegetais, massas entre outros- Nas camadas de baixas e médias rendas possibilitam novos hábitos de consumo pela queda dos preços de produtos antes inacessíveis. Esta queda nos preços foi ocasionada por ganhos de produtividade e aplicação de novas técnicas que possibilitaram o desenvolvimento de produtos com matérias-primas de mais baixo valor. Além do consumo de novos produtos, levou à substituição de produtos tradicionais como carne bovina, arroz e feijão

por pratos prontos, carne de frango e derivados, massas semi-prontas de baixo valor etc.

- b. Defumados, salames, queijos especiais, derivados de frango e suínos, iogurtes diet, fibras, granolas, alimentos orgânicos, sucos prontos, novos tipos de café como descafeinado e capuccino pronto, alimentos funcionais e diversos tipos de alimentos prontos e semi-prontos de alto valor entre outros- Nas camadas mais elevadas de renda levaram em especial à ampliação do consumo por uma série de produtos de alto valor agregado frutos de avanços técnicos e pesquisa científica e também pela substituição dos alimentos tradicionais. Como demonstrou o gráfico nº 20, o consumo dos alimentos básicos é decrescente nas faixas de renda mais elevadas.

4.4- A Geografia do Consumo de Alimentos

Nossa análise não estaria completa sem uma consideração da dinâmica espacial do consumo de alimentos. A concentração da renda também se manifesta espacialmente no Brasil. Logo, isto reflete no consumo de alimentos, que repete a mesma concentração do consumo dos tipos de alimentos por faixas de renda.

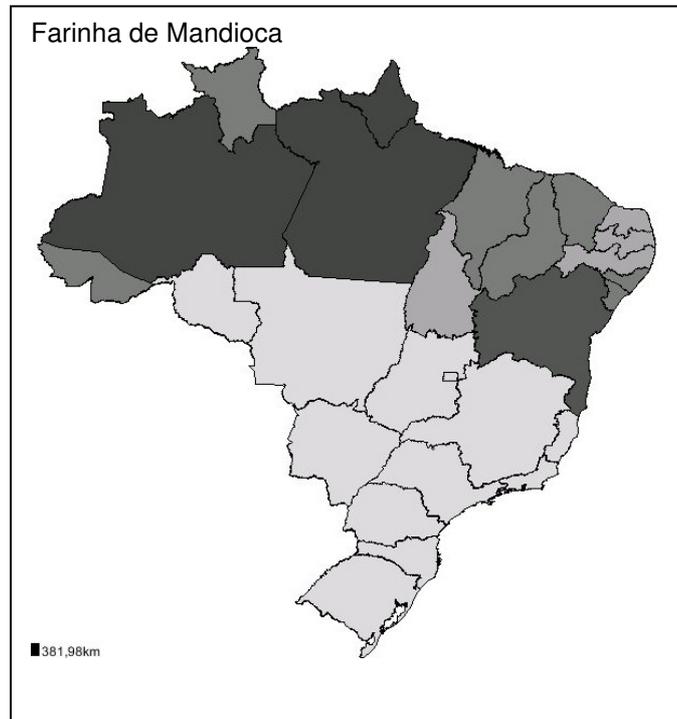
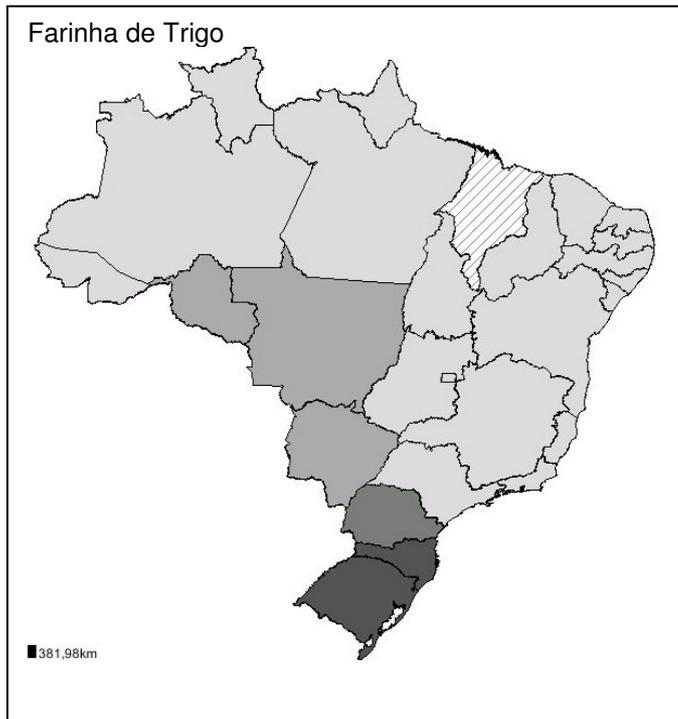
Isto é relevante, pois influencia significativamente nas estratégias das empresas, de localização de suas unidades produtivas, das estruturas de armazenagem e distribuição da produção e nas estratégias de comercialização. A estratégia de aumento das vendas de produtos para uma determinada classe social, passa pela questão de saber onde esta se concentra.

Dos grandes grupos de alimentos, nenhum encontra seu consumo distribuído equilibradamente pelo território brasileiro. À medida que avançam os tipos de alimentos com maior grau de industrialização e maior valor, estes se concentram progressivamente nos estados do Sul e Sudeste. Nestas regiões concentram-se as populações com maior renda percapita. Com isso, o consumo de alimentos já atingiu um teto nestas regiões, e seu crescimento se dá muito lentamente, como já visto neste capítulo.

A grande potencialidade de crescimento do consumo de alimentos está nas regiões de mais baixa renda e de desenvolvimento mais recente, do Nordeste, Norte e primordialmente Centro-Oeste. As dimensões continentais do Brasil levam a que unidades produtivas com capacidade ociosa não consigam atender aos mercados consumidores em potencial, devido aos altos custos de transportes.

Assim observa-se investimentos em unidades produtivas no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, ao mesmo tempo em que se mantém grandes unidades no Sul e Sudeste. A dinâmica regional do consumo de alimentos pode ser observada nos mapas nº 10 a 15.

**MAPA n° 10- Consumo Anual Domiciliar Percapita de Farinhas
Unidades da Federação- 2003**



Legenda

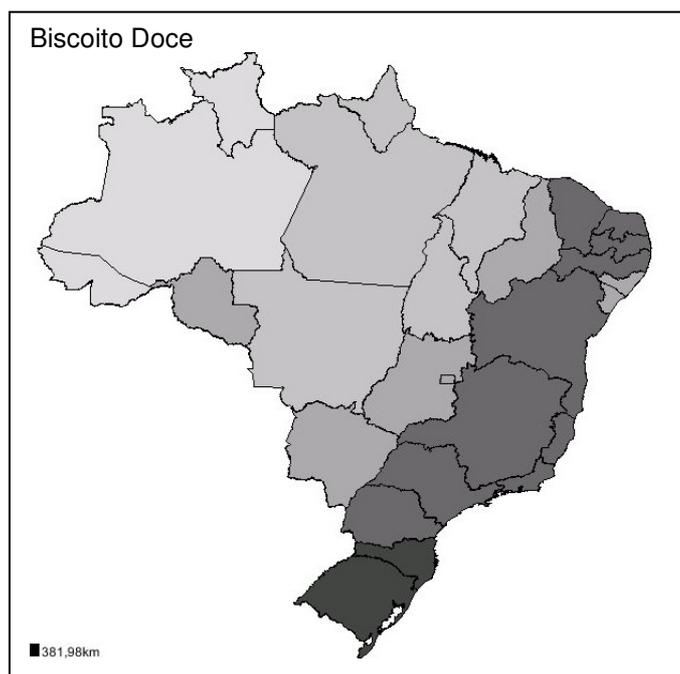
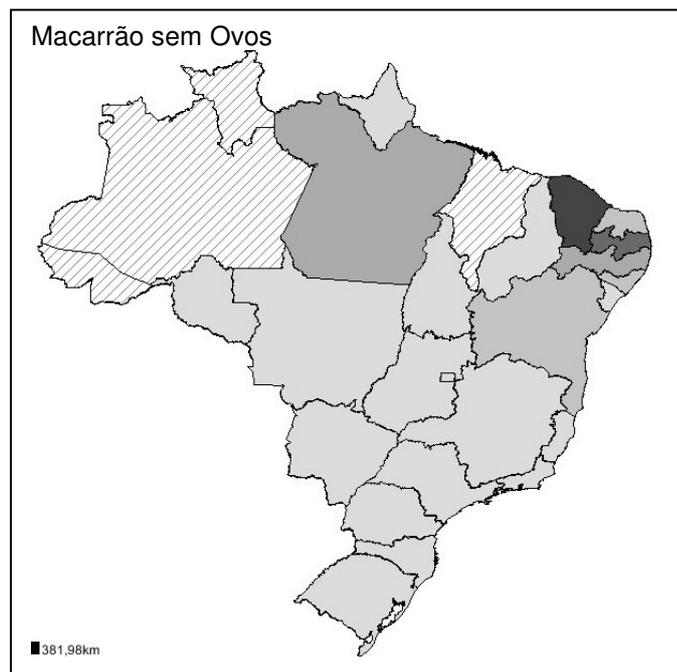
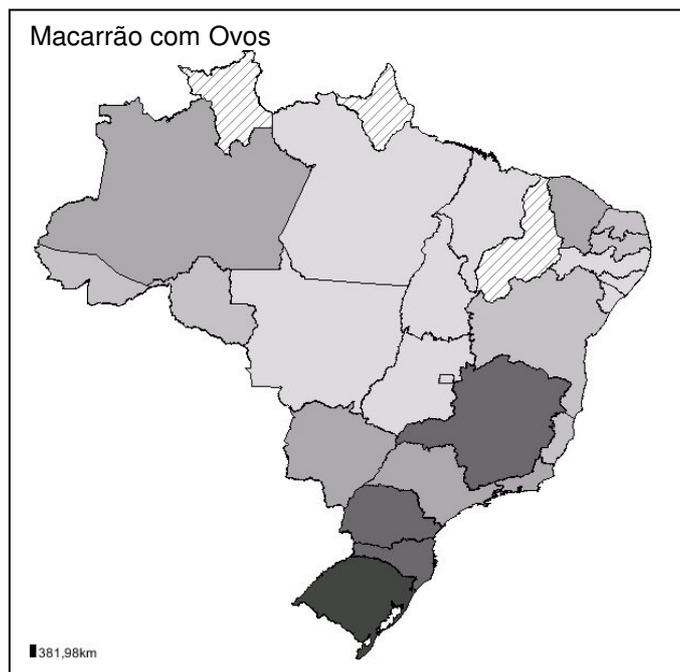
Kg/percapita/ano

Cor	De	Até
Lightest Gray	0,700	5,000
Light Gray	5,100	10,000
Medium Gray	10,100	20,000
Dark Gray	20,100	30,000
Darkest Gray	30,100	44,000

////// Ausência de dados,(-) ou valor desidentificado

Fonte: POF-IBGE, 2003

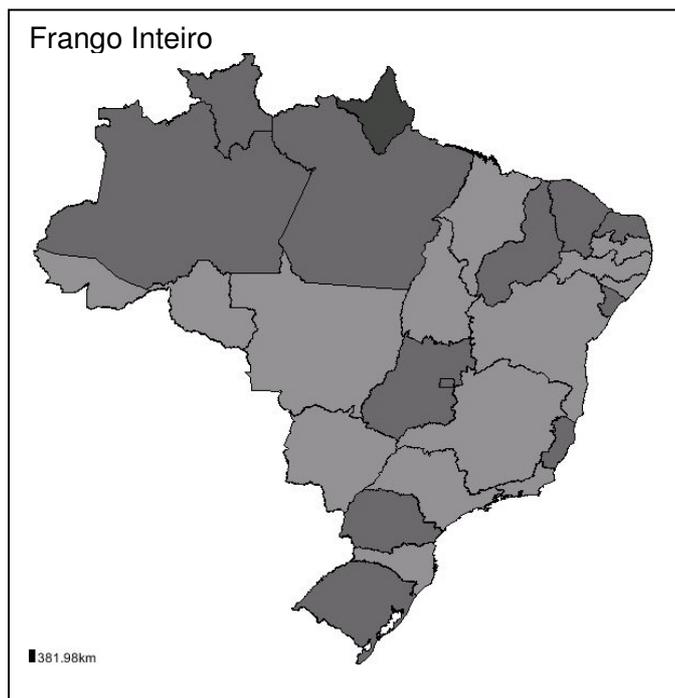
**MAPA n° 11- Consumo Anual Domiciliar Percapita de Massas e Biscoitos
Unidades da Federação- 2003**



Legenda		
Kg/percapita/ano		
	De	Até
	0,300	0,900
	0,910	1,500
	1,510	2,000
	2,010	3,000
	3,001	4,3
/////	Ausência de dados,(-) ou valor desidentificado	

Fonte: POF-IBGE, 2003

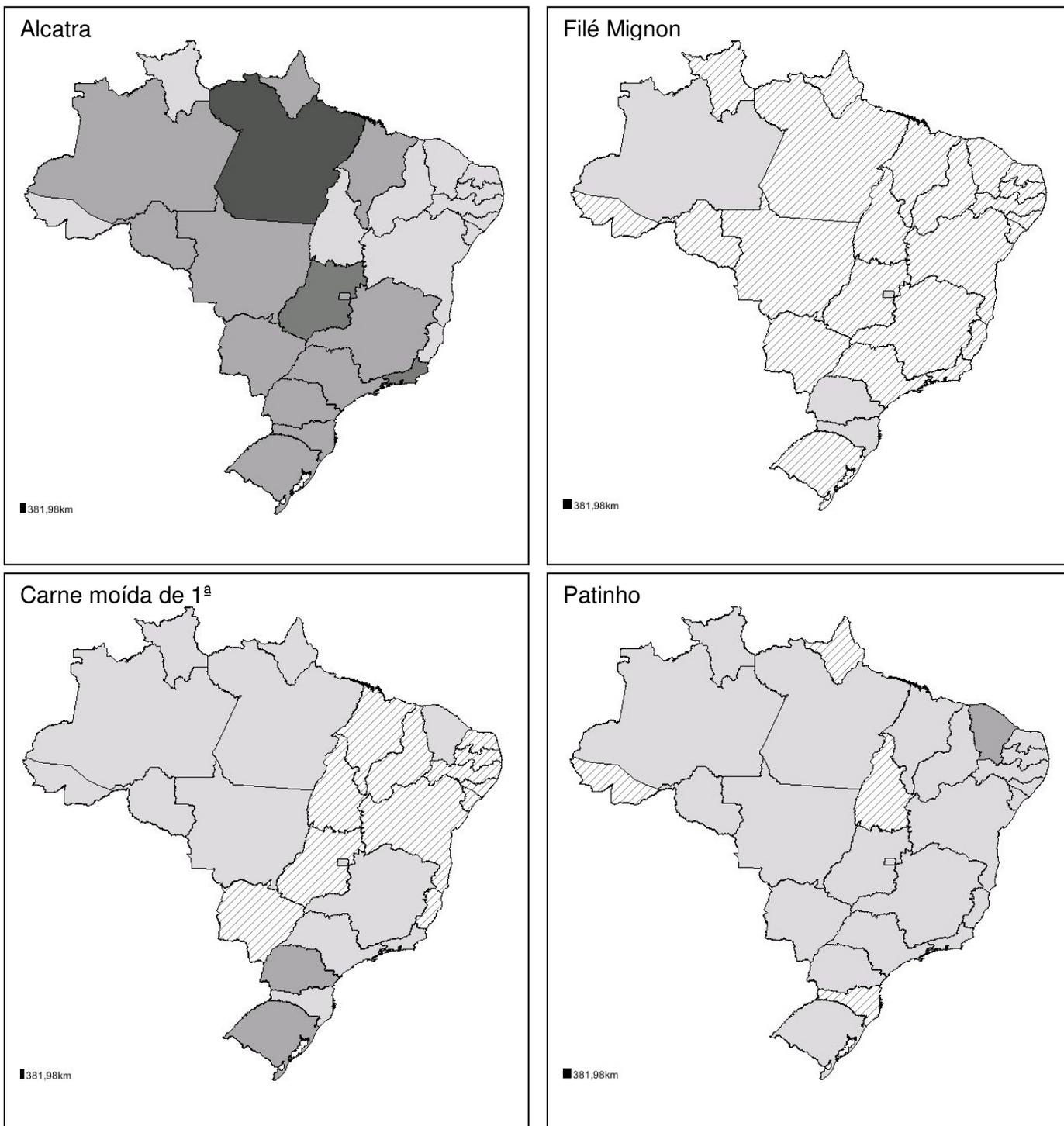
**MAPA n° 12- Consumo Anual Domiciliar Percapita de Carne de Frango
Unidades da Federação- 2003**



Legenda		
Kg/percapita/ano		
	De	Até
	0,500	1,000
	1,001	5,000
	5,001	10,000
	10,001	20,000
	20,001	30,000
////	Ausência de dados, (-) ou valor desidentificado	

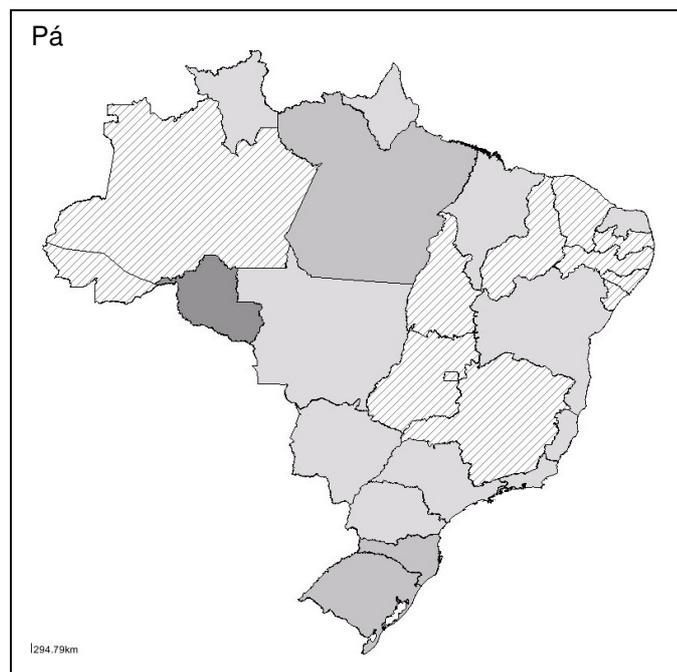
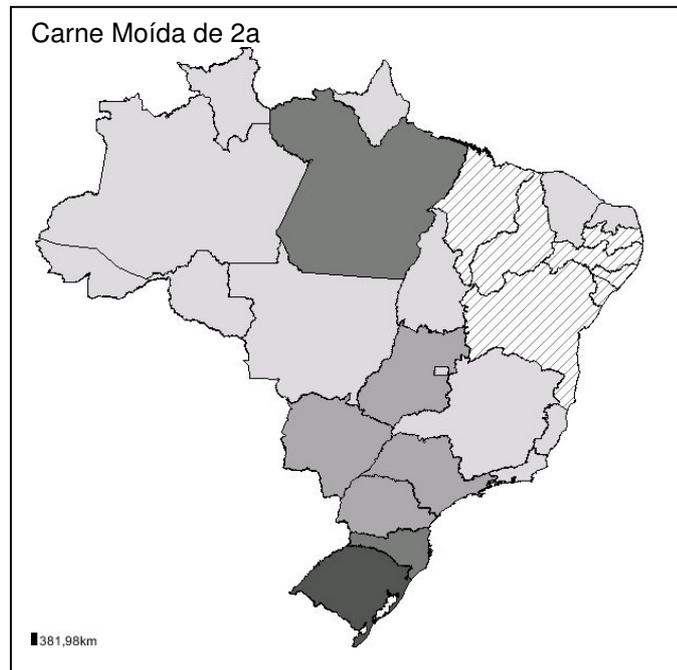
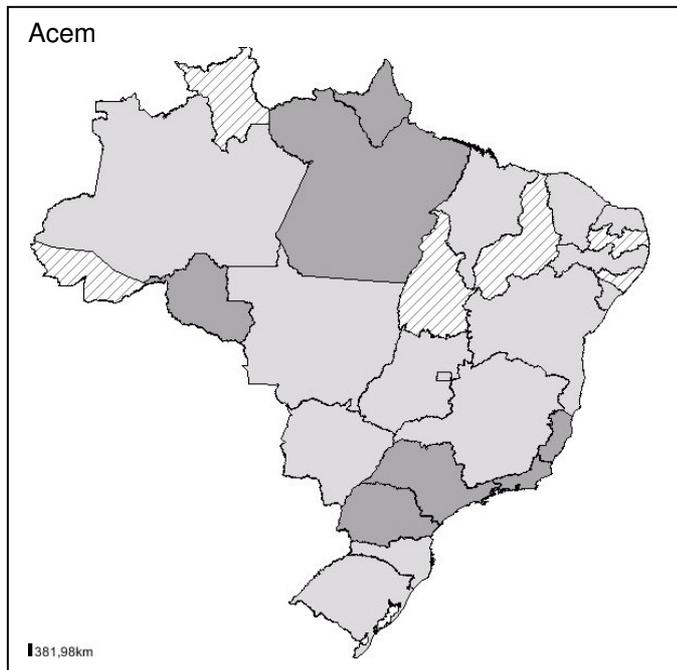
Fonte: POF-IBGE, 2003

Mapa n° 13- Consumo Domiciliar Percapita de Carne Bovina de Primeira- 2003



Legenda		
Kg/percapita/ano		
	De	Até
	0,200	0,800
	0,801	1,500
	1,501	2,000
	2,001	2,500
	2,501	3,500
/////	Ausência de dados,(-) ou valor desidentificado	

Mapa n° 14- Consumo Domiciliar Percapita de Carne Bovina de Segunda- 2003



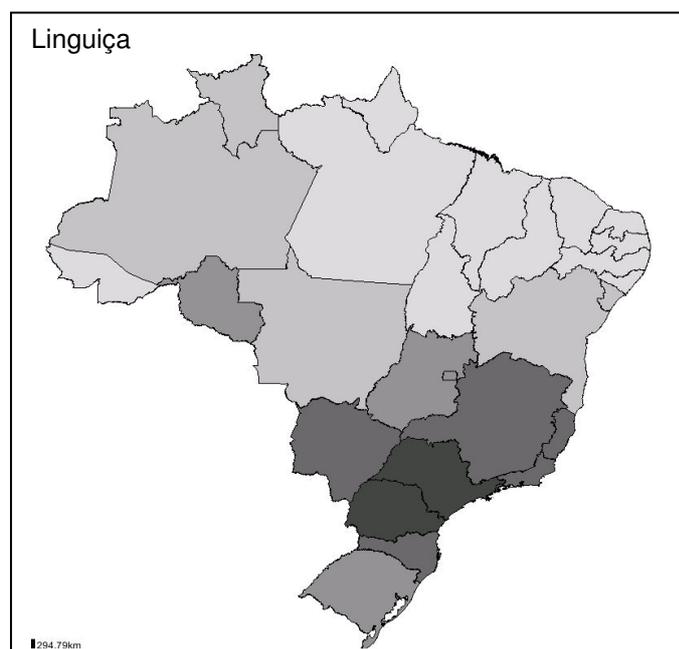
Legenda

Kg/percapita/ano

	De	Até
	0,200	0,800
	0,801	1,500
	1,501	2,000
	2,001	2,500
	2,501	3,500
	Ausência de dados,(-) ou valor desidentificado	

Fonte: POF-IBGE, 2003.

Mapa n° 15- Consumo Domiciliar Percapita de Embutidos de Suínos- 2003



Legenda

Kg/percapita/ano

	De	Até
	0,200	0,800
	0,801	1,500
	1,501	2,000
	2,001	2,500
	2,501	3,500
////	Ausência de dados,(-) ou valor desidentificado	

Fonte: POF-IBGE, 2003.

Os mapas demonstram que o consumo de alimentos industrializados mais dispendiosos como lingüiça, salsicha, biscoito doce, presunto, carne moída de primeira e peito de frango encontram-se concentrados nas regiões Sudeste e Sul. Na região Centro-Oeste encontra-se um consumo mais intermediário. Nas regiões norte e nordeste, encontra-se o consumo de produtos mais básicos, como frango inteiro, frango vivo, macarrão sem ovos e biscoito salgado.

Estes dados demonstram que há amplo espaço para o crescimento do consumo de alimentos nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Por outro lado, nas regiões Sul e Sudeste o consumo da maioria dos produtos encontrou um “teto”, tornando lenta a ampliação. Nestas regiões, as indústrias apostam na diferenciação, como se discutiu no item anterior.

Assim, pode-se compreender parte dos motivos de grupos agroindustriais de vários setores intensificarem os investimentos na região centro-oeste. Além das vantagens produtivas já amplamente conhecidas, a região apresenta potencial de crescimento do consumo de alimentos industrializados mais básicos, além de localizar-se em situação privilegiada para abastecimento das regiões norte e nordeste. As grandes distâncias, junto às péssimas estradas e impostos interestaduais desestimulam que empresas localizadas no Sul abasteçam as regiões norte e nordeste.

Fica claro como a geografia do consumo de alimentos é um elemento importante nas estratégias de empresas alimentares. Por exemplo, a Perdigão, desde fins da década de 1990 construiu unidade produtiva em Rio Verde no estado de Goiás e mais recentemente no município de Nova Mutum no meio norte do Mato Grosso. Seguindo a estratégia, a Sadia está instalando unidade no município de Lucas do Rio Verde, no norte do Mato Grosso.

Na indústria de beneficiamento do arroz ocorreu o mesmo processo, com fechamento de centenas de unidades (em especial as menores) e aumento da participação dos grandes beneficiadores no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No entanto, a crise da década de 1990 afetou inclusive as grandes indústrias levando a venda de parte delas a grupos estrangeiros, como a Camil.

Uma das saídas dos grupos industriais do arroz foi a construção de unidades de beneficiamento em áreas onde o consumo do arroz industrializado era menor, como no Mato Grosso.

Desde fins da década de 1990 inúmeras indústrias de arroz do instalaram-se em áreas do Mato Grosso, nos municípios de Sinop, Sorriso e Tangará da Serra. As vantagens para esses grupos são as de contar com a proximidade com as áreas de produção de matéria-prima e com os novos mercados consumidores. As áreas do meio norte e norte do Mato Grosso passam por processo acelerado de urbanização e de expansão da população total, atraída de outras regiões do país pelo crescimento do agronegócio e dos setores de comércio, serviços e indústria.

Conclusões do Capítulo 4

A demanda interna por alimentos, que apresenta crescimento quantitativo em geral nos dois primeiros anos do plano Real, passa posteriormente por mudança qualitativa. Ocorre estagnação nos produtos mais tradicionais e com baixo grau de industrialização, enquanto novos alimentos e alimentos de alto grau de industrialização (como os alimentos prontos), têm significativa ampliação do consumo, mas predominantemente por substituição dos alimentos tradicionais. Assim, a ampliação da demanda se tornou um dos principais obstáculos à expansão do setor, o que acentuou

a dinâmica de centralização do capital e eliminação das indústrias de menor porte em muitos segmentos.

Análises que apontam vigoroso aumento da demanda somado à queda do custo das matérias-primas (pelo aumento de produtividade agrícola) confundem os vários segmentos do setor agroalimentar num agregado que distorce a realidade. Há segmentos do setor agroalimentar com dinâmicas completamente opostas (em termos de estrutura da demanda, de trajetória tecnológica, de dinâmica regional, de relações com fornecedores de matérias-primas etc.). Há, em traços largos, duas grandes dinâmicas: uma com forte crescimento da demanda e da produção com ênfase na diversificação da oferta; outra com fraco crescimento da demanda e estagnação do crescimento da produção com ênfase na redução de custos:

1) Segmento que obteve forte crescimento da demanda nas décadas de 1970/80 com posterior estagnação, na década de 1990 priorizou investimentos em redução de custos com automatização, aumento de produtividade e pressão pelo rebaixamento dos preços das matérias-primas de origem agrícola (arroz, feijão, mandioca, trigo). Houve redução do número de empresas nestes setores, em especial as pequenas.

2) Segmento com forte crescimento da demanda a partir da consolidação do padrão urbano de consumo em fins da década de 1980, com forte diversificação da oferta a partir da década de 1990, em especial com concentração de capital na agroindústria, na indústria de alimentos e no comércio varejista. A diversificação da oferta com surgimento de inúmeros produtos (direcionados desde as camadas de renda mais baixas até as mais elevadas) possibilitou tanto aumento do consumo de alimentos como um todo, quanto substituição dos alimentos tradicionais pelos novos. Houve

diversificação das unidades produtivas bem como surgimento de novas empresas, tanto grandes corporações quanto médias e pequenas empresas (inclusive grande número de empresas informais). A segmentação de mercado, com surgimento de diversos “nichos”, inclusive de produtos artesanais e produtos ecológicos, permitiu a coexistência de unidades de diferentes dimensões e características.

A relação entre a *diferenciação em produtos* e a demanda por alimentos, é fundamental, pois a inovação tornou-se motor da mudança nos padrões da demanda por alimentos e na dinâmica das empresas do setor agroalimentar. Esta se relaciona diretamente às demais estratégias de reestruturação que vem sendo adotadas, como inovação em processos, construção de novas unidades produtivas, novas relações de contratos com fornecedores e clientes, novas estruturas de transporte e armazenagem para alimentos com novas características, F&A entre outras.

O fraco crescimento do consumo, marcado em especial pela baixa elasticidade-renda da demanda por alimentos básicos e não processados, somado à pressão exercida pelas grandes redes varejistas (fortalecidas pela entrada de redes internacionais e pelos processos de F&A), levou ao fortalecimento da dinâmica de inovação em produtos como estratégia de aumento de vendas e de criação de novos nichos de mercado. Esta foi liderada pelas grandes empresas do setor, com melhor capacidade de realizar pesquisas para desenvolvimento de novos produtos (por ex. os alimentos funcionais), para adaptação de produtos tradicionais à produção em escala industrial (salames, defumados) e para a produção de alimentos mais práticos (pratos prontos e semi-prontos congelados, alimentos para microondas etc).

Os grandes grupos concentram as inovações mais importantes, o que lhes assegura a liderança de mercado, mas que são imitadas pelos competidores de médio porte quando se torna a *tecnologia padrão*. Vem ocorrendo uma busca constante por

diferenciação entre os concorrentes, com difusão de técnicas do *novo paradigma tecnológico* e *seleção* com *combinação* de técnicas tradicionais que ampliem os espaços econômicos de atuação das empresas pela oferta crescente de novos produtos e segmentação de mercado.

Isto nos leva a uma visão mais profunda da demanda do que uma divisão pura e simples entre produtos para o mercado interno e produtos para o mercado externo como comumente se apresenta. Os produtos mais dinâmicos nos mercados externos também abastecem fortemente o mercado interno (açúcar, soja, café, carnes, suco de laranja entre outros).

v

CONCLUSÕES GERAIS

A presente Tese analisou a dinâmica do setor agroalimentar brasileiro e suas relações com três elementos centrais: as mudanças na conjuntura econômica e na política econômica (macroeconômica e setorial); a dinâmica dos investimentos e a ociosidade dos recursos; as mudanças na demanda por alimentos.

A dinâmica cíclica do desenvolvimento brasileiro levou à formação de amplas reservas de capacidade ociosa, o que gerou uma dinâmica em que a expansão dos investimentos não gera imediatamente maior crescimento econômico. Acentuou-se um movimento em que o crescimento precede a ampliação dos investimentos.

Tendo em vista a teoria da dinâmica cíclica com formação de recursos ociosos de Ignácio Rangel e com apoio de ampla análise de dados buscou-se argumentar que o crescimento do setor agroalimentar na década de 1990 e das exportações agrícolas após 1999 foram possíveis pelos investimentos e pela política de desenvolvimento do setor nas décadas de 1970 e 80. Estamos diante de um movimento claramente relacionado com a dinâmica cíclica do crescimento e dos investimentos a partir da utilização dos recursos ociosos de Rangel.

A capacidade ociosa periodicamente presente em diversos setores é uma poupança interna prontamente utilizável e frequentemente ignorada pelos formuladores de política econômica e mesmo pela maior parte dos analistas. A utilização da capacidade ociosa pode propiciar melhoria na elasticidade-renda das exportações no caso de produtos industrializados em que a demanda do mercado interno esteja decrescente ou crescendo lentamente.

O conjunto de dados apresentados neste trabalho deixa claro que o crescimento recente das exportações foi mais intenso nos setores com maior capacidade ociosa e que no auge da vigência das políticas monetaristas anti-desenvolvimentistas, o alívio das restrições financeiras ocorreu de maneira mais eficiente, utilizando-se o potencial

produtivo interno **já instalado**. Isto ocasionou diversos efeitos positivos sobre a economia como um todo: geração de divisas sem o recurso a novos empréstimos externos; estímulo à retomada dos investimentos nos setores diretamente beneficiados e de novos investimentos nos setores ligados aos setores exportadores, mas que se encontravam sub-investidos; ampliação do mercado interno via geração de renda, emprego e de expansão da demanda global amenizando os efeitos da insuficiência crônica de demanda oriunda do esquema de distribuição de renda.

Juntamente com a retomada do crescimento dos setores produtivos, houve reforço (ainda que incipiente) de posições desenvolvimentistas que propõe políticas de cunho comercial, industrial e tecnológica para a retomada do crescimento. Isto abalou a idéia tão divulgada no governo FHC de que não havia alternativa, que se seguia o “único caminho possível”.

Em síntese, a pesquisa demonstrou que:

1- Os investimentos no setor agroalimentar possuem uma dinâmica cíclica que respondeu a partir da década de 1990 reativamente ao crescimento. Por isso, enquanto os investimentos caíam (em especial o crédito rural oficial) a produção crescia. Os investimentos voltam após 1999 com recursos oficiais do Moderfrota e do Finame, ambos do BNDES e a partir de 2003 com elevação dos recursos do SNCR e com a elevação dos preços internacionais de commodities agrícolas.

Os preços internacionais passam a ser um elemento central na demanda e na realização dos investimentos. Primeiramente via *tradings* e depois via bolsas de mercadorias, forma-se um fluxo de recursos para financiar as lavouras. No entanto, é um capital direcionado, sobretudo à compra de insumos e às atividades do plantio à colheita.

Os investimentos continuam a ser realizados com os financiamentos bancários, em especial do crédito oficial. Por isto, a compra de máquinas agrícolas (o principal indicador de investimentos nas lavouras de grãos) oscilou significativamente no período em análise, pois responde por um lado, à expectativa de preços e demanda, mas por outro, à disponibilidade de recursos com taxas de juros atraentes e em montantes suficientes.

A trajetória dos sub-setores do setor agroalimentar foi heterogênea, em consequência da mesma política macroeconômica. Logo, a diferença dos impactos causados relacionou-se diretamente a trajetória de cada sub-setor no período anterior à abertura em termos de investimentos, de nível tecnológico e em especial quanto as perspectivas de crescimento ou estagnação da demanda.

2- As oscilações da conjuntura econômica, da política macroeconômica e das políticas setoriais são fundamentais para o setor agroalimentar. O setor é sensível a distribuição de renda, e quedas nas taxas de crescimento do PIB e aumento no desemprego afetam diretamente o consumo de alimentos. Além disso, o setor agroalimentar representou em diversos períodos, um papel político central. Na década de 1980, como elemento para o controle da inflação, recebeu por um lado subsídios, crédito e proteção e, por outro, controle de preços e restrições às exportações. O grande aumento das importações em fins da década de 1970 e início da década de 1980, em virtude de problemas de abastecimento interno de produtos básicos levou a criação de programas de incentivo à produção. O famoso “plante que o João garante”, direcionado à produção de arroz durante o governo Figueiredo foi emblemático nesse sentido.

Na década de 1990 os incentivos e subsídios são cortados, o crédito rural sofre redução dos recursos e aumento das taxas de juros. As exportações são liberadas completamente e termina o controle de preços dos produtos básicos, mas recorre-se crescentemente às importações para baixar os preços internos. À medida que se agravava a exposição financeira do Brasil e que a estrutura produtiva interna sofria os impactos, o capital financeiro se fortalecia e se beneficiava do crescente fluxo de capital externo e das altas taxas de juros. No período de 1995-99, o governo FHC praticou uma política econômica ortodoxa que preconizou o alívio das restrições recorrendo ao aumento expressivo de influxo de capital externo e ao câmbio sobrevalorizado.

Após 1999 com a retomada das exportações o setor agroalimentar passa a ocupar novamente o lugar de auxiliar na obtenção de divisas, de redução dos déficits comerciais, alívio do estrangulamento cambial e de auxiliar na retomada do crescimento do PIB (exatamente como no início da década de 1980). Com isso, os interesses do setor se reforçam (incluindo seus representantes no legislativo e no executivo) e novas políticas setoriais de incentivo começam a surgir, com destaque para a ampliação do crédito rural oficial.

3- O salto de produção e produtividade com queda dos preços do setor agroalimentar, em dois momentos marcantes, 1) do início do plano Real até 1996; 2) pós-desvalorização cambial de 1999; foram resultados mais diretamente do amadurecimento dos investimentos em máquinas e equipamentos agrícolas, da abertura de novas regiões produtivas, do desenvolvimento da pesquisa agropecuária e da mudança técnica da indústria de alimentos, iniciados nas décadas de 1960 e 70 e aprofundados até a década de 1980.

O grande salto do setor agroalimentar na década de 1990 foi fruto da utilização de recursos amplamente ociosos, criados nas décadas anteriores, uma vez que durante esta década assistiu-se a queda acentuada do crédito rural, e do crédito para investimento em particular; ao desmonte de grande número de agências estaduais de pesquisa agropecuária e da forte retração dos recursos da Embrapa; do desmonte do sistema federal de extensão rural; do abandono da PGPM e da atuação do Estado na comercialização agrícola; do crescimento significativo da inadimplência e do agravamento da situação financeira dos produtores, da importação de alimentos até 1998; do aumento dos preços dos insumos importados (fertilizantes em especial) após 1999, da estagnação da área plantada e da produção da maioria das culturas, entre outras.

A agroindústria e a indústria de alimentos investiram mais pesadamente na modernização e reestruturação das instalações, do que em ampliação e construção de novas unidades. Os investimentos cresceram justamente após a retomada do crescimento da produção e da redução da ociosidade.

4- A dinâmica regional da agricultura é outro elemento central para se compreender os movimentos mais amplos do setor. Enquanto se divulga o grande aumento de produtividade e safras recordes de grãos, deixa-se de considerar que houve abandono da produção em inúmeras áreas menos capitalizadas e expansão da área em áreas novas e com grandes empreendimentos, em especial no Mato Grosso. Assim, o aumento geral de produtividade se deu mais por substituição dos produtores menos capitalizados do que por mudança técnica a partir da abertura.

Assim, a ociosidade, não somente de terras, mas de instalações industriais de processamento (devido as grandes distâncias entre as áreas produtoras de matérias-

primas e a indústria e também devido aos impostos interestaduais) possui um componente territorial que influencia em toda a dinâmica do setor agroalimentar.

5- A consolidação da população urbana traz um novo padrão de consumo de alimentos, que com as mudanças tecnológicas recentes se diversifica. A estrutura de classes cria uma estratificação desse consumo, a partir das diferenças de poder aquisitivo. Os primeiros ramos a se industrializar foram os que atendiam aos produtos mais básicos, como leite, pães e massas em geral, arroz, milho e derivados, farinha de trigo entre outros. Como este consumo mais básico é facilmente satisfeito, a dinâmica de crescimento da demanda é baixa. Esta responde por um lado, ao crescimento populacional (que vem diminuindo o ritmo), à urbanização (também mais lenta desde a década de 1980) e à mudanças na distribuição de renda, quando ocorre inclusão das classes mais baixas. Esta última ocorreu durante um período, com crescimento econômico e aumento da massa salarial, até a década de 1980 e, mais recentemente, com os programas sociais.

Para driblar essa rigidez, a indústria de alimentos procurou paulatinamente diversificar a oferta de produtos, que passam a atender tanto as camadas com maior poder aquisitivo (que já tem suas necessidades atendidas e só ampliam o consumo de produtos diferenciados, de qualidade ou novos) quanto aquelas de renda mais baixa que ainda não atendem a todas as suas necessidades alimentares.

Assim, os investimentos vêm priorizando a diversificação da produção, a criação de novos produtos e a redução de custos, e não a ampliação da capacidade em si.

6- Os mercados externos cresceram em importância a partir da década de 1990. Primeiramente pela ampliação das importações que acirraram a concorrência no mercado interno, levando por um lado à crise, e por outro à reestruturação com concentração da produção nas regiões e nos produtores mais dinâmicos e abandono nas regiões menos produtivas. Isto ocorreu especialmente com o arroz e o feijão.

Num segundo momento, após 1999, os mercados externos se tornam fundamentais à demanda de setores mais capitalizados, como a soja, suco de laranja e carnes. A dinâmica dos investimentos passa a oscilar com maior intensidade, de acordo com as expectativas de preços e de demanda nos mercados externos.

A abertura ampliou a importância da BM&F e dos mecanismos de financiamento via grupos privados. As grandes *tradings* ampliam sua participação na economia nacional, em especial na soja. Por um lado as *tradings* vendem os insumos ao produtor, por outro financiam parte do custeio de safra e vendem a produção nos mercados externos. A possibilidade de captação de recursos no mercado financeiro via CPR facilitou essas operações.

Assim, para alguns produtos, a abertura e a entrada de grandes grupos estrangeiros criou uma demanda adicional e crédito para custeio no momento de cortes de recursos oficiais do SNCR. Isto possibilitou a utilização dos recursos ociosos criados nas décadas anteriores e levou a novos investimentos nas regiões e produtos mais dinâmicos como a soja e o algodão no Mato Grosso. Por outro lado, em regiões e produtos menos dinâmicos (e sem perspectivas no mercado externo) não houve grandes aumentos de produção nem de área.

No caso do arroz houve concentração de área nos produtores mais dinâmicos (em especial no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina), com elevação dos níveis técnicos e de produtividade, numa dinâmica de reação e não de expansão.

7- A entrada de grandes grupos estrangeiros ocorreu primordialmente por aquisições de grandes grupos nacionais nos setores mais dinâmicos. Logo, houve primordialmente substituição do capital nacional pelo estrangeiro, do que ampliação efetiva dos investimentos devido à abertura. Nos casos de soja, carnes e açúcar a abertura só foi positiva devido ao fato de que a estrutura produtiva já estava amadurecida e apresentava dinâmica para enfrentar os mercados externos, pois apresentava larga estrutura ociosa no mercado interno.

Referências Bibliográficas

ABIA (Associação Brasileira da Indústria da Alimentação). **Investimentos na Indústria da Alimentação em 2005**. São Paulo: ABIA, 2006.

_____. **Investimentos na Indústria da Alimentação em 2002**. São Paulo: ABIA, 2003.

_____. **O Mercado de Food Service No Brasil**. São Paulo: ABIA, 2003.

_____. **O Mercado Brasileiro de Alimentos Industrializados. Produção e Demanda: Situação Atual e Perspectivas**. São Paulo: ABIA, 2002.

_____. **Soluções de Alimentação e o Mercado de Pratos Prontos no Brasil**. São Paulo: ABIA, 2002.

_____. **Investimentos na Indústria da Alimentação em 2001**. São Paulo: ABIA, 2002.

_____. **Retrospectiva da Indústria da Alimentação na Estabilização e Impactos do Racionamento Energético**. São Paulo: ABIA, 2001.

_____. **A Estabilização e o Mercado de Food Service no Brasil**. São Paulo: ABIA, 1998.

_____. **Produtividade e Padrões de Concorrência na Indústria de Alimentos**. São Paulo: ABIA, 1998a.

_____. **Investimentos na Indústria da Alimentação de 1995 a 2000**. São Paulo: ABIA, 1996.

_____. **O Projeto Dólar-Alimento**. São Paulo: ABIA, 1996a.

_____. **Sistema Agroalimentar, Indústria Agroalimentar. Diagnóstico de Competitividade, Indicadores e Tendência**. São Paulo: ABIA, 1993.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra C. O Ortodoxo e o Heterodoxo no Plano Collor. In: **Revista de Economia Política**, v. 10, n° 3, julho-setembro, 1990.

AMADO, Adriana M. RESENDE, Márcio F. **Liquidez Internacional e Ciclo Reflexo: Algumas Observações para a América Latina**. Programa de Seminário Acadêmicos n° 22. São Paulo: FEA/IPE, 2005.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental. Nas Trilhas do Materialismo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO ARROZ. Santa Cruz do Sul: Gazeta, vários anos.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA SOJA. Santa Cruz do Sul: Gazeta, vários anos.

AOUN, Samira Et Al. Dinâmica das Fusões e Aquisições no Investimento Direto Estrangeiro: Especificidade Da Indústria De Alimentos e Bebidas No Brasil, 1996-2006. In: **Informações Econômicas**, São Paulo, v.38, n.3, mar. 2008.

ARRIGUI, Giovanni. **O Longo século XX**. São Paulo: Unesp, 1996.

ASSOULINE, Gérald, JOLY, Pierre-Benoit, LEMARIÉ, Stéphane. Biotecnologias Vegetais e Reestruturas do Setor de Provisões Agrícolas: Um Horizonte Estratégico Marcado por Fortes Incertezas. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 22, n° 2, 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília: BACEN, vários anos.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. Globalização: uma péssima parceria. In: **São Paulo em Perspectiva**, 12 (3). São Paulo, 1998.

BASTOS, José Messias. **O Comércio de Múltiplas Filiais no Sul do Brasil**. São Paulo: FFLCH/USP, 2002 (Tese de Doutorado em Geografia).

BATISTA JÚNIOR. Paulo N. **A Economia como Ela É**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BELIK, Walter. **Agroindústria Processadora e Política Econômica**. Campinas: UNICAMP, 1992 (tese de doutorado em economia).

_____. Agroindústria e Reestruturação Industrial no Brasil: Elementos para uma Avaliação. In: RAMOS, Pedro, REYDON, Bastiaan P. (Orgs.). **Agropecuária e Agroindústria no Brasil: Ajuste, Situação Atual e Perspectivas**. Campinas: Unicamp/NES-le, 1995.

BELIK, Walter, MALUF, Sérgio (Orgs.). **Abastecimento e Segurança Alimentar**. Campinas: Unicamp, 2000.

BENETTI, Maria Domingues. Reestruturação na Área da Circulação das Mercadorias: O Novo Fator da Luta Competitiva no Mercado Agroindustrial Brasileiro. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, vol. 22 n° 1, 2001.

BENETTI, Maria Domingues. **Globalização e Desnacionalização do Agronegócio Brasileiro no Pós-1990**. Documentos FEE, n° 61. Porto Alegre: FEE, 2004.

BENITES, Miguel Gimenez. **Brasil Central Pecuário: Interesses e Conflitos**. presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000.

BENJAMIN, César et al. **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o Intempestivo. Grandezas e Misérias de Uma Aventura Crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BERNARDES, Lysia. Cultura e Produção do Arroz no Sul do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 16, n° 4, 1954.

BESKOW, Paulo Roberto. **O Arrendamento Capitalista na Agricultura. Evolução e Situação Atual da Economia de Arroz no Rio Grande do Sul.** São Paulo: Hucitec, 1986.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **O Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo.** 3 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BNDES. **Informe Setorial, Área Industrial, n.2** Jan. 2007.

_____. **Informe BNDES, n. 169,** Abril, 2003.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. O Estrangulamento da Liquidez como Efeito do Plano

Collor. In: **Revista de Economia Política,** v. 10, n° 3, julho-setembro, 1990.

_____. **Macroeconomia Pós-Plano Real: as relações básicas.**

In: RENAULT, Michel et al (Orgs.). **Novo-Desenvolvimentismo. Um projeto nacional de crescimento com equidade social.**

BRITTO, Jorge. Diversificação, Competências e Coerência Produtiva. In: KUPFER, David, HASENCLEVER, Lia (Orgs.). **Economia Industrial. Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BROIETTI, Marcos Henrique. **Os Bóias-frias no Paraná: entre a aparência e a essência.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BROIETTI, Marcos H., MEDEIROS, Marlon C., SAMPAIO, Fernando S. **Dinâmica Capitalista na Agricultura Brasileira: Acumulação e Relações de Trabalho.** Florianópolis: UFSC/GCN, 2005. (Cadernos Geográficos n° 11).

BURBACH, Roger, FLYNN, Patrícia. **Agroindústria nas Américas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BURNIER, Diva Maria F. **Agricultura Brasileira: A Produção de Alimentos.** São Paulo: FFLCH/USP, 2000 (Tese de Doutorado em Geografia).

CASTRO, Antônio B. de, SOUZA, Eduardo, F. P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, Ana Célia, FONSECA, Maria da Graça. **A Dinâmica Agroindustrial do Centro-Oeste.** Série IPEA n° 148. Brasília: IPEA, 1995.

CASTRO, Ana Célia. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira: O caso da Indústria de Óleos Vegetais.** Rio de Janeiro: Forense Universitária UFRRJ, 1996.

_____. Agribusiness Brasileiro e o Papel do Sistema de Transportes Intermodal. In: SILVA, Francisco C. T. da, SANTOS, Raimundo, COSTA, Luiz F. de C. **Mundo Rural e Política: Ensaios Interdisciplinares**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2001.

COELHO, Carlos Nayro. O Plano Real e o Desempenho da Agricultura. In: **Revista de Política Agrícola**, ano VI, n° 4. Brasília: CONAB, out-nov-dez, 1997.

COUTINHO, Luciano. O Desempenho da Indústria sob o Real. In: MERCADANTE, Aloizio (Org.). **O Brasil Pós- Real. A Política Econômica em Debate**. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

DELFIN NETTO, Antonio. **Crônica de um debate interdito**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. O Plano Real e a Armadilha do Crescimento Econômico. In: MERCADANTE, Aloizio (Org.). **O Brasil Pós- Real. A Política Econômica em Debate**. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

DELGADO, Guilherme da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Unicamp/Cone, 1985.

_____. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (ORGs). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. Cesta Básica: O Que Há de Novo na Regulação dos Mercados Agrícolas. In: BELIK, Walter, MALUF, Sérgio (Orgs.). **Abastecimento e Segurança Alimentar**. Campinas: Unicamp, 2000.

_____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. In: **Revista Estudos Avançados**, 43. São Paulo: USP, 2001.

DELGADO, Nelson, LAVINAS, Lena et alli. **Estratégias Agroindustriais e Grupos Sociais Rurais. O Caso do Mercosul**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996.

DIAS, Guilherme Leite; AMARAL Cicely M. Mudanças Estruturais na Agricultura Brasileira, 1980-1998. In: BAUMANN, Renato (ORG). **Brasil- Uma Década em Transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DIAS, Victor P. FERNANDES, Eduardo. Fertilizantes: Uma Visão Global Sintética. In: **BNDES Setorial**, n. 24, Rio de Janeiro, set, 2006.

DIEESE. **A Situação do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Dieese, 2001.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **A Pesquisa de Arroz no Brasil nos Anos 80: Avaliação Crítica dos Principais Resultados**. GOIÂNIA: EMBRAPA/CNPAF, 1994.

_____. **Avaliação dos Impactos Econômicos e Sociais da Pesquisa da Embrapa Soja**. Londrina: Embrapa Soja, 2002.

_____. **Tecnologias de Produção de Soja. Região Central do Brasil, 2005**. Londrina: Embrapa Soja, 2004.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring**. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1990.

ESPÍNDOLA, Carlos J. **As Agroindústrias do Brasil: O caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

_____. **As Agroindústrias de Carne do Sul do Brasil**. (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

FAO. **The State of food and Agriculture. Food Aid and food Security?** Roma: FAO, 2006.

FARINA, Elisabeth M. M. Q., NUNES, Rubens. **A Evolução do Sistema Agroalimentar no Brasil e a Redução de Preços para o Consumidor: Os Efeitos da Atuação dos Grandes Compradores**. Texto para Discussão n° 970. Brasília: IPEA, 2003

FERREIRA, Carlos M. **Comercialização de Feijão no Brasil 1990-99**. Piracicaba: Esalq/USP, 2001 (Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada).

FERREIRA FILHO, Joaquim B. Ajustamento Estrutural e Crescimento Agrícola na década de 80: notas adicionais. In: **Revista de Economia Política**, vol. 18, n° 4 (72), 1998.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2000.

GARCIA, Luís A. **A Organização Industrial da Moagem de Trigo no Brasil**. (Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada). Piracicaba: ESALQ/USP, 1997.

GASQUES, José G. REZENDE, Gervásio C. et al. **Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil**. Texto para Discussão n° 1009. Brasília: IPEA, 2004.

GASQUES, José G. CONCEIÇÃO, Júnia (Orgs.). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

GIORDANO, Samuel, SPERS, Eduardo. **O Sistema Agroindustrial do Arroz**. São Paulo: Pensa-FIA/FEA/USP, 1998 (mimeo).

GONÇALVES, José Sidnei. A Questão agrária nos Clássicos Revisitada: As Idéias, Seu Tempo e Seu Lugar. In: **Informações Econômicas**, SP, v. 23, n° 08, ago, 1993.

_____. **Mudar para Manter. Pseudomorfose da Agricultura Brasileira.** São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

_____. Crise Agrária no Desenvolvimento Capitalista: Fugindo da Aparência na Busca da Essência. In: **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 33, n. 11, nov, 2003.

_____. Agricultura Sob a Égide do Capital Financeiro: Um Passo Rumo ao Aprofundamento do Desenvolvimento dos Agronegócios. In: **Informações Econômicas**, São Paulo, V. 35, n. 4, abr, 2005.

_____, FERREIRA, Célia, SOUZA, Sueli. Produção Nacional de Fertilizantes, Processo de Desconcentração Regional e Maior Dependência Externa. In: **Informações Econômicas**, v. 38, São Paulo, ago, 2008.

GONÇALVES, Reinaldo. Desestabilização Macroeconômica e Incertezas Críticas: o Governo FH e suas Bombas de Efeito Retardado. In: MERCADANTE, Aloizio (Org.). **O Brasil Pós- Real. A Política Econômica em Debate.** Campinas: Unicamp/IE, 1998.

_____. **Vagão Descarrilhado. O Brasil e o Futuro da Economia Mundial.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

GOODMAN, D. E., SORJ B. WILKINSON. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. In: **Revista de Economia Política, Vol. 5, n° 4**, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas: Unicamp/IE, 1996.

_____. Agricultura e Reforma Agrária: Uma Avaliação dos Anos 1995/97. In: MERCADANTE, Aloizio (Org.). **O Brasil Pós- Real. A Política Econômica em Debate.** Campinas: Unicamp/IE, 1998.

_____. **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro.** In: **Revista Estudos Avançados**, 43. São Paulo: USP, 2001.

GRIGOROVSKI, Paulo Roberto, PAULA, Sérgio Roberto et al. O BNDES e a Agroindústria nos Anos 90. In: **BNDES Setorial**, n° 13, Rio de Janeiro, mar. 2001.

GUGLIELMO, Raymond.. Um Novo Capítulo da Geografia: a Geografia do Consumo e da Distribuição. In: GEORGE, Pierre et al. **A Geografia Ativa.** 4ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

HASENCLEVER, Lia, FERREIRA, Patrícia M. Estrutura de Mercado e Inovação. In: KUPFER, David, HASENCLEVER, Lia (Orgs.). **Economia Industrial. Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

HELFAND, Steven, REZENDE, Gervásio, C. Agricultura Brasileira nos Anos 1990: Os Impactos das Reformas Políticas. In: GASQUES, José G. CONCEIÇÃO, Júnia (Orgs.). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

HELFAND, Steven, REZENDE, Gervásio, C. (Orgs.) **Região e Espaço no Desenvolvimento Agrícola Brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

HOFFMANN, Rodolfo. Elasticidades-renda das Despesas e do Consumo Físico de Alimentos no Brasil Metropolitano em 1995-96. In: **Agricultura em São Paulo**, vol. 47, n. 1, São Paulo, 2000.

_____. Elasticidades-renda das Despesas e do Consumo de Alimentos no Brasil em 2002-2003. In: SILVEIRA, Fernando Geiger, MENEZES, Tatiane et al (Orgs.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas (volume 2)**. Brasília: IPEA, 2007.

HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque. A Organização Mundial do Comércio e os Países em Desenvolvimento. In: **Cadernos Geográficos**, n. 8, Florianópolis, Março, 2005.

HOMEM DE MELO, Fernando. **O Problema Alimentar no Brasil. A Importância dos Desequilíbrios Tecnológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IBGE. **Estudo Nacional de Despesa Familiar-ENDEF**. Rio de Janeiro: IBGE, 1974-75.

_____. Sistema de Contas Nacionais. In: **Estatísticas do Século XX** (Cd-Rom). Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares-POF**. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

IEDI. **Comércio Exterior Brasileiro em 2005**. Março de 2006.

JABBOUR, Elias. **China: Infra-estruturas e Crescimento Econômico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

KALECKI, Michael. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

KAUTSKY. **A Questão Agrária**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KUPFER, David. Uma Abordagem Neo-Schumpeteriana da Competitividade Industrial. In: **Ensaio FEE. Ano 17. no. 1**. 1996.

KUPFER, David. Barreiras Estruturais à Entrada. In: KUPFER, David, HASENCLEVER, Lia (Orgs.). **Economia Industrial. Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LATIN PANEL/IBOPE. As Mais Mais- A Escolha do Consumidor. **Super Varejo**, ano V, n 51, agosto de 2004.

LEITE, Sérgio. Políticas Públicas e Agricultura no Brasil: comentários sobre o cenário recente. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Global, 1982.

_____. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**. São Paulo: Brasil Debates, 1980 (coleção alicerces).

LESSA, Carlos. **15 Anos de Política Econômica**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIMA, Gilberto T. Restrição Externa e Investimento Direto Estrangeiro no Brasil. In: RUEDIGER, Marco Aurélio, SOBREIRA Rogério (Orgs.). **Desenvolvimento e Construção Nacional: Política Econômica**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____, CARVALHO, Veridiana. R. **A restrição externa como fator limitante do crescimento econômico brasileiro**. Apresentado na edição de Outubro de 2005 do ciclo "Agendas do Desenvolvimento Brasileiro", Departamento de Economia da FEA-USP.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Japão: o capital se faz em casa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LUEDEMANN, Marta da Silveira. **Transformações na Indústria Automobilística Mundial: O Caso do Complexo Automotivo do Brasil- 1990-2002**. São Paulo: FFLCH/USP, 2003. (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

LUGNANI, Antonio, C. **Inovações Tecnológicas e Desenvolvimento na Agricultura Brasileira: O caso da Embrapa e a Pesquisa com Soja nos Anos 80**. (Tese de Doutorado em História Econômica). São Paulo: FFLCH/USP, 1995

MALUF, Renato S. Consumo de Alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar. In: **Painel sobre Experiências Significativas de Ações Locais Ligadas ao Consumo de Alimentos**. São Paulo: IDEC, 1999.

MAMIGONIAN, Armen. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau**. Rio de Janeiro: CNG, 1966.

_____. Indústria de Santa Catarina. In: **Atlas Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: GAPLAN, 1986.

_____. A Geografia e a Formação Social como Teoria e como Método. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O Mundo do Cidadão, Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Gênese e Objeto da Geografia: Passado e Presente. In: **Primeiro Simpósio Internacional de História da Ciência**. Piracicaba, 1991.

_____. Tendências Atuais da Geografia. In: **GEOSUL**, v. 14, n° 28. Florianópolis: UFSC, 1999.

_____. Kondrattieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço. In: **GEOSUL**, vol, 14, n° 28, Florianópolis, jul/dez, 1999.

_____. **Teorias sobre a Industrialização Brasileira**. Florianópolis: UFSC, 2000.

_____. Neoliberalismo Versus Projeto Nacional no Brasil e no Mundo. In: **Revista Paranaense de Geografia**, n° 6, Curitiba, 2001.

_____. A Reconfiguração do Mundo e os Conflitos Atuais. In: **XIII Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa, 2002.

MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. Estratégias de Crescimento e de Diversificação Produtiva das Grandes Empresas Mundiais de Alimentos. In: **V Encontro Nacional de Economia Política, 2000**.

MARQUES, Pedro, MELLO, Pedro. **Mercados Futuros de Commodities Agropecuárias. Exemplos e Aplicações para os Mercados Brasileiros**. São Paulo: BM&F, 1999.

MARX, Karl. **Contribuição a Crítica da Economia Política**. 1983.

_____. **O Capital, livro 1 vol. I e II**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.

_____. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MAZZALI, Leonel. **O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial: Do Complexo à Organização em Rede**. São Paulo: Unesp, 2000.

McCOMBIE, J. & THIRLWALL, A. Economic growth and balance-of-payments onstraint revisited, in Arestis, P., Palma, G. & Sawyer, M. (eds) **Markets, Unemployment and Economic Policy**, Vol. 2, London: Routledge, 1997.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **Formação, Evolução e Dinâmica do Complexo Agroindustrial do Arroz de Santa Catarina**. Presidente Prudente: UNESP, 2002 (Dissertação de Mestrado em Geografia).

MESQUITA, Myriam G. C. Comércio de Gêneros Alimentícios no Brasil. In: **Curso de Férias para Professores**. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. São Paulo: TAQ, 1981.

MIRANDA COSTA, Vera M. A Perda de Dinamicidade do Modelo de Desenvolvimento via CAI e a Necessidade de Um Novo Aparato Conceitual. In: **Boletim de Geografia Teórica 25 (49-50)**, Rio Claro, 1995.

MIRANDA, José Carlos. **Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990**. Texto para Discussão n° 829. Brasília: IPEA, 2001.

MONBEIG, Pierre. Capital e Geografia. In: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. Rio De Janeiro: Difel, 1957.

_____. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MULLER, Geraldo. **Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil**. In: Cadernos PUC n° 12. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NAKABASHI, Luciano, PORCILE, Gabriel. Crescimento da Economia Brasileira e Fluxo de Capitais a Partir da Lei de Thirlwall: 1968-1980 e 1992-2000. **Texto Para Discussão Nº 240**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2004.

NAPOLEÃO, Fábio. **Origem, desenvolvimento e crise da indústria joinvilense de materiais de construção em PVC: 1941 – 2002**. Florianópolis: UFSC, 2005 (Tese de Doutorado em Geografia).

NEDER, Henrique D. **Um Estudo sobre a Formação de Preços na Agricultura: aplicação para o mercado de arroz no Brasil**. Campinas: Unicamp/IE, 1994 (tese de doutorado em economia).

NETTO, José Paulo. **Marxismo Impenitente. Contribuição à História das Idéias Marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

NICOLAU, José A. **A Organização das Cadeias Agroindustriais de Arroz Irrigado e Frango: uma abordagem de custos de transação**. São Paulo: FEA/USP, 1992. (tese de doutorado em economia).

OMC. **International Trade Statistics 2006**. Disponível em www.wto.org

OLINGER, Glauco. **Ascensão e Decadência da Extensão Rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, Arioaldo U. de. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Revista Estudos Avançados, 43**. São Paulo: USP, 2001.

_____. Barbárie e Modernidade: As Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil. In: **Terra Livre, v.2 n. 21**. São Paulo, jul-dez, 2004.

PAIVA, Carlos Águeda. Lendo o Real com um olho em Keynes e outro em Kalecki. In: **Indicadores Econômicos FEE, v. 32, n. 2**. Porto Alegre, 2004.

PARRÉ, José L. **O Agronegócio nas Macrorregiões Brasileiras: 1985 a 1995**. (Tese de Doutorado em Economia Aplicada). Piracicaba: ESALQ/USP, 2000.

PELUSO JÚNIOR, Victor, A. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.

PEREIRA, Raquel Maria F. A. **Da Geografia que se Ensina à Gênese da Geografia Moderna**. Florianópolis: EDUFSC, 1989.

_____. **A Geografia e as Bases da Formação Nacional Brasileira: Uma interpretação Fundamentada nas Idéias de Ignácio Rangel**. São Paulo: FFLCH/USP, 1997 (tese de Doutorado em Geografia).

PETTET, Beatriz Célia. Produção de Milho e Suínos no Brasil Meridional. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 16, n° 3, 1954.

PINHEIRO, Armando Castelar. **Retrospectiva e Perspectivas para a Economia Brasileira: Uma Análise Setorial**. Textos para Discussão n° 28. Rio de Janeiro: BNDES, 1995.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POSSAS, Mário. Concorrência Schumpeteriana. In: KUPFER, David, HASENCLEVER, Lia (Orgs.). **Economia Industrial. Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PRATES, Daniela M. A alta recente dos preços das commodities. In: **Revista de Economia Política**, vol. 27, n° 3 (107), julho-setembro/2007.

RAMOS, Carlos Alberto. **Agricultura e Inflação: A Abordagem Estruturalista**. Rio de Janeiro: BNDES, 1986.

RANGEL, Ignácio. **Recursos Ociosos e Política Econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Ciclo Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1982.

_____. **A Inflação Brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bial, 1986.

_____. **Economia: Milagre e Anti-Milagre**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986a.

_____. A Questão da Terra. In: **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, São Paulo, 1986.

_____. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bial, 1988.

_____. **Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Bial, 1990.

_____. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Bial/IR, 1999.

_____. **Obras Reunidas. Vol 1 e 2.** Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005.

REVISTA ENGARRAFADOR MODERNO, n° 117, Santo André, fev. 2004.

ROCHA, Isa de Oliveira. **O Dinamismo Industrial e Exportador de Santa Catarina.** São Paulo: FFLCH/USP, 2005. (Tese de Doutorado em Geografia).

SAMPAIO, Yony et al. Sucesso e Insucesso no Agronegócio Nordeste. In: **Revista Econômica do Nordeste, v. 37, n. 2.** Fortaleza, Abr-Jun, 2006.

SAMPAIO, Fernando dos Santos. **Made in Brazil: dinâmica sócio-espacial da indústria citrícola paulista.** Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2003.

SANTOS, Milton. **Novos Rumos da Geografia Brasileira.** 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por Uma Geografia Nova.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, A. T. L., LIMA, G. T. & CARVALHO, V. R. **A restrição externa como fator limitante do crescimento econômico brasileiro: um teste empírico.** In: Anais Eletrônicos do XXXIII Encontro Nacional de Economia, Natal, Dezembro de 2005 [disponível em www.anpec.org.br].

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, Marcos Aurélio da. **A Indústria de Equipamento Elétrico do Nordeste Catarinense: Um Estudo de Geografia Industrial.** São Paulo: FFLCH/USP, 1997. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

_____. **Gênese e Dinâmica Competitiva da Indústria de Equipamentos Elétricos do Sul do Brasil.** São Paulo: FFLCH/USP, 2005. (Tese de Doutorado em Geografia).

SILVA, Carlos A. Franco da. **Grupo André Maggi. Corporação e Rede em Áreas de Fronteira.** Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SIMONSEN, Mário Henrique. Mais Importante que o Plano é Sua Execução. In: **Revista de Economia Política, v. 10, n° 3,** julho-setembro, 1990.

SINGER, Paul. Uma Crítica Técnica do Plano Collor. In: **Revista de Economia Política, v. 10, n° 3,** julho-setembro, 1990.

_____. A Raiz do Desastre Social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (org). **O Desmonte da Nação. Balanço do Governo FHC**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOARES, Paulo de Tarso P. **Um Estudo sobre Lênin e as Defesas da Reforma Agrária**. São Paulo: FEA/USP, 1992 (Tese de Doutorado em Economia).

_____. Questionando o questionamento aos Clássicos do Marxismo sobre a Agricultura. In: **Anais do III Encontro Nacional de Economia Política, vol. II**, Niterói, 1998.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.

SOUZA, Clímaco César de. **Cadeia de Soja e Outras Oleaginosas. Mundo e Brasil**. Série BM&F: Agronegócios, Diagnósticos e Tendências. Livro-Vivo 5, 2002. Disponível em www.agrovision.com.br

SWEEZY, Paul. **Capitalismo Moderno**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

THIRLWALL, A. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences, **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, Vol. 128, 1979.

_____. **A Natureza do Crescimento Econômico. Um Referencial**

Alternativo para Compreender o Desempenho das Nações. Brasília: Ipea, 2005.

THIRLWALL, A. & HUSSAIN, M. The balance of payments constraint, capital flows and growth rates differences between developing countries, **Oxford Economic Papers**, Vol. 34, 1982.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por Trás dos Canaviais, os “Nós” da Cana: A Relação capital X Trabalho e o Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista**. São Paulo: Anna Blume/Fapesp, 2002.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes. 1985.

_____. Metodologia da Geografia Agrária. In: VÁRIOS, **Reflexões sobre a Geografia**. São Paulo: AGB, 1980.

VERMULM, Roberto. **A Indústria de Bens de Capital Seriadados**. Brasília: CEPAL/IPEA, 2003.

VIANA, João Aurélio. Cédula do Produto Rural: indicador de modernização do agronegócio? In: **Bahia Agrícola**, v6, n.2, junho de 2004.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. **Formação Social Brasileira e Geografia: Reflexões sobre um Debate Interrompido**. Florianópolis: UFSC, 1992. (Dissertação de Mestrado).

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: CNG, 1956.

WEDEKIN, Ivan. **A globalização e a expansão dos mercados futuros agropecuários**. In: Seminário "Perspectivas para o Agribusiness em 2008 e 2009". São Paulo: BM&F, 24 de Junho de 2008.